



Universidade de Brasília  
Centro de Desenvolvimento Sustentável

Rodrigo Martins dos Santos

## – O GÊ DOS GERAIS –



**Elementos de cartografia para a etno-história do Planalto Central**  
Contribuição à antropogeografia do Cerrado

Brasília  
2013



Rodrigo Martins dos Santos

O Gê dos Gerais – elementos de cartografia para a etno-história do Planalto Central:  
contribuição à antropogeografia do cerrado

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, modalidade Povos e Terras Indígenas.

Orientadora: Ludivine Eloy Costa Pereira  
Co-orientadora: Mônica Celeida Rabelo Nogueira

Brasília  
2013

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Rodrigo Martins dos Santos

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1006258.

S237g Santos, Rodrigo Martins dos.  
O gê dos gerais : elementos de cartografia para a etno-história do planalto central : contribuição à antropogeografia do cerrado / Rodrigo Martins dos Santos. -- 2013.  
344 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2013.  
Inclui bibliografia.  
Orientação: Ludivine Eloy Costa Pereira ; Coorientação: Mônica Celeida Rabelo Nogueira.

1. Geografia humana. 2. Etnologia - História. 3. Cartografia. 4. Índios - Cerrados. I. Pereira, Ludivine Eloy Costa. II. Nogueira, Mônica. III. Título.

CDU 39(81=82)

Rodrigo Martins dos Santos

O Gê dos Gerais – elementos de cartografia para a etno-história do Planalto Central:  
Contribuição à antropogeografia do cerrado

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, modalidade Povos e Terras Indígenas.

Banca examinadora:

Ludivine Eloy Costa Pereira<sup>1</sup> – CDS/UnB  
Orientadora

Henry Trindade Barretto Filho<sup>2</sup> – CDS/UnB  
Examinador interno

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos<sup>3</sup> – GEA/UnB  
Examinador externo

Francisca Navantino Pinto de Angelo<sup>4</sup> – CNPI-FUNAI  
Examinadora indígena

Cristiane de Assis Portela<sup>5</sup> – ARPFD  
Examinadora Suplente

Brasília, 08 de fevereiro de 2013.

---

<sup>1</sup> Agrônoma, mestre em geografia e desenvolvimento, doutora em estudos latinoamericanos e pós-doutora em geografia. Pesquisadora do centre national de la recherche scientifique. Professora-colaboradora do CDS-UnB.

<sup>2</sup> Cientista Social, mestre e doutor em antropologia. Diretor acadêmico do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB). Professor-colaborador do CDS-UnB.

<sup>3</sup> Geógrafo, especialista em sensoriamento remoto, mestre em planejamento urbano, doutor em engenharia de transportes, pós-doutor em cartografia étnica. Professor do Departamento de Geografia da UnB.

<sup>4</sup> Historiadora, mestre em educação. Indígena da etnia Paresí. Integrante da Comissão Nacional dos Povos Indígenas (CNPI) da FUNAI.

<sup>5</sup> Historiadora, mestre e doutora em história. Coordenadora de pesquisa do Arquivo Público do Distrito Federal (ARPFD). Professora-colaboradora do CDS-UnB.



Ao Verá e ao Popyguá,  
para que tenham um presente  
que respeite a diversidade,  
repare os erros do passado,  
e não os repitam no futuro.

E à memória do mestre  
Curt Nimuendaju.



## **Agradecimentos**

À Flávia e ao Popyguá, pela companhia nos trabalhos de campo. Ao Verá, pela existência.

Aos meus pais, que me ensinaram a fazer o que quero, sem prejudicar outrem.

Ao Jurandyr Siridiwe, pela amizade e acolhimento na aldeia Xavante de Etenhiritipá.

À Marcy Picanço, pelas conversas indigenistas e companhia em trabalhos de campo.

Ao Pablo e o Bruno pelo Movimento Verde que te quero Livre – pois não pode haver problemas em colher o que plantamos.

Ao Nei Zigma, amigo de longa data, pelas músicas e pelas visitas em Brasília.

À Monica Nogueira, Ludivine Eloy e Othon Leonardos, pela paciência e ensinamentos.

À Esther Katz, pelo incentivo nos artigos. À Melissa Curi pela parceria.

Ao Henry Barreto F<sup>o</sup>., pelos ensinamentos. À Cris

À Terezinha Dias pelos livros e contatos na EMBRAPA. Ao Serginho, pelos dados.

Aos mestres indígenas e indigenistas, colegas de caminhada nesse curso, pelos momentos.

Ao Marquinhos pela força da Ayahuasca, e aos txais Haru e Xanihu, mestres da floresta.

Ao prof. Aryon Rodrigues, pela conversa. À Prof. Ana Sueli Cabral, pelo contato junto ao prof. Aryon.

Ao Everson Índios Rústico (Nambirantã) pela energia e ideias para manter nosso sangue indígena vivo.

Ao cacique xakriabá Santo Barbosa, da aldeia Catito (Morro Vermelho) pela parceria e apoio.

Ao Humberto Mesquita Jr., pela compreensão e dicas de como fazer uma boa dissertação.

Ao Gustavo (Gabiru), pela carta ao CDS.

Ao Alcâmenes, pelas dicas no ArcGis.

À Marilu Milanez, pelo Word e conversas indigenistas.

Ao Sgt. José Rodrigues, arquivista do Exército Português, pelas cartas em altíssima definição.

A Flavinha e a Patrícia pelos incentivos na defesa da diversidade cultural e ambiental.

Aos meus irmãos e primos que se sintam inspirados em continuar seus estudos.

Ao U2, Led, Beatles, Raul, Gonzagão, Floyd, Stones, Nei, Malu, Curumin, Mercedes... pela trilha. À Paulinha, Flávio e Marcy pelas músicas.

Mas principalmente, agradeço a grande força superior que me dá ânimo e energia de continuar essa caminhada pela diversidade em nosso Planeta.

Ñanderú revé.

## Resumo

**E**sta dissertação localiza diversos povos indígenas que habitavam o Planalto Central e, portanto, uma parte do Cerrado, antes das invasões Luso-Brasileiras. Será dado maior enfoque a uma porção desse espaço chamado regionalmente de *Gerais*. Tenho como base o mapa de Curt Nimuendaju que apresenta lacunas na localização de etnias em algumas áreas do centro do país. Pretendo esclarecer um problema que é a insuficiente disposição de informações cartográficas a respeito de quais eram e onde estavam os povos indígenas do Brasil Central, em especial num polígono que abrange o Noroeste e Triângulo Mineiro, todo o Estado de Goiás, extremo nordeste do Mato Grosso e sudoeste do Pará, grande parte do Tocantins, região sul do Maranhão e do Piauí, e oeste da Bahia. A hipótese central é de que há mais informações sobre etnias nessa região do que as apresentadas por Nimuendaju. Para tentar confirmá-la, utilizo diversos produtos cartográficos como o mapa de Čestmír Loukotka, e diversos mapas históricos disponíveis em arquivos públicos no Brasil e em Portugal. Também realizo um mapeamento inédito da localização de etnias constantes nos históricos municipais do banco de dados IBGE cidades. Dessa fonte compilo, ainda, as datas de colonização e fundação dos povoados e cidades, para ilustrar o avanço Luso-Brasileiro sobre o território indígena, bem como a implantação de aldeamentos pelo Estado e alguns quilombos pelos negros. A metodologia utilizada fundamenta-se na escola da antropogeografia de Ratzel, com apoio da etno-história e assessoria fundamental da cartografia. Após apresentar e localizar a área de estudo: *os Gerais do Planalto Central e adjacências*, teço uma breve descrição de seu meio físico, abordando os aspectos e origens do Cerrado, ambiente o qual conviveram e convivem os povos da região. Em seguida parto para aspectos etno-históricos, abordando desde a arqueologia à historiografia, no intuito inicial de ilustrar a chegada do ser humano à área e, em seguida, dos invasores Luso-Brasileiros. As análises finais são ricas em material cartográfico tanto históricos como produzidos para esta dissertação. Apresento dados que atestem quais eram os povos que habitavam esse espaço nos séculos XVII, XVIII e XIX, tendo em vista ser o momento de maior movimentação indígena provocada pela colonização na região. As conclusões são de que houve, pelo menos, 200 etnias no *Planalto Central e adjacências*, 88 além das 112 constantes no mapa de Nimuendaju. Com enfoque para os *Gerais*, onde aprofundo minhas análises, identifiquei 14 etnias a mais do que as 4 citadas por Nimuendaju, 18 ao total. Apresento algumas características etnográficas desses povos, agrupados por família lingüística, sobre suas origens e língua, com base em bibliografia, monografias, laudos, relatos de viajantes e história oral. Por fim, ilustro por meio de mapas a dinâmica da ocupação indígena, com migrações, diásporas e desaparecimentos de dezenas dessas etnias, tendo por base os fatores históricos e físicos já apresentados. A contribuição dessa pesquisa está no fortalecimento da territorialidade indígena na história do país, em especial do Brasil Central. Os resultados poderão ilustrar livros didáticos e conteúdos escolares de história e geografia, conforme estabelece a Lei 11.645/08. Também poderá colaborar em estudos sobre a etnicidade de populações rurais brasileiras. Nos *Gerais* há pelos menos duas comunidades indígenas emergentes, os Xakriabá e os Aricobé, é possível que hajam ainda outras comunidades remanescentes de uma das 18 etnias Geraizeiras, em especial os Akroá, Guegué e Cayapó.

**Palavras-Chave:** Antropogeografia; Etno-história; Cartografia Étnica; Povos Indígenas; Cerrado; Planalto Central do Brasil.



## Abstract

This dissertation finds many indigenous peoples who inhabited the Brazilian Central Plateau and therefore a part of the Cerrado, before the invasions Luso-Brazilian. More focus will be given to a portion of this space called regionally *Geráis*. I like base map of Curt Nimuendaju that has gaps in locating ethnicities in some areas of the center of the country. I want to clarify that a problem is the insufficient provision of cartographic information about what they were and where they were the indigenous peoples of Central Brazil, especially in a polygon that covers the Northwest and West of Minas Gerais State, throughout the State of Goiás, Mato Grosso extreme northeastern and southwest of Pará, much of the Tocantins State, south of Maranhao and Piauí, and western Bahia. The central hypothesis is that there is more information on ethnic groups in this region than those presented by Nimuendaju. To try to confirm it, I use several products as cartographic map of Čestmír Loukotka, and historical maps available in several public archives in Brazil and Portugal. Also realize unprecedented mapping of the location of ethnic groups listed in the historical city of the database IBGE cities. Compile this source also dates of colonization and founding of towns and cities, to illustrate the progress on the Luso-Brazilian indigenous territory, as well as the deployment of settlements by the state and some quilombos by blacks. The methodology is based on the anthropogeography, school of Ratzel, with support from ethnohistory and advisory fundamental cartography. After presenting and locate the study area: the *Geráis* of the Central Plateau and vicinity, weave a brief description of their physical, addressing aspects and origins of the Brazilian Savanna, environment which lived and living the native people of this region. Then present ethno-historical aspects, approaching from archeology to history, in order to illustrate the initial arrival of humans to the area and then the invaders Luso-Brazilian. The final analyzes are rich in both historical and cartographic material produced for this dissertation. Present data that demonstrates what were the people who inhabited this area in the seventeenth, eighteenth and nineteenth centuries, in order to be the moment of greatest indigenous movement caused by colonization in the region. The conclusions are that there were at least 200 ethnicities in the Central Plateau and adjacent areas, besides 88 of the 112 listed on the map of Nimuendaju. Focusing for *Geráis*, where deepen my analysis, I identified 14 ethnic groups more than the 4 mentioned by Nimuendaju, 18 to the total. Present some ethnographic characteristics of these peoples, grouped by language family, about their origins and language, based on literature, monographs, reports, travelers' accounts and oral history. Finally, by means of maps illustrate the dynamics of indigenous occupation, with migrations, diasporas and disappearances of dozens of these ethnic groups, based on the physical and historical factors already presented. The contribution of this research is to strengthen the indigenous territoriality in the history of the country, especially in Central Brazil. The results may illustrate textbooks and educational content of history and geography, according to Law 11.645/08. It can also collaborate on studies on the ethnicity of rural Brazil. In general there are at least two indigenous communities emerging, the Xakriabá and the Aricobé, it is possible that there are other communities remnants of one of the 18 ethnic groups *Geraizeiros*, especially Akroá, Guegue and Cayapó.

**Keywords:** anthropogeography; ethnohistory; ethnic cartography; indigenous peoples; savanas, Central Plateau of Brazil.



## Resumen

Esta tesis ubica muchos pueblos indígenas que habitaron la Meseta Central de Brasil y por lo tanto una parte de la sabana, antes de la invasión luso-brasileña. Más atención se le dará a una parte de este espacio llamado a nivel regional de *Gerai*s. Yo utilizo mapa base el de Curt Nimuendaju que presenta un "vacío" etnográfico en esta zona del centro del país. Quiero aclarar que un problema es la insuficiencia de la información cartográfica sobre lo que eran y dónde estaban los pueblos indígenas del Brasil Central, sobre todo en un polígono que abarca el noroeste y oeste del Estado de Minas Gerais, en todo el Estado de Goiás, extremo noreste de Mato Grosso y sudoeste de Pará, gran parte del Estado de Tocantins, la región sur de Maranhão y Piauí, y Bahía occidental. La hipótesis central es que hay más información sobre los grupos étnicos de esta región que los presentados por Nimuendaju. Para tratar de confirmar, utilizo varios productos como mapa cartográfico del Čestmír Loukotka y mapas históricos disponibles en varios archivos públicos en Brasil y Portugal. También se dan cuenta de asignación sin precedentes de la localización de los grupos étnicos enumerados en el histórico de la base de datos de *IBGE ciudades*. También recopilé en esta fuente las datas de la colonización y fundación de pueblos y ciudades, para ilustrar el progreso Luso-Brasileño en el territorio indígena, así como el despliegue de los asentamientos por parte del Estado y algunos quilombos de los negros. La metodología se basa en antropogeografía de la escuela de Ratzel, con el apoyo fundamental de la etnohistoria y asesoramiento de la cartografía. Después de presentar y ubicar la zona de estudio: el "Gerais" de la Meseta Central y alrededores, tejo una breve descripción de sus aspectos físicos, abordando los orígenes de la Sabana en Sudamérica, medio ambiente donde vivió (y viven) las personas de esa región. A continuación, presenta aspectos etno-históricos, acercándose desde la arqueología a la historia, con el fin de ilustrar la primera llegada del hombre a la zona y luego los invasores luso-brasileños. La final las análisis son ricas en materia histórica y cartográfica producida para esta tesis. Los datos actuales demuestran quien eran las personas que habitaban esta zona en los siglos XVII, XVIII y XIX, con el fin de ser el momento de mayor movimiento indígena causada por la colonización de la región. Las conclusiones son que hubo por lo menos 200 grupos étnicos en la meseta central y las zonas adyacentes, además de 88 de los 112 que figuran en el mapa de Nimuendaju. Enfoque para los *Gerai*s, donde profundizo mi análisis, identifiqué 14 grupos étnicos más que el 4 mencionado por Nimuendaju, 18 al total. Presento algunas características etnográficas de estos pueblos, agrupados por familias lingüísticas, sobre sus orígenes y su lenguaje, basado en la literatura, monografías, informes, relatos de viajeros y la historia oral. Por último, por medio de mapas ilustro la dinámica de ocupación indígena, con las migraciones, las diásporas y las desapariciones de decenas de estos grupos étnicos, basados en los factores físicos e históricos ya presentados. La contribución de este trabajo consiste en fortalecer la territorialidad indígena en la historia del país, especialmente en el centro de Brasil. Los resultados pueden ilustrar libros de texto y el contenido pedagógico de la historia y de la geografía, de acuerdo con la Ley 11.645/08. También pueden colaborar en los estudios sobre el origen étnico de las zonas rurales de Brasil. En general, hay al menos dos comunidades indígenas emergentes, los Aricobé y los Xakriabá, es posible que hay restos de otras comunidades de uno de los 18 grupos étnicos *Geraizeiros*, especialmente Akroá, Cayapó y Guegue.

**Palabras clave:** antropogeografía; etno-historia, cartografía étnica; pueblos indígenas; sabanas; Meseta Central de Brasil



## Résumé

Ce mémoire propose de localiser les peuples autochtones qui ont habité le Plateau Central brésilien avant les invasions luso-brésiliennes. Je me suis focalisé sur une partie de cet espace appelé le "*Gerais*". J'ai utilisé comme fond de carte le travail de Curt Nimuendaju, qui présente des lacunes concernant l'existence et la localisation des ethnies dans certaines régions du centre du pays. J'ai mis en évidence le problème du manque d'information cartographique au sujet des peuples amérindiens du Brésil central, en particulier dans un polygone qui couvre le Nord-Ouest et l'Ouest de l'état de Minas Gerais, l'ensemble de l'état de Goiás, l'extrême nord-est du Mato Grosso, le sud-ouest du Pará, une grande partie du Tocantins, le sud Maranhão et Piauí et le sud-ouest de Bahia. L'hypothèse centrale est qu'il existe plus d'informations sur les groupes ethniques de cette région que celle présentées par Nimuendaju. Pour tenter de la confirmer, j'ai utilisé plusieurs documents cartographiques, comme la carte de M. Čestmír Loukotka, et diverses cartes historiques disponibles dans les archives publiques au Brésil et au Portugal. J'ai utilisé également l'historique des communes figurant dans la base de données de l'IBGE pour cartographier la localisation des groupes ethniques dans la région d'étude. J'ai compilé ces données avec les dates de colonisation des lieux et de fondation des villes et villages, afin d'illustrer l'avancée des colons luso-brésiliens sur les territoires amérindiens, ainsi que le déploiement des quilombos (villages créés par les esclaves fugitifs). La méthodologie utilisée est basée sur l'anthropogéographie de l'école de Ratzel, avec l'appui de l'ethnohistoire et de la cartographie. Après la présentation de la zone d'étude (le *Gerais* du Plateau Central et ses environs), je tisse une brève description de ses aspects physiques et des origines du Cerrado, de façon à décrire l'environnement dans lequel les groupes amérindiens ont vécu et vivent encore aujourd'hui. Ensuite, j'aborde les aspects ethno-historiques, en décrivant l'arrivée des premiers êtres humains dans la région et des début de la colonisation, grâce aux travaux d'archéologie et d'histoire. Ensuite, grâce à de nombreuses cartes, je présente les données qui démontrent qui sont les groupes qui ont habité cette région au XVIIe, XVIIIe et XIXe siècles, c'est-à-dire l'époque à laquelle la colonisation a causé le plus de déplacements dans la région. Les conclusions sont qu'il y avait au moins 200 ethnies dans le Plateau Central et ses zones adjacentes, c'est à dire 88 de plus que les 112 répertoriés sur la carte de Nimuendaju. Dans la région particulière du *Gerais*, où j'ai approfondi mes recherches, j'ai identifié 14 groupes ethniques de plus que les 4 mentionnés par Nimuendaju, soit 18 au total. Je présente certaines caractéristiques ethnographiques de ces groupes, regroupés par famille de langues et par leurs origines, basée sur la littérature, monographies, rapports, récits de voyageurs et de l'histoire orale. Enfin, je présente des cartes qui illustrent la dynamique de l'occupation amérindienne, marquée par des migrations, des diasporas et la disparitions de dizaines de groupes ethniques. Cette recherche contribue donc à affirmer l'importance des territorialités amériennes dans l'histoire du pays, en particulier du centre du Brésil. Les résultats pourront illustrer des manuels scolaires d'histoire et de la géographie, comme le préconise la loi 11.645/08. Ils pourront également collaborer aux études portant sur l'origine ethnique des populations rurales du Brésil. Le *Gerais* compte en effet deux communautés amérindiennes émergentes, les Xakriabá et Aricobé, et il est possible qu'il existe d'autres communautés descendantes de l'un des 18 groupes ethniques identifiées, en particulier les Akroá, les Guegue et les Cayapó.

**Mots-clés:** anthropogéographie; ethno-histoire; cartographie ethnique; peuples amérindiens; savane; Plateau Central du Brésil.



## LISTA DE FIGURAS

0.1. Lacunas étnicas em um fragmento do Mapa de Curt NIMUENDAJU .....	26
1.1. Localização dos Gerais do Planalto Central e áreas adjacentes .....	40
1.4. Recorte do Mapa da Capitania de Goyás .....	49
1.5. Recorte da Carta da Capitania de Pernambuco .....	46
2.1. Modelo de pesquisa antropogeográfica .....	72
2.2. O vazio etnográfico no Mapa de Curt Nimuendaju. ....	79
2.3. Localização dos municípios cujos históricos foram lidos e extraídas informações sobre povos indígenas	85
2.5. Áreas Culturais (ou etnográficas) Indígenas .....	116
2.6. Modelo de montagem de ascendência de populações a partir do Primeiro americano .....	124
3.1. Domínios de natureza da América do Sul (exceto extremo sul) .....	132
3.2. O cerrado na visão de Percy Lau .....	137
3.3. Linha de pedras ou linha de seixos (line stones), reflexo dos períodos secos das eras glaciais .....	139
3.4. Extensão máxima dos continentes no período glacial .....	140
3.5. Domínios naturais, entre 18.000 e 13.000 AP. ....	141
3.6. Reconstituição da megafauna do Cerrado da América do Sul .....	143
3.7. Unidades de relevo dos Gerais e adjacências. ....	145
3.9. Vegetação predominante nas unidades de relevo dos Gerais e adjacências .....	150
3.10. Perfil horizontal do Espigão Mestre. ....	151
3.12. Aplicação do termo Gerais tendo como base a fisiografia do Espigão Mestre .....	155
3.14. Vista aérea de 1945 da aldeia Xavante, que renderia ao contato no ano seguinte. ....	159
3.15. Reconstituição facial do crânio de Luzia encontrado na Lapa Vermelha (Pedro Leopoldo, MG) .....	166
3.16. Chegada dos primeiros seres humanos nos Cerrados da América do Sul .....	169
3.17. Esqueleto de Tatu Gigante ( <i>Deodicurus clavicaudatus</i> ) e de Preguiça Gigante ( <i>Megatherium sp.</i> ) .....	170
3.18. Surgimento e direções de difusão das tradições cerâmicas nos <i>Gerais do Planalto Central</i> .....	175
3.19. Recorte do <i>Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas</i> , de Affonso D'Escragnonle TAUNAY .....	187
3.20. Localidades e povoados luso-brasileiros no sertão brasileiro até o ano de 1700 d.C. (IBGE, 2012) .....	189
3.21. Mapa com as áreas de pecuária no período colonial (SIMONSEN, 1978 [1937]) .....	190
3.22. Recorte do mapa 3.23 (AHU, 1784) .....	192
3.24. Localização de quilombos nos históricos municipais do IBGE (2012) .....	195
3.25. Localização de comunidades quilombolas nos Gerais e adjacências (ANJOS, 2009) .....	196
3.26. Área de mineração no período colonial (SIMONSEN, 1978 [1937]) .....	199
3.27. Avanço Luso-Brasileiro no Planalto Central nos séculos XVIII e XIX (IBGE, 2012) .....	201
3.28. Planta do aldeamento de Maria I (AHU, 1782) .....	203
3.29. Localização, povos e datas de início e fim dos aldeamentos e missões nos Gerais e adjacências .....	204
3.30. Povoado de Missão (Dinópolis-TO) .....	205
3.31. Planta de um aldeamento na Capitania de Goyás (AHU, 17__b) .....	206
3.32. Vista da antiga cisterna, agora transformada em um tipo de “coreto” .....	207
3.33. Túmulos abandonados na área rural de Dianópolis-TO .....	208
4.8. Recorte do mapa 1.2, onde consta a denominação “Sertão Povoado de Gentio Cóição” .....	232
4.10. Áreas destacadas do mapa 4.9 .....	237
4.11. Recorte do mapa 4.12, destacando o “Certão do gentio Ajrua” e o Certão do Gentio Xavante” .....	238
4.13. Recortes do mapa 4.14 .....	241
4.17. Recorte da região do Jalapão na <i>Carta do Estado de Goyaz</i> (AN, 1902) .....	249
4.18. Recorte do <i>Mapa do Estado da Bahia</i> (AN, 1892) .....	250
4.19. <i>Recorte da Carta da Capitania de Pernambuco</i> (BN, 18__ ) .....	250
4.22. Recorte do mapa 4.21, <i>Gerais na Carta Geográfica da Capitania de Minas Geraes</i> (DIE, 1804) .....	256
4.23. Croqui do rio Curunhana onde consta uma “aldeia De Gentio Arraial brejo do sal...” (BN, 17__ ) .....	257
4.28. Aldeia Jê retratada no século XVIII pelos portugueses ( <i>apud</i> . CARNEIRO DA CUNHA, 1998b: 19) .....	268
4.29. Compilação das etnias no Planalto Central e adjacências, com destaque para os Gerais .....	297
4.30. Localização dos grupos étnicos indígenas nos Gerais do Planalto Central – Por volta do ano de 1700 ..	298
4.31. Dinâmica da ocupação indígena nos Gerais pós invasões Luso-Brasileiras .....	300



## LISTA DE QUADROS

2.4. Temporalidade dos indígenas “Geraizeiros” .....	109
3.13. Resumo das características fisiográficas dos Gerais e seu entorno .....	156
4.24. Povos que habitaram a região dos Gerais entre 1700 e 1900 segundo as respectivas fontes .....	258
4.25. Etnias do entorno imediato da região dos Gerais entre os séculos XVIII e XIX .....	260
4.26. Etnias geraizeiras mais citadas em cartografia .....	264
4.27. Dispersão das etnias Geraizeiras nas adjacências .....	265

## LISTA DE MAPAS (formato A3)

0.2. Fac-símile reduzido do Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes de Curt NIMUENDAJU .....	27
1.2. Mapa do julgado de “Pracatu”, comarca de Sabará (Rio das Velhas), capitania de MG (AHU, 17__a) ...	43
1.3. Carta da capitania de Goyáz, elaborada em 1751 por Francesco Tosi Colombina (AHU, 1751) .....	47
1.6. Trecho da Carta da Capitania de Pernambuco (BN, 18__) .....	51
3.8. Hipsometria e Unidades de Relevo .....	147
3.11. Principais Fitofisionomias nas Unidades de Relevo .....	153
3.23. <i>Mapa da Conquista do mestre de Campos Regente Chefe da Legião Ignácio Correya Pamplona</i> .....	193
4.1. Distribuição e migração dos Tupi, e localização dos principais grupos linguísticos (MARTIUS, 1867b) ...	213
4.2. Recorte do Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes de Curt NIMUENDAJU (2002a [1944]) ....	217
4.3. <i>As tribos do leste do Brasil</i> de Curt NIMUENDAJU (1946) .....	219
4.4. <i>Distribuição tribal e linguística da América do Sul</i> de STEWARD & MASON (1950) .....	221
4.5. <i>Mapa da Distribuição Etno-linguística da América do Sul</i> de Čestmír LOUKOTKA (1967) .....	223
4.6. Recorte do Mapa da Distribuição Etno-Linguística da América do Sul de LOUKOTKA (1967) .....	227
4.7. Localização das etnias com base nos históricos municipais do banco de dados IBGE (2012) cidades ....	229
4.9. <i>Mapa da Capitania de Goyás</i> , manuscrito do século XVIII, guardado na BPE (17__a) .....	235
4.12. <i>Mapa da Capitania de Goyaz e adjacências</i> (BPE, 17__b) .....	239
4.14. <i>Carta ou Plano Geograph.<sup>co</sup> da Capit.<sup>a</sup> de Goýás</i> (DIE, 1778) .....	243
4.15. <i>Mapa Geral de Toda Capitania de Vila Boa de Goiás</i> (SGL, 1820) .....	245
4.16. Carta do Estado de Goyaz (AN, 1902) .....	247
4.20. <i>Mapa do Estado da Bahia</i> (AN, 1892) .....	251
4.21. <i>Carta Geográfica da Capitania de Minas Geraes</i> (DIE, 1804) .....	253
4.32. Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências – até o ano de 1700 .....	305
4.33. Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências – entre 1701 e 1750 .....	307
4.34. Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências – entre 1751 e 1800 .....	309
4.35. Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências – entre 1801 e 1850 .....	311
4.36. Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências – entre 1851 e 1900 .....	313

## LISTA DE MAPAS (formato A1)

III.a. Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências – até o ano de 1700 .....	Anexo III.a
III.b. Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências – entre 1701 e 1750 .....	Anexo III.b
III.c. Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências – entre 1751 e 1800 .....	Anexo III.c
III.d. Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências – entre 1801 e 1850 .....	Anexo III.d
III.e. Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências – entre 1851 e 1900 .....	Anexo III.e



## SUMÁRIO

<b>Introdução: a sustentabilidade deste trabalho .....</b>	<b>25</b>
<b>1. A área de estudo .....</b>	<b>39</b>
1.1. Os Gerais do Planalto Central e áreas adjacentes .....	40
1.2. Em busca das origens dos “Gerais” no Planalto Central .....	42
<b>2. Métodos e Conceitos .....</b>	<b>55</b>
2.1. Antropogeografia e etno-história, escolas transdisciplinares .....	56
2.1.a. Porque a antropogeografia? .....	56
2.1.a.i. Fundamentos da antropogeografia .....	61
2.1.a.ii. A antropogeografia perante as ciências humanas .....	66
2.1.a.iii. Procedimentos da pesquisa antropogeográfica .....	68
2.1.b. O apoio metodológico da etno-história.....	74
2.1.c. O papel da cartografia .....	75
2.2. Conceitos-chave .....	88
2.2.a. Paisagem .....	89
2.2.b. Território.....	95
2.2.c. Migração e diáspora .....	99
2.2.d. Eventos e periodicidade .....	104
2.2.d.i. Temporalidades indígenas .....	109
2.2.e. Etnia .....	110
2.2.e.i. As classificações étnicas ameríndias brasileiras .....	115
2.2.f. Línguas .....	121
<b>3. Contextualização cronotópica .....</b>	<b>129</b>
3.1. A paisagem natural do Brasil Central .....	130
3.1.a. O Domínio dos Cerrados .....	130
3.1.a.i. Esboço paleogeográfico do Brasil Central: origem do Cerrado .....	138
3.1.b. A fisiografia dos Gerais do Planalto Central .....	145
3.2. Etno-história do Planalto Central .....	163
3.2.a. Os primeiros habitantes do Brasil Central.....	163
3.2.a.i. Chegada dos primeiros humanos: tempo das grandes caçadas .....	164
3.2.a.ii. Os ceramistas e horticultores: tempo das grandes aldeias .....	171
3.2.b. Os Luso-Brasileiros e o projeto colonial .....	179
3.2.b.i. Invasões Luso-Brasileiras nos Gerais: tempo das correrias .....	186
3.2.b.ii. Aldeamentos indígenas no Gerais: tempo do cativo .....	202
<b>4. Povos indígenas no <i>Planalto Central e adjacências</i>: enfoque nos <i>Gerais</i> .....</b>	<b>211</b>
4.1. Localizando as etnias indígenas Geraizeiras .....	212
4.2. Aspectos etnográficos das etnias indígenas Geraizeiras .....	267
4.2.a. O Jê nos Gerais .....	267
4.2.a.i. Os Jê adjacentes aos Gerais .....	279
4.2.b. Tupi nos Gerais .....	283
4.2.c. Famílias com menor presença nos Gerais .....	288
4.2.d. Etnias com informação insuficiente .....	296
4.3. Mapas etno-linguísticos do Planalto Central e adjacências, de 1700 a 1900 .....	297
<b>Considerações Finais: por uma reparação do erro histórico .....</b>	<b>315</b>
<b>Referências .....</b>	<b>325</b>

**Anexo I.** Dados constantes nos históricos municipais do IBGE (2012) utilizados nesta pesquisa

**Anexo II.** Relação das etnias do Planalto Central e adjacências (entre os anos de 1700 e 1900)

**Anexo III.** Mapas Etno-linguísticos do Planalto Central e adjacências, de 1700 a 1900 (formato A1)

**Anexo IV.** CD contendo esta dissertação e seus anexos (formato *.pdf*). Contatos com o autor.



# Introdução: a sustentabilidade deste trabalho

A presente pesquisa tem como objetivo central contribuir na solução do problema da escassez de informações cartográficas sobre povos indígenas no Planalto Central Brasileiro e adjacências, com foco para o momento das invasões luso-brasileiras, especialmente nos séculos XVIII e XIX. É enfatizada com maior profundidade uma porção dessa região denominada de Gerais. Dessa forma, tem como base, as seguintes questões centrais: quais foram os povos indígenas que viveram e passaram pelo Planalto Central antes, durante e após as invasões luso-brasileiras seiscentistas e setecentistas? Havia povos indígenas nos Gerais no momento da invasão além dos apresentados no mapa de Curt Nimuendaju<sup>1</sup>? O citado etnógrafo conseguiu esgotar o levantamento de dados etno-históricos da região em seu mapa? Há outras fontes de cartografia etno-histórica além desse mapa para a região? Se houveram outros povos, qual o destino deles? Migraram? Foram exterminados? Sofreram uma diáspora ou se mantêm no local?

A hipótese elaborada para guiar meus estudos foi a de que houveram sim outros povos, porém não foram alcançados pela pesquisa de Curt Nimuendaju, e que uma nova pesquisa, considerando uma escala de maior detalhe, enfocando uma pequena porção do universo dedicado pelo renomado pesquisador, poderia suscitar novas evidências para o conhecimento sobre os povos ameríndios pré-europeus. Quanto ao paradeiro deles minha hipótese é que muitos foram eliminados, mas outros migraram (ou sofreram diáspora). Tenho como suspeita, ainda, que podem haver remanescentes de povos tidos como extintos nessa área pouco conhecida pela cartografia etnográfica.

A pesquisa surgiu da ideia de se construir um atlas etno-histórico sobre os povos indígenas, com base no mapa de NIMUENDAJU (2002a [1944]), apresentado no mapa 0.2. Entretanto, a necessidade de se aprofundar a respeito de informações sobre os povos que habitaram determinadas regiões dispostas em branco no referido mapa, foi um dos ingredientes que temperaram essa pesquisa. Pois como o próprio autor deixou claro:

---

<sup>1</sup> Consagrado etnográfico da primeira metade do século XX. No capítulo 2, no item que trata da cartografia, apresento mais detalhes sobre sua importância para a etnologia brasileira e áreas afins.

pela sua natureza o Mapa [etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes] não pode representar um trabalho definitivo mas apenas uma tentativa que possa servir de base para trabalhos futuros. (...) Qualquer pessoa com estudos etnográficos ou históricos regionais encontrará no Mapa erros e lacunas, e eu teria a máxima satisfação si estas me fosse apontadas (*ibid.*: 28).

Como é de se notar no mapa 0.2, Nimuendaju realmente deixou lacunas étnicas em uma área que vai do centro do estado de São Paulo ao centro do Piauí, informando apenas algumas etnias nesse vasto espaço. Será que não houveram outras etnias além das mencionadas por Nimuendaju? Essa é a minha grande questão.

Assim, apresento na fig. 0.1 um pequeno recorte de seu mapa, apontando algumas dessas “lacunas” onde eu tentarei nesta pesquisa preenchê-las com base em outras fontes.

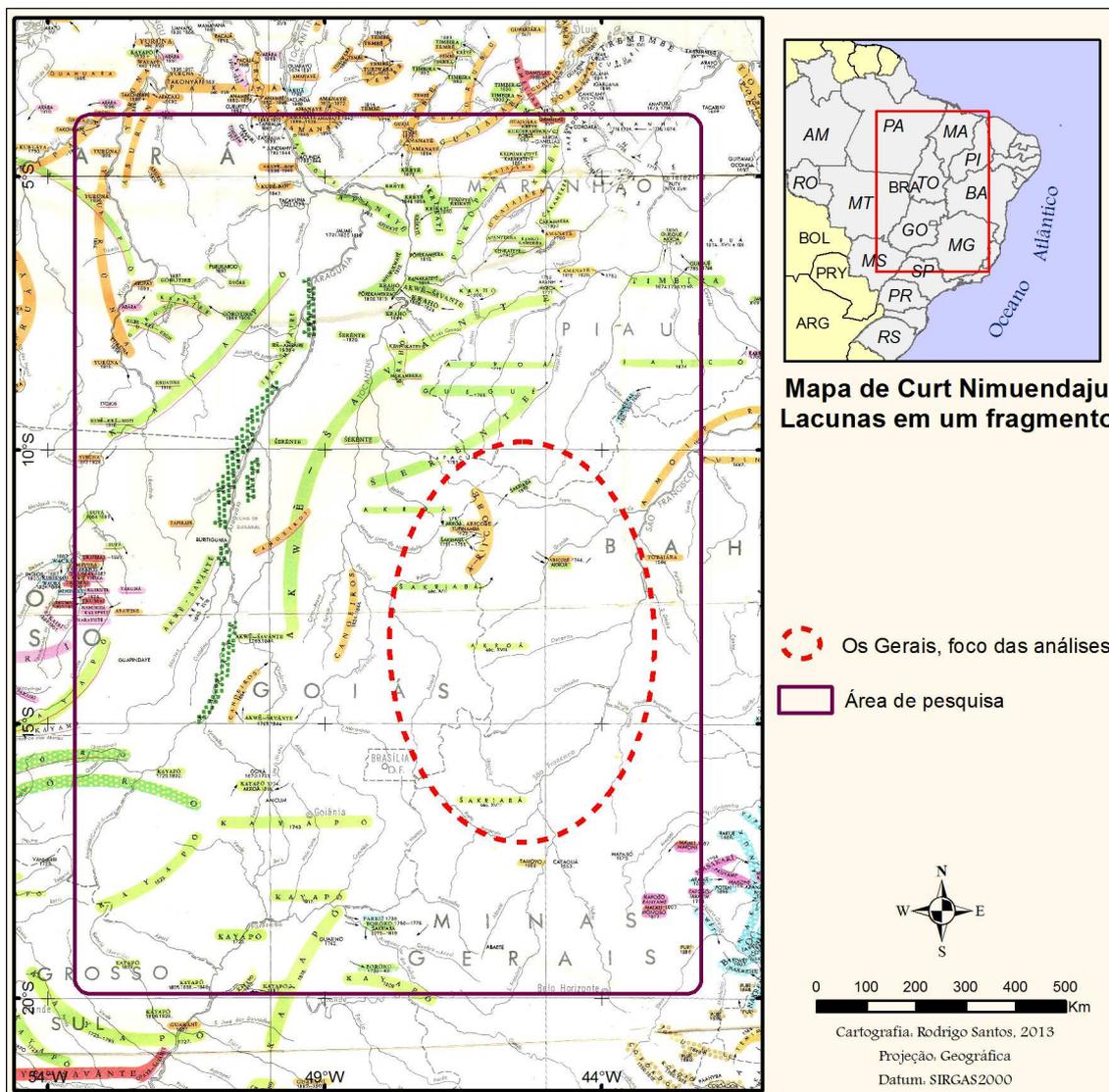
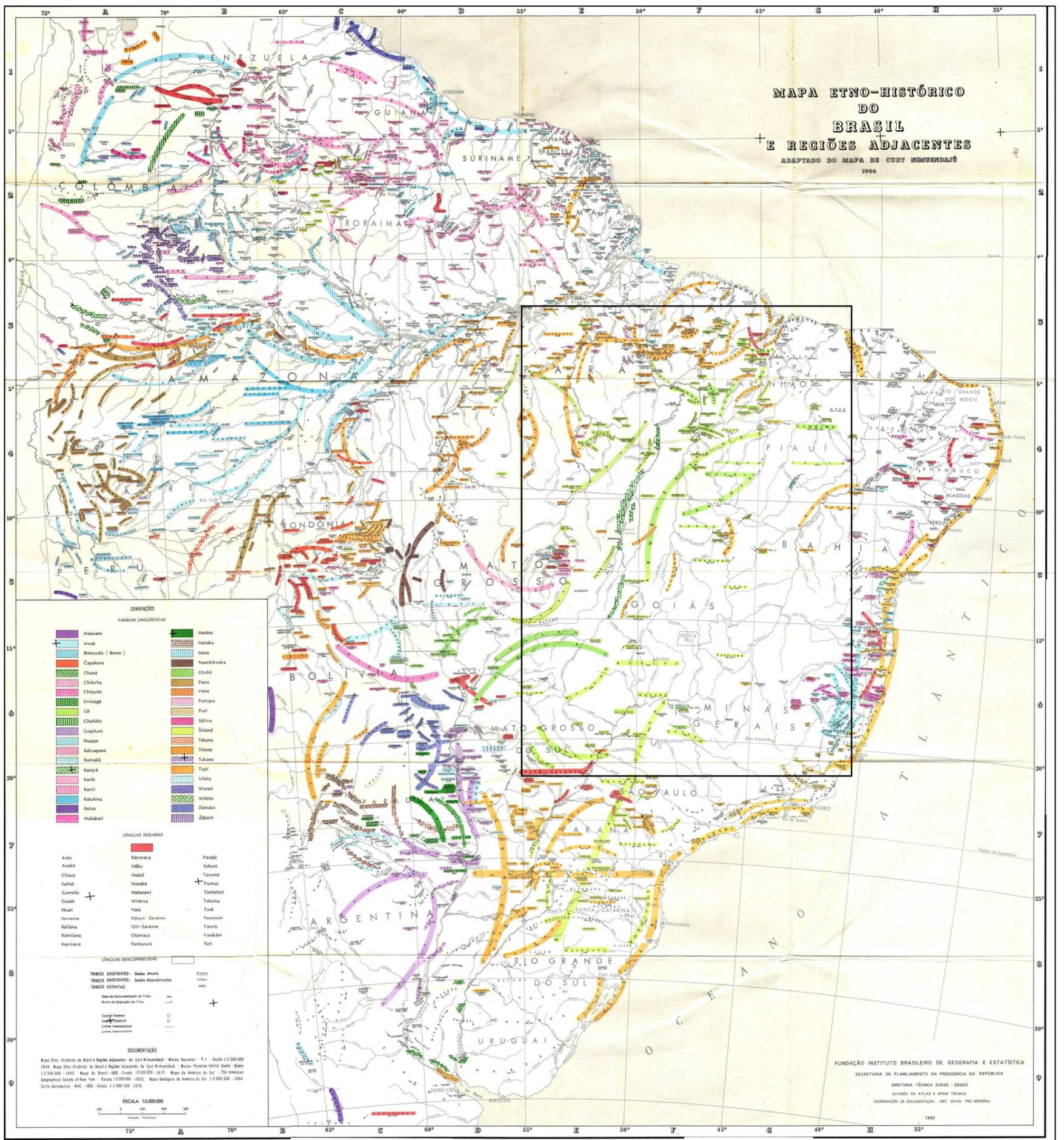


Fig. 0.1. Lacunas étnicas em um fragmento do Mapa de Curt NIMUENDAJU (2002a [1944]).



Mapa 0.2. Fac-símile reduzido do Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes de Curt NIMUENDAJU (2002a [1944]). Como é possível observar, há um enorme espaço em branco que vai do centro do estado de São Paulo até o centro do estado do Piauí. O quadro em destaque está reproduzido na figura 0.1.



A primeira impressão que tive quando foquei a área dos Gerais nesse mapa foi de que Nimuendaju encontrou poucas informações sobre essa região. Ou será mesmo que essa foi uma área pouco povoada por indígenas? Pois em comparação a outras regiões do país, mesmo de cerrado ou caatinga, essa é uma das áreas em que o sábio etnógrafo pouco evidenciou ocupação pré-europeia. Bem, a partir disso iniciei esta pesquisa, para buscar mais informações sobre a ocupação indígena dos Gerais e adjacências do Planalto Central – se é que haveria mais informações do que as compiladas por Nimuendaju.

Considerarei, entretanto, de forma aproximada o período que vai dos anos de 1700 a 1900, representando, assim, o momento inicial das invasões luso-brasileiras à região – que deve ter ocorrido no último quartel do século XVII conforme abordarei no capítulo 3 – e o momento de início do Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

A metodologia escolhida para responder as questões suscitadas está presente nas escolas da Antropogeografia com apoio da Etno-história, e com uso proeminente da Cartografia nas análises.

A área de estudo da presente dissertação é apresentada no *capítulo 1*, que são os *Gerais do Planalto Central e áreas adjacentes*. Mas o que são os Gerais? É uma região geográfica, denominada pela tradição popular dos sertanejos brasileiros e constitui numa área situada nos arredores da Serra Geral, uma formação geomorfológica adjacente ao Espigão Mestre e localizada entre os estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Tocantins, Piauí e Maranhão, um enorme divisor de águas que separa as bacias do São Francisco, Paraná, Tocantins, Parnaíba e Grajaú. No primeiro capítulo irei aprofundar com maiores detalhes as origens dessa denominação e sua abrangência.

Em seguida, no *capítulo 2*, aprofundo na metodologia adotada na pesquisa, calcada na escola antropogeográfica, uma disciplina nascida no século XIX, por obra de Friedrich Ratzel, que buscou reunir elementos da geografia, da história e da etnologia para desenvolver seu processo investigativo. A antropogeografia tem como objeto central de preocupações o entendimento da difusão dos povos pelo planeta, onde estão e onde estiveram as inúmeras etnias humanas e por onde perpassaram. Para apoiá-la, utilizarei a etno-história, disciplina adotada por Manuela Carneiro da Cunha e Beatriz Corrêa-da-Silva, dentre outros pesquisadores, como uma forma mais moderna de se observar os fenômenos históricos de

povos ágrafos, valorizando fontes não documentais como a oralidade, aspectos etnográficos como mitos e a língua, e evidências arqueológicas para apreender a história de povos tradicionais, como os indígenas.

A cartografia será a principal ferramenta. Utilizarei tanto mapas e cartas já elaborados, principalmente o *Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes* de Curt Nimuendaju, manuscrito por ele em 1944 e publicado na década de 1980 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além desse, outros mapas etnográficos, como o de Čestmír Loukotka, serviram de aporte em meu processo investigativo. Também me apoiarei em mapas manuscritos do período colonial brasileiro. No entanto, os mapas não servirão apenas como suporte, a dissertação está repleta de ilustrações cartográficas elaboradas por mim e, ao final, um mapa em tamanho A1, apresenta um resumo dos resultados finais da pesquisa.

Após apresentar a metodologia, ainda no segundo capítulo, explanarei a respeito de alguns conceitos-chave que serão utilizados no decorrer da dissertação, eles estão relacionados aos três aspectos básicos enaltecidos pela antropogeografia, que é o espacial, o temporal e o cultural. Dessa forma, pretendo discutir algumas categorias de análises relacionadas a esses arcabouços teóricos, a saber: a paisagem, o território e as migrações; os eventos e os períodos; a etnia e a língua. Apoiado em teóricos da Geografia, da História, da Antropologia e da Linguística, como Milton Santos, Manuela Carneiro da Cunha, Darcy Ribeiro e Matoso Câmara Jr., dentre outros.

O *capítulo 3* serve para *contextualizar* o espaço e o tempo onde se é desenvolvida esta pesquisa. Na primeira seção abordo o ambiente natural, um dos aspectos fundamentais de uma pesquisa antropogeográfica. A partir dele se dá o entendimento da organização natural do espaço. Utilizo estes critérios ambientais para delimitar minha área de estudo de uma forma mais precisa que no capítulo inicial. Esse capítulo é essencial para se compreender o meio, o habitat, a paisagem, o cenário, o ambiente em que os povos indígenas, que chamarei de *geraizeiros*, conviveram até o momento das invasões luso-brasileiras.

Em seguida, na segunda seção desse capítulo, apresento uma síntese sobre o histórico de ocupação dessa porção natural do planeta, os Gerais, pois não há como entender a humanidade sem apreender sua história, seus desafios e decisões que tomaram para se construir o presente. Iniciarei expondo a chegada do ser humano nos Gerais, com apoio da

arqueologia, até o momento de contato com o invasor europeu. Neste ponto passo a apresentar a história mais conhecida dos brasileiros, entretantes, com um olhar crítico sobre as decisões tomadas por nossos antepassados luso-brasileiros para que fosse construindo o território do nosso atual país, o Brasil.

Após encerrar esse momento de contextualização socioambiental, retomo do ponto de contato entre indígenas geraizeiros e luso-brasileiros, e passo a apresentar, no *capítulo 4*, teço análises a partir de dados que atestem quais eram os povos que habitavam os Gerais nesse momento histórico. Apresento algumas características desses povos e ilustro com mapas que demonstram a evolução de seu deslocamento, tendo por base os fatores históricos e físicos já apresentados.

Assim, concluo a presente pesquisa com um panorama sobre a multi-etnicidade que existiu nessa região, mas que pouco conhecimento detemos sobre ela. Ao final, identifiquei 88 etnias no *Planalto Central e adjacências* além das 112 que já constavam no mapa de Nimuendaju, totalizando 200 povos nessa região. Esses povos situavam-se em 509 locais distintos, sendo que 208 já constavam no mapa de Nimuendaju, um acréscimo de 301 novos locais.

Acredito que este trabalho contribui para minimizar o impacto irrecuperável promovido pelo Estado brasileiro (que na época era lusitano) quando buscou ampliar seu domínio territorial, no intuito de abarcar mais e mais recursos naturais e humanos. Essa nossa história levou a eliminação de uma infinidade de etnias, sobre as quais pouco se sabe hoje, mas que marcaram suas vidas nessa Terra. E caso esse passado não seja apreendido pelos brasileiros e pela humanidade, pode vir a se repetir. Pois tal qual preconiza a dialética de Platão, tudo tem o seu oposto, portanto, para que a paz e a justiça proliferem em nossos dias, é necessário que as guerras e as injustiças se mantenham em nossa memória. Só assim, tendo consciência de seu poder destrutivo e da violência que causou, ela poderá permanecer no seu devido lugar, que é no passado. Para que o presente e o futuro sejam trilhados pela harmonia e respeito entre os povos. E possamos então atingir a tão desejada sustentabilidade. Mas que sustentabilidade? O que tem de sustentável nesta pesquisa? Tentarei explicar a seguir.

## A sustentabilidade nesta pesquisa

O que uma pesquisa de etno-história tem a ver com o desenvolvimento sustentável? O que seria essa tão afamada sustentabilidade? Teria ela alguma relação com a reparação de erros cometidos pelo Estado a diversas etnias no passado? É o que veremos.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, ocorrida em Estocolmo (1972) foi marcada pelo embate de correntes de pensamento sobre como deveria ser direcionada a política econômica global. Os *desenvolvimentistas* viam no crescimento econômico o modelo correto de implantação das políticas nos países. Após se atingir um nível econômico elevado é que seria possível a repartição dos benefícios entre toda a população, por meio de grandes obras, projetos de colonização e produção agropecuária, ou mesmo com a transformação dos recursos naturais em bens de consumo pela indústria.

Do outro lado os *preservacionistas* viam que os recursos da natureza não suportariam a onda de depredação promovida pela utilização acima da sua capacidade de renovação. Além disso, a poluição dos ecossistemas, resultante dos processos produtivos, culminaria na extinção de inúmeros seres vivos, colocando em risco inclusive a vida humana. Pois “o desenvolvimento econômico não seria capaz de atender às necessidades de todos” (BUARQUE, 2002: 12), pelo contrário, de acordo com as previsões de crescimento das populações humanas, o abismo entre ricos e pobres se acentuaria, não tendo condições de garantir a mesma qualidade de vida, principalmente alimentação para todos os povos. Para se evitar esta catástrofe, estratégias sociais promovidas pelos Estados nacionais seriam necessárias.

A opinião pública tornou-se cada vez mais consciente tanto da limitação do capital da natureza quanto dos perigos decorrentes das agressões ao meio ambiente, usado como depósito. “O crescimento econômico ainda se fazia necessário, mas ele deveria ser socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente” (SACHS, 2002: 52).

O resultado desse impasse foi o surgimento de estratégias que juntasse as três visões de política global, chegando a ideia do *desenvolvimento sustentável*, proposto pelo relatório

Nosso Futuro Comum (ou *Brundtland*), publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1987, que propôs a manutenção do modelo de desenvolvimento econômico através de condicionantes sociais e ambientais.

Gradativamente, esse conceito foi sendo adotado como política nacional e internacional, levando a sua institucionalização através do surgimento de órgãos oficiais de meio ambiente, como os ministérios e agências de Estado e o Programa Nacional do Meio Ambiente (PNUMA) da ONU.

Outra preocupação também passou a ser considerada: o compromisso com as gerações futuras de usufruírem dos recursos naturais da mesma forma que a geração atual, o chamado pacto intergeracional (LIMA, 2009) ou solidariedade diacrônica (SACHS, 2002), ampliado pelo postulado ético de responsabilidade para com o futuro de todas as espécies vivas na Terra.

Evidente que por se tratar de uma política recente, cujas bases conceituais ainda não estão bem consolidadas, o desenvolvimento sustentável ainda é uma utopia, mas direciona políticas públicas e ações individuais e coletivas no cotidiano de cada vez mais países e pessoas. Diferente dos conceitos de desenvolvimento e direitos humanos que surgiram para exorcizar as lembranças da Grande Depressão e dos horrores da Segunda Guerra Mundial, fornecendo os fundamentos para o sistema das Nações Unidas e impulsionando os processos de descolonização.

STROH (2002) diz que a essência da ideia de desenvolvimentismo está na civilização ocidental, europeia. Pois aos olhos do colonialismo, a dignidade da existência do diferente, tido como bárbaro, foi reconhecida, apenas, na sua capacidade de incorporar-se às luzes da moral cristã, da mentalidade capitalista e do racionalismo progressivo do mundo industrial, em sua insaciável voracidade por recursos naturais, cada vez mais distantes. Ela questiona:

Como pensar a sustentabilidade do desenvolvimento da sociedade brasileira, reproduzindo os ícones de um processo civilizatório, cujas conquistas erigiram-se na força do afogamento das pequenas civilizações, das nações, terras, culturas e saberes indígenas? Os intelectuais, políticos e técnicos dos países edificados sob os signos da conquista do Novo Mundo pelo Velho Mundo necessitam se reconciliar com os seus passados nacionais e continental e, de lá, *reinventar um presente e um futuro sustentável na cartografia da globalização* (STROH, 2002: 10-11, grifo meu).

Neste argumento está a importância da revisão da cartografia histórica apresentando fatos omitidos pela historiografia oficial, elaborada pelo colonizador. Daí a necessidade de se ouvir e dar espaço a voz do indígena, para que ele possa manifestar a sua versão da história.

Uma das técnicas propostas para a coleta de informações para a presente pesquisa prevê o levantamento de dados junto a povos tradicionais através da história oral, técnica apresentada por BRANDÃO (1982). Buscarei atingir o que Ignacy Sachs qualifica como “permitir uma interação saudável entre o conhecimento tradicional e a ciência moderna” (SACHS, 2002). O resultado estará presente nas caracterizações etnográficas do último capítulo, porém, reconheço que foi pouco explorado, devido a inexistência da grande maioria dos povos Geraizeiros. E se restringirá aos poucos que pude contactar, que foram os Xakriabá e os Xavante.

Para que o desenvolvimento sustentável seja atingido, Sachs defende que a expansão das forças produtivas da sociedade deve ser promovida pelos estados nacionais com o objetivo de se atingir os direitos plenos de cidadania para toda a população, efetuando, portanto, um uso produtivo sem precisar prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade.

O ideal ético desta modalidade de desenvolvimento consiste no respeito à diversidade da natureza e na responsabilidade de conservar essa diversidade. Sachs completa colocando que a partir da ética do respeito à diversidade do fluxo da natureza, emana o respeito à diversidade de culturas e de sustentação da vida, base não apenas da sustentabilidade, mas também da igualdade e justiça.

Para que se possa atingir uma sustentabilidade com essa ética proposta por Ignacy Sachs, alicerçada na ideia do mútuo respeito da diversidade natural e cultural do planeta, é necessário o respeito entre os povos, o reconhecimento mútuo.

Assim, deve-se ir além da economia, mas considerar diversos outros elementos como a história, a religião, a política, e a ética dos diversos atores envolvidos, sejam eles imponentes ou minoritários, sofisticados ou singelos, complexos ou simples, pragmáticos ou mitológicos (PACHECO, 2006).

A contribuição dos mapas etno-históricos à sustentabilidade se dá principalmente no fortalecimento da identidade dos povos e, no caso da presente pesquisa, os indígenas, mais

especificamente os povos indígenas do cerrado, bem como da população cabocla originada do confronto com a frente colonial luso-brasileira, valorizando suas raízes e colocando-as a um nível de igualdade histórica frente ao colonizador.

Esta questão é posta por ANJOS (2009: 8) como essencial na busca de equilíbrio entre as “multiculturas” existentes no Brasil. Por isso, se fazem necessárias interpretações mais amplas das formas de organização e da historiografia, incorporando as diferentes identidades surgidas pela diversidade étnica e cultural, imprescindível para um tratamento ético de valorização e reconhecimento das diferentes territorialidades existentes no país, com vistas à superação da discriminação e preconceito entre os diferentes grupos que o compõe. Como enfatiza (CARNEIRO DA CUNHA: 1998 [1992]):

ter uma identidade é ter uma memória própria. Por isso a recuperação da própria história é um direito fundamental das próprias sociedades. (...) Hoje se sabe que as sociedades indígenas são parte de nosso futuro e não só de nosso passado. A nossa história comum (...) foi um rosário de iniquidades cometidas contra elas (p. 20-22).

LAPLANE & PRIETO (2011) apontam para a “necessidade de se implementar um conjunto de ações centradas, por um lado, no reconhecimento dos povos indígenas como parte da cultura nacional e, por outro, como grupos com as suas particularidades”. Os mapas e atlas são importantes ferramentas didáticas para isso, pois podem apresentar elementos geográficos da paisagem atual ou histórica. Uma ilustração vai além do idioma e pode se comunicar com pessoas de diversas culturas e línguas. Pode transmitir informações diretas e claras e apresenta grande facilidade de entendimento pelo interlocutor.

Uma coleção de mapas, ou melhor, um atlas que apresente a evolução de deslocamento de grupos indígenas, juntamente com o surgimento de currais, povoados, freguesias e vilas, poderá ser elucidativo para se entender como se deu a expansão da colonização e retração da ocupação nativa, podendo inferir direções ou destinos (R. SANTOS, 2013).

O atlas elaborado por ANJOS (2005) é uma inédita iniciativa no campo da educação para reparação étnico-racial no Brasil. Há ainda o atlas histórico de JOFILLY (1998), que traz além de mapas, frisas-cronológicas, gráficos e resumos de importantes fatos que marcaram a história do país envolvendo, inclusive, povos nativos ou africanos. No entanto, ambos tratam o Brasil como um todo, não se debruçando em regiões ou casos específicos, deixando uma

importante lacuna que, quando preenchida – no quê a presente pesquisa pretende contribuir – poderá amenizar os conflitos localizados entre índios e a sociedade nacional.

A importância de uma educação às novas gerações é estratégica para o país. Caso os filhos dos neo-colonizadores continuarem o avanço sobre os povos originários, muitas outras tragédias ocorrerão. É necessário educá-los, mostrando como se deu o avanço agropecuário em sua região, onde estavam os indígenas. Quem são os invasores?

Todo o território brasileiro era ocupado por populações indígenas antes da chegada dos colonos europeus, a população nativa girava em torno de cinco milhões de indivíduos, pertencentes a milhares de etnias, falantes de outro milhar de línguas (D. RIBEIRO, 2011 [1995]: 151).

A presente pesquisa poderá contribuir na reparação do erro histórico cometido pelo Estado, que eliminou centenas de etnias e culturas, avançando sobre seus territórios. Aqui trarei alguns elementos que acrescentam à história indígena do país, e que poderão tanto ilustrar livros didáticos, como servir de aporte técnico a processos de afirmação étnica ou territorial.

Nesse sentido destaco o que diz Albert Jacquard (1983) citado por ANJOS (1999) “a nossa riqueza coletiva é constituída por nossa diversidade, o ‘outro’, indivíduo ou sociedade, é precioso para nós na medida em que é diferente de nós” (p.4).

Mas há um paradoxo nessa ideia de igualdade na diversidade. Quanto a isso, MORIN (2002) afirma que “diversidade não significa uma visão hierárquica, pois a diversidade é uma pluralidade de possibilidades”. E continua:

A fórmula francesa de Liberdade, Igualdade e Fraternidade é muito bonita e tem a sua verdade. Entretanto, as três noções complementares estão em antagonismo, porque a liberdade, sozinha, mata tanto a igualdade como a fraternidade. Se a igualdade se impõe, mata a liberdade sem fazer a fraternidade. (MORIN, 2002: 38).

Fundamentalmente, um desenvolvimento sustentável só será possível com o que SACHS (2002) qualifica como consentimento pacífico dos diversos atores e pensamentos, globais e locais. Conquistado em negociações resultantes do diálogo e compromisso pelas diversas partes. Mas para isso é necessário conhecer o diferente, para um posterior reconhecimento das qualidades similares e respeito às peculiaridades.

Edgar MORIN (2002) defende, ainda, que do ponto de vista econômico “garantir que a população local receba uma fatia dos benefícios resultantes do aproveitamento de seus saberes” é uma das premissas do desenvolvimento sustentável. Dessa maneira, uma das estratégias de retorno econômico que os mapas etno-históricos poderão proporcionar às comunidades é o subsídio à formatação de roteiros turísticos no Brasil central que incluam locais anteriormente habitados por povos do cerrado, com relevância para a história do país. Porém, conforme é possível absorver na presente pesquisa, não é este seu principal propósito.

Reunir em documentos cartográficos as antigas áreas ocupadas pelos indígenas, seus locais sagrados e alguns elementos dos recursos naturais que lá ocorriam, também aumenta a possibilidade de resgate de espécies vegetais inexistentes nas atuais terras indígenas demarcadas, mas que fazem parte da ciência daquele povo. Podendo até servir como mais um argumento para a ampliação de áreas protegidas, contribuindo com a conservação da biodiversidade brasileira.

A sustentabilidade dos povos que sobreviveram à colonização depende da proteção das paisagens naturais, mesmo que fora das terras já demarcadas. Os indígenas necessitam dos rios, das matas, dos animais, dos elementos da natureza para garantir a continuidade de sua tradição. “Eles sabem viver na mata, deixando-a viver por milênios. Sua adaptação ecológica é um extraordinário exemplo de sabedoria dos povos da floresta” afirma Darcy RIBEIRO (1996 [1970]). Identificar as áreas ocupadas por seus antepassados, os antigos locais sagrados e os recursos naturais que lá ocorriam será mais um argumento para a proteção de novas áreas, e poderá re-conduzir os povos à sua utilização, pois estudos de sensoriamento remoto apontam que áreas ocupadas por povos indígenas apresentam mais eficiência na conservação da vegetação do que muitas unidades de conservação (NEPSTAD *et. al.*, 2006).

Além disso, a presente pesquisa servirá como um alerta aos povos e terras tradicionais que passam atualmente pelas mesmas condições vividas pelos indígenas coloniais, como no caso da fronteira de expansão agrícola da Amazônia, que submete de uma forma violenta sociedades indígenas à economia do garimpo, da pecuária e da agroindústria. Pois “entender a história é uma das chaves para se corrigir os erros do presente” (SAWYER, 2010).

Dessa maneira, para materializar em mapas etno-históricos a ressonância da voz de algumas das matrizes étnicas que formam a identidade do Brasil, mas que, segundo RIBEIRO

(1996 [1970]), durante centenas de anos ficou muda e omitida dos documentos cartográficos oficiais, me apoio no argumento de que “a conservação da diversidade natural e cultural é condição necessária ao desenvolvimento sustentável, um projeto que não a prevê não pode ser considerado sustentável” (SACHS, 2002).

Como vimos, o movimento ecologista, reconfigurado pela importância que deveria se dar às comunidades tradicionais, sobretudo na Amazônia (caso dos seringueiros liderados por Chico Mendes) nas décadas de 1970-80, reafirmou perante as ciências a necessidade de uma interdisciplinaridade na busca do entendimento da realidade e na proposição de soluções práticas ao bem-estar humano. Nestes termos, pretendo aqui resgatar um pouco do patrimônio intelectual elaborado pela antropogeografia, uma disciplina proposta no final do século XIX, mas que está intimamente ligada ao conhecimento e solução de problemas que envolvem povos tradicionais.

Não se trata, entretanto, de uma pesquisa meramente geográfica, pois a transdisciplinaridade buscada pelos que se aventuram nas ciências ambientais é uma oportunidade para cada especialista beber um pouco mais nas contribuições que outras áreas científicas estabelecem sobre seu objeto de estudo. Assim, tive a oportunidade de absorver elementos da Antropologia, da História, da Linguística, da Economia, da Biologia, da Ecologia, da Agronomia, da Arqueologia, e outras, além dos já recebidos no interior da Geografia. E, dessa forma, construí o presente trabalho, que pretende manifestar essa transdisciplinaridade acumulada no curto período em que estive nesta casa, o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

Afinal, seguindo a filosofia da dialética em Platão (cf. RUSSELL, 1968 [1946]), a realidade é formada por uma dualidade, para haver a paz, deve-se haver a guerra, para haver a justiça, deve-se haver a injustiça. No entanto, pelo pensamento de M. SANTOS (2002), a realidade é espaço-temporal, portanto, a guerra e a injustiça precisam ser situadas em nossa história, para que não se caiam no esquecimento, considerando os avanços do passado, deixando o presente<sup>2</sup> e o futuro livres para um desenvolvimento humano realmente sustentável.

---

<sup>2</sup> Injustiças e guerras ainda se fazem presentes em nossa sociedade, porém há que se considerar os avanços pela busca da paz e da justiça.

# 1. A área de estudo

*... a paragem formosíssima dos  
campos gerais,  
expandida em  
chapadões ondulantes...*  
Euclides da Cunha, Os Sertões, 1899.

**N**o presente capítulo procuro delimitar o espaço onde desenvolvi minha pesquisa, os *Gerais do Planalto Central e áreas adjacentes*. Palco de encontros, conflitos e migrações entre povos indígenas e luso-brasileiros.

*O Planalto Central* é uma formação de relevo situada no centro do Brasil, nos estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Piauí, além do Distrito Federal. *Os Gerais* correspondem à porção nordeste dessa geomorfologia, e será o foco desta pesquisa.

A seguir, delimito melhor essa área de enfoque e suas adjacências, estas que por sua vez serão abordadas com menor ênfase nas análises desta dissertação. Em seguida, teço uma breve busca das origens do nome “Gerais” como toponímia nessa porção do país, um lugar ermo, distante dos grandes centros urbanos desde o princípio da colonização.

## 1.1 Os Gerais do Planalto Central e áreas adjacentes

O *Planalto Central Brasileiro*, conforme se observa na figura 1.1, é uma formação de relevo situada no centro do Brasil, com núcleo nos estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia, e em porções menores nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Piauí. O Distrito Federal está integralmente sobre o Planalto Central.

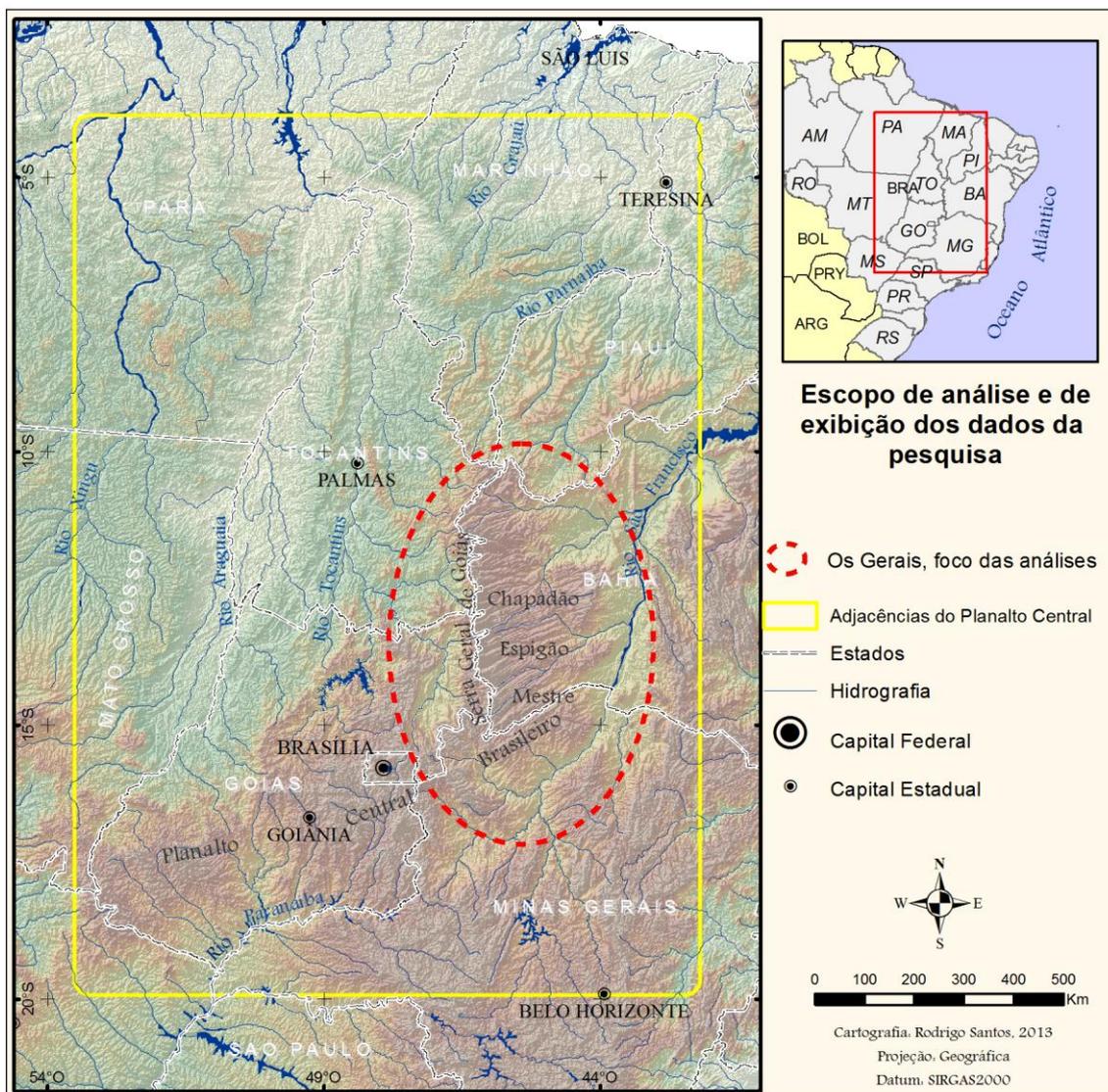


Fig. 1.1. Localização dos Gerais do Planalto Central e áreas adjacentes.

A figura 1.1 apresenta, ainda, um círculo tracejado vermelho localizando o espaço de enfoque da presente pesquisa, que é a porção nordeste do Planalto Central Brasileiro, denominada aqui de “*Gerais*”. A área núcleo dos *Gerais do Planalto Central*, para fins desta pesquisa, será o Chapadão Espigão Mestre.

As *áreas adjacentes dos Gerais do Planalto Central* correspondem àquelas atingidas por esta dissertação, portanto com dados de localização étnica que serão de certa forma apresentados, mas que não serão enfocadas nas análises. É basicamente um quadrante cujas extremidades são: o vértice sudeste na região de Belo Horizonte; o vértice sudoeste no extremo nordeste do Mato Grosso do Sul; o vértice noroeste próximo ao médio curso do rio Xingu, no sul do Pará; e o vértice nordeste nos arredores de Teresina, no Piauí.

Dessa forma conseguirei exibir os povos que habitaram a porção centro-leste do Cerrado brasileiro, que coincide com o *Planalto Central Brasileiro e áreas adjacentes*. As características fisiográficas da paisagem dos Gerais, do Planalto Central e das áreas adjacentes serão melhor explicitadas na primeira seção do capítulo 3.

Mas porque essa área se chama “*Gerais*”? Como e quando surgiu essa toponímia? Com base em elementos da literatura, da cartografia, da história, e outros, tentarei esclarecer essas questões, buscando as mais antigas evidências sobre ele, apresentadas a seguir.

## 1.2 Em busca das origens dos “Gerais” no Planalto Central

O espaço onde me aprofundo na pesquisa se passa em uma região denominada popularmente como “Gerais”, toponímia consagrada pelo romance de João GUIMARÃES ROSA (2001 [1956]), intitulado “Grande Sertão: Veredas”, onde o protagonista, Riobaldo Tatarana, conta sua história de jagunço numa região situada entre o norte de Minas Gerais, o oeste da Bahia e o Leste de Goiás (atual noroeste goiano e sudeste tocantinense), vivida durante o século XIX.

Este local coincide com a região dos *currais são-franciscanos* do período colonial, também chamado de *currais baianos* (apesar de nesta época pertencer à Pernambuco), cujas boiadas foram introduzidas pelos baianos no século XVII para o abastecimento dos engenhos de açúcar do litoral nordestino, e com o início do ciclo do ouro, abasteceu as minas de Minas Gerais e Goiás, quando viveu seu apogeu pecuário no século XVIII. Entrarei com mais detalhes a respeito dessa invasão luso-brasileira na região dos Gerais na seção 3.2 do cap. 3.

GUIMARÃES ROSA (op. cit.) em diversas passagens de seu romance identifica os habitantes da região por onde se passa o enredo como *geralistas*, sertanejos que convivem numa paisagem marcada pela presença dos *campos-gerais* e das veredas (oásis de buritizais). Apesar de ser uma ficção, o espaço por onde se desenvolve a trama é bem real, inclusive as toponímias citadas pelo autor. Um estudo executado por Alan VIGGIANO (1978), buscou mapear os locais por onde passou Riobaldo Tatarana e o referido pesquisador conclui que João Guimarães Rosa era um profundo conhecedor da geografia do sertão mineiro, baiano, goiano e maranhense, pois muitas localidades citadas no romance existem de fato, e algumas, podem até ter existido, mas a toponímia usada por Rosa não deve ser a mesma dos dias atuais.

A antropóloga Mônica NOGUEIRA (2009) dedicou uma tese de doutorado às atuais populações tradicionais dos Gerais, identificados por ela de Geraizeiros, pois é a forma como se autodenominam essas pessoas. O gentílico *geralista*, usado por Guimarães Rosa e por outros autores acadêmicos, segundo a referida antropóloga, é uma denominação externa, dada pelos *mineiros*, moradores das serras que foram no século XVIII fortemente mineiradas, e nas



Mapa 1.2. Mapa do julgado de “Pracatu”, comarca de Sabará (Rio das Velhas), capitania de Minas Gerais, elaborado no século XVIII (AHU, 17\_a)<sup>1</sup>. Em destaque, no círculo amarelo, a vila de “Pracatu do Príncipe” (atual cidade de Paracatu). No destaque vermelho, a área identificada como “Geraes” designando os chapadões ao norte do citado arraial, nas nascentes do rio Urucuya. O retângulo preto é um recorte que será visualizado na fig. 4.8, no último capítulo.

<sup>1</sup> Nessa visualização posicionei o norte para a parte superior, imitando as disposições cartográficas mais atuais. No entanto, originalmente foi elaborado para que o sul ou o oeste fossem utilizados como referencial da parte superior. O grande rio marcado de nordeste a sudoeste é o alto curso do São Francisco, a partir do rio Correntina no atual oeste baiano, próximo as divisas com Minas Gerais. O rio Carinhonha, o seguindo de cima para baixo, separava, nessa ocasião, as capitanias de Pernambuco e Minas Gerais.



quais surgiram grandes cidades coloniais como Sabará, Ouro Preto e Mariana. A autora indica que desde a formação da capitania de Minas Gerais houve uma dicotomia entre essas duas regiões (Gerais e Minas) que se refletiu na paridade gentílica e na própria denominação do estado: “Minas” “Gerais”.

O mapa 1.2 foi elaborado no século XVIII e guardado no Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal (AHU, 17\_\_a), indica as povoações e hidrografia dos arredores do então arraial de “Pracatu” (atual cidade de Paracatu) localizada no interior da comarca de Sabará, capitania de Minas Gerais. Esse mapa traz como toponímia da região localizada nos chapadões ao norte do referido arraial como “Geraes”.

Conforme observa-se no mapa, há uma linha delimitando a capitania de “Goyas”, posta a oeste da toponímia “Geraes”. Ao se acompanhar seu traçado para o norte, a linha vai se tornando difusa, não chegando a se encontrar com os dois polígonos situados no extremo noroeste, correspondentes às capitânicas de Grão Pará e Maranhão. O mapa também apresenta como limítrofes entre as capitânicas de Minas Gerais e Pernambuco<sup>2</sup> o rio Carinhanha, no entanto, não há nenhum elemento que delimita estas duas capitânicas nas nascentes do citado rio. Esta área localizada entre as cabeceiras dos afluentes esquerdos do rio São Francisco, incluindo o Carinhanha e o Urucuia, até os limites de Goiás, Maranhão e Grão Pará, aparece como uma terra sem definição toponímica ou político-administrativa. E é aí que justamente estão os Gerais, cuja toponímia nessa figura encontra-se apenas nas nascentes do rio Urucuyá, tendo em vista que o foco do referido mapa são os arredores do arraial de “Pracatu”.

Isso corrobora com a fala do jagunço Riobaldo Tatarana no romance de GUIMARÃES ROSA (2001 [1956]):

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucúia. (...) Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho da autoridade. O Urucúia vem dos montões oeste. (...) O gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. (...) O sertão está em toda a parte (p. 30, itálico do autor, sublinhados meus).

---

<sup>2</sup> Durante todo o século XVIII e início do XIX, as capitânicas de Pernambuco e Minas Gerais eram limítrofes, até a data de 1827, quando a comarca de São Francisco é anexada à capitania da Bahia.

A denominação de *terras gerais* também foi utilizada para denominar áreas devolutas, sem senhor, em contraposição às terras particulares (M. NOGUEIRA: 2009: 58; 60). Por isso os Campos Gerais seriam as áreas campestres e devolutas. A designação “gerais” se confunde com “sertões” e pode ser utilizada para definir um tipo específico de sertão, onde é recorrente a presença de campos, cerrados e veredas. Este tipo de paisagem, como será melhor explicitado no capítulo 3, ocorre na região limítrofe entre os estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Tocantins, Piauí e Maranhão, podendo ser incluído o Distrito Federal.

O romance de Guimarães Rosa desenvolve-se, principalmente, na segunda metade do século XIX, um momento histórico onde por mais de 150 anos os indígenas haviam passado por sucessivas guerras com os invasores luso-brasileiros e, portanto, estava pouco habitado como transparece na citada fala de Riobaldo. Aliás, em relação aos indígenas, esse narrador traz a seguinte informação:

Quem tem mais dose de demo em si é índio, qualquer raça de bugre. Gente vê nação desses, para lá fundo dos *gerais* de Goiás, adonde tem vagarosos grandes rios, de água sempre tão clara aprazível, correndo em deita de cristal roseado... Piolho-de-Cobra se dava de sangue de gentio (GUIMARÃES ROSA, 2001 [1956]: 46-47, grifo meu).

Conforme as descrições narradas possivelmente esses índios são os Xerente, e os rios citados o Tocantins e seus afluentes, indicando que o “fundo dos gerais de Goiás” podem ser o atual estado de Tocantins. Não tecerei comentário sobre o tom preconceituoso da fala do jagunço Riobaldo em relação ao indígena, já que estou apenas buscando localizar os Gerais.

Francesco Tosi Colombina, geógrafo genovês que viveu parte da vida no sertão brasileiro produzindo mapas, plantas e estudos, elaborou, em 1751, a “Carta da Capitania de Goyáz” (Mapa 1.3). Na ocasião ele estava a serviço da coroa portuguesa para amparar o Tratado de Madri de 1750, onde Portugal e Espanha redefiniam os limites entre suas colônias sul-americanas.

Colombina supostamente deslocou a capitania de Goyáz para o leste, incluindo-a na íntegra ao território português do Tratado de Tordesilhas (o que pode ter evitado possíveis reivindicações espanholas na delimitação do então recém Tratado de Madri), conforme atesta CINTRA (2010: 10) ao analisar o Mapa das Cortes. Apesar dessa distorção comum aos mapas portugueses da época, esse mapa 1.3 traz informações a respeito da toponímia e da localização das grandes nações indígenas que na ocasião habitavam vastas áreas da capitania.



Mapa 1.3. Carta da capitania de Goiás, elaborada em 1751 por Francesco Tosi Colombina (AHU, 1751).

Em destaque vermelho a “Serra do Geraís” no limite nordeste da capitania.

Este é considerado por CHAIM (1983 [1974]: 39-42) e LOPES DA SILVA (1998 [1992]: 362-3) o mais antigo documento histórico a constar a denominação “Xavante”.



O mapa 1.3 também indica a posição de diversos “Certões” povoados por indígenas. CHAIM (1983: 39-42) e LOPES DA SILVA (1998 [1992]: 362) afirmam que este é o mais antigo documento histórico a constar a denominação “Xavante”. Sobre os indígenas irei comentar apenas no capítulo 4. Para o presente capítulo a informação mais importante é a grafia toponímica “Serra do Geraes”, provavelmente nos limites com as capitânicas do Maranhão, Piauí e Pernambuco<sup>3</sup>, atualmente denominada de Serra Geral ou Serra Geral de Goiás.



Fig. 1.4. Recorte do Mapa (4.9) da Capitania de Goiás (BPE, 17\_a) onde consta a toponímia “Serra dos Geraes”, destacada com a elipse vermelha. Notar que o norte está para o lado esquerdo da figura. Na parte superior do fragmento o rio Grande deságua no São Francisco, próximo a atual cidade de Barra. O mapa completo será apresentado no capítulo 4, mapa 4.9.

<sup>3</sup> No período colonial a capitania da Bahia não fazia divisa com Goiás. Apenas em 1824 a comarca de São Francisco é desmembrada da então província de Pernambuco e passa a integrar Minas Gerais, e em 1827 passa às jurisdições da Bahia.

O recorte de mapa da figura 1.4 apresenta novamente a identificação da serra que marca o limite entre as então capitânicas de Goiás e Pernambuco. O trecho representado nesse pequeno fragmento de mapa localiza-se no atual oeste baiano, próximo a tríplice divisa entre Bahia, Tocantins e Piauí, denotando, portanto, que a toponímia “Geraes” era empregada para estas bandas até mesmo pelos oficiais do reino, já que esses produtos cartográficos eram utilizados pelos Governadores e alta nobreza do poder real.

No século XIX, os produtos cartográficos também trazem a toponímia “Geraes” para essa região. Na figura 1.5, apresento dois recortes do mapa 1.6, que por sua vez apresenta um trecho da *Carta da Capitania de Pernambuco*, publicada no primeiro quartel desse referido século. Nela, se intitula como “Geraes de Goyaz ou Campos inabitaveis”<sup>4</sup> e ainda “Campos Geraes ou dezertos sem logradouros” (EN, 18\_\_ ) a região situada no alto curso dos rios da margem esquerda do São Francisco, entre o Carinhanha e o Grande, atualmente pertencente à Bahia, nas divisas com Goiás e Tocantins.

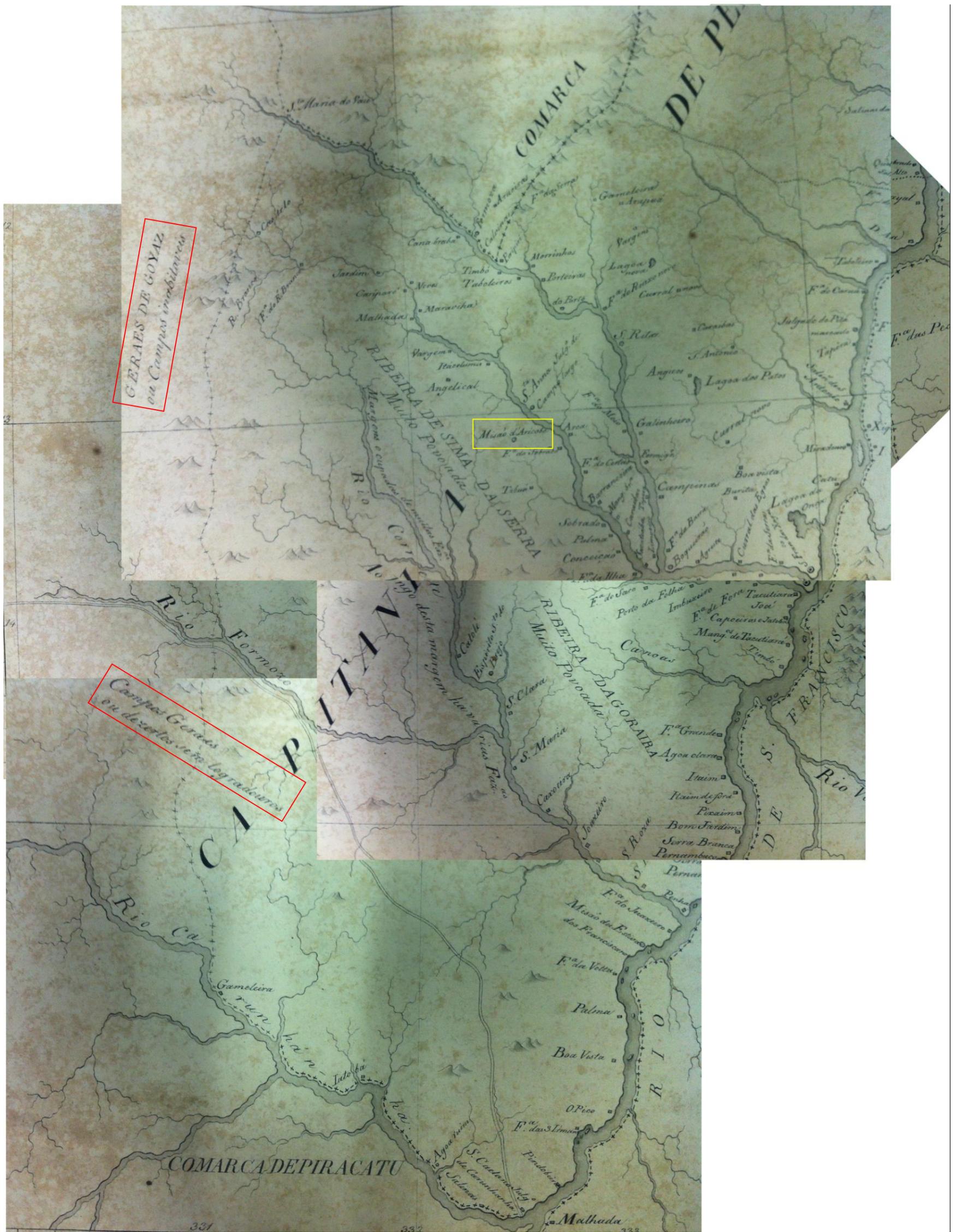


Fig. 1.5. Recortes da Carta da Capitania de Pernambuco (mapa 1.6) que traz os dizeres: “Geraes de Goyaz ou Campo inabitáveis” e “Campos Geraes ou dezertos sem logradouros”.

Dessa forma, com base nos elementos de Cartografia Histórica apresentados, posso concluir que a toponímia “Gerais”, presente em diversos mapas oficiais da Coroa, corrobora com a ideia de que a referida denominação é utilizada para identificar essa região, pelo menos, a partir do século XVIII, conforme podemos conferir nos mapas apresentados. Mas pode ser ainda mais antiga. E que continuou usual no século XIX.

---

<sup>4</sup> Apesar de ser um local considerado “desabitado” nesse documento do século XIX, veremos no capítulo 4 que lá havia diversas nações indígenas.



Mapa 1.6. Trecho da Carta da Capitania de Pernambuco (BN, 18\_\_). Em destaque vermelho os recortes apresentados na figura 1.5, com os dizeres: “Geraes de Goyaz ou Campo inabitáveis” ao noroeste, e “Campos Geraes ou desertos sem logradouros” à sudoeste da capitania, na região situada nas cabeceiras dos rios Carinhanha, Formoso, Corrente e Grande. O destaque em amarelo trata da Missão d’Aricobé, e será reproduzido no capítulo 4.



M. NOGUEIRA (2009: 28), em sua tese, indica outra Serra Geral presente na região dos Gerais, que seria uma denominação dada regionalmente ao complexo de serras e planaltos que marca o interflúvio oriental da bacia do Rio São Francisco, em sentido sul-norte desde a Serra do Espinhaço, no centro-norte de Minas Gerais, até a Chapada Diamantina, no centro-norte da Bahia. A autora sugere que a denominação “Gerais” possa ser entendida “grosso modo (...) como sinônimo de Cerrado (...), dada pela gente local aos topos de serra, planaltos, encostas e vales dominados por Cerrado” (p. 15; 23). Pois como ela salienta, citando um depoimento de um Geraizeiro: “antes não era Cerrado, não. Era tudo *Gerais*” (p. 24, grifo da autora).

Em conversa que tive com um senhor alcunhado de “Caçamba”, próximo a sua morada nas margens do rio Mombó, em Dianópolis-TO, realizada em outubro de 2012, ele me informou que em um determinado momento de sua vida, se exilou nos “Gerais da Bahia”. Ao buscar localizar no mapa essa tal localidade o senhor indicou que está situada nas cabeceiras do rio Sapão, município de Formosa do Rio Preto-BA, no noroeste baiano, próximo a tetra divisa entre Bahia, Piauí, Maranhão e Tocantins.

Portanto, Gerais é uma espécie de denominação local para os chapadões ou planaltos recoberto de cerrados situados entre Minas Gerais, Goiás, Bahia, Tocantins, Piauí e Maranhão. Apesar de nesses dois últimos estados citados o termo não ser tão usual, sendo melhor aplicado o uso de “Tabuleiro” (*ibid.*).

M. NOGUEIRA (*op. cit.*) informa que o termo Gerais, no período colonial do Brasil, “designava, grosso modo, as vastas paisagens de campos do interior do país. De forma genérica, campos extensos, inproveitados e desabitados eram *campos gerais*” (p. 43, grifos da autora). AB’SÁBER (1967: 46) informa que a região de campos-cerrados dos planaltos paranaenses também é denominada de Campos Gerais, bem como os campos-cerrados do Rio Branco, em Roraima. Isso corrobora para o fato de que Gerais foi uma corruptela dada pelos primeiros luso-brasileiros para as áreas campestres dos cerrados.

O historiador Paulo BERTRAND (1999: 287; 289) cita o memorial descritivo de duas sesmarias que trazem a tipologia Gerais para definir a geografia local.

Os Gerais, ou o Gerais como querem alguns, é uma toponímia de difícil delimitação, pois como sua própria semântica lexical exprime, é “vago, impreciso, superficial; pouco

pormenorizado” (PORTO, 2011). Assim, para buscar compreender uma melhor definição espacial e suas características, apresento no capítulo 3, elementos das geociências, mais precisamente dos estudos das paisagens, para que o leitor possa compreender como é a natureza dos Gerais, e entender que ele possui certa homogenia em sua paisagem.

Mas antes de iniciar essa descrição, abordarei, no próximo capítulo, as metodologias que utilizarei nesta pesquisa para investigar quais eram os povos indígenas e seus locais de fixação nos *Gerais do Planalto Central e adjacências*, bem como vou me debruçar com mais detalhe em alguns conceitos-chave que serão utilizados no decorrer desta dissertação.

## 2. Métodos e Conceitos

**A**s bases conceituais e metodológicas utilizadas na presente pesquisa são abordadas neste capítulo. Trato do alicerce metodológico utilizado para desenvolver este estudo, firmado na *antropogeografia*, uma linha desenvolvida na geografia, mas que se utiliza de elementos históricos e etnológicos para discutir problemas espaciais na relação entre sociedade e natureza, e suas consequências.

Para me assegurar do aprofundamento humanístico, me apoio na metodologia da *ethno-história*, que envolve história, antropologia e arqueologia em suas análises. A principal ferramenta analítica utilizada é a *cartografia*, a qual dedico uma pequena amostra de como a utilizarei.

Isso porque para entender uma determinada realidade é imperioso definir inicialmente “as categorias analíticas ou de método, isto é, as categorias epistemológicas [utilizadas]” (M. SANTOS, 2002a [1978]: 251),

Em seguida abordarei alguns conceitos que serão utilizados no decorrer da dissertação. Eles estão agrupados em categorias relativas ao *espaço*, ao *tempo* e à *cultura*, que são, respectivamente: a *paisagem*, o *território* e as *migrações*; os *períodos* e *eventos*; e *etnia* e *língua*. A necessidade de se aprofundar nesses conceitos é que me levou a criar tópicos específicos sobre eles, evitando maiores definições nos capítulos em que tratarei com mais profundidade sobre suas aplicações, com objetivo de se melhor compreender “O Gê dos Gerais”.

## **2.1. Antropogeografia e etno-história, escolas transdisciplinares**

O conhecimento não é linear, mas uma espiral que por vezes necessita recorrer às ideias do passado para resolver problemas do presente, e assim, construir o futuro. Um contato intergeracional.

Assim, busquei conhecer outras disciplinas, inclusive resgatar algumas ideias antigas, no intuito de me voltar à multidisciplinaridade com visões à transdisciplinaridade. Uma forma para que eu pudesse preencher lacunas e substanciar hipóteses mais concretas, com o intuito de contar uma outra história, uma história indígena (ou histórias indígenas) que é, antes de mais nada, uma história brasileira e mundial, portanto, uma história nossa, da humanidade, de todos nós seres humanos.

Assim, encontrei na antropogeografia uma possibilidade para trilhar esse caminho, uma antiga escola em pouco uso atualmente. E me assessoro na etno-história, mais atual, e latente nas ciências humanas, como veremos a seguir.

### **2.1.a. Por que a antropogeografia?**

A escolha da antropogeografia como escola de análise na presente pesquisa, se deu pelo fato de que ela, surgida no final do século XIX, busca entender e explicar a difusão dos povos na superfície terrestre. Está intimamente ligada ao estudo e entendimento das relações entre as sociedades e as condições ambientais. Assim, foi a primeira escola a envolver de fato o fator humano na geografia (MORAES, 1990: 7), pois considera elementos da história e da etnologia em seu procedimento científico, da seguinte forma:

a etnografia forneceria um quadro da humanidade (...); a etnologia explicitaria as formas de coesão interna de cada grupo (...); à antropologia [física] caberia apontar o equipamento biológico, os traços somáticos de cada raça e etnia. A história buscaria recompor o movimento dos povos do planeta, dos múltiplos centros originais de irradiação (...) para as sedes atuais. (...) [À geografia caberia] tematizar as relações que impulsionaram ou frearam este movimento, as trocas que se estabeleceram entre os homens e os meios naturais de suas sedes originárias e dos espaços pelos quais trafegaram (*Ibid.*, p. 8).

Devido o cerne da análise da antropogeografia estar na relação humano-natureza, estaria também o gérmen do ambientalismo, pois pressupõe o homem como um animal terrestre, que tem a Terra como "mãe provedora", "sua morada", o suporte de sua vida (*ibid.*, p. 10-11). Ou como destaca DURKHEIM (1899), importante pensador francês para a formação da sociologia, em sua resenha sobre a antropogeografia, utilizando-se de uma citação de Ratzel: "a humanidade é uma parte da Terra"<sup>1</sup> (p. 3, tradução minha).

A antropogeografia, segundo DURKHEIM (*op. cit.*: 3-4), basicamente se preocupa em resolver três problemas centrais:

1. inicialmente deve estabelecer como a humanidade é distribuída e agrupada sobre a Terra e como são diferidos seus grupos (étnicos, nacionais, linguísticos, religiosos, políticos etc.). Para isso, elabora-se *cartas* com cada um desses temas, onde deve aparecer os locais ocupados, respectivos âmbitos de atuação, suas formas, densidades, etc.;
2. a distribuição das sociedades humanas sobre o globo, indicando as áreas originais e seus itinerários de *migração*. Neste momento deve-se estabelecer quais os fatores que facilitaram ou impediram uma tomada de direção ou outra;
3. fatores do ambiente físico que podem influenciar na formação de indivíduos, etnias, raças, nações, Estados etc.

Por meio dessas três preocupações, Ratzel "em nome de uma meta ambiciosa (...) almejaria uma explicação global da humanidade" (MORAES: 1990: 8). Uma pretensão talvez impossível de ser atingida, mas cujo processo investigativo poderá suscitar esclarecimentos e melhor entendimento sobre a distribuição das sociedades pelo globo.

---

<sup>1</sup> "L'humanité, c'est un morceau du globe" (die Menschheit ist ein Stück der Erde, p.23) [DURKHEIM, 1899: 3].

É importante salientar que essa proposta metodológica surge no momento do ápice do colonialismo europeu, e portanto, os produtos advindos das pesquisas antropogeográficas foram utilizados para que os Estados europeus conhecessem melhor os povos a quais pretendiam subordinar. Entretanto, não podemos deixar de considerar o caráter científico dessas investigações, e a contribuição que elas promovem ao entendimento da realidade espacial das sociedades.

A minha contribuição com a presente pesquisa está enquadrada nas duas primeiras preocupações elencada acima, pois pretendo analisar os povos que viveram, morreram, migraram, invadiram ou foram expulsos (diáspora) de uma pequena porção do planeta chamada de “Gerais”, que será melhor demonstrada no capítulo 4, por meio de mapas etno-históricos que ilustrem essa movimentação.

As principais críticas dedicadas à antropogeografia ocorreram na segunda metade do século XX, e embatiam na carga determinística presente nessa disciplina. No entanto, este determinismo estaria mais presente nos seguidores de Ratzel da primeira metade do século XX, como Semple e Huntington, do que propriamente no criador da antropogeografia (*ibid.*, p. 27).

O próprio Ratzel tem consciência do caráter determinista que a antropogeografia poderia gerar. Notando a necessidade de se acrescentar às condições externas o passado histórico que paira em torno da sociedade e influi sobre ela. Entendendo, portanto, o *meio* não só como as condições naturais, mas também as sociais. E ainda, conceitos puramente de geografia humana, como a posição de um território e de um povo em relação aos outros e a influência de uma determinada região sobre outras. Para isso usa um excerto de Taine: “o homem não está só sobre a Terra; a natureza o envolve e os outros homens o circundam” (RATZEL, 1990b [1891]: 43).

Mesmo os positivistas como Auguste Comte e seus seguidores, como Taine, já alertavam sobre os riscos das análises determinísticas, pois para eles

não são as condições externas do progresso que têm importância, mas a sucessão dos estágios através dos quais os povos caminham em direção aos desenvolvimentos superiores. Mas a representação destes estágios não é conduzida com base em um desenvolvimento racional, nem é acompanhada de um exame cuidadoso das condições externas favoráveis ou contrárias. A escala hierárquica dos povos

caçadores, nômades e agricultores, estabelecida pela velha etnografia, é tão errônea como os sete estágios da civilização admitidos por Morgan<sup>2</sup> (*ibid.*: 44).

Ou seja, não há como se pré-estabelecer que exista um rito evolutivo por que todas as sociedades humanas deverão perpassar para atingir um suposto “grau” de civilização.

RATZEL (*op. cit.*: 46) sugere que a chave para o entendimento do progresso humano, objetivo buscado obcecadamente pelos positivistas, esteja justamente numa força dada como secundária ao *meio* por Comte, que é a *concorrência social*, que pode tanto favorecer como obstacularizar o desenvolvimento das sociedades. Essa concorrência é produzida pelo aumento da *densidade populacional*, da conseqüente necessidade maior de alimentos, da mais minuciosa divisão do trabalho e da maior extensão da cooperação. Dessa forma, o pensador alemão critica os positivistas por não terem incluído esta força ao conceito de *meio* utilizado por eles, na medida em que a concorrência social se refere a um elemento essencial do ambiente, ao espaço, ou seja, à amplitude do território. Essas duas forças, a densidade ou crescimento populacional, e o meio ambiente, seriam os elementos impulsionadores do processo da difusão dos povos.

Por isso, o uso dos conceitos e métodos embutido na antropogeografia deve ser utilizado desde que o pesquisador tenha consciência do potencial determinístico presente nele, e possa, assim, de uma forma crítica, evitar cair em conclusões desse gênero. Nessa perspectiva, coloco um contraponto em algumas ideias do citado geógrafo as quais não compartilho, como o leitor verá no decorrer deste capítulo. Também há questões que sequer merecem ser ressuscitadas, pois já foram alvo de críticas que eliminaram a sua possibilidade de aplicação e, portanto, não farei uso delas nessa dissertação, como, por exemplo, o conceito de raça.

Por outro lado, três conceitos da antropogeografia são bem definidos e serão utilizados nesta dissertação, que são: 1 – o *horizonte geográfico*, que é a realidade ambiental conhecida; 2 – o *território*, que é até onde vai o domínio de um povo, a posse, a propriedade, a soberania;

---

<sup>2</sup> Os setes estágios das sociedades humanas, segundo Lewis Henry Morgan: I – Selvageria inicial, infância da raça humana; II – Selvageria média, aquisição de subsistência de pesca e uso do fogo; III – Selvageria superior, invenção do arco e flecha; IV – Barbárie inicial, uso da cerâmica; V – Barbárie média, pastoreio ou agricultura de irrigação; VI – Barbárie superior, fundição e uso de ferramentas metálicas; VII – Civilização (KUPER, 2008: 112).

3 – o *espaço vital*: área necessária para a existência de determinado povo (MORAES, 1990: 23). Estes conceitos são fundamentais para o entendimento das migrações dos povos. Em relação ao território, teço maiores considerações na segunda parte do presente capítulo, quando abordarei as principais categorias de análises que utilizarei.

Para evitar armadilhas deterministas, me apoio ainda mais na transdisciplinaridade, utilizando ferramentas e conceitos que vão desde as humanidades às geociências. Também procurei me precaver do grau de ideologismo presente na antropogeografia, já que no contexto em que foi elaborada serviu de aporte intelectual à expansão territorial germânica promovida nas primeiras décadas do século XX, que culminaram nas duas grandes guerras mundiais. Além disso, MORAES (*op. cit.*: 25) atenta para o eurocentrismo presente nas obras de Ratzel, numa tentativa de justificar o colonialismo europeu pelo mundo.

DURKHEIM (1899) condecora a Ratzel o grande mérito de chamar a geografia, do isolamento onde definhava com meras corografias, para dentro das ciências sociais, “a considerar todas as influências que o solo pode ter na sociedade em geral”<sup>3</sup> (p. 8, trad. minha).

Mas o referido sociólogo francês alerta que um estudioso não pode ter competência igual para tratar uma variedade de problemas sociais, políticos, etnológicos, demográficos, econômicos e suas relações com fatores geográficos em uma única pesquisa. Quando se passa por tal multiplicidade de fatos de qualquer natureza, com o único propósito de buscar qual o papel geográfico da sua gênese, o pesquisador pode se ofuscar, e perder de vista outros fatores também envolvidos na produção desses fenômenos. Pois cada vez mais “não é a terra que explica o homem, mas o homem quem explica a terra”<sup>4</sup> (*ibid.*: 9, tradução minha). Eis o risco da antropogeografia.

Outras escolas como a Geografia Cultural e a Geografia Histórica também se propõem a estudar a difusão dos povos e suas relações com o espaço, entretentes, escolhi a Antropogeografia pois ela além de valorizar os fatores culturais e históricos, ela também se preocupa em entender os fatores ambientais que propiciaram tal difusão. A seguir apresento alguns fundamentos da antropogeografia, para que eu possa estabelecer com maior profundidade o arcabouço analítico constante na presente dissertação.

---

<sup>3</sup> “d’étudier toutes les influences que le sol peut avoir sur la vie sociale en général” (DURKHEIM, 1899: 8).

<sup>4</sup> “n’est donc plus la terre qui explique l’homme, mais l’homme qui explique la terre” (*Ibid.*, p. 9)

### 2.1.a.i. Fundamentos da antropogeografia

---

A contribuição da geografia para as ciências ambientais e para o desenvolvimento sustentável propriamente dito está no fato de que seu objeto principal está embutido nas “relações recíprocas existentes entre natureza e humanidade”, um dos mais antigos problemas filosóficos da humanidade (RATZEL, 1990b [1891]: 32), pois “a natureza junto com a humanidade constituem objeto único de qualquer ciência” (p. 107). Por isso o foco geográfico dentro desse universo que é a relação sociedade-natureza nada mais é do que perceber “a importância que o teatro dos acontecimentos assume perante a história” (p. 41). Já que a geografia estuda “a Terra ligada como está ao homem e, portanto, não pode separar esse estudo do da vida humana, tampouco do da vida vegetal e animal. (...) [São examinadas] as mútuas relações existentes entre a Terra e a vida que sobre aquela se produz e se desenvolve” (p. 33).

Ratzel assinala que tudo que se refere à natureza, ao ambiente, representa na história subsequente dos povos, de certa forma, um elemento de caráter duradouro. Assim, a antropogeografia busca investigar as condições naturais em meio às quais os acontecimentos históricos se desenvolveram. “Porém, como sempre ocorre no desenvolvimento dos problemas científicos, nem tudo é governado por leis de necessidade; frequentemente, a casual concomitância de vários fenômenos históricos intervém também e exerce sua influência” (*Ibid*).

Ratzel, citando Leibniz, diz que a “a vida é única, está presente em toda parte, cada uma de suas formas está ligada a todas as outras, e no mundo, ordenado segundo uma harmonia preestabelecida, tudo que é criado constitui uma gradação ininterrupta” (p. 35); decorre daí, portanto, que a história da humanidade não pode ser considerada como um fenômeno independente, mas refletido, inclusive, pelo meio.

A natureza exerce influências na medida em que pode permitir pelo menos a um povo ou a uma fração dele, ampliar ou reforçar cada uma de suas características ou adquirir novas através de associações adequadas. “Um território fechado em si mesmo favorece a formação de um povo homogêneo impedindo ou limitando a penetração de elementos estranhos. (...) Ao

contrário, um território muito aberto favorece a miscigenação e o cruzamento dos povos” (*ibid.*: 59).

MORAES (1990) sintetiza as influências do meio na humanidade, presentes na antropogeografia, da seguinte forma:

No indivíduo, como condicionamentos somático-anatômicos e como estímulos psicológicos; na constituição social, pelos recursos e riquezas disponíveis; na constituição étnica de um povo, pelas condições de difusão propiciadas pelo meio (gerando o isolamento e a mestiçagem como casos-limite); na organização do trabalho, pelos estímulos ou barreiras existentes; na formação dos Estados, pela posição geográfica desfrutada etc. (p. 11).

No entanto, DURKHEIM (1899) alerta que a “a antropogeografia não lida com todas as influências que o solo pode ter sobre os seres humanos. Alguns destes efeitos (...) pertencem às ciências envolvidas com o homem individual, isto é, a fisiologia humana e a psicologia”<sup>5</sup> (p. 3, tradução minha). A grande preocupação da antropogeografia são aquelas influências “que ajudaram a determinar como as pessoas estão distribuídas em todo o mundo, porque este é, por excelência, o fenômeno geográfico”<sup>6</sup> (*ibid.*, tradução minha).

Os recursos disponíveis na natureza serão fundamentais para o entendimento dessa difusão dos povos. A associação da energia associativa do povo com a fertilidade do meio – não necessariamente agrícola – seria o elemento explicativo central do variado desenvolvimento da humanidade. Fatores de posição geográfica também são fundamentais para se compreender o potencial de intercâmbio/isolamento e segurança/vulnerabilidade dos povos (*ibid.*, p. 21). Por isso, RATZEL (1990b [1891]: 34) afirma que os povos são produtos da natureza e da história, não cabendo à primeira, tampouco à segunda, determinar o destino deles, mas sim um entendimento mútuo dos fatores que condicionaram seu movimento.

Além da história e da antropologia, a linguística, que na época de Ratzel era uma ferramenta da etnografia, também corresponde a uma importante disciplina que dialoga com a antropogeografia.

---

<sup>5</sup> “l’anthropogéographie n’a pas à traiter de toutes les influences que le sol peut exercer sur l’homme. Certains de ces effets (...) ils ressortissent donc aux sciences qui s’occupent de l’homme individuel, c’est-à-dire à la physiologie humaine et à la psychologie” (DURKHEIM, 1899: 3).

<sup>6</sup> “qui contribuent à déterminer la manière dont les hommes sont distribués sur la surface du globe: car c’est là le phénomène géographique par excellence” (*ibid.*).

Ratzel defende que “cabe à geografia o exame das formações políticas nas quais os conquistadores [leia-se invasores] se dividem no momento em que se estabelecem em um novo território” (p. 58). Ele diz que é tarefa de um geógrafo “examinar e depois descrever ou *expressar graficamente* o processo pelo qual aquelas tribos [leia-se etnias] se sucederam” (*ibid.*, grifo meu), incluindo aí, a elaboração de *mapas* e esquemas que demonstrem esses processos, apresentando as *migrações* e os *locais* de centralização do poder e agrupamentos de determinada etnia. Além disso, cabe ainda a um geógrafo “o exame destas causas e circunstâncias [geográficas]” (*ibid.*).

Segundo RATZEL (*op. cit.*), foi Karl Ritter quem sinalizou a ligação íntima entre geografia e história, pois via como parte importante da ciência geográfica o estudo das influências que o ambiente físico exerce sobre o desenvolvimento dos indivíduos e dos povos. No entanto, estes, mediante novos meios que buscam para si (por exemplo, as comunicações), modificam suas relações, e também pelo efeito das transformações que a Terra por si própria sofre. Isto é, “a humanidade vai se apegando cada vez mais à Terra, harmoniza-se cada vez mais com ela e se multiplica estabelecendo com a Terra um contato cada vez mais íntimo e utilizando com mais habilidade as condições dadas” (p. 47).

Por isso, sociedades recém-migradas para um determinado território, tendem a transformar as paisagens para uma forma mais próxima do ambiente de origem. Apenas após gerações terem se fixado em determinado solo é que poderá ser despertado um sentimento de pertença, de aceitação daquele ambiente como ele é naturalmente, ou pelo menos, evitando novas transformações e aceitando a forma concebida pelos seus progenitores.

Mais do que simplesmente descrever paisagens, populações ou processos, as análises são a riqueza da ciência geográfica. RATZEL (*op. cit.*: 50) alerta para o risco de se ficar apenas na intuição, nas hipóteses, em detrimento da descoberta, que para ele está nas *análises*, na *classificação*, na *comparação*, na definição de *padrões* e, principalmente, na definição de *leis* – esta a mais difícil e complexa tarefa científica, e justamente a mais propícia a um determinismo alienado. Para um geógrafo, o risco está em dedicar maior atenção ao ambiente físico no qual se tenham desenvolvido os acontecimentos históricos.

Em relação à história, não podemos estabelecer hipóteses que temos consciência de que não são verdadeiras, este tipo de postura do tipo “como poderia ter sido” não contribui

para o entendimento do passado e suas consequências para o presente, mas sim, promove a criação de desejos de uma outra realidade impossível de ser atingida e, conseqüentemente a angústia de um presente abortado. O melhor entendimento da história estaria no fato de, por meio de análises bem fundamentadas em argumentos e dados reais, estabelecer hipóteses plausíveis sobre os motivos e as consequências de determinado *fato, evento, momento* ou *período*. A contribuição da geografia estaria alicerçada nas análises dos dados espaciais do passado, que podem ser tanto feições naturais como elementos artificiais de outros tempos, tais como a realidade da paisagem, das populações e de suas criações sobre o espaço.

Uma análise geográfica enriquece de imagens as análises históricas, pois “a mente tem necessidade de imagens, e por isso tende a isolá-las” (*ibid.*, p. 41). Essa tarefa pressupõe o conhecimento seguro tanto do elemento natural como do elemento humano.

As diferenças físicas entre a humanidade foram geradas durante milhares de anos. Um fato de diferenciação genética, para ser integrado à espécie, ocorre em milhares de anos (RATZEL, 1990a). Enquanto as primeiras diferenças culturais são calculadas em dezenas e centenas de anos. A língua, um dos maiores marcos de diferenciação cultural, leva cerca de 100 a 300 anos para se diferenciar em dialetos. E 300 a 1.000 em novas línguas. No entanto, estas estatísticas estão baseadas nas diferenciações na família Tupi-Guarani e não podem ser consideradas uma lei para todas as famílias (A. RODRIGUES, 2013).

Baseado na antropogeografia de Ratzel, podemos estabelecer quatro formas de influência da natureza sobre o homem:

1. *Climática*, que produz uma modificação profunda sobre o corpo, mas que sua percepção situa-se em escalas de milhares de anos, não sendo atingida pelas observações atuais.
2. *Topográfica*, que condiciona a direção das migrações, expansão de um território e localização dos agrupamentos de um povo;
3. *Hidro-topográfica*, que estabelece o grau de comunicações ou de isolamento de um povo. Também condiciona miscigenação ou conservação genética;

4. *Recursos naturais*, proporciona desenvolvimento tecnológico, agrícola, industrial e o comércio.

Alterações físicas nas feições humanas são as que levam mais tempo e são consequência, principalmente, do clima. Não são perceptíveis pelo tempo histórico. Por isso, a causa da cor da pele não pode ser atribuída ao clima simplesmente, dada a intensa movimentação dos povos. Nesse sentido, RATZEL (1990b [1891]: 58) afirma que

[não se pode] se limitar ao exame das relações diretas entre povo e território, isto porque é raro poder admitir que, no espaço de tempo durante o qual (...) um povo permanece sobre um determinado território, se verifiquem nele modificações sensíveis, ainda que se aceite que durante aquele tempo esse povo tenha se mantido puro de misturas [sanguíneas] (p. 58).

Apesar das quatro condicionantes geográficas naturais elencadas afetarem com mais intensidade o destino de sociedades tradicionais, como as indígenas, nas sociedades com mais complexa divisão do trabalho, condicionantes sociais passam a ter maior influência sobre os rumos a serem tomados por estas civilizações do que fatores puramente naturais, incluindo elementos geográficos artificiais, como a construção de infra-estrutura, mecanização agrícola, desenvolvimento urbano etc.

Isso enaltece a importância de se observar o fator *tempo*, pois nem sempre um tipo físico corresponde às características ambientais, muitas vezes a chegada de um grupo humano em determinado sítio ocorreu a pouco tempo. Não adianta olhar para o ambiente em que vive o grupo apenas, mas a quanto tempo esta lá. Um descuidado pode afirmar que um povo é produto do território em que habita, sem saber que sobre esse povo se manifestam as influências hereditárias de muitos territórios que já foram habitados por seus progenitores. Por exemplo os olhos semicerrados dos ameríndios, foram desenvolvidos no próprio continente americano ou herdados de ancestrais asiáticos?

Como vimos, a antropogeografia é um ramo científico transdisciplinar desde a sua proposição. Mas como outras áreas das ciências, principalmente das humanidades, como a história, a antropologia e a lingüística, podem contribuir nesses estudos? E o contrário, qual a verdadeira contribuição da antropogeografia para essas disciplinas? É o que veremos.

## 2.1.a.ii. A antropogeografia perante as ciências humanas

---

RATZEL (*op. cit*) define que a antropogeografia deve descrever e representar cartograficamente aqueles territórios onde se nota a presença do homem; estudar sua difusão pela Terra; e fixar os resultados do seu estudo em “mapas da densidade de populações polígrafas e itinerárias [... por meio de temas] etnográficos, linguísticos e políticos” (p. 83, grifo meu).

O referido autor salienta que não basta saber *onde* estão as áreas dos referidos grupos representados, mas *de onde* vieram, *como* se formaram. Para isso deixa claro que faz parte de um processo científico nem sempre atingível numa só pesquisa. O importante é que seja feito cada passo dos levantamentos possíveis na direção de se responder àquelas questões fundamentais. Na antropogeografia o foco não é saber os pormenores de cada povo, mas definir e representar as suas origens, movimentações e situação atual, com foco no território.

DURKHEIM (1899: 4) salienta que, por meio da antropogeografia, antes de se tentar explicar as causas de determinado fenômeno ou fato social, é necessário demonstrar onde estão situados os grupos humanos, de acordo com o tema que se deseja analisar (religião, etnia, língua, etc.), para que seja possível analisar as condicionantes geográficas do meio.

RATZEL (*op. cit.*: 84) sugere que nenhum povo teve origem no mesmo local em que habita. E, portanto, provavelmente não poderia permanecer aí eternamente. Ele diz que alguns povos se expandem e outros são expulsos. Além dos fatores históricos, a Terra os direciona, os obstaculariza, os favorece, os torna lentos, os acelera, os desordena e os ordena graças às condições incomensuráveis de posição, amplitude, configuração e recursos naturais (água, alimento, minerais...). A movimentação humana, segundo ele, é fruto da sua dependência do território.

Diversas áreas do conhecimento científico, especialmente a história e a etnologia, recorrem à geografia para representar, medir, descrever o espaço. Buscam estabelecer análises por meio da amplitude de áreas, cifras de população, meios de comunicação, infra-estrutura, e outros elementos espaciais. Nesse sentido, a antropogeografia contribui com estudos que

mensuram estes dados sobre etnias e seus antigos territórios para que seja possível sua utilização por outras áreas do conhecimento.

Como descrever as características de um povo sem ter conhecimento do ambiente que o envolve? Como narrar os fatos que formaram um povo sem que e possa ilustrar o teatro desses acontecimentos? Essa seria então a contribuição geográfica para estes ramos científicos, apresentar o quadro espacial utilizado por um determinado povo para subsistir e desenvolver sua cultura.

A tarefa de um geógrafo sempre será a de estudar, descrever e representar a superfície terrestre, atribuindo análises para o acontecimento dos fatos e fenômenos que recaem sobre a superfície do planeta. E o *mapa* é o seu instrumento por excelência:

todo *mapa* tem que ser examinado tendo presentes os elementos históricos aí referidos, do mesmo modo que sem o *mapa* não seria possível compreender nem as modificações das fronteiras, nem as variações do tráfico ou das sedes humanas, nem os movimentos dos povos (*ibid.*: 90, grifo meu).

É por meio do mapa que o geógrafo expõe seus dados e tece suas análises. Enquanto a história, e em menor intensidade outras ciências sociais, é mais narrativa, com maior preocupação textual, a geografia tende a ser mais visual e exprimir suas ideias por meio de representações cartográficas e modelos. Considerando que a representação iconográfica e fotográfica seja um instrumento universal nas ciências sociais.

A elaboração de mapas etnográficos é uma contribuição da antropogeografia à etnologia, que poderá utilizá-lo como ferramentas em suas análises. Mas o trabalho antropogeográfico só estará completo se forem efetuadas as devidas análises espaciais sobre o referido mapa. A simples corografia não é geografia, pois não observa as influências externas entre os povos e o ambiente, e entre si.

RATZEL (*op. cit.*: 92) faz uma crítica à visão eurocentrista da história universal, que exige de narrar os fatos de outros povos do planeta, tendo como objetivo mostrar que o mundo tende a se europeizar. Ele defende que é necessário que a história também se aproprie da etnologia para tecer as suas análises, não apenas colocando os povos indígenas como “primitivos”, mas como seres sociais que contribuíram para o estado atual da humanidade. A emergência da etno-história, como ilustro neste capítulo, procura cumprir com esse papel.

Como vimos, há que se considerar diversos fatores sociais nas pesquisas sobre a distribuição dos povos. Para isso, a antropogeografia oferece algumas etapas metodológicas que devem ser seguidas, que serão detalhadas no próximo item.

### **2.1.a.iii. Procedimentos da pesquisa antropogeográfica**

---

Como já sinalizei, a antropogeografia é principalmente uma ciência descritiva. Porém, não deve se ater apenas a esse trabalho, pois não atingiria seus objetivos enquanto ciência. Deve apresentar análises e conclusões, sendo necessária a classificação. Mas como toda boa descrição, presume um profundo conhecimento do objeto descrito, e dos afins, próximos, com os quais o primeiro poderá ter muitas características em comum (*ibid.*: 94).

A vida dos povos que possuem territórios semelhantes entre si apresenta também fenômenos análogos que são suscetíveis de uma classificação. É necessário estabelecer essa classificação antes de prosseguir no estudo científico. Segundo MORAES (1990: 13), o trabalho deveria partir da descrição minuciosa de quadros espaciais e fenômenos. Após a descrição, seguiria a comparação tendo por meta a classificação. Este que é por si só um dos maiores compromissos das ciências, pois o melhor entendimento das coisas e de seu funcionamento leva a um maior detalhamento de sua definição, abrindo a possibilidade de utilização de nomenclaturas mais apropriadas. É dando nome às coisas que avançamos no seu entendimento. Quanto mais resumido um sentido, utilizando-se poucas palavras, melhor o seu entendimento. Entrementes, a necessidade inicial da sua explicação e demonstração pode demandar muitas páginas. Apenas quando se tem clareza de seu significado é que não será mais necessário maiores detalhamentos.

A *Classificação* antropogeográfica está, inicialmente, na localização geográfica dos povos próximos, por exemplo: costeiros e continentais. Assim como na etnografia ou na linguística, se classifica como Tupi ou Jê, podemos classificá-los como povos da floresta e povos das savanas. Porém, ao utilizar elementos da linguística para uma classificação antropogeográfica corre-se o risco do determinismo geográfico, ou seja, não é porque um povo pertence a uma determinada classe linguística que deve se situar como todos os integrantes da mesma classe. Sendo assim, não havia necessidade de uma classificação

antropogeográfica, apenas a linguística. Um exemplo típico é dos povos Kayapó, pertencentes a família linguística Jê, mas que diferente dos outros povos da mesma família: vivem na floresta e não nas savanas, exatamente devido a fatores históricos que os levaram de um ambiente ao outro.

Assim como na etnografia os homens são classificados por sua origem étnica, cujo laço principal está na língua; na antropogeografia a classificação é a que se baseia em distinções geográficas, isto é, “na posição e na natureza do território habitado” (RATZEL, 1990b [1891]: 96).

Os fatores geográficos mais evidentes são a *extensão*, a *posição* e a *configuração* que os territórios apresentam. A partir disso, é possível se fazer comparações entre povos que habitam e habitavam as mesmas paisagens, por exemplo em relação a apropriação de determinado recurso natural existente, ou como na forma como se distribuíam pelo ambiente, dentre outras análises. Também pode ser comparado o gênero de vida<sup>7</sup> entre povos de regiões semelhantes.

*Análise:* de acordo com Ratzel, a classificação é o primeiro passo de uma indução. Aliás, o trabalho de classificação já manifesta o processo de comparação. Apenas com o uso de um simples mapa etnográfico é possível se comparar aspectos como amplitude, posição e configuração. “O mapa etnográfico representa o instrumento de indução próprio da antropogeografia” (*ibid.*).

No caminho indutivo da Antropogeografia não se pode observar os povos separadamente, buscando as suas particularidades que os distinguem entre si, mas como integrantes do planeta. Deve-se estar sempre pronto para passar das considerações de um fenômeno singular à consideração de uma série de fenômenos, isto é, “do procedimento analítico ao sintético” (*ibid.*: 96).

Dessa forma, para que uma pesquisa não pareça uma indução proposital ou ingênuas, descabida e fora de contexto, “é necessário que ela seja localizada em um eixo que abranja tempo e espaço” (OLIVEIRA FILHO, 1987: 88). Como pretendi desenvolver na presente pesquisa.

---

<sup>7</sup> Em relação ao conceito de gênero de vida, apresento alguns elementos no final do item que trata do conceito de etnia.

Os dois fatores principais numa análise antropogeográfica são a história e a fisiografia.

O *fator histórico*: as fronteiras políticas atualmente existentes não podem ser utilizadas como única fonte de análise, é preciso se reconhecer a configuração política anterior, como eram os Estados, e se possível, os níveis institucionais de menor escala. Nem sempre os limites entre países consideraram fatores fisiográficos durante a sua consolidação, além disso, as divisões políticas são linhas imaginárias e muitos povos sequer tomam conhecimento de sua existência.

O pesquisador não pode considerar os povos como elementos inertes e muito menos fechados em si mesmos. Muitas vezes os fatores para determinada situação atual não estão em sua configuração política, social, cultural ou do meio físico, mas precisamente na história, por exemplo:

quando (...) a indústria europeia penetra em meio a um povo, sufocando a arte e a indústria indígenas com a introdução de grande quantidade de produtos inferiores mas de bom mercado, aquele povo todo perde sua vida própria e entra no rol daqueles que são obrigados a viver recolhendo [matéria-prima] (...) para prover ao consumo europeu, e recebendo em troca (...) os dejetos das populações "civilizadas". O organismo econômico daquele povo se extingue, e em muitos casos este fato assinala o princípio da atrofiação e do pericínio total do próprio povo (RATZEL, 1990b [1891]: 99, destaque meu).

O *fator fisiográfico*: qualquer estudo que se pretenda ser geográfico deve, em primeira análise, observar os elementos físicos da paisagem. E quando não há uma explicação plausível para uma correlação entre os atuais fatores climáticos, topográficos, fitogeográfico, hidrográficos dentre outros de geografia física com um fenômeno relacionado aos respectivos povos, deve-se, então, considerar a história natural do planeta, ou seja, como eram as paisagens em tempos passados. Muitas vezes uma planície seca hoje pode ter sido um rio no passado, áreas atualmente campestres podem ter abrigado uma rica floresta. Porém, saliento que não se trata de correlacionar todos os fenômenos ou características de determinado povo com fatores fisiográficos, como já alertei, mas deve-se considerar este fator principalmente às sociedades indígenas, que pouco alteram o seu ambiente para sobreviver (*ibid.*, p. 100).

Mas antes que alguém possa levantar alguma crítica sobre este fator, reafirmo as ressalvas inclusive em relação aos povos indígenas, pois atualmente, a arqueologia trabalha com hipóteses de antigas paisagens antropogênicas como as terras pretas da Amazônia, as

florestas de capoeiras, e as matas de castanhais, ações efetuadas por antigas (e atuais) sociedades amazônicas, que acabaram por trazer transformações no ecossistema que um pesquisador desavisado poderia, pela aparência superficial, considerá-las elementos naturais da paisagem, o que na verdade não são (S. NOGUEIRA, 2012; POSEY, 1987). Daí a necessidade de um conhecimento profundo sobre o objeto estudado.

Os limites da antropogeografia é que nem todos os aspectos geográficos têm relação com a antropogeografia. Um objeto ou fenômeno que se distribui pela superfície da terra pode ser um assunto geográfico em seus diversos aspectos econômicos, políticos, físicos, mas isso não significa que terá utilidade nas análises antropogeográficas. Principalmente em relação à geografia física, que se preocupa com elementos em locais inabitados, como o cume de uma cordilheira, o fundo de um lago etc. Somente tem validade na antropogeografia atributos que têm vínculo muito estreito com o ser que os possui e os difunde, e valha para iluminar a difusão dos povos (RATZEL, 1990b [1891]: 101).

As *leis* antropogeográficas: a antropogeografia compartilha com as geociências muito do método científico, pois da mesma forma, busca classificações e chega às suas conclusões pela via das comparações. No entanto, MORAES (1990: 17) tece uma crítica dessa influência positivista na antropogeografia de se propor a estabelecer leis, pois com este tipo de prática, corre-se o risco de se efetuar simplificações grosseiras. Além disso, requer um objeto bem definido e todas as variáveis envolvidas bem delimitadas, algo não muito simples de se estabelecer em análises espaciais.

A *mensuração* dos fenômenos, tais quais: a população, a extensão, as coordenadas geográficas, dentre outros, é um papel intrínseco da antropogeografia. O estabelecimento de *estatísticas* desses dados também se faz importante, como a densidade demográfica, o agrupamento de um fenômeno sobre determinada localidade, como o número de aldeias etc.

A elaboração de *prognóstico* ou *predestinação* como prefere RATZEL (1990b [1891]: 106) é em potencial um resultado antropogeográfico, pois da mesma forma que as classificações são úteis, comparando-se povos que vivem no mesmo espaço em tempos passados, ou que vivem em regiões semelhantes, é possível a elaboração de *cenários*, por meio dessas comparações, considerando elementos naturais e históricos.

Além desses produtos, incluem ainda, as *cartas antropogeográficas*, cujos temas podem ser *étnicos, lingüísticos e religiosos* dentre outros, com seus respectivos locais ocupados, âmbitos de atuação, formas, densidades etc. Conforme sugere Durkheim (1899: 3-4), e já apresentado no início da presente seção.

A seguir, na figura 2.1, apresento um esquema que resume uma pesquisa em antropogeografia:

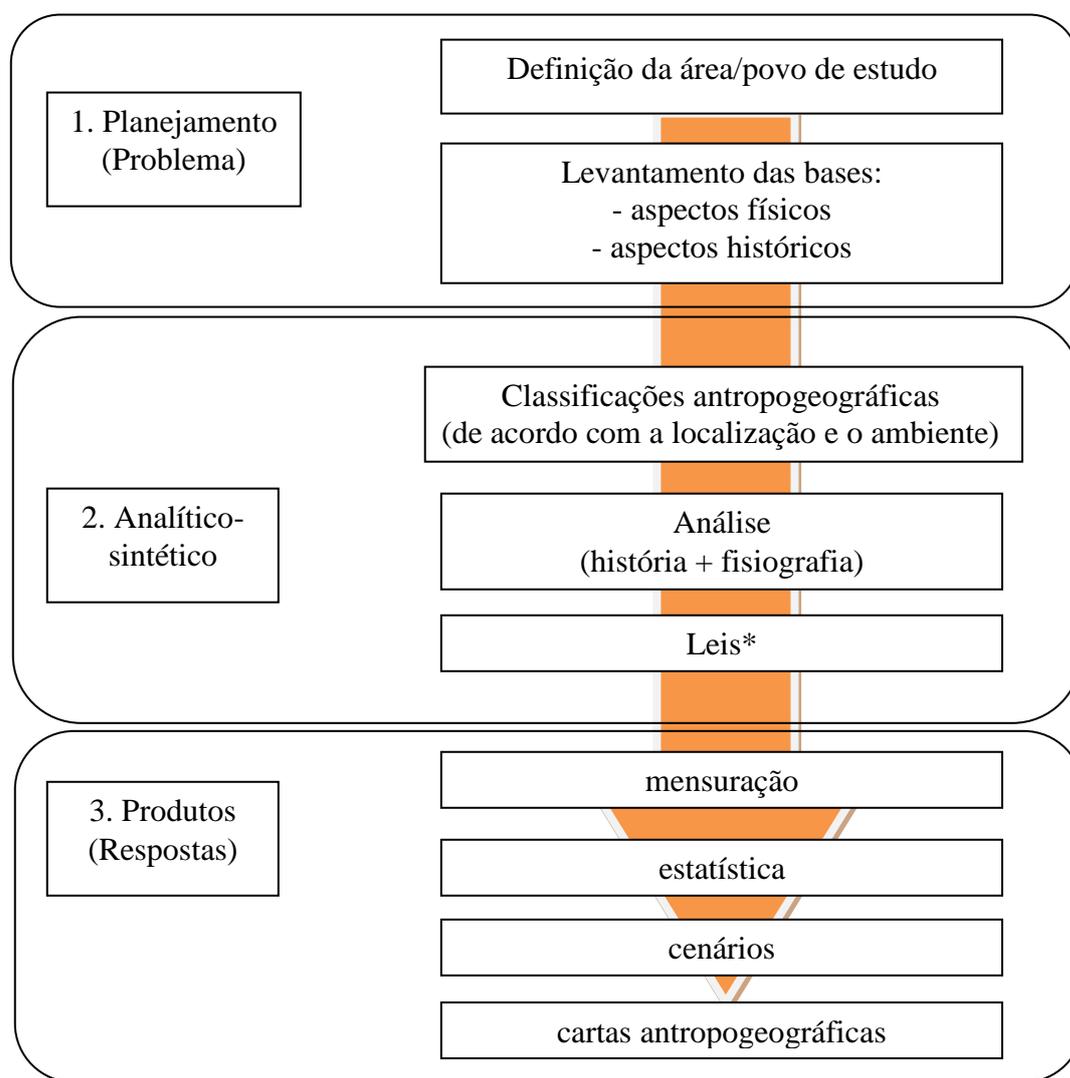


Fig. 2.1. Modelo de pesquisa antropogeográfica. Os quadros à direita representam as etapas. À esquerda, procedi em um agrupamento em fases. (\*) Como explicitado no texto, as leis podem não ser uma tarefa apropriada em ciências humanas, deve-se ter muito cuidado em seu emprego. Org. Rodrigo Santos.

Esses procedimentos de uma pesquisa em antropogeografia apresentados na fig. 2.1, foram adotados pela presente investigação, exceto a etapa analítico-sintética de elaboração de leis, devido ao altíssimo nível de observações que devem ser dedicadas a elas, que a meu ver somente pode ser regido por alguém com grande experiência e conhecimento nas áreas de geografia, história e antropologia, não cabendo em uma dissertação de mestrado.

Em relação aos produtos, eles serão apresentados no último capítulo, onde o principal deles serão as cartas antropogeográficas, na forma de cartas etno-linguísticas e etno-históricas. As mensurações e estatísticas serão efetuadas por meio da análise de quadros. Os cenários estarão representados nos próprios mapas e se restringirão ao período compreendido entre os anos de 1700 e 1900, momento de grande movimentação étnica e diáspora indígena devido as invasões luso-brasileiras na região. Entrementes, na contextualização, apresento dados de períodos anteriores ao século XVIII, principalmente de arqueologia, para ilustrar a chegada do ser humano à região, e as sucessivas migrações.

Para as análises cabe lembrar um importante ensinamento do prof. F. FERNANDES (1975b [1956]) a respeito da pesquisa etnológica, que, como apresentei, é uma das facetas da antropogeografia:

O alvo central da análise não é nem o conhecimento exaustivo da realidade, nem a natureza dos processos descritos, mas a própria situação concreta, que constitui objeto de investigação. No plano empírico, o levantamento dos dados termina na descrição daquilo que é encarado como 'relevante' e 'significativo' pelo sujeito investigador; no plano lógico, a elaboração interpretativa se restringe à 'explicação' da situação concreta investigada, mediante a imputação de efeitos, identificados *ex eventu*, a processos que os poderiam produzir nas condições consideradas. Daí decorre a dupla vinculação desse tipo de análise com a pesquisa e a teoria (p. 123).

Esse procedimento sugerido por Fernandes será a condição principal de desenvolvimento desta pesquisa, como o leitor verá nos capítulos que se seguem. Entretanto, antes que eu proceda à execução dessas etapas descritivo-analíticas necessárias na pesquisa antropogeográfica, apresento alguns elementos de Etno-história que servirão de aporte metodológico nesta dissertação. Em seguida, exponho resumidamente, alguns fundamentos cartográficos, ferramenta básica em minhas análises e conclusões.

### 2.1.b. O apoio metodológico da etno-história

Já no final do século XIX, RATZEL (1990a [1985]) apontava para um tempo, que não estava longe, em que não se escreverá mais uma história universal sem acenar àqueles povos que até aquele momento foram considerados como não históricos porque não haviam deixado notícias escritas a seu respeito. Ele afirmou que a etnologia seria uma importante ciência nesse sentido (p. 111).

Essa previsão do referido pensador alemão já está se concretizando, tendo em vista que atualmente, no início do século XXI, há legislações brasileiras que exigem a inclusão, nos currículos escolares, da história e da cultura de sociedades indígenas e africanas que contribuíram na formação do país, fato que até o final do século XX era raro nos livros didáticos de história (R. SANTOS, 2013). Esse avanço foi dado graças a participação de metodologias de etno-história na reconstituição do passado.

Mesmo que não haja indícios na memória desses povos, ou que não haja mais o povo para contar a sua história, “a essência da história está nos próprios acontecimentos” (RATZEL, *op. cit.*: 131), ou seja, mesmo que não se tenham registro escrito ou informação oral, o mais importante é ter ciência de que algo ocorreu, e para se entendê-lo, outras estratégias metodológicas podem ser utilizadas, como estudos arqueológicos ou analogias com outras histórias semelhantes ou próximas.

Além disso, contribuem para essa renovação da história, políticas de reparação histórica como a inserção de pessoas de diversas etnias nas universidades, por exemplo, o próprio curso de mestrado em que apresento esta dissertação para apreciação, onde foram reservadas cotas para indígenas cursarem e obterem esse grau de pós-graduação.

A etno-história é uma disciplina que se desenvolve a partir do início do século XX e que pretende unir principalmente conhecimentos de arqueologia, história e antropologia numa mesma abordagem analítica, mas que muitas vezes conta com subsídios da ecologia (CORREA-DA-SILVA, 2010b) e da genética, ou antropologia física como prefere SALZANO (1998 [1992]: 27).

Está baseada na ideia de que não é apenas por meio de documentos escritos que se pode traçar uma perspectiva histórica dos povos. Ferramentas como a *oralidade*, *costumes*, *língua* e *artefatos* devem ser considerados e devidamente contextualizados em uma pesquisa, principalmente quando envolver povos ágrafos. Os resultados são etnografias e narrativas históricas (CORREA-DA-SILVA, 2010b: 290). Que na presente dissertação estão presentes, principalmente, na segunda seção do último capítulo.

Mesmo em pesquisas sobre sociedades com domínios da escrita, como as civilizações, ferramentas de etno-história devem ser consideradas caso queira se compreender a história de classes menos favorecidas dessas sociedades. Pois os documentos históricos, além de serem produzidos por sociedades letradas, eram elaborados pela aristocracia dessa sociedade, refletindo o pensamento de apenas uma faceta do complexo social real (*ibid.*).

Na presente pesquisa, procedi no recolhimento de história oral junto às comunidades indígenas Xakriabá e Xavante, bem como junto aos Kalunga, “vizinhos” dos Avá-Canoeiro, como o leitor poderá verificar no capítulo 4, quando trato das respectivas etnias, entendendo a oralidade como o principal instrumento utilizado por sociedades tradicionais (como a indígena) para a transmissão de sua memória histórica (LE GOFF, 1990).

No entanto, o uso de documentos históricos escritos, como cartas, relatórios de viagens, mapas, elaborados dos séculos XVI ao XIX principalmente por naturalistas e viajantes, não podem ser descartados, a diferença é o olhar dado a eles, que deve ser crítico como salienta F. FERNANDES (1975a [1949]: 191-192), onde se deve observar a variedade e a consistência dos dados, além de claro, a autenticidade e a veracidade histórica dos relatos. E ressalta que “evidentemente, não se pode esperar dessas fontes um conjunto de dados de fato comparável ao que se poderia obter tecnicamente através da observação direta” (p. 208). Contudo, é possível analisar, através da documentação histórica disponível, alguns aspectos relevantes de eventos e períodos históricos.

João Pacheco de OLIVEIRA FILHO (1987), em relação aos relatos dos viajantes dos séculos XVIII e XIX, coloca que ajudam “a imprimir à sociedade estudada uma dimensão histórica mais profunda, reunindo informações que transcendem em muito a capacidade de observação” (p. 85) em relação a uma situação atual de campo. No entanto, raramente se pretendem ser relatos históricos ou etnográficos. A presença de registros de povos indígenas

vincula-se, nesses relatos, mormente como uma ilustração simbólica, ou extensão zoológica, por meio de uma antropologia física. No entanto, o citado antropólogo alerta que é importante ter em mente as intenções e objetivos desses relatores, considerando o perfil de financiamento das expedições e a qualificação intelectual do observador (*ibid.*: 135), se se tratava apenas de “viajantes” ou de naturalistas, cientistas, mercadores, engenheiros, literados etc. (*ibid.*: 92). Oliveira Filho sugere que há compromisso científico nos relatos dos naturalistas em detrimento dos executados por funcionários de empresas, ou aos aventureiros – em relação ao seu estudo de caso que foi o sobre o povo Tükuna.

Lembrando que, conforme defende PORTELA (2012: 4), toda fonte histórica “exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro”, quer dizer,

como produto de uma sociedade, o documento manifesta o jogo de força dos que detêm o poder naquele contexto. Não são, portanto, produções neutras ou ingênuas. Traduzem leituras e modos de interpretação vividos por um determinado grupo de pessoas em um dado tempo e espaço (*ibid.*).

CORREA-DA-SILVA (2010b) informa que o primeiro pesquisador a cunhar o termo etno-história foi o estadunidense Clark Wissler, “ao escrever a introdução de uma série de estudos arqueológicos, referindo-se à metodologia de pesquisa que mesclava o uso de ‘dados culturais incorporados em narrativas históricas’ (...) com o objetivo de ‘reconstruir a cultura pré-histórica’” (p. 281, destaque da autora).

Essa metodologia é conduzida principalmente aos estudos onde há uma intersecção de histórias em períodos recentes, como no caso das invasões europeias sobre povos indígenas em todo planeta.

Lançar-se sobre apenas um aspecto: o uso de documentos históricos; a etnografia de um povo sobrevivente; ou leituras arqueológicas, é um caminho muito perigoso, e pode levar a conclusões falsas. Pois, no primeiro caso, os documentos, via de regra, são produzidos pelos vencedores; os povos ágrafos sobreviventes, devido ao impacto do contato, sofreram grandes modificações; e os artefatos por si só demonstram mais as relações econômicas do que outras facetas sociais.

O trabalho do etno-historiador estaria justamente em reunir estes estudos e trazer hipóteses combinadas, mais próximas do que realmente tenha ocorrido. Este tipo de trabalho tem melhores êxitos quando aplicado a períodos recentes.

A etno-história é uma metodologia apropriada para se traçar as rotas de migração dos povos. Uma das formas mais adotadas em meados do século XX foi utilizando-se dados do presente ao passado e traçando o caminho inverso das rotas. Foi a partir dessa abordagem que se incluiu a ecologia em suas análises, cuja figura fundamental foi Julian Steward. Há de se salientar que nesse momento passa-se a adotar a premissa de que nem todas as mudanças culturais ocorrem com o contato interétnico, mas também no seio do próprio grupo social (*ibid.*: 283-284).

Por meio desses estudos interdisciplinares é possível se identificar os antigos sítios de um determinado povo, bem como seu local de morada no momento do contato com o invasor. Dessa maneira é uma ferramenta que pode ser utilizada em processos jurídicos de reconquista da terra por parte de povos indígenas. Exemplos de processos dessa natureza ocorreram nos Estados Unidos a partir da “promulgação do *Indian Claims Act*, em 1946, quando antropólogos, historiadores e advogados foram contratados pelos grupos indígenas para apresentar subsídios aos seus pedidos de indenização por terras cedidas por tratados” (*ibid.*: 284).

A inclusão de ferramentas e resultados de pesquisas genéticas iniciou-se a partir do final do século XX, mas é restrita a poucos grupos de pesquisa. O Brasil ainda está muito aquém no uso dessas ferramentas para a reconstrução de sua etno-história (*ibid.*: 288).

O antropólogo físico Francisco SALZANO (1998 [1992]) é uma dos brasileiros que desenvolve pesquisa nesse sentido. Em seu artigo (p. 29) ele apresenta um mapa definindo zonas de variação genética entre os indígenas da América do Sul e aponta algumas áreas com alta densidade variacional, principalmente na Amazônia Colombiana-Venezuelana, e região do Chaco-bacia do Paraguai. Ele conclui que isso pode indicar locais de alto contato entre povos com diferentes origens históricas, contribuindo em pesquisas sobre origem de famílias linguísticas. Mas adverte que os dados são preliminares e as conclusões ainda não se sustentam.

CORREA-DA-SILVA (2010b: 288) salienta o fato de que ou as afiliações genéticas e linguísticas seriam reflexos diferentes dos mesmos eventos históricos, ou condicionadas por fatores geográficos de isolamento e migrações.

Os reflexos dessa combinação de análises científicas entre língua e gen vêm trazendo novas evidências para o estudo do povoamento das Américas. Analisando o estudo de REICH *et. al.* (2012) é possível perceber que o modelo arbóreo de relação das línguas em famílias-troncos-filos não é compatível com a herança genética dos povos sul-americanos, em especial aos das terras baixas não florestais, como é o caso dos Jê. Estas evidências serão melhores apresentadas no final deste capítulo, quando abordarei o conceito de línguas e sua diversidade.

A principal contribuição etnológica à história estaria em incorporar o estudo das festas, mitos, símbolos e, principalmente, a tradição oral CORREA-DA-SILVA (2010b: 300).

CORREA-DA-SILVA (*op. cit.*) indica que na perspectiva etno-histórica, a construção do passado humano necessita, para períodos muito antigos, da interpretação de evidências arqueológicas e da antropologia física. No caso de períodos mais recentes pode-se recorrer a evidências linguísticas e etnológicas, além da oralidade (lendas, mitos e memórias).

Assim, a construção histórica deixa de se ancorar em documentos “oficiais” para buscar outras formas de relação de causalidade, envolvendo horizontes que não apenas os períodos e seus eventos, mas a natureza, a paisagem, a população, a demografia, as trocas, os costumes etc., integrando conceitos e métodos de diversas áreas do conhecimento humano (*ibid.*: 294).

A preocupação recente de alguns acadêmicos em valorizar o conhecimento dos povos que há muito tempo foram marginalizados perante a história, reflete-se não apenas na aplicação da oralidade como ferramenta de obtenção de evidências, mas também na própria construção de pesquisadores indígenas e na utilização de suas epistemologias para a construção do conhecimento.

Assim, nas palavras de CORREA-DA-SILVA (*op. cit.*):

os índios passaram de “povos sem história e sem futuro” (Monteiro, 2001: 3)<sup>8</sup> ora vítimas passivas ora selvagens rebeldes, a agentes sociais impulsionados por

---

<sup>8</sup> Citação da autora

interesses próprios, que visavam a sobrevivência diante de situações desestruturadoras e recorriam a múltiplas estratégias que incluíam rearticulações culturais e identitárias, continuamente transformadas na interação com outros grupos étnicos e sociais (...). Os novos estudos conferiram voz aos grupos indígenas brasileiros, agora reconhecidos em suas temporalidades e historicidades próprias (p. 311).

Quer dizer, a chegada dos europeus à América não marca o início da história do continente, “mas apenas o momento em que ocorreu a conexão entre dois mundos em um único sistema: o sistema global em que agora habitamos todos juntos” (*ibid.*: 290). Assim, o objetivo geral de um estudo etno-histórico é a compreensão da história humana em sua complexidade (p. 292).

Assim, com esse aporte metodológico etno-histórico, poderei identificar com maior segurança os tempos ou períodos indígenas, e seus respectivos eventos que marcam essa diferenciação. Para isso, me apoiarei na proposta de KAXINAUÁ *et. al.* (2002), que apresentam a história dos índios no Acre em tempos mais próximos daquela realidade do que a tradicional adaptação dos períodos paleolítico, neolítico, idade do ferro, do bronze etc., específicos da história europeia.

Na próxima seção, no item referente a *eventos e periodicidade*, aprofundo sobre a importância desses conceitos para um estudo etno-histórico e apresento a minha proposta de temporalidade indígena utilizada na presente dissertação, baseada nos citados autores.

Para ilustrar esses eventos, devidamente imbricados no espaço, me aproprio do uso da ferramenta cartográfica, um eficiente modelo de síntese que exprime fenômenos e elementos geográficos. Tentarei esboçar uma inter-relação desses elementos com os eventos e períodos devidamente identificados, na medida do possível, pois, em se tratando de elementos não espaciais, a representação fica prejudicada.

Da mesma forma, grande parte das minhas fontes de pesquisa foram produtos cartográficos elaborados por diversos especialistas na etnologia, mas que, devido a critérios específicos, não apresentam os mesmos dados, o que merece uma melhor atenção, análise e reunião em novos produtos cartográficos, que é a minha proposta nesta pesquisa. A seguir apresento um resumo da importância da cartografia nesse processo.

### 2.1.c. O papel da cartografia

A cartografia é uma ferramenta geográfica por excelência, nesse sentido, cabe à geografia e a todos os pesquisadores que nela se apoiam ou se utilizam adotar a consulta e produção de documentos cartográficos como uma premissa. Nesse sentido ANJOS (2009) argumenta que “a Geografia é a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis para a sociedade, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para uma melhor organização do espaço” (p. 8), sendo os mapas um dos mais importantes meios sintéticos para isso.

Tais mapas são, por sua vez, “representações e interpretações gráficas do mundo real, que se firmam com ferramentas eficazes de leitura do território” (ANJOS, *op. cit.*: 8). É uma ponte entre o nível de observação da realidade e a síntese, a subsidiar caminhos para a tomada de decisões e soluções de problemas, pois é também um instrumento de poder. Mas é justamente por ser sintético que não pode ser visto como a representação fiel da realidade, mas uma faceta, destacando as marcas no espaço. Aliás, por ser uma criação humana, está arraigada de ideologia e, como tal, pode exprimir uma realidade distorcida (*ibid.*, 183).

Os principais mapas que elaborei para esta dissertação são *cartas de constatação* do tipo *planimétrica*, conforme metodologia de LIBAULT (1975), representando a paisagem do Planalto Central Brasileiro nos anos de 1700, 1750, 1800, 1850 e 1900, e estão no final do capítulo 4. As representações contidas neles estão da seguinte forma: *pontuais*, para os antigos aldeamentos, povoados não indígenas e outros elementos fixos; *lineares*, para os rios, caminhos e outros elementos fluidos; e *areolares*, para os sítios étnicos, zonas de domínio linguístico, e outros fenômenos geográficos. Os mapas foram impressos na escala 1:5.000.000 em formato ISO A3.

Em anexo há um mapa em formato ISO A1, na escala 1:1.500.000 que seguiu a proposta de *mapas-dinâmicos*, de acordo com metodologia de MARTINELLI (1991), contendo as variações no tempo e no espaço, onde foram representadas as movimentações de objetos no intervalo compreendido entre as *cartas de constatação*. Este produto procura resumir e reunir a maior parte do material apresentado nestas cartas.

Como ferramenta de pesquisa me apoiei, dentre outros instrumentos, no uso de cartografia histórica. A aplicação da cartografia à história é chamada de cartografia histórica e floresceu na segunda metade do século XIX, fundada por Ortelius; foi aplicada, principalmente, à etnografia (RATZEL, 1990b [1891]: 48).

Os materiais cartográficos em que me apoio como fonte de dados foram, principalmente, elaborados por etnógrafos e linguistas, o principal deles é o Mapa Etno-histórico de Curt NIMUENDAJU (2002a [1944]), mas antes de eu tecer comentários a ele, cabe mencionar a obra de Carl von MARTIUS (1967a) considerada o primeiro mapa etnográfico sobre povos indígenas no Brasil, que inclusive apresentou uma hipótese de rota de migração dos povos Tupi nesse trabalho, e espacializou uma hipótese de distribuição das famílias linguísticas por ele agrupadas, diga-se de passagem, também pela primeira vez na história científica.

Mais recente que ambos, o tcheco Čestmír LOUKOTKA (1967), apresentou o último grande produto cartográfico produzido com primor. NIMUENDAJU (1946) e STEWARD & MASON (1950) também apresentaram produtos de cartografia étnica, entretanto com nenhuma informação além das presentes nos outros mapas já citados. Fac-símiles dessas fontes cartográficas são apresentados no início do último capítulo desta dissertação.

Acredito que o único trabalho produzido por um brasileiro com certa precisão e acuidade cartográfica, relacionado a localização dos povos indígenas é o *Mapa das Áreas Culturais Indígenas do Brasil* de Eduardo Galvão, elaborado no final da década de 1950, uma tentativa de utilização de categorias que não a língua para classificar grupos étnicos.

Outros antropólogos posteriores, como D. RIBEIRO (2009 [1970]: 541) e MELATTI (2011: 8), também estabelecem sugestões baseadas nesse mapa de Eduardo Galvão, porém sem uma devida atenção cartográfica – veja a figura 2.5 neste capítulo. Seus mapas são

figuras inseridas em textos, e não possuem alguns elementos essenciais aos documentos cartográficos, como grade de coordenadas e sistema de referência, comprometendo a segurança de sua aplicação com precisão. Entrementes, há que se considerar a importância desses estudos para o entendimento e progresso da etnologia no país.

O Instituto Socioambiental (ISA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) se restringem a elaborar mapas com as terras indígenas, ausentando-se de dados que demonstrem os territórios étnicos no tempo.

Outro trabalho que destaco, apesar de não tratar de povos indígenas, é a obra do geógrafo Rafael Sanzio dos ANJOS (2009), uma das mais atuais a respeito das rotas de migração forçada (ou diáspora) de negros para o Brasil, inclusive apontando caminhos de migrações internas que culminaram em diversos quilombos. O citado autor demonstra de uma forma bastante ilustrada por mapas, fotografias, cartografias etc., como se deu a territorialização de comunidades tradicionais africanas no país, o que ele chama de cartografia étnica.

Os três mapas etno-linguísticos citados [MARTIUS (*op. cit.*), NIMUENDAJU (*op. cit.*) e LOUKOTKA (*op. cit.*)] serão expostos no último capítulo, quando analiso a dinâmica do povoamento (ou diáspora) dos povos indígenas no momento das invasões luso-brasileiras. O mapa de ANJOS (*op. cit.*) será utilizado para ilustrar o processo da invasão luso-brasileira na paisagem dos Gerais, na seção 3.2 do terceiro capítulo. Isto para evitar que o leitor se adiante em se debruçar sobre eles, sem antes eu apresentar conceitos a respeito dos critérios de classificação linguística, que será bastante pertinente quando formos comparar os referidos produtos cartográficos. Mas caso a curiosidade esteja aflorando, nada impede que se dê uma espiada neles no capítulo 4.

Mas voltando aos cartógrafos, acredito que o mais memorável trabalho até hoje produzido em cartografia etno-histórica sobre o Brasil é consagrado a Curt Nimuendajú<sup>9</sup>, “sem nenhuma dúvida, a principal figura da etnologia brasileira, (...) [na] primeira metade do século XX” (F. FERNANDES, 1975b [1956]: 119). Reconhecido por etnólogos como Luís de

---

<sup>9</sup> Cabe lembrar que Curt Nimuendajú foi naturalizado brasileiro com este nome, recebido dos Guarani quando viveu como um deles entre 1907 e 1909. Seu nome de nascimento como alemão era Curt Unkel (CORRÊA FILHO, 2002 [1951]: 9). Porém, em seus trabalhos assinava com o nome indígena (e brasileiro).

CASTRO FARIA (2002 [1981]), linguistas como Aryon RODRIGUES (2013), historiadores como Virgílio CORRÊA FILHO (2002 [1951]), cartógrafos como Rodolfo Pinto BARBOSA (2002 [1981]), dentre diversos outros ilustres pensadores brasileiros e mundiais, como seus contemporâneos Paul Rivet, Robert Lowie e Alfred Mètraux, autores com quem Nimuendajú contribuiu, remetendo materiais etnográficos ou publicando estudos em conjunto, onde destaque os artigos do memorável *Handbook of South American Indians*, de Julian Steward. Enfim, um “grande e singular pesquisador (...) [da] etnologia brasileira (...) um dos seus maiores expoentes” (EMMERICH & LEITE, 2002 [1981]).

Nimuendaju estudou intensamente o Jê e de maneira geral procedeu a uma divisão cuidadosa de todos os grupos e línguas indígenas brasileiros, o que concretizou num mapa “etno-linguístico” – como destaca (CÂMARA JR., 1977: 127) – de grande complexidade de apresentação.

Por outro lado, como a qualquer pessoa que produz obras grandiosas, alguns autores dedicam críticas merecedoras de destaque. O próprio F. FERNANDES (1975b [1956]) diz que Nimuendaju fez uma etnografia pouco profunda, presa às aparências, sem interesse nas causalidades, que de certa forma refletia o pensamento etnográfico de sua época. Ele avalia – de maneira exagerada, creio eu, perante a totalidade da obra de Nimuendaju – citando Claude Bernard que “a acumulação indefinida de observações não conduz a nada” (p. 120), por ser necessário que um investigador científico se questione continuamente sobre os porquês e não se atenha apenas em retratar o que vê, apesar de que sua interpretação torna-se mais completa e válida quando expõe e categoriza essas percepções.

No entanto, a obra prima do inigualável Nimuendaju, que foi justamente a última, seu mapa etno-histórico (ou etno-linguístico como prefere CÂMARA Jr., *op. cit.*), seguiu de certa forma a proposta de Martius, aperfeiçoando, é claro, pois este não evidenciou a localização dos grupos indígenas, nem mesmo dos que ele obteve contato, preferiu generalizar em áreas linguísticas, famílias ou ramos. Porém, traçou rotas hipotéticas que de certa forma foram validadas por alguns pesquisadores mais modernos. Evidente que com novos materiais e metodologias à disposição.

Nimuendaju, por sua vez, precisou a localização dos povos, indicou setas com as rotas de migração, diferenciou tribos existentes com as extintas. Mencionou os anos em que houve algum registro etnográfico. Como o próprio autor declara

Elle [o mapa] se distingue de todos os outros trabalhos congeneres pela tentativa de conseguir uma perspectiva historica afim de evitar os anacronismos que enxameiam naquelles [se referindo aos mapas etnográficos que não exibem informações históricas] (NIMUENDAJU, 2002b [1944]: 37).

E foi cuidadoso e responsável o suficiente para agrupar as etnias em famílias linguísticas. Um recorte desse mapa, onde se é possível observar as lacunas deixadas pelo autor, as quais eu pretendo contribuir no seu preenchimento, está disponível no mapa 0.2, constante na introdução dessa dissertação.

Como já apresentado no capítulo anterior, focarei minhas análises numa pequena área desse mapa, denominada de Gerais. E para isso, tracei uma área adjacente ao Planalto Central necessária para se realizar a busca por novas informações. Assim, todas as informações que eu consegui reunir dentro da área adjacente, também são exibidas em meus produtos cartográficos, mas as análises se restringirão aos Gerais.

Evidente que não tenho os “dezenio de annos” de “dados bibliográficos”, “informações particulares” e “estudos e observações pessoaes” como germanicamente o autor abre suas observações. Por isso não me atrevo a fazer um trabalho tão grandioso quanto o dele. Detenho-me em apresentar informações mais específicas sobre uma pequena parte de seu mapa, justamente uma parte onde ele deixou lacunas

Na metodologia que usarei para isso, além das já citadas oralidades e constatações de outros autores de mapas etnográficos, realizei a compilação dos históricos de todos os municípios que abrangiam a área estudada e regiões adjacentes do Planalto Central, localizados nos estados de Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará, conforme figura 2.3. Ao todo foram cerca de 1.100 históricos lidos. Estes históricos foram os constantes do banco de dados IBGE cidades, disponível no sítio eletrônico da referida autarquia federal por meio do seguinte link: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default1.php>

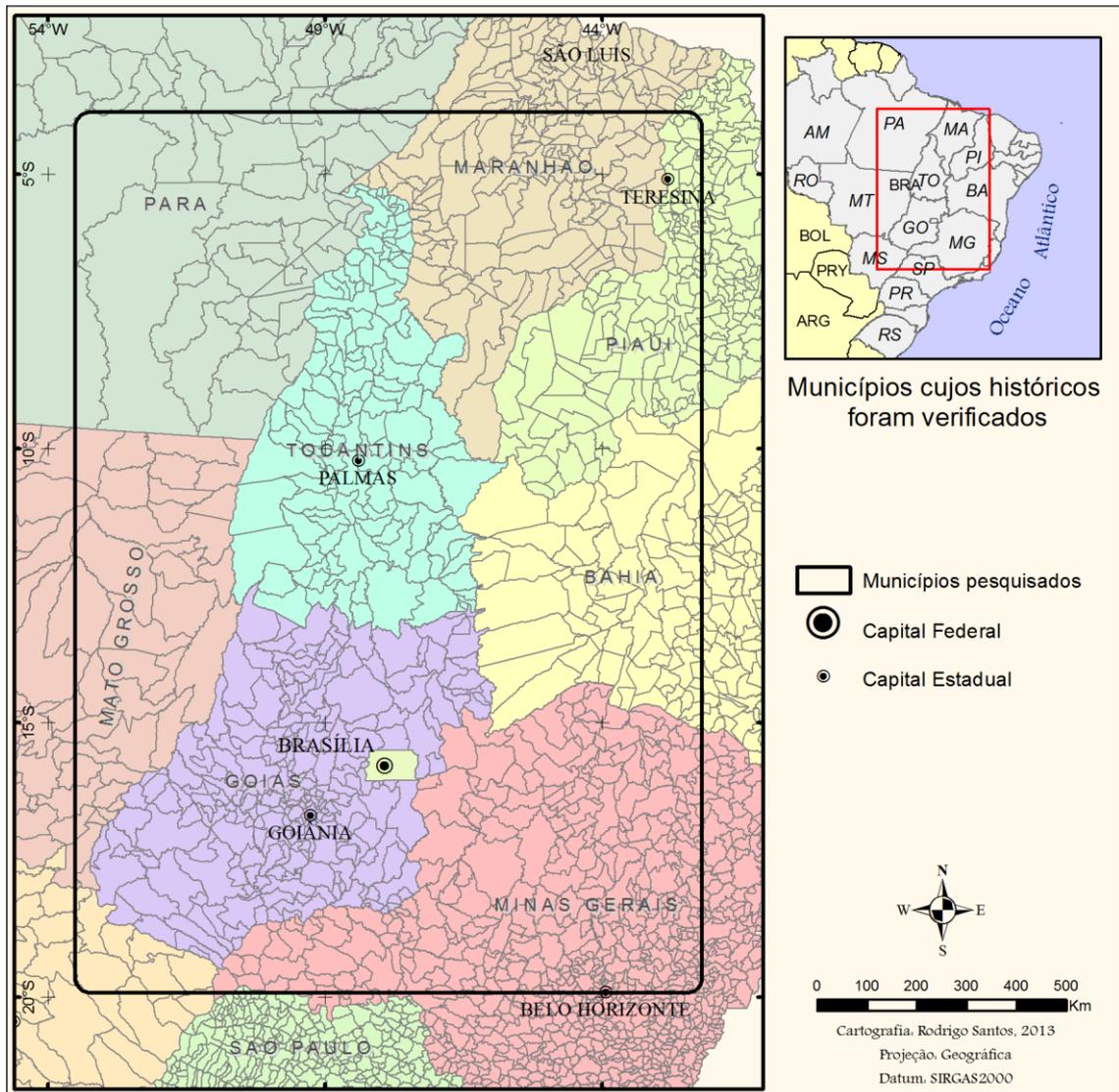


Fig. 2.3. Localização dos municípios cujos históricos foram lidos e extraídas informações sobre povos indígenas.

Ao total localizei 155 municípios cujos históricos mencionavam alguma presença indígena, seja de etnia, seja apenas mencionando índios, ou de quilombola. Os dados tabulados estão no Anexo I.

Vale informar que os históricos disponibilizados pelo IBGE em seu sítio-eletrônico são elaborados por equipes técnicas de historiadores do próprio órgão, localizadas na sede (Rio de Janeiro) ou nos escritórios regionais em algumas Unidades da Federação. Ele também conta com apoio de prefeituras, secretarias de culturas municipais, historiadores locais, dentre outras fontes, para o fornecimento de informação que completam seus dados. Pessoas detentoras de informações que não são historiadores também podem contribuir. Para ser

disponibilizado no site, o órgão executa uma rotina de verificação interna pela sua equipe técnica, a seu critério. A última coluna da tabela do Anexo I apresenta as fontes de informação utilizadas pelo IBGE.

Observei que grande parte dos municípios mais recentes não apresentam informações sobre as etnias pré-existentes. Quanto aos municípios mais antigos muitos deles informam, porém com pouca dedicação.

Além das etnias, procedi na compilação das datas de fundação dos municípios como povoados, suas elevações a distrito e emancipação política como município. Dessa forma pude fazer análises sobre uma provável época de chegada de colonos à área. Algumas vezes era citada a passagem de alguma bandeira no local, que também foi registrada. Foram 522 municípios na área estudada, cujos povoados foram fundados antes do ano de 1900.

Por fim, também uso como fontes de dados e apresento na dissertação diversos mapas históricos manuscritos ou impressos arquivados em museus, bibliotecas e arquivos públicos, onde destaco os seguintes:

- Biblioteca Pública de Évora – Évora, Portugal;
- Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa, Portugal;
- Arquivo Nacional – Rio de Janeiro, Brasil;
- Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro, Brasil;
- Mapoteca da Diretoria de Infraestrutura e Engenharia do Exército Português – Lisboa;
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa, Portugal.

Essas foram as principais bases de coleta de informações cartográficas manuscritas ou históricas que apresentaram alguma informação relevante de ocupação indígena. Vale ressaltar, como já foi dito no item anterior, que por se tratar de documentos elaborados pelos invasores luso-brasileiros, deve ser observado com as devidas precauções. Com “olhar técnico, mas crítico e político do pesquisador” (ANJOS, 2013).

Ao final, cruzando esses dados e me apoiando em informações sobre elementos da paisagem, principalmente o relevo e acidentes geográficos, hidrografia e vegetação; adicionado às informações históricas obtidas junto a monografias, teses, dissertações, livros e

relatos de viajantes, procuro então, apresentar uma sugestão de mapa etno-histórico da região dos Gerais. São seis mapas com intervalo de tempo de 50 anos, a partir de 1650 até o ano de 1900. E, no encarte anexo, uma reunião de todos eles numa proposta que tenta se utilizar das sugestões de visualização propostas por Niumendaju em seu mapa, mas também acato sugestões de outros autores, como Loukotka e Martius que buscaram delimitar as possíveis áreas de predominância de determinada família linguística.

A definição das formas e abrangências dos polígonos que representam a localização das etnias ocorreu observando-se os seguintes fatores:

- descrição da espacialização étnica fornecida pela fonte da informação;
- abrangência da paisagem mais ou menos homogênea próximo a determinada localidade, por exemplo, extensão de uma margem de rio, de uma chapada, de uma região de cabeceiras, entre outros elementos do ambiente;
- distribuição da referida etnia apresentada em outras fontes que trata do mesmo grupo;
- Quando mais de uma fonte (historiográfica, cartográfica ou etnográfica) apresentou evidências da presença de uma determinada etnia, e as localidades forem próximas, procedi na unificação da informação em um único polígono. Por isso há diferenças nos tamanhos e formas dos polígonos étnicos.
- Limites do município cujo histórico trazia a informação de presença étnica, pois me eximi de ultrapassar esses limites quando o município limítrofe não trazia essa informação.

Assim, é bem provável que os limites não estejam exatos, e uma observação mais cautelosa, com apoio de levantamentos arqueológicos *in loco* poderá refinar essas localizações.

Dessa forma, concluo a base metodológica utilizada nessa pesquisa, passando a seguir para um debate mais aprofundado sobre os conceitos-chave que serão utilizados nos capítulos em que apresentarei os fatores físicos e históricos, bem como no capítulo subsequente onde tratarei de suas análises.

## 2.2. Conceitos-chave

A necessidade de se estabelecer em poucas palavras o entendimento de uma ideia é o que faz dos conceitos uma realidade.

M. SANTOS (2002b: 147) citando Kubler (1973: 105) diz que “não podemos apreender o universo se não o classificamos por tipos, em categorias, ordenando o fluxo infinito de acontecimentos não idênticos em um sistema finito de similitudes”. Dessa forma, além das classificações presentes no interior de cada ramo científico, os conceitos simbolizam a tentativa de resumir as informações acumuladas sobre determinada faceta do conhecimento. Eles servem tanto para facilitar as análises que poderão ser comparadas a outros estudos similares, como para manter o vínculo entre um pesquisador e seus antecessores, que de alguma maneira buscaram responder as mesmas perguntas, observando problemas semelhantes nas diversas escalas e coordenadas temporo-espaciais.

Os conceitos-chave utilizados na presente pesquisa são:

1. Paisagem
2. Território
3. Migrações
4. Eventos e Periodicidade
5. Etnia
6. Língua

Os três primeiros conceitos tratam de categorias espaciais, os dois seguintes, enumerados no item quatro da relação acima, estão relacionados ao tempo; e por fim, os dois derradeiros, são relativos à cultura. Dessa forma, tentei aprofundar um pouco sobre cada uma das disciplinas que a antropogeografia busca conciliar, como dito: a geografia, a história e a etnologia. Início tratando da paisagem, e seguindo pela ordem enumerada.

## 2.2.a. Paisagem

A *paisagem* está relacionada diretamente aos elementos da matéria. É a concretização que manifesta a realidade aparente. Sua descrição é necessária no estudo geográfico – como na antropogeografia – pela necessidade que se tem de se obter uma noção capital do complexo geográfico local. A paisagem é “o verdadeiro dado geográfico” (SORRE, 1984b [1955]: 126). Ela é composta por traços físicos, bióticos e humanos, cuja interpenetração resulta em relações extremamente complexas, que vão da simples justaposição até a causalidade, compondo a trama do dado geográfico (*ibid.*).

Em um estudo geográfico, privilegia-se a descrição da paisagem vegetal, das formas do relevo ou das atividades humanas, conforme a natureza das preocupações do pesquisador (*ibid.*: 126). No entanto, na análise geográfica pressupõe-se que há uma interrelação entre essas manifestações na paisagem, não havendo, portanto, como separá-las simplesmente. Para fins do presente estudo, será considerado o conceito de *domínios de natureza*, que trata de ser uma síntese dos elementos naturais da paisagem, conforme será explicado mais adiante.

Em relação ao grau de interferência humana sobre as paisagens podemos classificá-las em dois tipos: a *natural* e a *antrópica*. No primeiro caso os elementos físicos e biológicos apresentam-se com pouca intervenção humana, nela é marcante a presença da vegetação nativa de seu respectivo bioma. A paisagem antrópica, pelo contrário, é uma construção humana, pode ser *rural* ou *urbana*, esta última a maior manifestação de interferência antrópica sobre o meio (R. SANTOS, 2005). Há também paisagens naturais *antropizadas*, que são áreas naturais utilizadas pelo ser humano, principalmente para obtenção de algum recurso natural, por exemplo, coleta de madeira na floresta, extração mineral etc. Assim, é possível se estabelecer o grau de antropismo sobre as paisagens naturais de acordo com os impactos sobre os elementos físicos e bióticos do meio.

A definição de conceitos científicos para a *paisagem*, considerando toda a superfície do planeta, pode ser atribuída ao naturalista Alexander von Humboldt, por meio de sua obra *Cosmos*, publicada em meados do século XIX. HUMBOLDT (1849: 6-15) a partir de suas

observações, definiu que as *paisagens naturais* são marcadas por padrões de vegetação (conjuntos de gêneros e espécies vegetais) com arranjo semelhante conforme a combinação de dois fatores básicos: a *zonalidade*, ou seja, distância latitudinal em relação à linha do Equador; e a *altitude*, distância em relação ao nível do mar. Estes dois fatores que na verdade são climáticos e geomorfológicos, foram devidamente combinados no horizonte geográfico e constituíram regiões fitogeográficas mais ou menos homogêneas, como as florestas (tropicais ou temperadas), savanas, estepes, campos e desertos.

No início do século XX, foi definido outro conceito fundamental para o entendimento dessa homogeneização das paisagens naturais, é o *ecossistema* (ou sistema ecológico) que consiste na ideia de “uma área ocupada por um grupo de seres vivos submetidos a condições harmônicas, homogêneas” (Tansley, 1935 *apud.* ODUM, 1983), ou seja, o relacionamento de fatores bióticos e abióticos de um local. Este conceito desconsidera fatores antrópicos, tendo em vista que impede de se estender o entendimento do sistema para espaços regionais mais amplos e originalmente naturais (AB’SÁBER, 2003f: 138).

Partindo das considerações fitogeográficas de HUMBOLDT (1849), a respeito da zonalidade e altimetria dos padrões de vegetação globais, somado ao conceito de ecossistema, formulou-se, em meados do século XX, o conceito de *bioma*, focado na ideia de uma região biótica mais ou menos homogênea (AB’SÁBER, 2003f: 138). Pouco depois surge o conceito de *geossistema*, que busca aprofundar os estudos das relações abióticas (meio físico) sobre a formação de paisagens, relacionando condicionantes bióticas (naturais e antrópicas) sobre elas. Para uma correta delimitação de áreas espacialmente definidas com base nesses conceitos é necessário um trabalho interdisciplinar voltado para a síntese, incluindo diagnoses sobre as relações energéticas do meio no seu passado e presente, e prognoses sobre seu destino a partir de cenários (R. SANTOS, 2005).

Assim, com estes conceitos definidos, estabeleceram-se condições para a definição de *domínios de natureza*, que são províncias morfoclimáticas e fitogeográficas, com um tipo de ecossistema predominante, contendo enclaves ou redutos de outros sistemas ecológicos pregressos. O domínio dos cerrados, por exemplo, comporta uma família de ecossistemas areolares (cerrados, cerradões e campestres), lineares (matas de galeria, cordilheiras e veredas) e pontuais (capões de mata e touceiras de cactáceas) (AB’SÁBER, 2003f: 139).

AB'SÁBER (*op. cit.*: 137) alerta que muitas vezes confunde-se o espaço total de um domínio de natureza com a expressão ecossistema, sem levar em conta que no interior de um domínio paisagístico existe sempre um mosaico de ecossistemas. Também não podemos confundir com o conceito de bioma que está vinculado basicamente a uma província fitogeográfica homogênea que se espalha por um vasto espaço, sem considerar, necessariamente, homogenia morfoclimática.

O conceito de domínios de natureza é definido por AB'SÁBER (2003b [1977]: 11) como um conjunto espacial de escala continental onde haja um esquema coerente de feições fisiográficas, ou seja, de relevo, solos, vegetação, clima e regime hídrico. Tais domínios, de feições paisagísticas e ecológicas integradas, ocorrem em uma espécie de área principal, *core*, ou núcleo. Os principais núcleos de domínios de natureza presentes no Brasil, de acordo com AB'SÁBER (*op. cit.*: 16-17) são:

- terras baixas florestadas da Amazônia;
- chapadões recobertos por cerrados;
- depressões interplanálticas semi-áridas;
- mares de morros florestados;
- planalto das araucárias;
- pradarias mistas do sul.

Cada um desses domínios de natureza apresenta uma feição ecossistêmica predominante: florestas, cerrados, caatingas, araucárias ou pradarias (*ibid.*: 23). Que, quando relacionados a feições geomórficas específicas, desenvolvidas na mesma área nuclear, criam condições para que esse ecossistema de maior evidência manifeste-se em seu *climáx* fitogeográfico no interior do domínio (AB'SÁBER, 2003a [1963]: 28). “Razão pela qual existe sempre um ar de família inconfundível em cada um dos grandes domínios paisagísticos que marcam a paradisíaca tropicalidade brasileira” (AB'SÁBER, 2003f: 141).

Entre diferentes áreas nucleares de um domínio da natureza, ocorre um interespaço de transição e contato, onde pode haver feições fisiográficas e ecológicas semelhantes a um dos núcleos, ou específicas a seu ambiente, isto é, que não irá ocorrer em outra paisagem, mas que pode se expandir e formar um novo domínio. Estes locais são chaves para o entendimento das

movimentações paisagísticas na história geológica recente do planeta. No Brasil, o interior do Maranhão e o centro-sul da Bahia, abrigam exemplos desse fenômeno. Esses locais favorecem o surgimento de cocais, cipós e matas secas, em detrimento da vegetação que domina os três respectivos núcleos adjacentes (AB'SÁBER, 2003b [1977]: 12-13).

É possível, ainda, a ocorrência de fragmentos ecossistêmicos típicos de um domínio, no interior da área nuclear de outro, como capões florestais nos cerrados, manchas de cerrados relictos no interior das caatingas e florestas, dentre outros. A esse fenômeno AB'SÁBER (2003a [1963]: 28) atribui a existência de fatores fisiográficos de exceção no interior dos domínios, que abrigou redutos de ecossistemas outrora espacialmente mais espalhados.

O referido geógrafo explica que na história geológica recente, período Pleistoceno superior (de 100.000 a 10.000 AP), houve períodos glaciais e interglaciais, cuja alteração no regime climático do planeta, possibilitou o avanço das caatingas nas épocas mais secas, e o crescimento das matas nos momentos de maior umidade. No ínterim, os cerrados se expandiam ou diminuía na área localizada entre a caatinga e as florestas. A vegetação dos cerrados se desenvolveu e se adaptou em algum momento entre o Terciário e o Quaternário (cerca de 2.000.000 AP), “certamente um dos quadros da vegetação mais arcaicos do país” (*ibid.*: 31). As matas-galeria são o resultado da interpenetração das florestas Amazônica e Atlântica seguindo os vales com drenagem perene no interior por entre as áreas de cerrado.

Isso demonstra que a estabilidade, expressão de um equilíbrio precário de forças, é sempre relativa, jamais absoluta. A análise das paisagens deve ser esclarecida pelo conhecimento da evolução, das modificações (SORRE, 1984b [1955]: 128). Este movimento das feições naturais leva a uma imprecisão na definição de seus limites. Pois, ao contrário do que se possa pensar, não há nada exato na natureza, em tudo há uma marca que distingue um objeto, um indivíduo, de outro. Os modelos criados pelas ciências, principalmente exatas, são apenas uma simplificação da realidade, eliminam as tênues diferenças entre as coisas.

AB'SÁBER (2003a [1963]) defende que é impossível uma delimitação cartográfica fidedigna, tanto no que se refere ao setor puramente geomórfico, como principalmente no que diz respeito a fronteiras vivas das áreas de contato de províncias fitográficas. Ele afirma que

tal impossibilidade de delimitação está relacionada com o fato de cada domínio possuir uma área *core* e faixas ou zonas de transição, onde se interpenetram, se

diferenciam ou se misturam – em mosaico complexo – componentes de duas ou mesmo das três áreas em contato [no caso brasileiro] (p. 28).

Apesar dessa afirmação do geógrafo Aziz Ab'Sáber a respeito da impossibilidade de definição exata dos limites de um domínio de natureza, seus estudos levaram o órgão oficial de geografia do país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a definir, arbitrariamente, os limites dos biomas brasileiros (ARRUDA, 2003: 16), para fins de planejamento de políticas públicas de conservação da natureza e desenvolvimento econômico, desconsiderando, portanto, os espaços de contato entre as diversas áreas núcleo.

A importância de se entender uma paisagem reside no fato de que ela é sempre uma herança, seja de processos fisiográficos e biológicos, seja como *patrimônio coletivo dos povos* que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. Assim, “os primeiros agrupamentos humanos assistiram às variações climáticas e ecológicas desse fluante ‘universo’ paisagístico e hidrológico dos tempos quaternários e foram profundamente influenciados por elas” (AB’SÁBER, 2003b [1977]: 9-10).

Nos últimos cinco a sete mil anos, as paisagens naturais – portanto as que não sofreram interferência antrópica – pouco se modificaram no que se refere a estrutura e fisionomia natural, sendo, portanto, muito semelhantes às que reconhecemos hoje (p. 10). Assim AB’SÁBER (*op. cit.*) defende que a sociedade aprofunde seu conhecimento a respeito de seus recursos naturais, pois somos responsáveis pelas paisagens que herdamos, e portanto, temos a obrigação de garantir a sua integridade para os que virão:

mais do que simples espaços territoriais, os povos herdaram paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis, ou deveriam ser (...). Para tanto, há que conhecer melhor as limitações de uso específicas de cada tipo de espaço e de paisagem. (...) Evidentemente, para os que não tem consciência do significado das heranças paisagísticas e ecológicas, os esforços dos cientistas que pretendem responsabilizar todos e cada um pela boa conservação e pelo uso racional da paisagem e dos recursos da natureza somente podem ser tomados como motivo de irritação, quando não de ameaça, a curto prazo, à economicidade das forças de produção econômica. (*ibid.*: 10).

Isso quer dizer que as sociedades humanas que situam a questão econômica acima de tudo são as maiores transformadoras das paisagens naturais, principalmente nos últimos trezentos a quatrocentos anos. As cidades são o ápice da transformação da natureza, nela situam-se as indústrias, que se espalharam para o campo rural na forma de agroindústrias, constituindo nas maiores forças de modificação das paisagens. No entanto, antes mesmo desse

tipo de instituição empresarial, as atividades agrícolas mais rudimentares, como lavouras e pastagens, já se constituíam em impactos sobre os domínios da natureza, porém, com intensidade bastante inferior, já que mantinha a capacidade de resiliência das vegetações se abandonada em um curto período.

Por outro lado, “o homem pré-histórico brasileiro pouca coisa parece ter feito como elemento perturbador da estrutura primária das paisagens e ecologias intertropicais e subtropicais brasileiras” (*ibid.*: 11, grifo meu). Essa herança de mentalidade pode ser estendida aos seus descendentes indígenas.

Entretanto, mesmo em momentos anteriores a chegada dos europeus ao continente, algumas sociedades promoveram grandes transformações ao meio. Além das civilizações andinas e mesoamericanas, que estabeleceram diversas cidades e campos agricultáveis, na Amazônia há um horizonte que aparece por volta do ano 1.000 d.C que sugere uma grande atividade agrícola em seu interior (BARRETTO FILHO, 2013). As caçadas de grandes animais nos Cerrados e as queimadas promovidas pelo indígenas também promoveram alterações irreversíveis como a extinção de muitas espécies.

Uma paisagem com condições ecológicas ou antropizadas, devidamente adequadas à vivência de determinado grupo humano, é chamado de habitat. O habitat configura-se nas “condições de estabelecimento dos grupos humanos na superfície terrestre e de sua estabilidade” (SORRE, 1984b [1955]: 130).

O habitat seria um tipo de “ecossistema” humano com inúmeras combinações possíveis. As paisagens do ecúmeno correspondem ao habitat humano. Como preconiza a metodologia antropogeográfica, a configuração das paisagens é uma das condicionantes para as movimentações dos povos sobre a Terra.

A necessidade de sobrevivência ou ganância, sede de expansão, de determinado grupo promoverá a apropriação e defesa de um espaço determinado da paisagem enquanto seu, do grupo, onde será desenvolvido o seu gênero de vida. Estes apropriadores poderão criar condições e normas, mesmo consuetudinárias, sobre como deverá se dar o uso dessa determinada porção da paisagem, estabelecendo permissões ou restrições. Esse atributo de poder ao espaço é denominado de *território*, o próximo item.

## 2.2.b. Território

*Território* corresponde “a porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano” (MORAES, 1990: 23). Nesse sentido, o vigor de um povo tem uma relação direta com seu território, pois “um povo decai quando sofre perdas territoriais, [ou seja] se começa a perder uma parte do território, esse é sem dúvida o princípio da sua decadência futura” (RATZEL, 1990b [1891], p. 74).

O território nada mais é do que o espaço físico em que uma determinada instituição domina. Possui diferentes níveis, podendo haver territórios sobrepostos, ou mesmo incorporados a um território maior, dependendo da natureza de cada instituição e de suas interrelações. O território do Estado é o nível maior de soberania atualmente existente. Será esta instituição quem definirá as regras sobre os territórios subalternos.

Assim, vincula-se ao conceito de território a manifestação espacial do poder. A apropriação humana do espaço, material ou simbolicamente, é o que o faz território (Raffestin, 1993: 53 *apud*. M. NOGUEIRA, 2009: 123-124).

Quando se examina o ser humano, seja individualmente, seja associado em instituições como uma família, uma tribo, ou um Estado, é sempre necessário considerar, junto com o indivíduo ou com o grupo em questão, também uma porção de território. Sem isso, não será possível compreender o seu desenvolvimento, potencia e solidez. O império nada mais é do que a soberania de um Estado sobre outros (RATZEL, *op. cit.*: 77).

A segurança (proteção, abrigo, habitação) e a alimentação são necessidades essenciais aos humanos, e são intimamente relacionadas ao território. Mesmo entre os nômades, sabem demarcar e defender suas terras. Mas a moradia ainda é subalterna à alimentação, é esta quem define em primeiro lugar o sítio de morada (*ibid.* p. 74).

Segundo RATZEL (1990a [1891: 75), quanto mais sólido o vínculo da alimentação agrícola e a moradia de uma sociedade, mais se impõe o sedentarismo e a necessidade da propriedade. Esta que é uma forma de garantir a segurança do grupo.

O Estado surge, dentre outras funções, para garantir o território para seus cidadãos, onde possam prover-se, principalmente, de alimentação e moradia com segurança. Protege o território contra violações externas, que poderiam reduzi-lo. A soberania de um Estado também determina a comunicação interna e o tráfico de seus recursos a respeito de como deverá ser apropriado e utilizado, dentre outras funções.

Instituições subalternas ao Estado estabelecem relações com ele para conduzir o usufruto do território. A família é a associação mais simples estabelecida. Caso uma família se separe e a prole mais jovem ocupe novas porções do território, surgem então novas habitações e cada uma delas se torna o centro de uma nova família. “E eis então que se manifesta a influência da diversidade do solo, cujas várias porções diferem umas das outras pela distância, posição, fertilidade, e produzem, portanto efeitos diferentes nas várias famílias” (*ibid.*, p. 77), criando vantagens econômicas e novas organizações políticas.

Corroborando com essa ideia, F. FERNANDES (1975b [1956]) diz que foi justamente esse o maior motivo da desestabilização dos povos nativos nos séculos XVI e XVII, pois a incapacidade institucional indígena de constituir uma organização social ampla, suscetível “de integrar socialmente grupos tribais contíguos, pertencentes ao mesmo estoque linguístico e cultural” (p. 128) conduziu a um processo de desterritorialização, “condicionado pela *expropriação territorial* das populações indígenas” por parte dos invasores europeus (p. 129, grifo meu).

O resultado: a submissão, a morte, a escravidão, ou a fuga para o interior, promovendo um processo em cadeia de guerras entre grupos indígenas, que da mesma forma que os primeiros contatados, não se organizaram para combater o verdadeiro inimigo, pelo contrário, muitas etnias sobreviventes aos dias de hoje só o foram porque contribuíram com instituições luso-brasileiras no processo de captura indígena e genocídio ou fugiram e se isolaram, até que decidiram pelo contato. Entretanto, não podemos perder de vista que as principais instituições lusitanas, representadas pela Coroa e pela Igreja, já praticavam esse tipo de estratégia em outras partes do mundo, como na África, com intuito de conquistar escravos e mercadorias.

Dessa forma, as instituições apresentam a sua importância no processo de garantia e manutenção territorial. Quando uma nova instituição é formada, por exemplo, a formação de uma tribo, novas relações vão surgir, podendo manter afinidade com o Estado – caso haja –

ou contribuindo na formação de outro. Quanto maior a inter-relação entre instituições por um mesmo propósito, mais forte será a organização interna do grupo (RATZEL, 1990b [1891]: 76). Uma repartição politicamente uniforme produz uma sociedade inclinada à democracia; uma repartição de poder desigual gera uma estratificação social que permite aos mais favorecidos uma maior influência no poder, próprios da oligarquia e monarquia (*ibid.*, p. 79).

Nesse sentido que o antropólogo Henyo BARRETTO FILHO (2000) defende “que a organização política é condição *sine qua non* de (e deve preceder) todo e qualquer esforço de promoção do desenvolvimento” (p. 30).

Algumas inovações políticas surgem quando há diferenciação dentro da sociedade. Quando há crescimento populacional desordenado, há necessidade de se estabelecer estratégias para garantir os recursos a seus integrantes, que podem ir desde o comércio com outros grupos e tratados de cooperação para alimentação e abrigo, como até mesmo invasão de territórios alheios ou imposição de regras de natalidade ao seu povo (*ibid.*, p. 79).

Os limites de um território são definidos pelas suas *fronteiras*, termo que trás consigo o sentido das diferenças, que marca bruscamente onde termina e onde começa outro território, outro espaço de poder, fundamental para que as etnias ou como sugere M. NOGUEIRA (2009) as representações coletivas possam marcar a sua percepção de alteridade (p. 127). Mas como bem alerta ANJOS (2009), cabe lembrar que uma fronteira, ou limite territorial, não é necessariamente físico,

mas pode se estender até onde a comunidade reconhece a sua influência, o seu exercício de poder. Outro componente relevante é que o estabelecimento e a manutenção do território exigem domínio, controle, regras e normas, gestão da porção do espaço apropriado” (p. 8).

Numa perspectiva cosmopolita, construída pela globalização, que atingiu nos dias de hoje um alto grau de comunicação e integração entre povos e entre Estados. Por um lado, promovida pela facilidade de intercâmbio nos blocos de países, como o Mercosul e a União Europeia, mas principalmente, graças ao desenvolvimento das telecomunicações, com destaque para a internet e o transporte aéreo, o entendimento de território se ampliou. Cada vez mais integrantes de grupos e nacionalidades distintas se intercambiam e constituem uma sociedade em rede, perpassando fronteiras antes transpassadas com muito esforço burocrático

ou com uso da violência. Este último recurso, que por sua vez, ainda se faz presente nessa sociedade que vem se constituindo globalmente, está perdendo respaldo, devido a organização e articulação maior para a efetivação dos direitos humanos. No entanto, se falar de um território global ainda não é possível, até porque, muitos territórios ainda estão muito bem definidos e isolados do contato com o todo.

O território é, portanto, essencialmente um fator espacial e social, permeado de identidade e atrelado a uma dimensão política. Sendo possível sua categorização e dimensionamento por meio da identificação do patrimônio cultural e simbólico grafados por sua população, grupo ou comunidade (*ibid.*: 8). “É o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (M. Santos, 2003, *apud.* ANJOS, *op. cit.*: 95).

Para que seja possível estabelecer um quadro antropogeográfico do território, é importantíssima a descrição fisiográfica e etnográfica (RATZEL, 1990b [1891]: 86). Só assim, por meio do entendimento da paisagem e dos povos que habitam (ou habitaram) determinada porção da Terra, poderá ser efetuada uma análise concreta sobre *de onde* vieram e *como* se constitui seu território. Pois como já sinalizado na presente dissertação, não há povo fixo, em algum momento em sua história ele se movimentou para chegar onde está<sup>10</sup>, resultando no fenômeno da *migração*, praticado por todos os animais, inclusive o ser humano, que trato a seguir.

---

<sup>10</sup> Vale lembrar que muitas mitologias ameríndias apresentam como sítio de origem a própria morada atual de algumas etnias – caso dos Karajá que saíram do fundo do rio Araguaia; ou dos Enauenê-Nauê que saíram de dentro de uma pedra, dentre outros. Acredito que isso pode atestar a antiguidade de uma etnia num mesmo sítio mas não o surgimento de outro ser da mesma espécie humana, cuja origem conhecida pela arqueologia é o leste-africano. Desconheço casos semelhantes na biologia de seres de mesma espécie surgindo em locais diferentes.

## 2.2.c. Migração e diáspora

*Migração* é um fenômeno inerente a praticamente todos os seres vivos, em especial entre os do reino animal, dotados de condições de mobilidade que os coloca em uma situação privilegiada em relação aos do reino vegetal. Aliás, este é um dos grandes fatores que diferenciam um reino do outro.

O ser humano, mais do que qualquer animal, é capaz de viver em diversos ambientes. Podemos considerar que já visitou todas as partes da superfície terrestre. A Antártica foi o último continente a ser atingido pela humanidade, que se tenha registrado. Desconhece-se a existência de povos indígenas nesse continente em tempos remotos.

A migração, segundo DURKHEIM (1899), é o movimento pelo qual as sociedades humanas exploram e colonizam os lugares em diversos momentos da história. A partir dele, as comunidades se agrupam e se distribuem pela superfície terrestre. Para ele, “o movimento dos povos nunca para e nunca começa. Existem diferenças apenas na natureza da intensidade dos movimentos produzidos. Às vezes, eles são insensíveis e lentos, às vezes são violentos e marcantes. Mas eles nunca falham” (p. 5, tradução minha)<sup>11</sup>.

A natureza desse movimento, com mais intensidade ou mais lentidão, vai depender, além de fatores sociais, da geografia do sítio onde ele está. Se for mais ampla, mais fechada, se é fértil, ou inóspita, se está próxima a outras comunidades, se está isolada, se há alimento, ou se é escasso, e diversos outros fatores espaciais. Os fatores sociais a serem considerados estão relacionados à cultura (mitologia, religião, crenças, costumes etc.) e a história do povo.

A principal característica do fenômeno da migração é que não há expectativa de volta para o local de origem, é estabelecida uma nova morada no destino. Quando há retorno, é tratado apenas de uma movimentação, mas não migração.

---

<sup>11</sup> “Le mouvement des peuples ne s’arrête jamais et ne commence jamais. Il y a seulement des différences dans la nature de dans l’intensité des mouvements produits. Tantôt ils sont insensibles et lents ; tantôt ils sont violents et marqués. Mais ils ne font jamais défaut” (DURKHEIM, 1899: 5).

O vínculo de determinada pessoa ou grupo social a seu território condiciona o arraigamento (SORRE, 1984b [1955]: 127). As fronteiras dos territórios são os locais onde há contato entre dois agrupamentos humanos. Nessas áreas eles se misturam em todos os sentidos, há uma interpenetração de migrantes. Evidente que em algumas sociedades mais isoladas, seja por uma condição geográfica ou cultural, a intensidade de contato é menor, mas é inevitável. Esse contato é um dos motores das migrações (DURKHEIM, 1899: 5).

DURKHEIM (*op. cit.*), citando a obra de Ratzel, apresenta diversos tipos de migrações:

- *consciente* ou *inconsciente*, quando tendem para um objetivo pré-determinado ou não. Este último caso é o mais frequente, pois muitas vezes o migrante não sabe representar antecipadamente o ponto de destino, está à procura;
- *em massa* ou em *pequenos grupos*, neste último caso alguns membros avançam e abrem caminho para os seguintes;
- *ativa* ou *passiva*, quando migram por vontade própria ou por pressão externa, principalmente quando são invadidos. Nesse último caso incluem-se as *diásporas*.

Os grupos de caçadores coletores são os que mais tendem à migração, pois estão sempre a procura de alimento. No entanto, há que se considerar o tamanho de seu território, pois muitas vezes não se trata de uma migração, mas apenas mudança de sítio dentro do próprio território. Os pastores também mantêm uma grande mobilidade sobre o espaço. Os agricultores são os que menos tendem a migrações, geralmente ocorre de uma forma ativa quando se esgota a fertilidade do solo ou quando a população aumenta consideravelmente. Há ainda as migrações colonizadoras, de projetos de expansão territorial associados aos Estados, e outras relacionadas ao comércio ou troca de mercadorias (*ibid.*: 5-6). Há ainda grupos étnicos sem habitat fixo, como os ciganos (SORRE, 1984b [1955]: 129).

Todos os casos de migração têm uma característica em comum: envolvem busca por melhores condições de vida, melhores espaços (DURKHEIM, 1899: 6), guiados por fatores econômicos, religiosos ou políticos. Inclusive em uma *migração passiva*, ou *diáspora*, promovida por invasão de outros grupos: o abandono configura-se na busca por melhores condições do que aquela simbolizada pela então situação de ameaça, com a presença do invasor.

Pois conforme salienta F. FERNANDES (1975a [1949]), há duas alternativas de solução para um conflito beligerante em que não há acordo: “ou o grupo social vencido submete-se ao grupo social vencedor, ou procura subtrair-se à sua dependência, emigrando para outra área” (p. 201).

Um caso teórico de mobilidade zero – portanto não existente na realidade – pode ser estabelecido por um grupo perfeitamente arraigado ao solo, onde os recursos do meio estão em equilíbrio atual com suas necessidades e os recursos potenciais equiparam-se ao crescimento demográfico, sem nenhum evento exterior intervindo nessa sociedade. No outro extremo, um caso-limite de mobilidade total seria um grupo que não mantém nenhuma ligação com o solo, estão sempre em movimento. Os já citados ciganos se aproximam desse modelo de instinto migratório coletivo (SORRE, 1984b [1955]: 130-131; 134).

Quando o equilíbrio entre os recursos de uma comunidade e suas necessidades é rompido, essa comunidade pode ser abandonada por uma parcela, que parte para agregar-se a outro habitat ou fundar um novo. O habitat original é, algumas vezes, totalmente abandonado. Uma nova realidade de arraigamento pode surgir e, no futuro, uma nova migração.

Migrações temporárias ocorrem quando partes de um grupo, devido à insuficiência de recursos em seu espaço físico, buscam os meios de subsistências em outras localidades, desde que retornem ao encontro do grupo inicial, não importando o tempo da expedição (*ibid.*). Nestes termos talvez seja mais cabível o uso de mobilidade ao invés de migração. Entretanto, o limiar entre um e outro não é bem definido, alguns sugerem três meses de fixação em um novo lar, outros seis, ou até mesmo um ano, como esclarece Ludivine Eloy:

Migração designa “o movimento de pessoas que atravessam um certo limite para estabelecer uma nova residência” (Domenach & Picouet 1987: 469). O conceito de migração induz portanto a idéia de ruptura com o lugar de origem. Porém, a migração como mudança de residência pode seguir um padrão mais reversível e circular ao longo da trajetória do indivíduo (Cortes & Faret 2009). Por isso, muitos autores utilizam o conceito de mobilidade para analisar os deslocamentos temporários. A questão é de determinar qual é o tempo mínimo de instalação em um lugar para distinguir migração de mobilidade. Segundo as normas internacionais, migração corresponde a uma instalação de pelo menos um ano, mas outros autores (Dureau, 2002) consideram somente seis meses, e outros usam três meses (ELOY: 2013).

*Toda migração pode ser representada graficamente*, pois requer um lugar de partida e um de chegada, e há um caminho que leva de um ao outro. Esse fenômeno é mais bem representado por meio de *mapas*, pois os locais são áreas com certa extensão, podendo ter vários pontos de partida e de chegada (DURKHEIM, 1899: 6).

Considerando que a migração seja um fenômeno global que envolve e envolveu todas as comunidades humanas, DURKHEIM (*op. cit.*) afirma que “não há pessoas que são verdadeiramente autóctones [leia-se indígenas]”<sup>12</sup> (p. 6, tradução minha), pois são o resultado de um processo migratório. Exageros à parte, evidências arqueológicas indicam que todas as pessoas descendem de um ancestral do leste da África, onde surgiu a espécie *Homo sapiens* (D’ORNELAS, 2013). No entanto, penso que o fato de estarem a centenas de anos no mesmo território pode servir para considerar uma comunidade autóctone ou indígena, justificado por mitos de origem que afirmam que o seu povo surgiu ali, como no já citado caso dos Karajá e Enauenê-Nauê na nota que encerra o último item.

Os fatores geográficos relacionados às migrações segundo Ratzel (*apud.* DURKHEIM, 1899: 7-8) são:

- a *localização*: forma ou situação em relação à vizinhança e extensão do espaço ocupado. Se for central ou periférico. Se estiver cercada por outras sociedades ou se tem um ou todos os lados livres. Quais as sociedades com que está em maior contato? Qual é o tipo de contato? Se as condições geográficas do terreno favorecem uma expansão ou acondicionamento. Espaços limitados muitas vezes foram locais de concentração de população que culminaram em civilizações<sup>13</sup>, até que se expandiram e dominaram os territórios ao redor.
- *fronteiras*: as fronteiras são um produto em vez de uma causa dos movimentos coletivos. Expressam a força de expansão das pessoas de ambos os lados. Apenas os limites naturais exercem uma influência positiva sobre a direção da migração, quando não está demarcada no terreno esta divisão, as migrações tendem a avançá-la.

---

<sup>12</sup> “n’y a pas de peuples qui soient vraiment autochtones” (DURKHEIM, 1899: 6).

<sup>13</sup> Quanto ao conceito de civilização irei tratar com mais profundidade no item referente à etnia.

- a *superfície da terra*: a configuração do continente, a presença de fatores geográficos como rios, oceanos, ligações continentais, podem facilitar ou dificultar a expansão de um grupo social.

A migração é um dos motores de modificação das paisagens:

A paisagem presenciou a passagem de gerações de seres humanos. Algumas deixaram testemunhos, às vezes ruínas, enquanto outras continuaram, para se estabelecer mais adiante. A paisagem humana compõe-se de elementos de todas as idades, trazidos por povos cujas lembranças nem sempre foram conservadas pela história. Assim, o quadro aparentemente mais estável é apenas uma imagem mista e fugidia. O movimento surge como única realidade, a permanência como ilusão causada pela mobilidade atenuada, imperceptível, e às vezes também pelo emprego simultâneo de duas escalas diferentes de mobilidade. A estabilidade, expressão de um equilíbrio precário de forças, é sempre relativa, jamais absoluta. (...) A explicação científica do complexo local não se satisfaz com uma visão estática, é necessário acrescentar a ela o sentido da mobilidade e, portanto, das migrações (SORRE, 1984b [1955]: 128).

SORRE (*op. cit.*) atenta ainda para o fato de que “por mais que recuemos na história e na proto-história, os deslocamentos de massa apresentam, assim, paroxismos e períodos de calma” (p. 138).

M. SANTOS (2002a [1978]) nos ensina que uma teoria que deseje explicar as localizações específicas de determinado objeto como os povos deve levar em conta as ações do presente e do passado. Nem sempre as características atuais são similares às passadas, podem ter adquirido algumas e abandonado outras.

Como vimos, não há nada na superfície da terra que se mantenha eternamente, tudo sofre modificações e tudo está em movimento, é apenas uma questão de escala temporal, representada nessa pesquisa por duas categorias de análise: os eventos e os períodos, tratados no próximo item.

## 2.2.d. Eventos e periodicidade

O *tempo* é um conceito utilizado para se distinguir o movimento das coisas. Ele está intimamente ligado ao espaço. Sem espaço não há referência para a mudança, portanto, não há tempo. Da mesma forma que o espaço por si só não é permitido, pois ele é o teatro dos acontecimentos, portanto, requer movimento.

Na verdade, o que há realmente é o espaço-tempo (ou tempo-espaço); ele é a manifestação da realidade da matéria, ele é o Universo em que todas as coisas, inclusive o ser humano, são e estão.

O estudo do tempo é um objeto presente nas ciências, sejam elas naturais ou sociais. Tanto a filosofia como a história ou a física estudam o tempo, suas características, e o classificam para melhor entendê-lo e correlacioná-lo com os diversos fenômenos que incidem sobre a realidade.

Uma das formas mais comuns de classificá-lo são por meio de períodos, idades, eras, etc., intercalados, marcados por eventos.

Um *evento*, na acepção de Milton SANTOS (2002b: 143-144), resulta de uma série de instantes ou momentos ocorrendo em um ponto no espaço. Ou melhor, um evento é um ponto no espaço-tempo, que se diferenciando um dos outros, derivam combinações de uma ordem temporal e espacial. Eddington (1968: 186) conclui que “o aglomerado de todos os pontos-eventos chama-se universo” (citado por M. SANTOS, *op. cit.*: 144). Dessa forma, todos os objetos, além das três dimensões espaciais (altura, comprimento e profundidade), possuem uma quarta dimensão: a *duração*. No mesmo raciocínio, podem ser situados com precisão nas coordenadas do espaço e do tempo. Aliás, um evento apenas pode ser identificado considerando ambos os aspectos em conexão, ou seja, o *espaço-tempo* (*ibid.*: 154).

O tempo somente existe porque algo acontece em algum lugar. Ou seja, ele não apenas é cronológico, mas espacial. “São os eventos que criam o tempo. (...) O espaço testemunha a realização da história, sendo, a um só tempo, passado, presente e futuro” (*ibid.*: 145; 156).

Pois para se compreender “qualquer situação necessitamos de um enfoque espaço-temporal (...) os dois aspectos da existência da matéria” (M. SANTOS, 2002a [1978]: 252).

Nesse sentido, destaco uma advertência da historiadora Cristiane PORTELA (2012), quando diz que

apesar de ser rotulada como ciência do passado, estando diretamente associada a essa noção, a pesquisa histórica se produz a partir do diálogo entre as *temporalidades* (intersecções entre passado, presente e futuro), sendo inevitavelmente orientada por preocupações do presente (p. 2, grifo meu).

Quer dizer, além da contextualização, a *temporalidade* é um importante aspecto a ser observado nos eventos históricos, sendo necessário correlacioná-los no tempo e no espaço, pois qualquer avaliação que não considera as quatro dimensões da matéria (altura, comprimento, profundidade e duração) estaria negando a própria existência dela tal qual reconhecemos em nossa experiência sensorial (M. SANTOS, 2002a [1978]: 252).

Os eventos podem ser mais bem identificados quando ocorreram no passado, ou quando ocorrem no presente. No primeiro caso, quando se trata de um evento promovido pela humanidade, a história se encarrega de identificá-lo, caracterizá-lo e contextualizá-lo, cabe à geografia assessorar nessa contextualização, fornecendo elementos espaciais para tanto. No caso de eventos futuros o conhecimento científico atinge apenas uma suposição, por meio dos modelos, cenários e prognósticos, mas não a sua constatação real (M. SANTOS, 2002b: 156). Ele também pode ser atingido por meio de propostas em seu uso/ocupação, como regras de proteção e conservação.

Uma vez ocorridos, os eventos são irreversíveis e não mais se repetirão, pois as circunstâncias não são as mesmas duas vezes. “A novidade é a essência da história” (Whitehead, *apud*. M. SANTOS, 2002b: 146). Quando há uma repetição ou monotonia, aí está a *periodização* entre os eventos, ou seja: os períodos, eras, idades..., que representam o cotidiano uniforme entre eles. Quanto mais se estuda ou se aprofunda nesses períodos, mais possível será o encontro de novos eventos que marcarão suas subdivisões. Estas análises apenas serão integrais se levar em consideração a organização espacial, além das ações sócio-econômicas que as caracterizam (M. SANTOS, 2002a [1978]: 254).

Os eventos mudam as coisas, lhes dão novas características, as eliminam ou substituem-nas. “Dissolvem as identidades, propondo-nos outras, mostrando que não são fixas” (M. SANTOS: 2002b: 146). Restringir-se ao enfoque sobre uma característica ou variável de um evento, por mais significativa que seja, corre-se o risco de se cair em um determinismo vazio e infrutífero. Deve-se considerar todas as variáveis conhecidas relacionadas ao tempo e ao espaço para se atribuir a um evento e perceber que cada variável perde ou assume um valor conforme o período histórico. O que é indiscutivelmente verdadeiro para um época ou um povo é diferente em uma outra época ou outro povo. Por isso a necessidade de se construir os sistemas temporais e espaciais, que ocorrem em *níveis* ou *escalas* mundial, regional, territorial e local, considerando a informação presente em cada um deles (M. SANTOS, 2002a [1978]: 254-256).

As variáveis possuem diferentes tipos e idades, e quando instaladas criam um fato novo capaz de estabelecer novas relações, que combinadas com variáveis antigas condicionam o surgimento de outras. “Nem todas as variáveis ‘modernas’ são acolhidas e as variáveis acolhidas não pertencem todas à mesma geração (...) têm diferentes idades” (*ibid.*: 257, grifo do autor). E assim que surgidas, essas novas variáveis são moldadas pelas pré-existentes (*ibid.*: 259).

Uma característica crucial ao evento é que ele não existe sem ator e sem sujeito. M. SANTOS (2002b: 147) nos ensina que a primeira distinção (ou classificação) dos eventos estaria em agrupá-los como *naturais* ou *sociais* (ou *históricos*). Os *eventos naturais* resultam das movimentações presentes na natureza, resultado da diversificação energética. Os *eventos históricos* ou *sociais*, por sua vez são resultados das ações humanas promovidas pelo uso diversificado do trabalho, das técnicas e da informação sobre a natureza e a sociedade. Essa história da humanidade “parte de um mundo de coisas em conflito para um mundo de ações em conflito. (...) Antes, a sociedade se instalava sobre lugares naturais, pouco modificados pelo homem, hoje, os eventos naturais se dão em lugares cada vez mais artificiais” (*ibid.*: 147). Esse conflito identificado pode ser melhor entendido como movimento, contato, relação ou interação, que podem tanto ser violentos ou impositivos como amistosos e complementares. Gerando situações de guerra ou de paz (F. FERNANDES, 1975a [1949]: 193).

Como é de se notar, um evento nada mais é do que a *ação*, ou o *momento* que dela ocorre. Desse modo, os eventos naturais e históricos são na verdade ações naturais e históricas (ou sociais).

Outra característica dos eventos está em sua duração, ou seja, o lapso de tempo em que ele se dá. Assim, é possível distinguir diversos eventos entre si, se são consecutivos ou simultâneos. Além disso, existem eventos *justapostos* e *sobrepostos*, ou seja, hierarquicamente *homólogos*, *correlacionados* ou *subordinados*.

Em relação aos eventos históricos, eles ainda podem ser *predeterminados* (planejados) pelos atores, ou *inesperados* (acidentes), mas nunca ocorrem isoladamente, sempre estão vinculados a uma ordem de escala superior, são consequência ou resultado de outra lógica de eventos mais lenta. Um evento pode ser considerado tanto uma ação de curta duração como uma reunião de ações que culminam em alguma transformação à realidade social, um novo momento. Ele ainda pode ter um nível de existência global ou local (M. SANTOS: 2002b: 162).

Os eventos históricos são conduzidos por fatores políticos e técnicos, sendo o principal motor deles o Estado. As ações podem ser tanto *horizontais*, espalhadas no espaço por meio da difusão da técnica; como *verticais* comandadas por um grupo político que detém o poder e o controle da informação privilegiada (*ibid.*: 168). É assim, identificando as *verticalidades* e *horizontalidades*, que se pode localizar a origem ou forças operantes sobre um evento, e o seu respectivo impacto ou abrangência. Um exemplo disso está na colonização europeia dos sertões brasileiros, um evento originado em Lisboa, pela Coroa Portuguesa, e que atingiu diretamente os povos indígenas que viviam nos Gerais.

“É através do evento que podemos rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta dos diversos lugares” (*ibid.*: 155). Por isso, para o entendimento dos lugares, é necessário se observar o seu contexto atual e sua evolução, se as técnicas sociais aplicadas foram desenvolvidas a centenas de anos ou se são inovações ou aquisições recentes. Assim, “não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens” (*ibid.*: 159). Para alguns, o resultado de sucessivos eventos em um curto espaço de tempo, para outros, de eventos menos recorrentes e de menor impacto no gênero de vida. Alguns eventos desrespeitam as solidariedades e os limites anteriores e criam novos.

A existência pressupõe movimento para a produção de novas ocasiões e, portanto, causando eventos. O tempo-espaço é sistêmico, assim, um evento está conectado aos outros, só existe devido a ocorrência do anterior, mas nenhum pode ser exclusivamente a causa de outro (*ibid.*: 160-161). Por exemplo, as invasões Tupi aos sertões nos séculos XVI e XVII – como veremos na seção 3.2 do cap. 3 – foram intensificadas devido à invasão europeia no litoral como o principal fator, mas não sua causa única, elas já estavam em andamento.

“Os eventos [históricos] são consequência da existência dos homens sobre a Terra, agindo para realizar um Mundo” (*ibid.*: 163).

. Autores indígenas da Amazônia, principalmente acreanos, dividiram a história dos povos indígenas de sua região em cinco períodos, vividos por praticamente todos os povos, são eles: o tempo da antiguidade, o tempo da maloca, o tempo das correrias, o tempo do cativo, e o tempo dos direitos. O tempo das correrias seria o momento da invasão luso-brasileira, e o do cativo, quando eles tiveram que trabalhar na extração do látex, no século XIX. O tempo dos direitos seria o momento atual, quando muitos povos já conseguiram de volta a autonomia em seus territórios, mas alguns ainda esperam esse momento (KAXINAWÁ *et. al.*, 2002).

Essa é uma forma de se pensar os períodos de determinada realidade sem ter que adotar o padrão europeu de idades paleolítica, neolítica, antiga, medieval, moderna e contemporânea, que é uma realidade histórica daquele espaço, mas não de todas as sociedades do mundo. Dessa forma, pensar aspectos que marcaram e diferenciaram os momentos, ou períodos e os respectivos eventos que os delimitam se faz necessário para se compreender a realidade da história indígena.

Nesse sentido, vou adotar na presente dissertação esse formato sugerido pelos autores indígenas acreanos, apresentando pequenas modificações às peculiaridades dos povos dos Gerais, como veremos a seguir.

## 2.2.d.i. Temporalidades indígenas

Como dito, para um melhor entendimento do tempo é necessário identificar os eventos e os períodos que o marcam. Nesse sentido, numa tentativa de buscar entender melhor os tempos dos povos indígenas geraizeiros, com base nas informações que serão apresentadas no terceiro capítulo, organizei abaixo o quadro 2.4 que busca fazer essa organização.

O quadro a seguir teve como modelo os tempos indígenas definidos por KAXINAUÁ *et al* (2002) para os povos do Acre, no entanto, uma pesquisa etno-histórica com maior profundidade pode trazer novos elementos (eventos e períodos) que diferenciem a história dos índios dos Geraís.

Quadro 2.4. Temporalidade dos indígenas “Geraizeiros”

Período/ Idade	Evento inicial	Início aproximado	Características	Obs.
Grandes caçadas	Chegada da humanidade aos Geraís	Anterior a 10.000 AP	Marcado por caçadas coletivas de grandes animais terrestres. Nomadismo.	Os principais vestígios são restos de ferramentas de pedra e evidências em cavernas
Grandes aldeias	Chegada das cerâmicas na comunidade	Entre os séculos VIII d.C e X	Uso e fabrico de utensílios cerâmicos para produção e armazenamento de alimentos vegetais. Sedentarismo mais presente.	As caçadas continuaram a existir, principalmente durante a estiagem, porém os grandes animais já não mais existiam.
Correrias	Invasão luso-europeia	Séculos XVII e XVIII	Abandono do sedentarismo e de práticas alimentares vinculadas ao fabrico de cerâmicas. Nomadismo estratégico.	Alguns povos saíram desse período apenas no século XX, como os Xavante.
Cativeiro	Aldeamentos e escravidão	Século XVIII	Catequização e emprego como trabalhador rural.	As grandes caçadas se tornam mais difíceis, e a dependência de produtos industrializados é inevitável.
Direitos	Demarcação das terras	Meados do século XX	Reconhecimento como cultura diferenciada pelo Estado.	São obrigados a reconhecer também a ocupação luso-brasileira em parte de seu território ancestral.

Tipologia/Periodização: Rodrigo Santos. Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar de estar disposto em certa ordem cronológica, os períodos ou idades apresentadas no quadro 2.4 não são, necessariamente, sucessivos. Podem haver etnias que não viveram algum desses períodos. Por exemplo, o povo Xavante, no século XVIII, quando se iniciou de fato a colonização de seu território pelos luso-brasileiros, tiveram alguns de seus integrantes aprisionados em aldeamentos. Entretanto, grande parte do grupo se manteve unido e praticando um nomadismo estratégico, sempre circulando pelas áreas de cerrado ainda não atingidas pelo invasor. Até que em meados do século XX, o grupo decide-se por estabelecer a paz e ingressaram direto ao tempo dos direitos, com ressalvas, pois muitas aldeias desse grupo foram catequizadas após declararem a paz.

Saliento que esse quadro (2.4) é melhor se aplicado às etnias geraizeiras, em especial da família lingüística Jê. Mas o que difere uma etnia de outra? Em que corresponde uma etnia? Abordarei esse conceito no próximo item.

### 2.2.e. Etnia

O estudo das *etnias* é o objeto principal da etnologia, disciplina que busca estudar a diferenciação na humanidade, com maior atenção aos povos tradicionais. Considerando que o ser humano seja uma espécie única, diferenciada no decorrer de sua história (MORAES, 1990: 20).

A etnologia pode ajudar os povos a serem mais justos uns com os outros, pois analisa o que pode ser pensado, sentido ou feito por cada um deles. Parto do pressuposto de que a humanidade seja uma só, telúrica, e cada povo é uma parte dela. RATZEL (1990a [1885]: 108) afirma que “o homem é um cidadão da Terra em toda a extensão do termo” (p. 116). Aliás, mais de 2 mil, uma “frase, atribuída a Sócrates, ‘não sou grego nem ateniense, mas sim um cidadão do mundo’” (PATRÍCIO, 2005: 231), preconizava uma sociedade global.

Junto à etnologia deverá caminhar a compreensão geográfica, que são as circunstâncias externas aos povos; e a investigação histórica, que busca abordar as etapas de desenvolvimento dos povos (RATZEL, *op. cit.*: 108). Além disso, SORRE (1984b [1955]) afirma que “toda descrição etnográfica exige, em última análise, o recurso à mobilidade dos grupos humanos” (p. 129), conforme vimos em item anterior. Pois, para a construção da identidade étnica a referência ao lugar de origem ou de pertencimento tem grande importância, estando mesmo na raiz da formulação coletiva de grande parte das identidades (M. NOGUEIRA, 2009: 126).

RATZEL (1990a [1885]: 124) critica pesquisadores que usam classificações embutidas de valores do tipo “atrasados”, “sub” ou “primitivo”. Ele sugere que antes de fazer classificações desse tipo, é melhor estudá-los, compreendê-los, pois isso não passa de definições preconceituosas. No entanto, o autor coloca a humanidade em dois grupos, que são: os povos *naturais* e os *civilizados*.

Uma colocação ultrapassada, tendo em vista que as sociedades não são o produto da natureza “antes suas relações com o meio ambiente são mediatizadas pela história” (CARNEIRO DA CUNHA, 1998b [1992]: 12). A diferença está nos documentos, pois os “testemunhos materiais dessa civilização a que Berta Ribeiro chamou, com acerto, de civilização da palha” (*ibid.*: 20, grifo meu), não foram tão duráveis como os da tradição europeia (pedra, bronze, metal), mas de grande parte de materiais biodegradáveis como a madeira e outros produtos vegetais.

Dessa forma, ao invés de adotar a classificação de Ratzel, procurarei usar definições como sociedades *eurodescendentes* (ou *ocidentais*), representada nesta pesquisa pela *lusobrasileira*. E sociedades *indígenas*, consideradas povos *tradicionais*, categoria “englobante e genérica” conforme salienta M. NOGUEIRA (2009: 15), característica aos povos que procuram evitar grandes transformações ao seu meio ambiente, pois possuem um estreito vínculo de subsistência, construído ao longo de centenas de anos, quando aprenderam a conviver com seus desafios. Apenas como exemplo, no grupo dos povos tradicionais estão incluídas as comunidades quilombolas (ANJOS 1999; 2009), geraizeiras (M. NOGUEIRA: 2009), caiçaras (DIEGUES, 2001), seringueiras (PORTO-GONÇALVES, 1998), babaçueiros, riberinhos, beradeiros, caipiras, jangadeiros, pantaneiros, vaqueiros... dentre outros reconhecidos ou não

pelo Estado. A grande diferenciação está, portanto, na história etno-racial, onde os tradicionais possuem uma descendência cultural mais próxima de sociedades historicamente desrespeitadas pela cultura ocidental ou eurodescendente (branca),

Neste trabalho focarei nos povos tradicionais considerados *indígenas*, que são aqueles que apresentam uma ligação histórica com as sociedades que ocupavam o país antes das invasões européias. Quanto ao grau de miscigenação, não entrarei nessa seara, pois como explica G. FREYRE (2003 [1933]) “todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo (...) a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro” (p.267), argumento defendido e trabalhado por D. RIBEIRO (2011 [1995]). No entanto, cabe aí adicionar como esse brasileiro se reconhece e é reconhecido pela sociedade: se como indígena, afrodescendente, eurodescendente, indiodescendente, miscigenado, caboclo, crioulo etc. Dessa forma, apenas o primeiro grupo será focado aqui.

A história da cultura ocidental está fortemente vinculada à maior possibilidade de alteração do ambiente para o seu benefício: ao invés de se adaptar ao meio, é o meio quem deve se adaptar a ela. Possui um complexo industrial capaz de satisfazer seu desejo material incondicional. Buscam a acumulação de riquezas e o crescimento econômico. Sua morada principal são as paisagens urbano-industriais, paisagem com os mais altos índices de antropização, o que inclui as zonas rurais, cada vez mais (agro)industrializadas, ambas resultantes do modo-de-produção capitalista, surgido no seio das sociedades ocidentais.

Uma característica marcante nas sociedades surgidas após as invasões europeias está nos abismos sociais internos, com modos e gêneros de vida centrais e periféricos. Estes últimos constituídos por pessoas pobres, mormente descendentes de povos tradicionais, que têm seu trabalho expropriado pela classe dominante (eurodescendente e, portanto, branca) para a construção dos bens materiais ou prestação de serviços da lógica capitalista. Isso é o resultado do imperialismo (ou colonialismo) europeu sobre alguns povos e seus territórios. Pois apesar das diferenças serem aparentemente de cunho social e econômico, o preconceito étnico-racial está embutido, pois há uma gradação etno-racial que acompanha as diferenças nas pirâmides sócio-econômicas das sociedades tidas como civilizadas (F. FERNANDES, 1970b [1956]: 126).

Um debate a respeito da dialética existente na adoção de termos como civilizados/não civilizados, ou indígenas/nacionais, é promovido por Cristiane Portela em sua tese de doutorado defendida em 2011 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

No entanto, cabe aqui salientar que independente da classificação ou origem etno-histórica, a antropogeografia considera que todos os povos buscam a *liberdade* (MORAES, 1990: 11).

Certamente, as circunstâncias que levaram à decisão tecnológica em relação ao uso e apropriação da natureza tem a ver com as relações que cada povo promoveu entre si, com outros povos, e com o próprio ambiente. Não havendo, portanto, que atribuir valor do tipo mais ou menos avançado ou evoluído, apenas reafirmar que há diferenças marcantes entre os modos-de-vida de cada povo.

Apesar dos povos tradicionais sofrerem diretamente com os impactos sobre o meio ambiente, os ditos civilizados podem sofrer distúrbios em sua qualidade de vida a cada grande crise econômica global, intimamente relacionada ao esgotamento ou depredações de recursos naturais ou humanos (FOLADORI: 102-103), demonstrando que a ligação umbilical com a natureza não foi (nem será) quebrada.

O verdadeiro desenvolvimento, progresso ou evolução humana, não pode ser pensado em relação à tecnologia utilizada para se apropriar da natureza visando à satisfação de uma necessidade material. Mas deve ser focado nas relações pacíficas entre os povos e no respeito à diversidade, com o objetivo de a uma sociedade cada vez mais humana e plural, sem fronteiras, onde os benefícios de uma invenção ou do conhecimento seja patrimônio de toda a humanidade.

O encontro entre sociedades, etnias e nações é visto como algo normal na antropogeografia, um dado inquestionável da realidade. Desse contato pode resultar comércio (trocas), assimilação, fuga ou guerra (MORAES, 1990: 24).

Quanto maior a comunicação, mais facilmente se garante a perenidade do conhecimento, das informações e do patrimônio cultural de um povo (*ibid.*, p. 114). A transmissão e troca de informações é um dos motores das inovações e da perpetuação delas,

no entanto, condicionadas à forma do espaço e ao patrimônio histórico das sociedades em necessitá-las, desenvolvê-las, aceitá-las ou repeli-las (M. SANTOS, 2002a [1978]: 251).

A alimentação é uma das principais características étnicas, está intimamente relacionada ao meio ao qual se realiza a vida de um povo. Por isso é importante se observar a forma de aquisição de alimentos, se diretamente na natureza (caça, pesca e coleta) ou controladas (agricultura, pastoreio, pecuária, criações etc.).

MORAES (1990: 23) salienta que a diferenciação social é um transito que vai da família ao Estado. No entanto, é importante lembrar, que o fato de uma sociedade não se constituir em Estado não significa que esteja em um estágio “inferior” de evolução. Na verdade, é a história e as necessidades de cada sociedade quem determinarão suas escolhas em se aglutinarem até formar um Estado, ou optarem por uma relação mais independente. Isso não significa que se trata de povos “primitivos”, mas sim com outra história (CARNEIRO DA CUNHA, 1998b [1992]). Aqui vale mais um critério de diferenciação do que de valor ou grau. “Na realidade, a história está onipresente. Está presente, primeiro, moldando unidades e culturas novas, cuja homogeneidade reside em grande parte numa trajetória compartilhada” (p. 11).

Os complexos de atividades habituais que são característicos de um povo e constituem a base de sua existência é chamado de *gênero de vida*. Ele é resultado de sucessivas adaptações tecnológicas baseados na experiência, na cultura e no intercâmbio entre os povos. É por meio do gênero de vida que os povos se relacionam com o seu habitat, ou meio geográfico (SORRE, 1984a [1952]).

Muita tecnologia dos povos é perdida com o contato com outras e muitas vezes a dependência aos novos utensílios debilita sua arte e indústria. Por exemplo, as bugigangas dos europeus fornecidas aos ameríndios, destruiu a arte de se fazer tigelas de muitos destes; ou então a introdução do óleo de soja e do macarrão eliminou muitos pratos tradicionais da culinária indígena, e até mesmo o vínculo com a agricultura, caça, pesca e coleta. Tornando-os dependentes da indústria da civilização. Esse seria, de certa forma, um dos sintomas do que Darcy RIBEIRO (2009 [1970]) denominou de *transfiguração étnica*, sofrida por alguns povos indígenas no Brasil, devido às políticas de integração nacional promovidas pelo Estado.

A política integracionista, iniciada pelos jesuítas quinhentistas, tomou corpo no Brasil em meados do século XVIII com o Diretório dos Índios, instituído pela Coroa Portuguesa, e vai perdurar no país, oficialmente, até a promulgação da Constituição de 1988 (R. SANTOS & CURI, 2012).

Para se melhor entender as diferenciações entre as etnias, a etnologia definiu classificações baseadas em critérios culturais. O principal desses critérios é a língua, que será tratada em um item específico, no final deste capítulo. Em relação aos outros critérios, apresento a seguir as principais classificações étnicas ameríndias brasileiras.

### **2.2.e.i. As classificações étnicas ameríndias brasileiras**

---

As classificações étnicas não são simples de serem efetuadas, tendo em vista a diversidade de aspectos culturais existentes como a língua, a religião, a alimentação, a história comum etc. E recorrente a existência de “limites fluídos, imprecisos e cinzentos entre uma cultura ou um povo de outro” (BARRETTO FILHO, 2013).

A classificação etnológica mais importante até hoje pensada sobre os índios no Brasil foi a executada por Eduardo Galvão, em 1960. Esse etnólogo, se apoiando em classificações pré-existentes sobre outras regiões do mundo que incluíam o Brasil, sugeriu as “Áreas Culturais Indígenas do Brasil, de 1900-1959” (MELATTI, 1986 [1970]: 45). “Uma área cultural é uma região que apresenta uma certa homogeneidade quanto à presença de certos costumes e de certos artefatos que a caracterizam” (*ibid.*: 43).

Assim, além dos critérios culturais propriamente ditos que distinguem um grupo de outro, a definição de “regiões homogêneas” precede de critérios geográficos, como a área de extensão dessas culturas. Mas também precede de critérios históricos, pois só tem efeito como área cultural o espaço então ocupado naquele determinado período de tempo. Ou seja, as áreas culturais de Eduardo Galvão não são válidas para o momento das invasões europeias do século XVI – apesar de sempre manter alguma correspondência. Por isso, o referido etnólogo “admitiu que as áreas culturais se modificam com o tempo e que outras divisões podem ser elaboradas para outros períodos” (*ibid.*: 44).

Galvão traçou onze áreas, a saber: I – Norte-Amazônica; II – Juruá-Purus; 3 – Guaporé; 4 – Tapajós-Madeira; 5 – Alto-Xingu; 6 – Tocantins-Xingu; 7 – Pindaré-Gurupi; 8 – Paraguai; 9 – Paraná; 10 – Tietê-Uruguai; 11 – Nordeste. A figura 2.5 apresenta duas sugestões de agrupamento posteriores à de Galvão, uma elaborada por Darcy Ribeiro, no início da década de 1970, e outras sugerida por Júlio Cezar Melatti, já no século XXI.

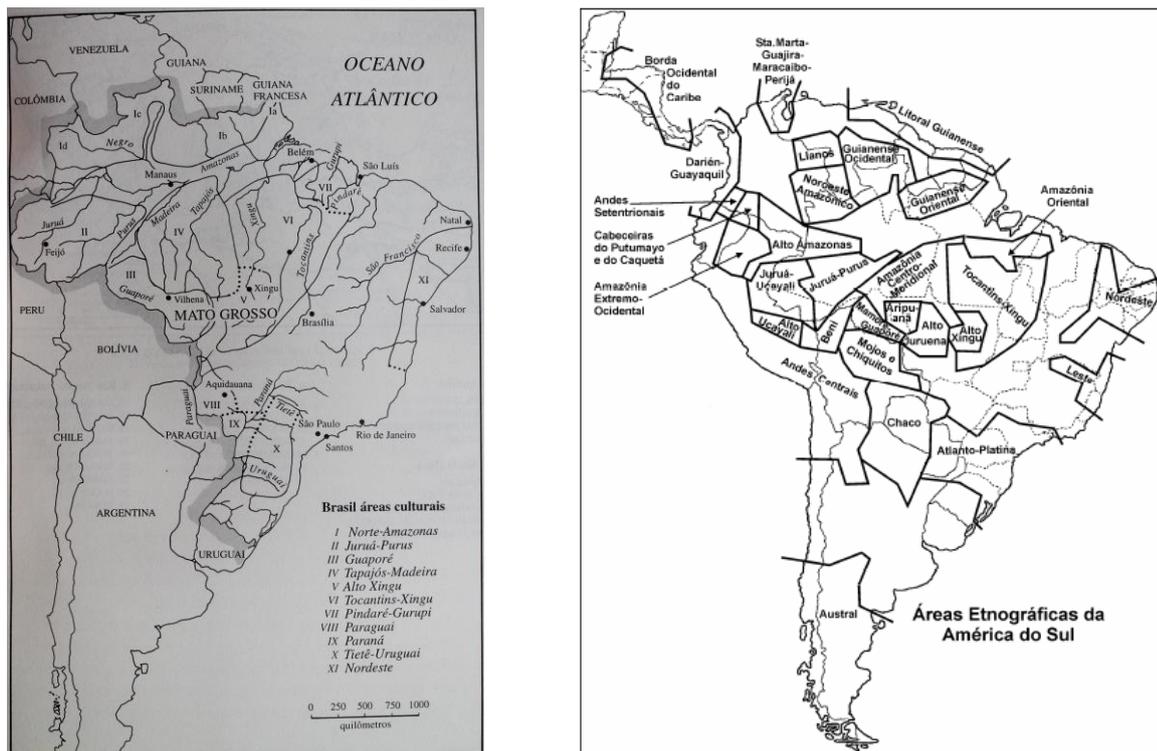


Fig. 2.5. Áreas Culturais (ou etnográficas) Indígenas. À esq. propostas de D. RIBEIRO (2009 [1970]: 541), à direita, sugestão de MELATTI (2011: 8).

Como observa-se na fig. 2.5 apenas a proposta de Melatti inclui uma pequena porção dos Gerais em duas áreas culturais distintas, a do nordeste, onde é possível se incluir os emergentes Aricobé, e a do Leste, onde estão os Xakriabá. Entretanto, a maior parte dos Gerais ficaram de fora de qualquer área cultural indígena. Talvez com um trabalho investigativo mais aprofundado próximo à área dos antigos aldeamentos do Duro, no leste de Tocantins – como abordarei no final do capítulo 3 – permitirão a delimitação dos Gerais em uma área cultural.

M. NOGUEIRA (2009: 107) ressalta que um critério fundamental para a definição étnica é a auto identificação, ou identidade social, que pressupõe o compartilhamento de experiências (sons, cheiros, símbolos, palavras, lugares, história) que remetem o sujeito para um significativo coletivo, presente na memória do grupo. “Trata-se de um universo imaginado, que garante relativa unidade ao grupo frente a outros” (p. 107).

Grande parte da atual sociedade nacional brasileira dedicará maior atenção e curiosidade aos grupos que representam *alteridade radical* (*ibid.*, p. 109), ou seja, com uma identidade muito distante da dos povos urbano-industriais. Legando pouca dedicação aos grupos indígenas mais “integrados”.

Darcy RIBEIRO (2009 [1970]: 259-262) fez parte da geração dos primeiros antropólogos brasileiros (formados no Brasil) a se dedicar ao entendimento e classificação dos povos indígenas de acordo com seu grau de integração à sociedade nacional, que de certa forma refletia um grau de alteridade. Apoiando-se em sua classificação, e apresentando algumas adaptações de acordo com informações mais recentes, temos a seguinte classificação:

- *Isolados*: são os grupos que vivem em zonas pouco alcançadas pela sociedade nacional, com raros contatos, geralmente apresentam grande vigor físico e conservam seu patrimônio cultural. CARNEIRO DA CUNHA (1998b [1992]) destaca, porém, que muitos desses são “foragidos de missões ou do serviço de colonos que se ‘retribalizaram’ ou aderiram a grupos independentes. (...) [possuem] um contato mediatizado por objetos, machados, miçangas [etc.]” (p. 12) adquiridos de povos com maior contato, inclusive falantes da mesma língua, como no caso dos Kaxinawá do alto rio Jordão no Acre;
- *Isolamento parcial*: vivem em regiões que começam a ser ocupadas pelas frentes de expansão nas fronteiras econômicas e coloniais – região com altos índices de violência. Mantêm certa autonomia cultural, provendo suas necessidades pelos processos tradicionais, porém, algumas delas são satisfeitas a partir de relações econômicas com a sociedade nacional. Para isso, além de suas tarefas originárias de provimento da subsistência, dedicam parte de seu tempo para a produção de artigos que serão trocados ou vendidos aos civilizados. Sua cultura e sua língua começam a

sofrer modificações. Além disso, o contato reduziu drasticamente o número de sua população, devido a confrontos e epidemias;

- *Contato permanente*: mantêm comunicação permanente com grupos mais numerosos e mais diferenciados da sociedade nacional. Perderam grande parte de sua autonomia cultural, uma vez que dependem de uma diversidade de artigos industrializados como sal, óleo, metais, combustível, medicamentos, tecidos etc. Conservaram, porém, os costumes tradicionais compatíveis com sua nova condição, apesar de terem sido profundamente degradados pelas perdas territoriais. Possuem diversos integrantes que falam a língua portuguesa. Apesar da clara perda de seus costumes originários, constituem movimentos de reorganização cultural da vida, com base em antigas tradições, fortalecidos pelo intercâmbio com outros grupos indígenas em mesma situação, criando um fato político de afirmação étnica e autonomia em relação às instituições do Estado.
- *Integrados*: incorporaram-se à vida econômica da sociedade nacional, principalmente como mão-de-obra ou produtores especializados. Vivem confinados em parcelas de seus antigos territórios ou despojados. Enfrentam maiores precariedades de vida e penúria, são muitas vezes confundidos com a população rural pobre. Grande parte desses grupos perdeu a língua original, principalmente entre pessoas mais jovens. Apresentam altos índices de mestiçagem com o elemento invasor. Também constituem movimento político de afirmação e valorização étnica.

Essa classificação coincide com a forma de atuação de muitos indigenistas, sejam eles ligados ao Estado brasileiro ou às ONGs que têm maior interesse e curiosidade em desenvolver trabalhos junto a povos com alteridade radical em relação às sociedades urbano-industriais. Isso prejudica os estudos étnicos e ações políticas juntos aos povos classificados como integrados, ou seja, que passaram de um gênero de vida indígena para o modo-de-produção capitalista das sociedades ocidentais (ou ocidentalizadas), porém pela via periférica, nos baixos estratos sócio-econômicos, perdendo inclusive a alteridade como indígena perante a sociedade nacional, conforme analisa M. NOGUEIRA (2009) ao citar Roberto Cardoso de Oliveira:

a *fricção interétnica* no Brasil, [iniciada pelo avanço das frentes coloniais,] se constitui num equivalente lógico da luta de classes, pelo seu caráter dialético. Desse modo, e na medida em que há uma contradição de classes, os indígenas tendem a ocupar, no sistema social brasileiro, posições de classes subalternas (...) [como] camponeses. (...) O ponto mais alto da dominação consistiria, justamente, na negação da identidade étnica pela integração total do índio à sociedade nacional (p. 112, grifos da autora).

Dessa forma, a diferenciação entre os indígenas e as sociedades urbano-industriais deixaria de ser cultural para ser social, pois ambos os entes estariam num mesmo sistema social (*ibid.*: 133).

PREZIA & HOORNAERT (2000: 46) usando uma classificação mais atual, apoiada em critérios geográfico-cultural-históricos, classificam os grupos indígenas no Brasil com outro olhar. A diferenciação buscada por eles está mais no gênero de vida e habitat, do que propriamente no grau de alteridade. Apesar de manterem em sua classificação um grupo com características semelhantes aos integrados de Darcy Ribeiro, a saber:

- *coletores* – povos que antes do contato com a civilização europeia eram caçadores-coletores, mas que foram obrigados a se sedentarizar devido, dentre outros fatores, a perda territorial e políticas de aldeamento. São basicamente povos com família linguística isolada, como os Pataxó, Maxakali, Borun e Nambikuara<sup>14</sup>;
- *horticultores de região seca* – habitam as savanas e caatingas brasileiras, antes do contato possuíam uma agricultura mais sofisticada que foi abandonada durante o período das guerras coloniais com os luso-brasileiros. A agricultura de milho, favas e amendoim servem mais como um complemento às caçadas – centro da alimentação. São basicamente povos de famílias linguísticas do hipotético tronco Macro-Jê<sup>15</sup>, como os Jê e os Bororo;
- *horticultores de região úmida* – habitante das florestas, apresentam uma base alimentar centrada em produtos agrícolas como a mandioca e outras raízes onde produzem outros derivados alimentares como a farinha, o beiju, o caxiri (caijuma ou

---

<sup>14</sup> O linguista Aryon Dall’Igna RODRIGUES (1999) classifica as famílias Pataxó, Maxakali e Borun como pertencentes ao tronco Macro-Jê. Porém a teoria arqueológica de José Proença BROCHADO (1984) sugere que sejam povos com uma história evolutiva separada, como se verá no item a seguir, sobre as línguas.

<sup>15</sup> Sobre a hipótese do Macro-Jê, vamos tratar no item a seguir.

cauí), também cultivam uma variedade de frutas como o abacaxi e a banana. São basicamente povos de famílias linguísticas dos troncos Tupi, Aruak, Tukano e outras;

- *povos emergentes* (ou *ressurgentes*) – engloba grupos que reivindicaram a identidade indígena perante o Estado brasileiro a partir da segunda metade do século XX, pois, apesar de aparentemente serem confundidos com a população rural, se consideram diferentes da sociedade nacional por apresentarem uma ligação histórica de descendência com as sociedades pré-europeias do continente. Coincidem em grande parte com os povos classificados como integrados por D. RIBEIRO (2009 [1970]). Corresponde a grupos que perderam a cultura e a língua original e são falantes do Português.

A partir dessas classificações mais genéricas, podemos seguir para o entendimento das diferenciações entre as etnias. Como é de se notar, a língua é um importante traço presente nas diversas classificações étnicas apresentadas, legando aos povos “integrados” ou “emergentes” – que perderam a sua língua originária – maiores desafios para se garantir a sua etnicidade. Nesse caso, a tradição, história e territorialidade seriam os principais fatores a serem observados. Mesmo considerando que o português também seja, atualmente, uma língua de povos ameríndios.

Por outro lado, o entendimento das diferenciações linguísticas se faz necessário, tendo em vista que a língua é um componente étnico marcante. É o que vamos ver a seguir.

## 2.2.f. Línguas

Sem linguagem não teremos raciocínio, sem raciocínio não teremos religião e sem os três não teremos espiritualidade e vínculo social (RATZEL (1990a [1885]: 129). Além disso, sem linguagem não teremos comunicação.

A importância do idioma para o agrupamento das etnias se dá em virtude de que a etnologia não encontrou um critério seguro de classificação cultural por traços étnicos (CAMARA Jr., 1977: 140-141) e, portanto, se apoia, principalmente, nos estudos linguísticos para traçar relações entre os povos, pois “a mudança na cultura tende naturalmente a acarretar uma mudança na língua” (*op. cit.*, p. 70). No entanto “a língua é uma configuração formal, autônoma, que, uma vez criada, tem o seu desenvolvimento próprio, e não fica umbilicalmente ligada à cultura” (*idem*, p. 86).

Entretanto, “para se compreender uma língua (...) é preciso compreender o ambiente e a cultura em que ela funciona” (Malinowski, *apud*. CÂMARA JR., *op. cit.* p. 94). Ou seja, os estudos linguísticos e etnológicos devem se relacionar para que possam traçar com segurança os agrupamentos étnico-linguísticos. Assim, “em muitos casos, a distribuição linguística sugere história da cultura” (Steward & Faron, 1959: 379, *apud*. BROCHADO, 1984: 214, tradução minha)<sup>16</sup>, e portanto, a história das migrações étnicas.

Por outro lado, CORRÊA-DA-SILVA (2010b: 41) salienta que a relação entre cultura material, identidade étnica e língua não pode ser vista como dogmática.

CAMARA JR. (1977: 67-68) explica o surgimento das línguas por meio do conceito de “deriva linguística”, cuja definição preconiza duas regras: 1 – as mudanças são constantes, porém paulatinas e graduais; 2 – algumas mudanças dependem do surgimento de outra e se manifestam de forma diferente em cada língua.

---

<sup>16</sup> “In many cases, linguistic distribution suggests cultural history” (STEWART & FARON, 1959: 379 *apud*. BROCHADO, 1984b: 214)

O citado linguista afirma que “a língua é sempre dinâmica; não há língua estática. O dinamismo se reflete no campo sincrônico através de flutuações, que são as variantes” (*ibid.*, p. 69).

As principais mudanças linguísticas são de origem fonética cronotópica, ou seja, muda-se o modo de se pronunciar uma informação em um determinado espaço-tempo. Também podem ocorrer devido a influências de outras línguas, ampliando ou modificando, na maioria dos casos, a morfologia ou a semântica da informação (*ibid.*, p. 72-82).

O conceito de *família* linguística surgiu da necessidade de se agrupar as línguas em função de uma origem comum, uma mesma protolíngua (*ibid.*, p. 142). A relação de diversas famílias com uma protolíngua principal mais antiga é chamada de *tronco*. A relação de troncos com outra protolíngua originária denomina-se *filo*. Os *dialetos* por sua vez seriam as pequenas diferenças dentro na mesma *língua*.

Uma mudança possibilitará rumo distinto à trajetória particular de cada língua. Assim, o grau de diferenciação observado entre as línguas é basicamente uma função do tempo decorrido entre o início do processo – a cisão da comunidade original – e o momento da observação. Essa mesma cisão pode ocorrer diversas vezes, onde os termos *dialeto*, *família*, *tronco* e *filo* são empregados para a indicação dos diversos graus de diferenciação, o que implicaria haver diferentes profundidades temporais entre o momento de observação e a língua comum original tomada como parâmetro, ou proto língua. Cada um desses níveis possui uma proto-língua (*ibid.*: 142).

No entanto, nesse sistema “arbóreo” a nomenclatura não é unânime entre os linguistas, a convergência mais próxima ocorre no nível do dialeto, língua e família, acima disso, as divergências entre os especialistas se tornam muito dissonantes.

Fatores como “migrações em grandes áreas (...) propiciam normalmente encontros em que as línguas em contato podem não só receber os mais diferentes tipos de interferências como podem ser a fonte de interferências em outras línguas” (MARTINS, 2011:57), ou seja, além de fatores linguísticos propriamente ditos, fatores culturais e geográficos interferem no destino das línguas, podendo contribuir no seu surgimento, extinção ou modificação. Isto traz certa dificuldade na classificação, pois uma língua pode ter surgido a partir de duas

protolínguas que não estejam no mesmo filo linguístico, por isso, a ocorrência de divergência entre linguistas em todos os níveis de classificação.

Assim, o modelo de relacionamento entre línguas em forma de ramificações, como um sistema arbóreo possui as suas deficiências. Pois não considera a hipótese de relações entre línguas historicamente díspares, ou seja, originadas a partir de diferentes proto-línguas, e que podem resultar no surgimento de outra (GREENBERG, 1987: 34-35).

Os modelos arbóreos acabam por ser fortemente reducionistas, não explicitando estas relações, pois subentende movimentos de ramificações partindo de um ancestral comum e sem encontros posteriores, como é o padrão filo-tronco-família-língua. Este modelo não pode dar conta de um processo de encontro interétnico muito mais complexo (CORRÊA-DA-SILVA, 2010a: 79).

Diversas são as possibilidades de intercruzamento entre indivíduos de origens étnicas distintas, seja por meio de seqüestro e escravidão, seja por meio de uma estratégia de estabelecimento de relações políticas, dentre outras. Esses cruzamentos podem ter ocasionado o surgimento de outras etnias, e até mesmo de outras línguas. Desde que tenha havido um isolamento ou dissidência de alguma família, clã ou tribo de dentro de seu grupo original após se estabelecer esses contatos interétnicos.

Para ilustrar o quão complexo foi (e é) a relação entre as populações, alguns geneticistas buscam decifrar o código genético de indivíduos de determinada etnia e estabelecer padrões em cada uma delas. A partir disso, traçam relações entre um grupo e outro.

A cultura não é transmitida por hereditariedade, ou seja, pelo código genético (BARRETTO FILHO, 2013). Entretanto, existem culturas que apresentam relações de consanguinidade com determinados grupos étnicos, tendo em vista afinidades históricas, linguísticas, culturais ou até mesmo, proximidade geográfica.

Assim, alguns geneticistas buscaram entender esse comportamento de cruzamentos entre indivíduos pertencentes a determinados grupos étnicos no intuito de estabelecer hipóteses de contato histórico. Os resultados são interessantes, pois foi constatada similaridades de genes entre muitos grupos de mesma família linguística, corroborando com a

hipótese de que grupos falantes de mesma língua possuem um ancestral comum, que falava uma mesma proto-língua.

Porém há alguns casos especiais, como demonstra o esquema em árvore de DNA (fig. 2.6) elaborado por REICH *et. al.* (2012: 373) que mostra correlações genéticas entre diversas amostras agrupadas por etnias. Há “galhos inter-cruzados”, ou seja, grupo de amostras de populações que não necessariamente possui um mesmo ponto de origem. Um caso emblemático são os Guarani do Paraguai, onde eles encontraram semelhantes genes presentes tanto nos Suruí da Amazônia, como nos Kaingang do leste sul-americano.

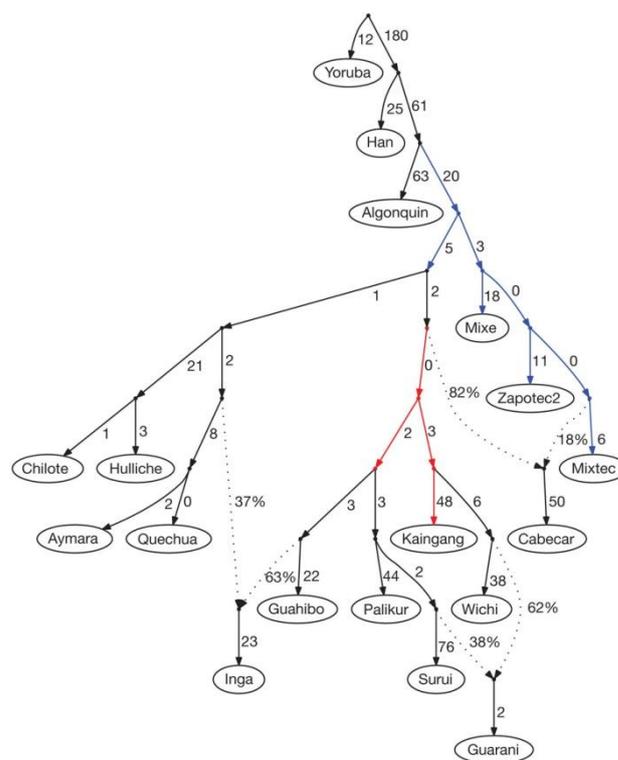


Fig. 2.6. Modelo de montagem de ascendência de populações a partir do Primeiro americano<sup>17</sup> (in. REICH *et. al.*, *op. cit.*: 373, tradução minha).

Dessa forma, a adoção de modelos arbóreos, seja na genética, seja na linguística, torna-se uma tarefa que pode levar a conclusões falsas da origem, seja das populações, seja das línguas. Há que se considerar os “galhos inter-cruzados” que representam a influência ou fusão entre línguas. Por isso o agrupamento de famílias em troncos se torna uma tarefa muito

<sup>17</sup> A model fitting populations of entirely First American ancestry (REICH *et. al.*, 2012: 373).

complexa e de fácil divergência entre os linguístas. Pois já no nível de família é possível que tenha havido empréstimos ou fusões entre línguas de ramos distintos. Quando se passa ao nível de tronco então, os cruzamentos devem ter sido ainda mais complexos.

Em relação a isso, CAMARA JR. (1977) afirma que “há quem associe o Aruák e o Karib, (...) o Aruák junto com o Tupi, e o Karíb junto com o Jê, (...) e há outros que insistem em manter rigorosamente a distinção entre as quatro famílias” (p. 161). Um caso típico ocorre com a família Kariri, onde MARTIUS (1867b: 347) a associa com a Karib e a Karajá no tronco Guck; SENNA (1908) com os Tremembé; GREENBERG (1987) indica que “são provavelmente mais próximos aos Tupi”<sup>18</sup> (p. 84, tradução minha); e mais recentemente A. RODRIGUES (1999b) o classifica, com ressalvas como o próprio autor salienta, no tronco Macro-Jê. Ou seja, é possível que esta língua tenha sofrido influências de diversas outras protolínguas, não apenas de uma, até se configurar nos moldes registrados pelos missionários colonialistas e utilizados pelos filólogos de hoje.

CORRÊA-DA-SILVA (2010b: 307) apresenta que há mais evidências genéticas entre os Tirió (família Karib) e os Kayapó (família Jê) do que entre os Wyampi e Parakanã, ambos da família Tupi-Guarani. Demonstrando que houve um contato genético entre os primeiros em tempos mais recentes do que entre os segundos. No entanto, há que se considerar as práticas de raptos de mulheres e crianças, promovidas por povos como os Kayapó, que pode contribuir mais na similitude genética do que linguística entre raptor e raptado.

É por esses motivos que na presente pesquisa não ultrapassarei o nível das famílias, o único agrupamento com poucas divergências entre os linguístas. Da mesma forma procederam NIMUENDAJU (2002a [1944]) e LOUKOTKA (1967) em seus mapas etno-linguísticos. Assim, agrupamentos como troncos e filios não constaram em meus produtos cartográficos. Cabendo ao leitor realizar suas próprias correlações.

Entretanto, cabe frisar a importância dos estudos voltados à reconstituição de uma proto-língua, pois permitem fazer inferências relativas à cultura e à sociedade de um povo remoto e postular hipóteses sobre sua localização original e suas rotas de deslocamento. Além disso, com esse trabalho investigativo da linguística, de acordo com CORREA-DA-SILVA (2010b: 301-303), será possível: reconstruir um proto-léxico e, conseqüentemente, aspectos

---

<sup>18</sup> “Kariri is probably closest to Tupi” (GREENBERG, 1987: 84).

socioculturais; identificação de situações de contato interétnico; identificação de línguas extintas pelo estudo de empréstimos remanescentes; identificação do tipo e da natureza do contato interétnico por meio da frequência e tipo dos empréstimos; identificação de difusão de ideias e coisas; estabelecimento de uma cronologia relativa das mudanças linguísticas correlacionando a outros eventos históricos.

Porém, a falta de evidências sobre outras línguas já extintas, principalmente ágrafas como as indígenas brasileiras, limita a sua construção, inferindo a erros que podem levar a hipóteses e conclusões falsas (CORRÊA-DA-SILVA, 2010a: 63-64). Além disso, a reconstituição de uma proto-língua nem sempre corresponde a um grupo étnico único, mas sim a uma comunidade linguística. Pois não há como identificar que formavam um corpo cultural único, ou uma mesma etnia.

CARNEIRO DA CUNHA (1998b [1992]: 12), exemplificando o contato interétnico multilingue, apresenta diversos casos de conglomerados culturais que falam línguas díspares, que, portanto, podem, no decorrer da história, resultar em outras etnias. Ela cita como exemplo o rio Ucayali no Peru e o alto rio Negro (noroeste amazonense), eu acrescentaria, ainda, o alto-Xingu. Ou seja, não há, necessariamente, uma evolução linguística a partir de uma única língua mãe; a história pode comprometer a outros destinos. Aryon RODRIGUES (2013) cita o exemplo das línguas crioulas, que são um misto de diversas famílias completamente distantes, como ocorreu no Caribe e nas ilhas africanas do Atlântico. O professor Aryon explicou que a única hipótese de tronco linguístico indígena no Brasil realmente aceita é a do Tupi. Quanto ao tronco Macro-Jê, ele reconhece que é apenas uma hipótese (*ibid.*).

Essa constatação reforça ainda mais a hipótese dos Paleo-sulamericanos, que considera outra frente migratória para a América do Sul advinda da África, Oceania ou Europa, conforme apresento na segunda seção do capítulo 3. Pois há a possibilidade de ter havido outras proto-línguas, não-ameríndias, contribuindo na formação do quadro lingüístico indígena sul-americano, principalmente no Brasil. Neste caso, as influências seriam mais intensas nos povos descendentes dos Antigos Brasileiros do Leste, representados pelas famílias Purí, Nambicuara, Huarpe, dentre outras (cf. BROCHADO, 1984: 03) como a Borun (cf. Neves, *apud*. PIVETTA & ZORZETO, 2012: 31).

Assim, a interpretação da representação arbórea do desmembramento de línguas a partir de protolínguas não é algo evidente, pois tende a eliminar as diferenças entre cisão e diferenciação linguística.

Neste capítulo procurei apresentar as bases conceituais e metodológicas que utilizei na presente pesquisa, agora, passo a apresentar o seu progresso. Como visto na seção sobre metodologia, uma pesquisa antropogeográfica deve conter aspectos do meio natural, ou da paisagem, e do meio social, centrado na história dos povos. Assim, iniciarei apresentando os aspectos naturais da paisagem dos Gerais, no próximo capítulo.



### 3. Contextualização cronotópica

No presente capítulo faço uma contextualização cronotópica, ou seja, espaço-temporal do Planalto Central, com foco para os *Gerais*. Inicialmente, na primeira seção, apresento as paisagens naturais, ou como prefere Ratzel, o horizonte geográfico, essencial para estabelecer hipóteses sobre a origem e migrações dos povos. Início apresentando as características do *Domínio dos Cerrados*, em seguida me aprofundo em uma porção dele Domínio dos Cerrados, intitulada aqui de *Gerais do Planalto Central*, foco desta dissertação, como argüido no primeiro capítulo.

Na seção seguinte abordo a etno-história do povoamento da região, fazendo uma correlação com os tempos indígenas apresentados no quadro 2.4 do capítulo 2 (metodologia). A primeira parte dessa seção aborda épocas mais distantes de povoamento da região, com algumas evidências e hipóteses elaboradas pela arqueologia, linguística e antropologia física a respeito de como apareceram os humanos e qual foi a dinâmica até o período que antecedeu as invasões europeias. Na segunda parte abordo a chegada dos invasores luso-brasileiros, apresentando como se deu o contato entre os dois mundos (indígena e ocidental) na região dos Gerais, e algumas de suas conseqüências imediatas.

Não entrarei ainda, neste capítulo, com a configuração étnica da região no momento da invasão Luso-Brasileira, esta que será apresentada apenas no próximo capítulo, quando iniciarei as análises sobre o paradeiro desses povos, tecendo breve descrição etnográfica e etno-histórica, com apoio das narrativas de origem – ou mitos – dos próprios indígenas, sobre cada uma das principais famílias lingüísticas que existiram na região nesse momento.

### 3.1. A paisagem natural do Brasil Central

Como já apresentado no capítulo anterior, a paisagem predominante do Brasil Central são os chapadões recobertos por cerrados. Mas o que são estes Cerrados? Quais as suas características ambientais? Teria ele influenciado a ocupação humana em sua superfície?

O leitor acompanhou no primeiro capítulo que a presente dissertação se preocupa em entender a ocupação indígena pré-europeia numa porção do Brasil Central chamado de Planalto Central Brasileiro, e que as análises mais aprofundadas se darão numa área menor ainda, denominada de “Gerais”. Mas como são estes “Gerais”? São semelhantes a outras áreas recobertas por cerrados? Quais as características ambientais desse ambiente que são relevantes para a ocupação indígena, e para se estabelecer hipóteses e migração?

Esta seção buscará responder a estas perguntas. Início apresentando o Domínios dos Cerrados, suas características e origem.

#### 3.1.a. O Domínio dos Cerrados

Os Gerais, minha área geográfica de pesquisa, estão situados em uma região natural (ou paisagística) intitulada de Domínio dos Cerrados, iniciaremos então apresentando as características desse domínio de natureza, e como ele surgiu.

AB’SÁBER (2003a [1962]) observou que a província geomorfológica denominada de Planalto Central Brasileiro, composta basicamente de elevados platôs em forma de chapadas, situava-se completamente em uma mesma zona climática, com uma vegetação mais ou menos homogênea em toda a sua extensão. Assim, identificou que lá havia um domínio de natureza, e o denominou de “Domínio dos chapadões tropicais do Brasil Central (área tropical de regime pluviométrico de duas estações — zona dos cerrados e das florestas galerias)”. O

referido autor considerou que o núcleo dessa área se estendia pelo centro do Brasil na mesma posição zonal que ocorre o vasto domínio das savanas africanas.<sup>1</sup>

Na tentativa de resumir em um nome que pudesse exprimir a inter-relação dos fatores fisiográficos ali recorrente, o renomado geógrafo o denominou de “Domínio dos Chapadões Recobertos por Cerrados (Cerradões e Campestres) e Penetrados por Florestas-Galeria no Brasil Central” (AB’SÁBER, 1967: 46-47) . Em outro artigo publicado posteriormente o autor enxugou a denominação para “Domínio dos Chapadões Centrais do Brasil” ou “Domínio dos *Campos Gerais*” (AB’SÁBER, 1977: 19, grifo meu), enaltecendo a presença dos Gerais nessa região natural. Para a presente dissertação adotarei a forma “Domínio dos Cerrados”, consagrada pelo geógrafo Aziz Ab’Sáber, que a utilizou na maioria de seus trabalhos a partir de então.

O Domínio dos Cerrados é dominado, de uma forma mais ou menos homogênea, por uma feição ecossistêmica chamada de *cerrado*, que recobriu o interflúvio das principais bacias hidrográficas no Brasil Central. Estas áreas localizam-se em planaltos com altitude variando entre 600 e 1.100 m, alguns cristalinos, dotados de superfícies aplainadas de cimeira, e outros sedimentares compartimentados, Estes planaltos são típicos, ou seja, de formas similares entre ambos os embasamentos geológicos, e constituem no *Planalto Central Brasileiro*, uma vasta área de chapadões (AB’SÁBER: 2003c [1983]: 122).

Uma rede de depressões interplanálticas, situadas a leste, nordeste, norte, noroeste e oeste do Planalto Central, salienta o espaço geográfico principal do domínio dos cerrados em sua área nuclear (*ibid.*: 124). A área nuclear do domínio dos cerrados abrange os chapadões localizados no centro-sul de Mato Grosso, centro-nordeste de Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro, Goiás, Tocantins, oeste da Bahia, e sul de Maranhão e Piauí, conforme figura 3.1. O Planalto Central Brasileiro corresponde a área central desse núcleo e é formado sobre estrutura complexa de rochas cristalinas e sedimentares.

---

<sup>1</sup> Vale anotar que a extensão das províncias de vegetação já havia sido devidamente mapeada no Brasil, inicialmente por Martius em 1840, no seu *Flora Brasiliensis*; por Alberto José de Sampaio – botânico do Museu Nacional – no livro *Fitogeografia do Brasil* de 1945 [1932]; e em 1950 no *Mapa Fitogeográfico do Brasil* do Conselho Nacional de Geografia (que deu origem ao IBGE) (FERRI, 1980: 14-17). As províncias geomorfológicas também já haviam sido mapeadas, inicialmente por Aroldo de Azevedo em 1949, revisada pelo próprio Ab’Sáber em 1960 (AB’SÁBER, 1964). Assim este último geógrafo apenas inter cruzou as diversas províncias morfoclimáticas e fitogeográficas para sugerir os domínios naturais.



Fig. 3.1. Domínios de natureza da América do Sul (exceto extremo sul). O Domínio dos Cerrados corresponde a área destacada no centro-leste, com hachuras na horizontal (AB'SABER, 1977). Notar que há uma "zona de contato" entre os domínios.

Além dos cerrados, que é a vegetação predominante, cerradões e capões florestais ocorrem em áreas com solos mais férteis ou mais úmidos, geralmente podzólicos, em setores mais convexizados. Nos baixos vales e acompanhando as linhas de drenagem perenes ocorrem as florestas-galeria, em forma de corredor contínuo de matas, sobre solos hidromórficos. Estes solos também ocorrem nas áreas alagadiças e nascentes pantanosas, recobertos por campos e veredas (arranjo herbáceo com buritizais). Faixas de campos limpos ou campestres sublinham as áreas de cristas quartzísticas e xistos aplainados e mal

pedogenetizados (areias quartzosas) dos bordos de chapadões onde nascem bacias de captação (AB’SÁBER: 2003c [1983]: 117-118).

Os latossolos – solos antigos, bem intemperizados e com baixa fertilidade – são predominantes no cerrado, principalmente nos interflúvios aplainados dos planaltos e chapadões. FERRI (1980) assegura que “*são fatores edáficos* (isto é, do solo) os responsáveis pela ocorrência e persistência dessa vegetação. A falta mais ou menos pronunciada de inúmeros elementos nutricionais nos solos de cerrado é que responde pela sua existência e por suas características” (p. 57, grifos do autor). Assim a formação dos cerrados é controlada pela composição do solo mais do que por qualquer outro fator, cuja gênese está associada a antigos depósitos sedimentares, lixiviados em razão das chuvas que se sucederam aos climas secos, criando condições para a oligotrofia, que é a perda de nutrientes e aumento da acidez (CONTI & ANGELO FURLAN, 2005: 182).

Contudo, vale destacar que essa “perda de nutriente” e acidez, possibilitou a ocorrência da vegetação típica do cerrado, que veremos mais adiante, e que a “baixa fertilidade” dos solos do cerrado só é para o aproveitamento agrícola, principalmente de espécies exóticas como a soja e o trigo, há muitas espécies nativas que são aproveitadas para alimentação humana, como o pequi, o caju, o buriti, a mangaba, o araticum, a cagaita, e que vivem e sobrevivem naturalmente nos solos do cerrado (M. NOGUEIRA: 2009: 31). A “correção” é uma visão colonialista, onde vê o diferente como errado, e que deveria ser igual ao padrão praticado nas paisagens anteriormente vividas pelo colonizador. O que temos é que aprender a viver no cerrado, assim como os indígenas, como os Jê o fizeram. Mas isso discutirei mais adiante, continuo nas descrições desse domínio de natureza.

A drenagem é na maior parte perene, com desaparecimento dos caminhos d’água das vertentes por ocasião do período seco do meio do ano, que dura de três a seis meses (entre maio e setembro), com umidade relativa do ar abaixo de 40%. Baixa amplitude térmica anual, oscilando entre 21 e 25 °C, e pluviosidade entre 1.300 e 1.800 mm, concentrada no período entre novembro e março (final e início do ano) com umidade relativa do ar acima de 90%, em média. No entanto, as precipitações são maiores nos altiplanos com cerrados que nas terras colinosas das depressões interplanálticas (AB’SÁBER: 2003d [1992]: 38-39; AB’SÁBER, 2003c [1983]: 120; 126).

Na estação seca, o lençol d'água permanece abaixo da superfície, hidratando as profundas raízes da vegetação arbórea (que podem atingir mais de 15 m), somente tangenciando as cabeceiras em anfiteatro raso e pantanoso, onde medram buritizais. Em compensação, no fundo dos vales, o lençol d'água subterrâneo alimenta permanentemente a correnteza, independentemente das estações: daí a perenidade dos rios da região, dando condições para a formação de matas-galeria (AB'SÁBER: 2003c [1983]: 119).

As rochas sedimentares do Planalto Central abrigam três grandes aquíferos, o Guarani (maior do mundo), o Urucuia e o Bambuí, estes dois últimos localizados nos Gerais (FELIPPE & SOUZA, 2006: 5).

Na savana africana predomina um arranjo transicional gradativo para os diversos tipos de feições fitográficas, variando desde a borda das grandes matas da Guiné, Congo e Zaire, até as lindes das estepes subdesérticas e desérticas, pré-saarianas e sul-afrianas. No Brasil, embora o cerrado esteja nessa mesma faixa zonal, as feições fitogeográficas se repetem por toda a parte, no interior e nas margens da área nuclear do domínio morfoclimático (AB'SÁBER, 2003c [1983]: 117). Numa pequena área com poucos hectares, pode-se encontrar quase todas estas fisionomias" (ARRUDA, 2003: 156). As variações florísticas estão mais relacionadas com as florestas de galeria (AB'SÁBER, *op. cit.*).

As plantas lenhosas dos cerrados seriam, portanto, uma flora de evolução integrada às condições dos climas e solos dos trópicos úmidos, sujeitos a forte sazonalidade herdada de condições ecológicas de longa duração no interior do período quaternário (AB'SÁBER: 2003d [1992]: 39).

Além de conviver com um dos menos férteis solos do Brasil intertropical, a vegetação dos cerrados conseguiu a façanha ecológica de resistir às queimadas, renascendo das próprias cinzas, como uma espécie de fênix dos ecossistemas brasileiros (*ibid.*: 43).

Em relação a flora, é comum a ocorrência de diversas espécies de orquídeas e árvores lenhosas como os ipês e os jacarandás, muitas vezes com epífitas associadas. *Fabáceas* do gênero *Mimosa sp.* e alguns tipos de bromélia são endêmicas da região (ARRUDA, 2003). As principais fitofisionomias presentes no domínio dos cerrados são: cerrado *strictu sensu*, cerradão, campo, mata-galeria, vereda e mata-seca. Alguns autores sugerem uma

especialização maior, indicando até onze tipos fitofisionômicos, agrupados em florestais, savânicos e campestres (M. NOGUEIRA, 2009: 29).

Vale informar que as populações indígenas do cerrado também consideram uma taxonomia mais diversas para a gama de possíveis paisagens. O etnobiólogo Darrell Posey (1986, *apud*. CONTI & ANGELO FURLAN, 2005: 184), com base em levantamento junto aos Kayapó, apresenta dez diferentes feições consideradas por ele como categorias principais, sendo oito delas para diferenciar fisionomias campestres.

A seguir apresento um resumo das principais fitofisionomias do Domínio dos Cerrados:

- **Cerrado *strictu sensu***, vegetação de interflúvio que ocorre em latossolos profundos e bem drenados. Caracteriza-se por uma camada herbácea predominante graminosa e por um estrado lenhoso que varia de 3-5 m de altura. As árvores sofrem de um fenômeno chamado de escleromorfismo oligotrófico, causado pela acidez e carência de nutrientes no solo, assim, seus caules são tortuosos e espaçados, com troncos de cortiça espessa, que as protegem do fogo recorrente nos períodos de seca, que por sua vez é ocasionado principalmente pelo manejo antrópico, muitas vezes descontrolado. A folhagem é coriácea e pilosa, várias espécies são semidecíduas perdendo as folhas na estação seca (FELFILI, 2001: 18-20; CONTI & ANGELO FURLAN, 2005: 181);
- **Cerradão**, florestas baixas com um dossel de 7 a 15 m de altura. Árvores de troncos relativamente finos e esguios, comportando uma fitomassa bem inferior à das grandes matas pluviais tropicais. Desenvolveu-se por processos naturais de adensamento de velhos estoques florísticos de cerrados quaternários e terciários. Apresentam conjuntos de arboretas da mesma composição que os cerrados, porém são perenifólias e escondem a superfície dos solos, mais férteis, que lhes servem de suporte ecológico (AB'SÁBER, 2003d [1992]: 36), protegendo-os da ação intempérica solar e pluvial. A exploração de madeiras como o Jatobá e a transformação dessas áreas em cultivos agrícolas, representam as principais ameaças para este tipo de fitofisionomia (FELFILI, 2001: 18).

- **Campo**, ilhados no meio de grandes extensões de cerrados e cerradões não passam de enclaves de campos tropicais com predomínio de gramíneas e, portanto, de savanas brasileiras, distribuídos descontinuamente pelos domínios dos cerrados (AB'SÁBER: 2003d [1992]: 36). Estão associados a solos pouco profundos como os litossolos, areias quartzosas e hidromórficos (FELFILI, 2003: 24). Campo-sujo e campo-cerrado são variações campestres com menor ou maior presença de espécies lenhosas (CONTI & ANGELO FURLAN, 2005: 180). A quantidade de espécies lenhosas nessa fitofisionomia está relacionada ao aumento da profundidade dos solos (FELFILI, *op. cit.*).
- **Mata-galeria**, enclaves de florestas frequentemente presentes nos setores aluviais das planícies, apresenta espaço para corredores herbáceos nos seus limites. O dossel atinge entre 20 e 30 m de altura. Possui espécies endêmicas e exemplares da Amazônia e da Mata Atlântica. Fornece água, sombra e alimentos para a fauna do cerrado que as visitam rotineiramente. É uma das mais ameaçadas fitofisionomias do cerrado, seu clima ameno e água abundante proporcionam usos como a urbanização, poluição, represamento, mineração e agropecuária (*ibid.*: 29-30).
- **Veredas**, tipo de mata-galeria muito comum nos Gerais (região adjacente ao domínio das caatingas), corresponde a casos em que predominam sedimentos arenosos nos bordos das planícies de inundação. Por essa razão, se comportam também como corredores de formações herbáceas rasas no fundo lateral dessas planícies. Formam assim, os grandes caminhos naturais para a circulação animal no interior do país. (AB'SÁBER: 2003d [1992]: 38). São marcadas pela presença de diversos exemplares de palmeiras arbóreas perenifolias como os buritis (*Mauritia flexuosa*), formando belíssimos buritizais.
- **Matas secas**, também denominadas de florestas estacionais, ocorrem mormente no contato do cerrado com a caatinga, no lado oriental dos Gerais, próximo ao rio São Francisco. Predominam espécies que perdem as folhas na estação seca como adaptação à falta de água, os solos são de média fertilidade, e os fustes das árvores são retilíneos com dossel entre 20 a 30 m de altura, destacando-se a barriguda (*Cavanillesia arborea*). Bromélias e cactáceas são frequentes devido às proximidades

ecológicas com a Caatinga, que fornece material genético florísticos (FELFILI, 2001: 26-27).



Fig. 3.2. O cerrado na visão de Percy Lau (*apud.* AB'SABER, 2003a [1962]: 32).

Observando essa diversidade paisagística intrínseca aos cerrados, surge uma pergunta: como elas se formaram? AB'SÁBER (1967), considera o cerrado *strictu sensu* um reduto florístico que no passado seco da história natural do planeta povoou grande parte do centro da América do Sul – juntamente com as caatingas – mas que foi reduzido às chapadas após o aumento da umidade e invasão das florestas, conforme veremos mais a frente.

Mas o que tem de importância num estudo antropogeográfico o entendimento da gênese natural das paisagens? O leitor verá que a história natural recente do planeta está intimamente relacionada a ocupação humana do que hoje chamamos de Brasil. As glaciações não foram apenas fenômenos climáticos relacionados aos polos do planeta, elas condicionaram a formação dos biomas e dos habitats, que como vimos, são buscados pelos seres humanos por meio das migrações.

A importância do entendimento das origens do cerrado também se dá no sentido de demonstrar que as paisagens, mesmo as naturais, não são estáticas, mas resultantes de processos que levaram milhares de anos e por isso, muitas vezes, uma violenta modificação em sua organização pode torná-la irreversível. Com esse entendimento podemos compreender de uma forma mais clara os motivos para seu estado atual, identificando, assim, suas fragilidades e potencialidades, abrindo possibilidades para a valorização do conhecimento ancestral que os povos nativos detêm sobre esse ambiente.

### **3.1.a.i. Esboço paleogeográfico do Brasil Central: origem do cerrado**

---

A paisagem pode parecer imóvel para um olhar desatento. Entretanto, elas se degradam e se transformam insensivelmente sob nossos olhos, seja uma árvore que cai e abre uma clareira, seja um continente que se move durante milhões de anos (SORRE, 1984 [1955], 128).

O Planalto Central Brasileiro atingiu os atuais níveis altimétricos em consequência do surgimento da Cordilheira dos Andes, que impulsionou o centro do continente sul-americano para níveis mais elevados, a partir de 65 milhões de anos, no início da Era Cenozóica. Simultaneamente, o clima deixa de ser desértico (e semi-desérticos) e as primeiras aguadas lavam os nutrientes dos solos, tornando-os ácidos e oligotróficos (carente de nutrientes), criando as condições ecológicas necessárias para o lento surgimento dos Cerrados (FELIPPE & SOUZA, 2006: 2-3).

BARBOSA (2003) sugere uma data de 35 milhões de anos para a formação dos Cerrados, considerado por ele um dos ambientes mais antigos da Terra, em relação aos que perduraram até os nossos dias. Assim, o referido paleoarqueólogo considera que o cerrado já tenha atingido seu clímax evolutivo, onde alcançou o seu máximo de especialização,

representado por suas plantas facilmente adaptadas a suas características fisiográficas (FELIPPE & SOUZA, 2006: 3).

Pouco se sabe das flutuações climáticas recentes referentes aos últimos 7.000 AP. As informações mais seguras são referentes às mudanças climáticas mais drásticas, de mais de 8.000 AP, correspondentes à época genética das “linhas de pedras” intertropicais brasileiras (vide foto da figura 3.3), referentes ao último período de glaciação quaternária, que ocorreu no final da época pleistocênica (Pleistoceno Superior) entre 100.000 e 10.000 AP (AB’SÁBER: 2003d [1992]: 40-41).



Fig. 3.3. Linha de pedras ou linha de seixos (line stones), reflexo dos períodos secos das eras glaciais nas paisagens brasileiras. Foto acervo Aziz Ab’Saber (*apud*. MODENESI-GAUTTIERI *et. al.*, 2010).

As glaciações foram épocas secas e frias, onde as calotas polares se expandiram e o nível do mar rebaixou, dando condições para que diversos animais terrestres (incluindo o *Homo sapiens*) pudessem trafegar entre os continentes da Ásia, Oceania e América, pois haviam sido criados corredores terrestres ou de gelo entre eles (CORRÊA, 2012), conforme ilustra a figura 3.4.

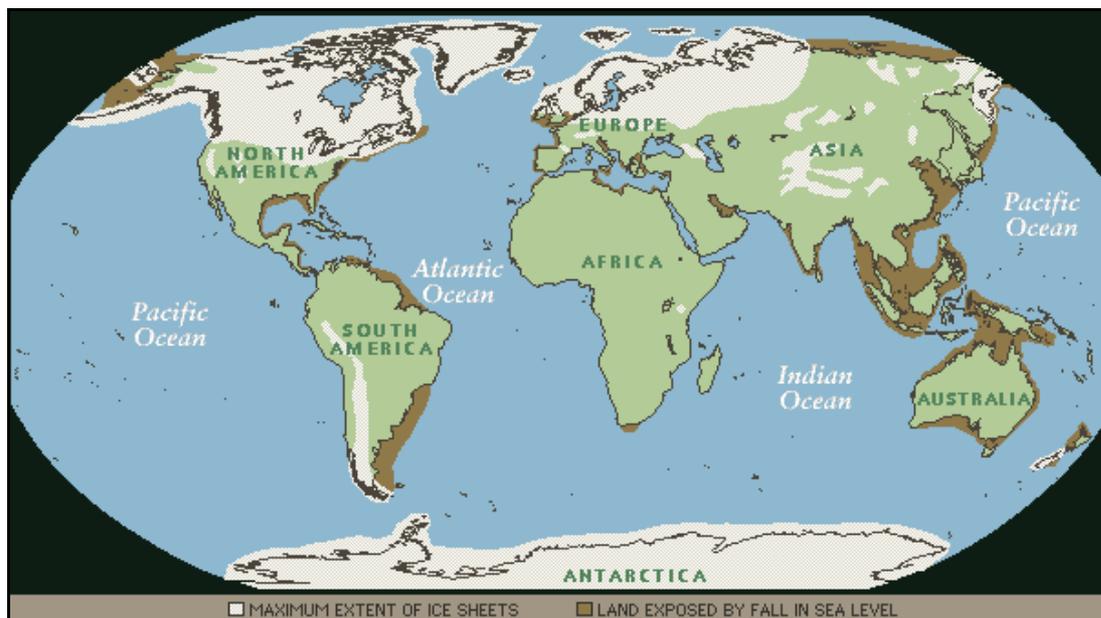


Fig. 3.4. Extensão máxima dos continentes no período glacial (CORRÊA, 2012: 2).

Na ocasião da última glaciação, período frio e seco que ocorreu de 80.000 até 13.000 AP (*ibid.*: 9), o conjunto das paisagens típicas de cerrados, no Planalto Central, era menor e menos contínuo. Todas as depressões interplanálticas – inclusive o vão do Paranã e vale do São Francisco – que envolvem ou interpenetram o conjunto das terras dos chapadões comportavam mais caatingas do que cerrados. Nessas depressões ocorriam faixas de contato entre ambas as feições. A caatinga, então, se estendia do semiárido nordestino até o centro-norte de Mato Grosso, por meio das depressões e níveis mais rebaixados do planalto, conforme ilustra a figura 3.5.

Interpretando essa glaciação, AB’SÁBER (2003e [2002]) indica que houve uma expansão das caatingas e retração das florestas na paleo-paisagem brasileira, pois:

nas complexas mudanças ambientais ocasionadas pela última das glaciações, que determina estocagem de gelo nos pólos e nas altas montanhas, sincronicamente a um descenso do nível geral dos oceanos, caatingas se estenderam por espaços consideráveis do atual Brasil Tropical Atlântico, enquanto cerrados ocuparam áreas de floresta em recuo (.p. 146).

Os indícios de antigos solos pedregosos corroboram para esta hipótese, pois indicam que a vegetação que cobria o vasto território hoje dominado pelos cerrados, eram esparsas, de

troncos finos, ou cactáceas. Soma-se a isso a presença de documentos detríticos antigos na forma de cascalheiras de terraços fluviais, leques aluviais grosseiros e fragmentos de sedimentação interrompidos, evidências de climas secos do passado, revelando um pouco das paisagens que antecederam de perto as atuais (AB’SÁBER (2003c [1983]: 128).

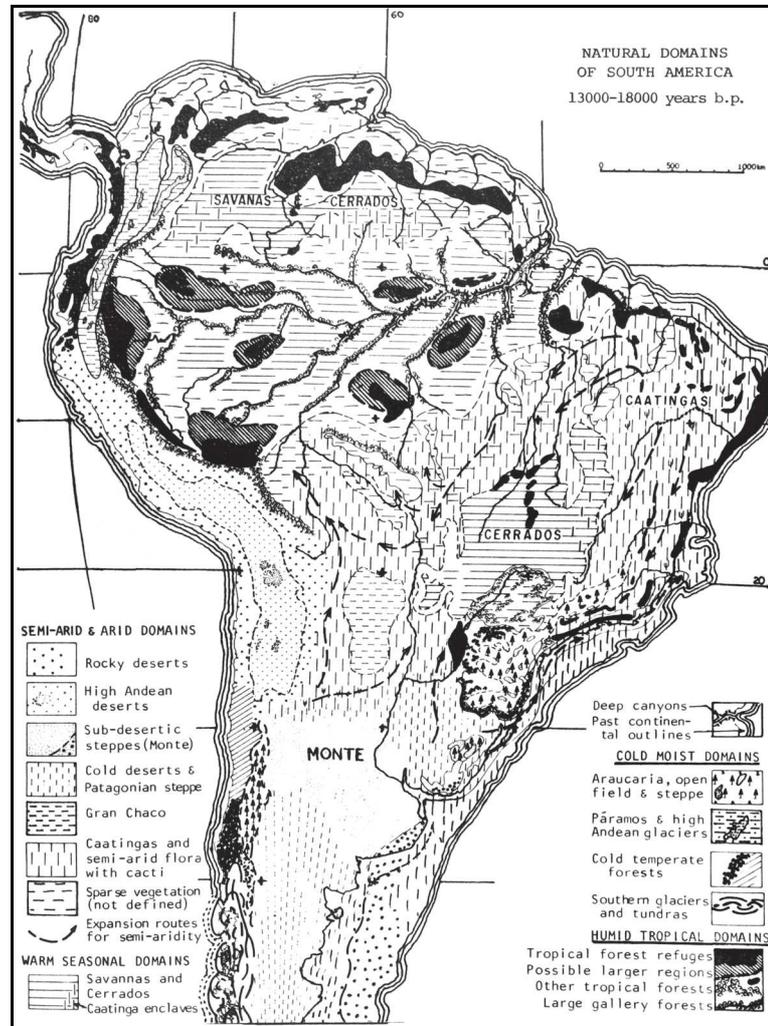


Fig. 3.5. Domínios naturais, em que os fatores climáticos e morfológicos favoreceram predominância dos tipos de vegetação característicos, entre 18.000 e 13.000 AP. (apud. AB’SÁBER & BROWN JR., 1979)<sup>2</sup>.

No entanto, o conjunto de paisagens típicas de cerrados, no Planalto Central, era menor e menos contínuo. Nos altiplanos refugiavam-se cerrados e cerradões, sob a forma de “bancos de flora”, os quais mais tarde, com o aumento da umidade e da temperatura, serviriam para repovoamento vegetal do atual domínio dos cerrados.

<sup>2</sup> “Natural domains, in which climate and morphological factors favored predominance of characteristic vegetation types, 13,000-18,000 years B.P.” (AB’SÁBER & BROWN JR., 1979).

Haviam muito mais caatingas e campestres do que cerradões, principalmente nas depressões interplanálticas (como o Vão do Paranã) e no médio vale do São Francisco, atingindo as chapadas do Urucuia, onde pode ter convivido com estepes e cerrados degradados. Isto explica a ocorrência de manchas de caatinga no interior do domínio dos cerrados (AB'SÁBER, 2003d [1992]: 41). Este padrão paisagístico ocorreu principalmente no período situado entre 18.000 e 13.000 AP, quando os cerrados (e cerradões) se reduziram às cimeiras dos chapadões (AB'SÁBER, 2003c [1983]: 123).

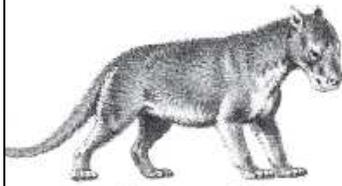
Os cerradões pertencem a um patrimônio biológico mais antigo, provavelmente de períodos interglaciais anteriores a 100.000 AP, quando a temperatura e umidade eram mais elevadas, e que se adensaram na cimeira dos planaltos, durante o período glacial. “Isto reforça a ideia básica de que cerradões, quando degradados por extensivas ações antrópicas, não se refazem facilmente. E, na prática, jamais se recompõem” (AB'SÁBER: 2003d: [1992]: 42).

Dos refúgios de cerrados e cerradões, existentes em cima dos planaltos, partiram as biomassas que povoaram as depressões interplanálticas até então secas. Em relação ao processo de expansão dos cerrados, AB'SÁBER (2003c [1983]) resume da seguinte forma:

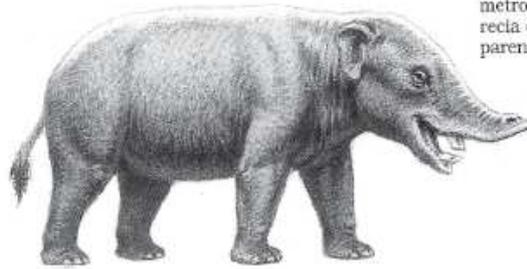
Houve uma geração arcaica de cerrados que deve ter remontado a alguma época do Terciário e que depois recuou para refúgios intermediários à medida que se abriram e se expandiram as depressões interplanálticas. Estas, por sua vez, receberiam uma segunda geração de cerrados vindos dos refúgios de cimeira, a qual disputou espaço com as caatingas e floras secas por ocasião das flutuações climáticas do Pleistoceno. E, por fim, quando os climas úmidos passaram a predominar e as caatingas se circunscreveram praticamente ao Nordeste semiárido atual, algumas biomassas de cerrado se deslocaram para o noroeste da América do Sul, ocupando espaços dos campos de dunas e aluviões grosseiros, herdados do máximo da semiaridez quaternária antiga (Pleistoceno Terminal), na depressão do Orinoco (p. 123-124).

Conforme o clima global foi se tornando mais quente e úmido as caatingas da América do Sul iam se reduzindo as áreas que se mantinham semi-áridas no nordeste do continente, e as florestas se ampliavam nas largas planícies inundáveis do grande rio Amazonas e seus afluentes, e nas serras de umidade orográfica advinda do Atlântico, acompanhando o litoral sudeste e leste. Simultaneamente, os cerrados perdiam os terrenos mais úmidos para as florestas que se expandiam, mas foram gradativamente ocupando as áreas então preenchidas por caatingas nos sopés das já dominadas chapadas, no centro do que mais tarde se tornou o território brasileiro.

### Mamíferos que viveram entre 37 e 7 milhões de anos atrás



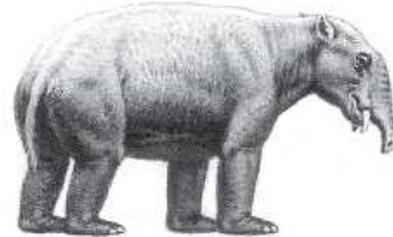
O *Didolodus*, com 1,5 metro de comprimento.



O *Pyrotherium*, média quase 2 metros na altura do dorso, parecia o elefante, mas não havia parentesco entre eles.



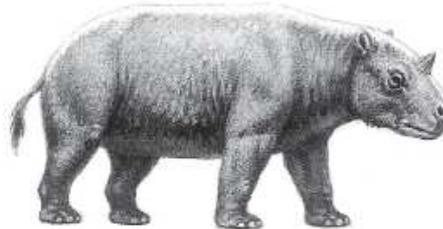
O *Boryhyaena* era um marsupial com cerca de 1 metro de comprimento.



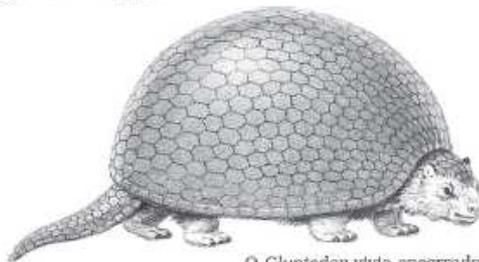
O *Astrapotherium* levava uma vida aquática.

### Animais que existiram entre 7 e 2 milhões de anos atrás

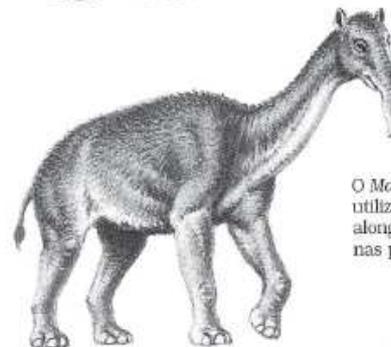
O *Theosodon*, aparentado com o *Macrauchenia*.



O *Trigodon* era da ordem de mamíferos herbívoros.



O *Glyptodon* vivia encerrado em uma armadura corporal.



O *Macrauchenia* utilizava seu focinho alongado para pastar nas planícies.



O *Thylacosmilus*, marsupial carnívoro, media mais de 1 metro e lembrava os grandes felinos.



O *Taxodon*, de cerca de 3 metros de comprimento, vivia dentro e fora da água.

Fig. 3.6. Reconstituição da megafauna do Cerrado da América do Sul (*apud*. BERTRAND, 2004: 19). Grande parte desses animais eram herbívoros, e possuíam poucos predadores. A chegada do ser humano aos Cerrados possivelmente contribuiu com a extinção desses animais (PROUS, 2006: 24-25). Veja também a figura 3.17, na próxima seção, com alguns fósseis deles.

Os grupos humanos mais acostumados com as paisagens de Caatinga ou Cerrados, nessa passagem do Pleistoceno para o Holoceno, seguiram os animais de porte e acompanharam a redução dos respectivos biomas, mantendo a caça como sua principal fonte de proteína, e utilizando-se do manejo do fogo como um dos principais artifícios para obtê-la, que, aliás, pode ter sido um fator determinante para a continuidade desse bioma em diversas localidades, principalmente em áreas campestres, como os Gerais.

Assim como a Savana africana, o Cerrado possuía muitos animais de porte, a figura 3.6 apresenta alguns exemplares (Ver também a fig. 3.17, ilustrada com esqueletos de alguns desses animais). É possível que a extinção de grande parte desses animais tenha sido causada pela predação humana nessa época de mudanças climáticas. A diminuição do espaço de Cerrado e Caatinga em *redutos* também reduziu a diversidade de ambientes em que eles viviam, levando a concentração de animais nos *redutos* (AB’SÁBER, 2003e [2002]). Aglutinados nesses locais, tornavam-se presa fácil para os caçadores Ameríndios.

Os que ficaram nos sítios transformados em florestas, diversificaram sua dieta, lançando mão de recursos de frutos e raízes florestais e adotando a pesca como principal fonte de proteína animal, já que o artifício das queimadas, utilizado nas caçadas cerratenses, não é facilmente empregado em florestas (BARBOSA, 2003; FELIPPE & SOUZA, 2006: 10; M. NOGUEIRA, 2009: 34). Essas populações que se mantiveram nos Cerrados são provavelmente os ancestrais dos povos Jê – senhores dos Gerais – como veremos no capítulo a seguir.

Entretanto, antes de passarmos aos primeiros habitantes dos Gerais, que deram origem aos Jê, vamos entender com mais detalhe as condições naturais dessa pequena porção do Domínio dos Cerrados.

### 3.1.b. A fisiografia dos Gerais do Planalto Central

Como apresentei na primeira seção do presente capítulo, apesar de constituir um domínio de natureza, ou seja, uma região natural mais ou menos homogênea, o Domínio dos Cerrados possui uma variedade paisagística configurada por diferentes combinações de feições fisiográficas (relevo, rochas, clima, solos, vegetação, hidrografia...) formando sub-regiões de certa forma homogêneas.

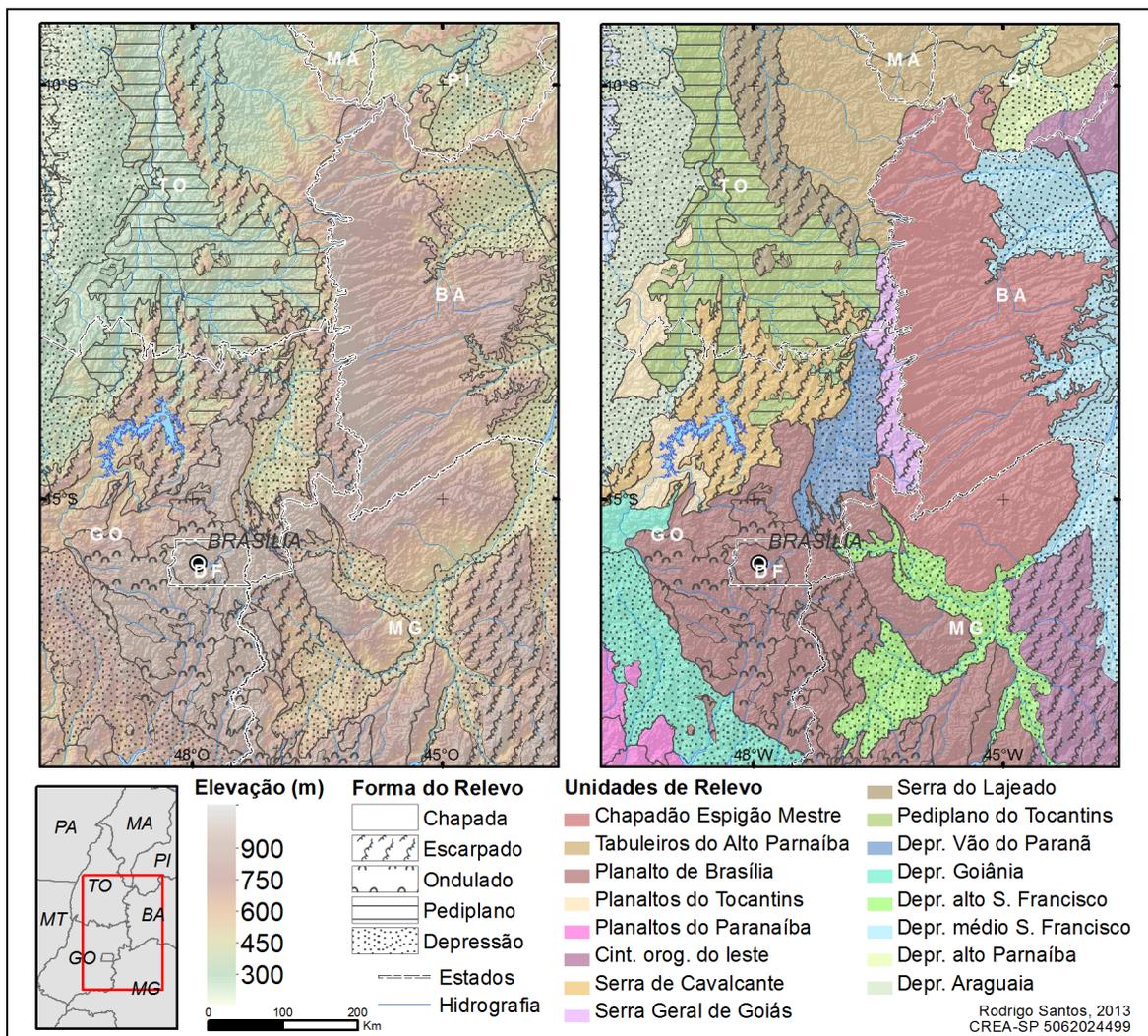


Fig. 3.7. Unidades de relevo dos Gerais do Planalto Central e adjacências.

À esq., delimitação sobre hipsometria e modelado do terreno. À dir., mapa temático das unidades de relevo. Cartografia: Rodrigo Santos. Fonte: COCHRANE *et. al.* (1985); IBGE (2010); SFB (2013).

Para entendermos essas feições homogêneas, utilizei um estudo de iniciativa da Embrapa na década de 1980, que buscou inter cruzar e reunir diversos dados fisiográficos já mapeados no Brasil, principalmente do projeto RADAM-BRASIL, que naquela época estava recém-concluído. Assim, com estes estudos e subsídios de campo, COCHRANE *et. al.* (1985) definiram sub-regiões fisiográficas para o Brasil Central e Amazônia. Com base nesse estudo, e com foco na área dos Gerais, apresento na figura 3.7 as unidades de relevo.

Analisando os mapas da figura 3.7, fica evidente que a unidade de relevo mais próxima da área dos Gerais coloniais – apresentado no primeiro capítulo – é a dos Chapadões do Espigão Mestre. Porém, vale lembrar que os Gerais não possuem um limite demarcável como se fosse um objeto bem visível. Como deixei claro no primeiro capítulo, ele é muito subjetivo, há Gerais no Paraná, em Roraima... Entretanto, para fins do presente estudo, irei considerar como área central dos Gerais, os Chapadões do Espigão Mestre.

Dessa forma, percebe-se que esses chapadões estão bem compartimentados entre quatro depressões periféricas, a norte a do alto Parnaíba, a leste a do médio São Francisco, ao sul a do alto São Francisco, e a sudoeste a do Vão do Paraná, esta que por sua vez está contígua à Serra Geral (também conhecida como Serra Geral do Goiás ou Serra dos Gerais), que nada mais é do que os bordos da depressão periférica do Vão do Paraná.

Da mesma forma há dois planaltos que o cercam, um ao noroeste, os Chapadões (ou Tabuleiros) do alto Parnaíba; e ao sudoeste o Planalto Pratinha (também chamado de Planalto Goiano ou de Brasília), por meio das chapadas do Urucúia e Paracatu.

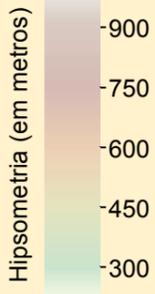
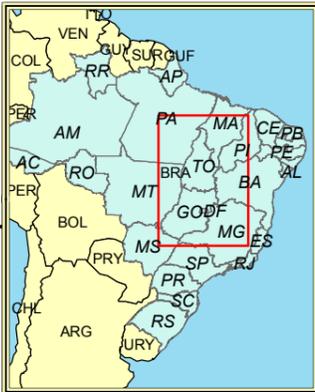
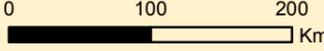
O mapa 3.8, em formato A3, apresenta a área do Planalto Central e adjacências com as unidades de relevo delimitadas. Nele o leitor poderá observar a orografia das áreas adjacentes aos Gerais. Chamo a atenção para a extensão das chapadas ao norte e ao sul do Espigão Mestre, que como veremos a seguir, também são recobertas de campos-cerrados, configurando um ambiente maior ou menor semelhante, que são os Gerais do Planalto Central.

O Espigão Mestre configura-se em planaltos cretáceos da bacia sedimentar Urucúia – que por sinal abriga um enorme aquífero – situados a noroeste de Minas Gerais e a oeste da Bahia, atingindo pequena porção dos estados do Tocantins, Piauí e Maranhão, nas fronteiras

# 3.8. Hipsometria e Unidades de Relevo

## Planalto Central Brasileiro e adjacências

Escala: 1:5.000.000  
Projeção: Geográfica  
Datum: SIRGAS2000  
Cartografia: Rodrigo Santos, 2013 (CREA-SP 5062024499)  
Fonte: Cochrane (1985); IBGE (2010); SFB (2013)

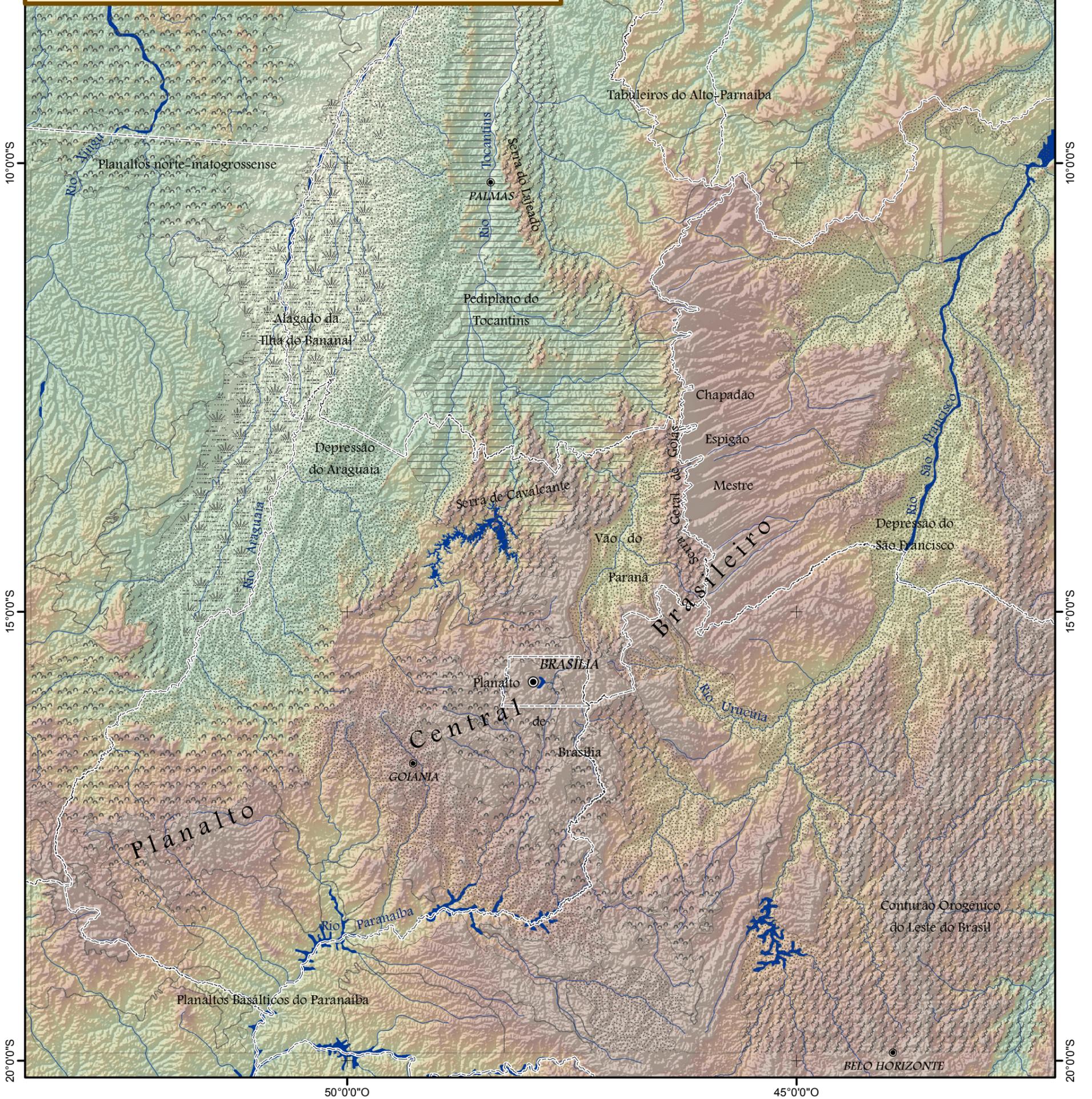


### Forma do Relevo

- Chapada
- Escarpado
- Ondulado
- Pediaplano
- Depressão
- Alagado

### Elementos Cartográficos

- Estados
- Hidrografia
- Capital Federal
- Capital Estadual





com a Bahia. Constitui-se de planalto sedimentar com topos tabulares (chapadões) e declividades abaixo de 5%, formada no período Mesozóico. A altitude gira em torno dos 1.000 m. A densidade de drenagem é fraca, com padrão paralelo, grande parte escoando para o médio curso do rio São Francisco, apenas uma pequena porção drena para a bacia do Tocantins, nas vertentes ocidentais da Serra Geral (FELFILI, 2001).

Superfícies cristalinas aplainadas, como os Planalto das superfícies Pratinha no centro do Brasil, são resultado da ação intempérica por milhares de anos. Num passado pertenceu às bases de uma cadeia montanhosa muito mais elevada. Seus sedimentos foram depositados nos arredores, formando os planaltos sedimentares, que são as chapadas, como a do Espigão Mestre, cujos estratos demonstram que o processo de compactação sofreu constantes mudanças climáticas em seu decorrer, onde as camadas mais arenosas são resultado de carreamentos áridos e secos, e as mais finas, siltosas ou até mesmo argilosas, demonstram climas mais úmidos e quentes.

Esse processo contínuo de compactação que deram origem às chapadas sedimentares como a do Espigão Mestre, após serem formadas passaram a sofrer erosão periférica, dando origem às depressões como o Vão do Paranã e o vale do São Francisco, culminando nas formas que atualmente reconhecemos nessas chapadas. As depressões interplanálticas que circundam os Gerais são de idade cenozóica, e clima semi-árido (AB'SÁBER, 2003b [1977]: 16-17), e no passado glacial foram recobertas de caatingas.

A Serra Geral é uma feição marcante na fronteira ocidental dos Gerais. Mas como apresentei no início deste capítulo, os Gerais não tem uma definição clara, pois transpassando a Serra Geral para seu lado oeste, encontramos a superfícies de aplainamento do Pediplano do Tocantins, uma extensa área com caimento regional em sentido norte, identificada como o “fundo dos gerais de Goiás” por GUIMARÃES ROSA (2001 [1956]: p. 46). E como veremos mais adiante, apresenta uma cobertura vegetal muito semelhante a do Espigão Mestre.

As áreas mais acidentadas, como a Serra Geral do Goiás, e a “Serra dos Canoeiros”, um aglomerado de serras onde atualmente situam-se os remanescentes do povo Avá-Caneiro<sup>3</sup>, são áreas inaptas para povos que têm como prática a corrida em campos abertos. Os mapas da figura 3.7 e mapa 3.8, já apresentados, procuram exibir as áreas mais acidentadas e as mais

---

<sup>3</sup> Sobre eles tratarei no capítulo 5.

planas, diferenciação essa útil para se traçar as rotas dos povos indígenas. Agora, para completar nosso raciocínio sobre as paisagens dos Gerais, apresentarei qual a vegetação predominante, e onde elas estão.

Os *campos gerais*, vastas regiões recoberta por campos savânicos (campo cerrado, campo sujo, campo limpo etc.), chegou a ser uma das denominações para o Domínio dos Cerrados, como apresentei no início deste capítulo. Mas onde este tipo de feição predomina no domínio dos cerrados? Analisando os mapas da figura 3.9 podemos ter algumas evidências que possam responder a essa pergunta.

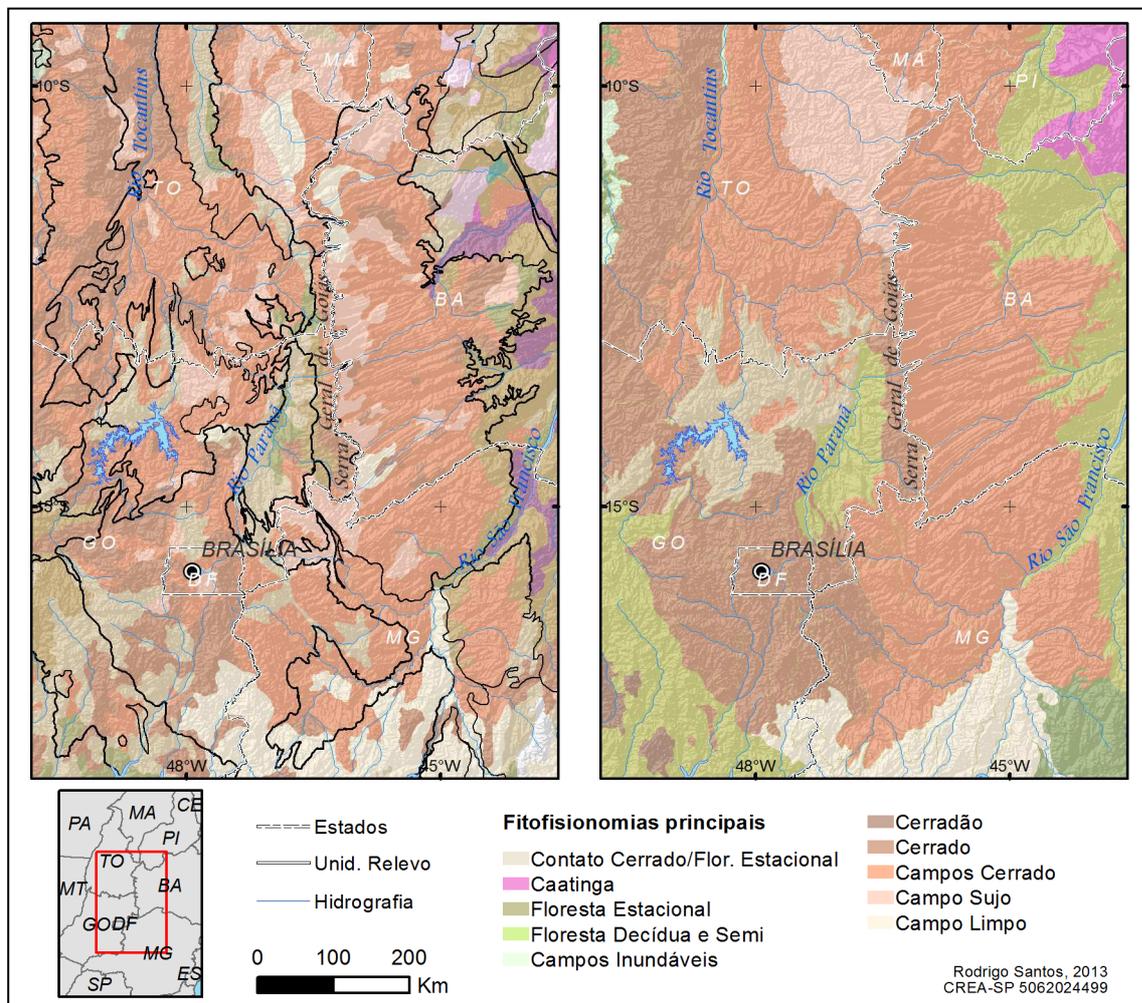


Fig. 3.9. Vegetação predominante nas unidades de relevo dos Gerais do Planalto Central e adjacências. À esq., sobreposição das unidades de relevo sobre a vegetação original. À dir., simplificação com as classes fitogeográficas que mais se evidenciaram na referida unidade geomorfológica. Cartografia: Rodrigo Santos. Fonte: COCHRANE *et al.* (1985); IBGE (1992); SFB (2013).

Os mapas da figura 3.9 evidenciam que as vegetações savânicas do tipo campestre (campos cerrados, campos sujos e campo limpo) estão mais presentes na porção nordeste do domínio dos cerrados, justamente onde encontra-se os Gerais, por isso a recorrente assimilação à *campos gerais* para essa região, conforme já abordamos neste capítulo. As vegetações arbóreas mais robustas, de cerrado *strictu sensu* e cerradão, estão mais presentes na área central do domínio dos cerrados, tal qual afirmou Ab'Sáber também no início deste capítulo.

Para facilitar esse entendimento, apresento na figura 3.10 um perfil horizontal da paisagem dos Gerais, elaborado por COCHRANE *et. al.*, (1985)

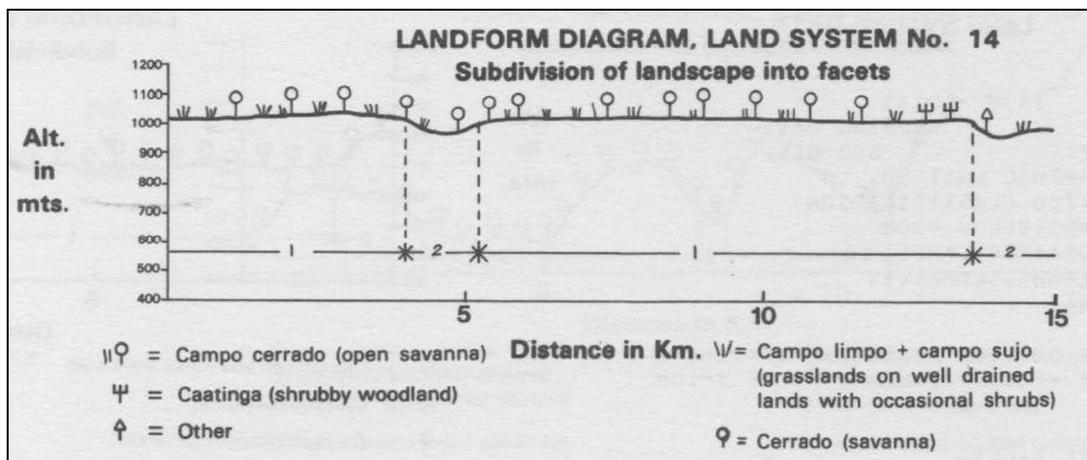


Fig. 3.10. Perfil horizontal do Espigão Mestre. (Apud. COCHRANE *et. al.*, 1985)

Como é de se notar na figura 3.10, a área núcleo dos Gerais, que estou concluindo que sejam os chapadões do Espigão Mestre, apresenta uma superfície mais ou menos plana, dominada por campos cerrados, limpos e sujos, com presença de caatingas quando se atinge as proximidades do rio São Francisco, exatamente no local onde se inicia a zona de contato entre os domínios Cerrado e Caatinga.

Dessa forma, podemos concluir que os povos que aí habitaram de alguma forma procuraram conhecer e se adaptar a este tipo de paisagem: uma região plana, alta (chapadas) cobertas por campos de savanas. Assim, me apoiando nas formações morfológicas e fitogeográficas, posso estender o entendimento da aplicação toponômica de Gerais, para toda

essa extensão em que coincidem estas duas feições de natureza. Os Gerais seriam então uma pequena porção do Domínio dos Cerrados, onde predominam os chapadões e superfícies de aplainamento (pediplanos) recobertos por savanas campestres, ou *campos gerais*. Dessa forma, concluo que as adjacências do Espigão Mestre que apresentam este tipo de característica também serão identificadas como Gerais no presente estudo. No entanto, vale frisar que o primeiro será o seu núcleo, como já dito no parágrafo anterior.

Assim, os limites dos Gerais dentro do Domínio dos Cerrados, para o lado do ocidente, se faz quando os campos deixam de ser predominantes para dar lugar aos cerrados *strictu sensu* e cerradões, bem como sair de uma área mais plana para terrenos ondulados ou acidentados, como o Mato Grosso de Goiás, a Serra dos Canoeiros (ou de Cavalcante), e parte do Planalto Goiano (ou de Brasília). Os limites para o lado leste continuam sendo a depressão periférica do rio São Francisco, onde, conforme já dito, situa-se a zona de contato com o Domínio da Caatinga. Entrementes, para o norte e para o sul, os Gerais se estendem pelas chapadas onde predominam vegetação campestre, atingindo os Tabuleiros do alto Parnaíba no primeiro caso, e as Chapadas do alto Urucuaia, localizadas na porção leste do Planalto Goiano (ou de Brasília). Podendo inclusive transpassar esses horizontes e atingir outras paragens, pois como informou M. NOGUEIRA (2009), na porção norte do estado de Minas Gerais, à direita do rio São Francisco, também há ocorrência de Gerais.

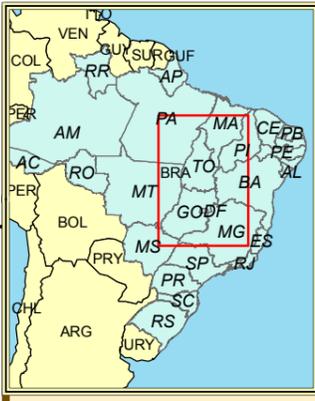
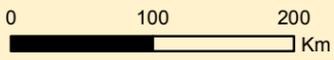
Analisando com mais detalhe o mapa 3.11, o leitor poderá verificar que algumas áreas que não apresentam as características topográficas semelhantes aos Gerais, mas possuem cobertura vegetal semelhante à ele, pode também ser identificado como Gerais. Há dois lugares primordialmente que podem ser incluídos nesse entendimento. Um é o Pediplano do Tocantins, a noroeste do Espigão Mestre, uma rampa com leve desnível para o norte, como um chapadão mais baixo, devido a isso, também será entendido como Gerais no presente estudo; o outro é a Serra do Tabuleiro e as porções septentrionais do Cinturão Orogênico do Atlântico, que apesar de possuírem terrenos mais inclinados, apresentam vegetação campestre predominante.

Assim, apresento na figura 3.12 uma tentativa de simplificar o entendimento fisiográfico da região dos Gerais, por meio da relação primordial entre relevo e vegetação. Quanto mais semelhante a área das características do Espigão Mestre, ou seja, terreno plano,

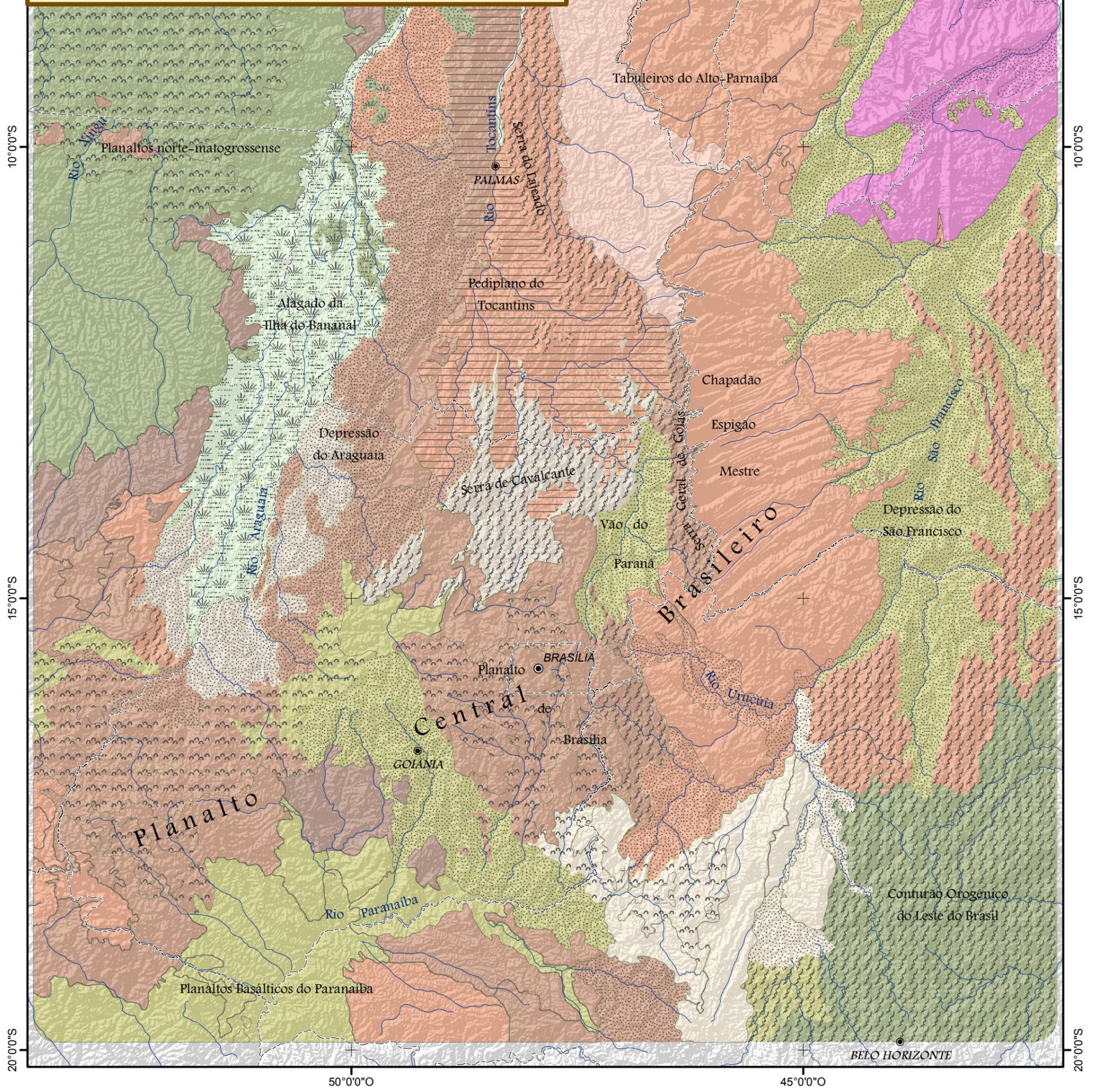
### 3.11. Principais Fitofisionomias nas Unidades de Relevo

#### Planalto Central Brasileiro e adjacências

Escala: 1:5.000.000  
 Projeção: Geográfica  
 Datum: SIRGAS2000  
 Cartografia: Rodrigo Santos, 2013  
 Fonte: Cochrane (1985); IBGE (2010); SFB (2013)



Tipo do Relevo		Elementos Sistemáticos	
	Chapada		Capital
	Escarpado		Divida de Estado
	Ondulado		Hidrografia
	Pediplano		
	Depressão		
	Alagado		
Fitofisionomia Predominante			Cerradão
	Floresta Estacional		Campo Limpo
	Floresta (Semi-) Decidual		Cerrado
	Contato Cerrado/Floresta		Campo Inundável
			Campo Cerrado
			Caatinga
			Campo Sujo





alto, com predomínio de campos cerrados, mais será aplicável o termo Gerais a essa fisionomia.

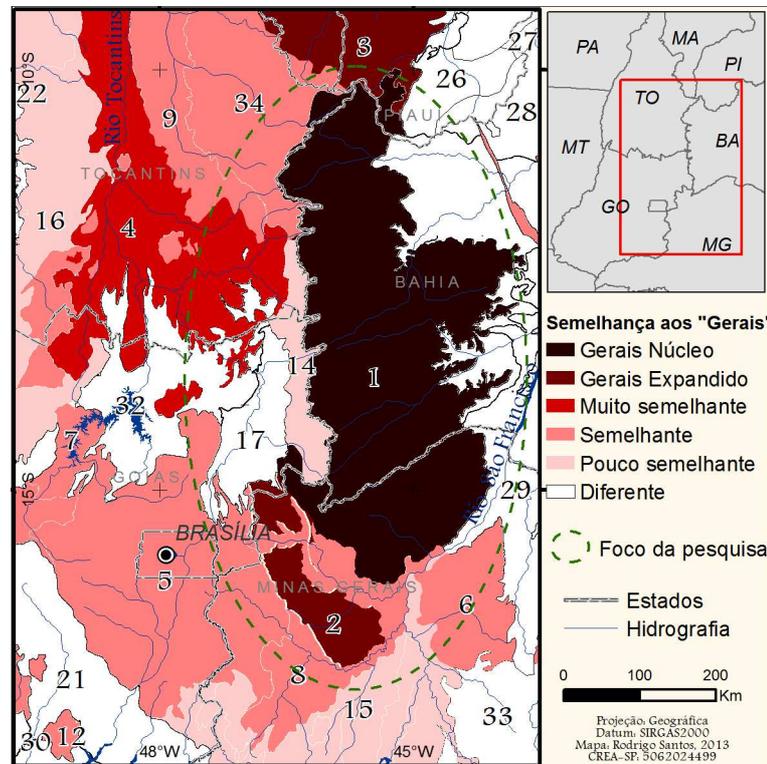


Fig. 3.12. Aplicação do termo Gerais tendo como base a fisiografia do Espigão Mestre. Destaque para área onde será dedicado maior enfoque nas análises desta pesquisa, sem comprometer, no entanto, a exibição dos dados levantados nas adjacências.

A figura 3.12 acima localiza as áreas com maior afinidade a serem denominadas de “Gerais”, considerando este como uma feição peculiar ao Espigão Mestre. Dessa maneira é possível perceber que as áreas que mais se assemelham ao Espigão Mestre, localiza-se ao norte e ao sul desse enorme chapadão, concentrando-se na porção nordeste do Domínio dos Cerrados bem como do Planalto Central Brasileiro, como é possível observar no mapa 3.11. O círculo tracejado exhibe a área dos Gerais que irei focalizar nessa pesquisa para fins de identificar os povos indígenas que aí se localizavam no momento das invasões luso-brasileiras. Vale ressaltar, entretanto, que os dados levantados e compilados de áreas do *Planalto Central e adjacências* também constarão nos produtos finais deste trabalho. O quadro (3.13) a seguir, busca resumir a fisiografia predominante dessas áreas.

Quadro 3.13. Resumo das características fisiográficas dos Gerais e seu entorno

<b>Codigo</b>	<b>Nome da Unidade Fisiográfica</b>	<b>Forma de Relevo</b>	<b>Vegetacao predminante</b>	<b>Aplicação do termo "Gerais"</b>
1	<i>Espigão Mestre</i>	<i>Chapada</i>	<i>Campo Cerrado</i>	Gerais Núcleo
2	<i>Chapada do Urucúia</i>	<i>Chapada</i>	<i>Campo Cerrado</i>	Gerais Expandido
3	Tabuleiros do alto Parnaíba	Chapada	Campo Cerrado	
4	Pediaplano do Tocantins	Pediaplano	Campo Cerrado	Muito aplicável
34	Planalto do Jalapão	Planalto	Campo Sujo	Aplicável
5	<i>Planalto de Brasília</i>	<i>Planalto</i>	<i>Cerrado</i>	
6	Complexo Minas-Bahia	Sinuoso	Campo Cerrado	
7	Planaltos do Tocantins	Planalto	Cerrado	
8	<i>Vales do Urucuia-Paracatu</i>	<i>Depressão</i>	<i>Campo Cerrado</i>	
9	Serra do Lajeado	Serra	Campo Cerrado	
12	Planalto de Acantilados	Planalto	Cerrado	
15	Cabeceiras do São Francisco Paranaíba	Sinuoso	Campo Limpo	
16	Depressão do Araguaia	Depressão	Cerrado	
14	<i>Serra Geral de Goiás</i>	<i>Serra</i>	<i>Cerrado</i>	
32	Serra dos Canoeiros (Cavalcante)	Serra	Contato Cerrado/Floresta	Não aplicável
17	<i>Vão do Paranã</i>	<i>Depressão</i>	<i>Floresta Decidual</i>	
21	Depressão Goiãna	Depressão	Floresta Semi-decídua	
22	Alagado dos Karajás (Ilha do Bananal)	Alagado	Campo Alagadiço	
26	Depressão Gurguéia-Parnaíba	Depressão	Floresta Semi-decídua	
27	Depressão do Plauí	Depressão	Caatinga	
28	Planaltos Gurguéia-Piauí	Planalto	Caatinga	
29	Depressão do São Francisco	Depressão	Floresta Decidual	
30	Vale do Paranaíba	Planalto	Floresta Semi-decídua	
33	Serra do Espinhaço	Serra	Floresta Estacional	

Fonte: Dados da pesquisa. Org.: Rodrigo Santos

O quadro acima foi elaborado com base no cruzamento dos dados de relevo e vegetação, que podem ser visualizados no mapa 3.11. A metodologia foi reunir em grupos de aplicação do termo “Gerais” às áreas que apresentam, de certa forma, um habitat mais próximo (semelhante) ou não do núcleo dos Gerais considerado para a presente pesquisa, que é o Espigão Mestre. Como se pode notar, quanto mais próxima de uma fisiografia de chapadas recobertas de campos cerrados, mais aplicável será o uso desse termo.

Por outro lado a Serra Geral de Goiás e a Depressão do Vão do Paranã apresentam vegetação e relevo diferenciados em relação ao Espigão Mestre, entretanto, devido a sua proximidade com os Gerais, devem ter recebido os povos Geraizeiros em diversas oportunidades, da mesma forma que recebeu os que viviam mais à oeste, pois é uma zona de ligação entre as duas áreas. Dessa forma também será objeto de análise nesta pesquisa.

Portanto, para fins de aprofundamento, na busca de localizar os povos indígenas que habitavam os Gerais no momento do contato com o luso-europeu, focarei nas fisionomias em itálico do quadro 3.13, que são: Espigão Mestre, Chapada do Urucuia, Planalto de Brasília, Vales do Urucuia-Paracatu, Serra Geral de Goiás e Vão do Paranã. Considerando que as duas primeiras sejam os Gerais em sensu estrito e as outras quatro áreas semelhantes ou adjacentes aos Gerais do Espigão Mestre. Quer dizer, as áreas situadas no eixo nordeste do Planalto Central Brasileiro. Isso significa que toda a minha pesquisa investigativa estará focada nessa área, porém, os dados que eu conseguir coletar das áreas adjacentes também serão exibidos, mas não analisados com profundidade. As áreas adjacentes correspondem àquelas já abordadas no primeiro capítulo, e exibidas na fig. 1.1.

Mesmo tendo já informado no capítulo anterior e reafirmado algumas vezes no presente, apresento a seguir um excerto de BARBOSA (2002) que resume de uma forma bem lúcida a importância que tem o estudo das paisagens naturais, como a definição de unidades fisiográficas, que tem na vegetação sua principal forma de se organizar, para se compreender como vivem e como viviam as populações tradicionais de determinado habitat:

como parte integrante dos ecossistemas, iniciando a cadeia energética, a cobertura vegetal é a melhor resposta às condições ecológicas da paisagem, porque reflete os complexos inter-relacionamentos entre os fatores do meio e as plantas que nele vivem (Kuhlmann *et alli.*, 1983). Da mesma forma, no estudo das populações humanas de economia simples, centrada na caça e na coleta, a compreensão da cobertura vegetal pode-se constituir num elemento fundamental para vislumbrar processos culturais desenvolvidos por essas comunidades, compreender as

estratégias de exploração ambiental adotadas e conseqüentemente captar elementos que propiciem o conhecimento dos tipos de planejamento utilizado (*ibid.*: 350).

Apesar da cobertura vegetal dos Gerais ser predominantemente constituída de campos, conforme já apresentamos neste item, não há uma continuidade monótona na paisagem, pois cerrados *strictu sensu*, cerradões e pequenas manchas florestais também ocorrem, em menor escala entretanto, como é possível notar no mapa esquerdo da figura 3.9, e no mapa 3.11. Além delas, há presença recorrente de veredas.

São comuns nessa região natural dos Gerais espécies vegetais como o caju (*Anacardium othonianum*), o pau-santo (*Guttiferae*), capim-fexinha (*Gramineae*), jatobá (*Leguminosae*), piqui (*Caryocar brasiliensis*), mangaba (*Hancornia speciosa*) e bromélias. Buritis (*Mauritia flexuosa*) e pindaíbas (*Xylopia sp.*) estão presentes nas veredas – ambientes típicos no Gerais. Angicos (*Leguminosae*), Aroeiras (*Miracrodruon urundeuva*), cedros (*cedrella fissilis*), ipês (*Tabebuia sp.*) e perobas (*Aspidosperma sp.*) povoavam as formações florestais dos Gerais, principalmente as manchas de matas secas mais próximas à Depressão do São Francisco. No entanto, estão extintas em muito locais ou ameaçadas de extinção (FELFILI, 2001: 19-29). Árvores frutíferas como o araticum (*Annona crassifolia*) e o araçá (*Psidium sp.*) também são encontradas nas matas (MONTI, 2007: 34).

A boa fertilidade dos solos e perene rede de drenagem das matas da região dos Gerais contribuem para que sejam excelentes sítios para a agricultura, pois não exige correção do solo ou adubação. Essas áreas devem ter abrigado os grupos indígenas agricultores, como os Tupi que chegavam à região já ocupada pelos Jê, como abordarei com maior profundidade na próxima seção.

Nas áreas alagadiças como as veredas e várzeas inundáveis são encontrados animais como a anta (*Tapirus americanus*), o queixada (*Tayassu albirostris*), o caititu (*Tayassu tayassu*), a capivara (*Hydrochoerus hydrochoerus*) e o rato-do-banhado (*Myocastor coypus*) (*idem*).

MONTI (*op. cit.*) também concorda que os campos limpos e sujos correspondem aos verdadeiros Gerais, por isso a recorrente denominação de campos-gerais. O autor cita algumas espécies da mastofauna nativa dessa paisagem:

por apresentarem uma predominância de plantas herbáceas, neles é abundante a existência de aves grandes, como a ema (*Rhea americana*), seriema (*Cariama cristata*) e outras de porte médio, como a perdiz (*Rhinchotus rufescens*), codorna buraqueira (*Nothura maculosa*), jaó (*Crypturus noctivagus*), dentre outras. Entre os cervídeos, destacam-se o veado-do-campo (*Mazama americana*) e o veado-catingueiro (*Mazama simplicicornis*). Dentre os tatus, estão o tatu-peba (*Eupharactus sexinctus*), tatu-veado (*Dasyus septemcinctus*) e o tatu-galinha (*Dasyus novemcinctus*). A diversidade de animais aqui encontrada leva a crer que, a principal atividade humana exercida neste subsistema era constituída pela caça de aves e mamíferos, acompanhada com menor intensidade pela coleta de ovos (p. 33).

O citado autor informa que esses animais savânicos vivem principalmente nas áreas campestres, evitam as matas e cerradões, tornando a caça uma atraente atividade de subsistência nos Gerais, a preferida pelos povos Jê, como apresentarei na próxima seção. No entanto, a ocupação humana acontecia principalmente onde houvesse uma maior diversidade de ambientes (campos, cerrados, matas, veredas...), devido a maior variedade de espécies vegetais e animais, além da presença da água, como demonstra a foto da fig. 3.14.



Fig. 3.14. Vista aérea de aldeia Xavante em 1945, um ano antes de se renderem ao contato com o Luso-Brasileiro. Construída em região de cerrado a aldeia em semicírculo abre-se em direção a mata que acompanha as margens dos córregos e rios (apud. LOPES DA SILVA. 1998 [1992]: 361).

O manejo do fogo, a caça, coleta de frutos, raízes e cascas na savana aberta eram práticas comuns dos povos Jê. Transplantavam espécies úteis para as margens de suas trilhas, criavam aglomerados de recursos no seu ambiente. MONTI (*op. cit.*) informa que

as roças intinerantes com aparência de áreas abandonadas deixadas para trás, na realidade, criavam fontes de aprovisionamento, durante um longo período de tempo, de diversos produtos como, por exemplo, lenha, frutos, jenipapo e urucum (utilizado na pintura corporal), babaçu (para elaboração de óleo) e plantas medicinais, espécies encontradas ao redor das casas e plantadas com sementes ou mudas obtidas durante as excursões através de seu território (...). São exemplos de plantas medicinais utilizadas por índios, sertanejos e agora incorporadas pela medicina ocidental: o jaborandi, utilizado como sudorífero e depurativo; a copaíba, que cura feridas e infecções; quinina, antes o único antimalárico disponível; etc (p. 36-37).

A relação de sociedades tradicionais como as indígenas ao meio ambiente é de baixo impacto e, portanto, com estratégias e técnicas adequadas de manejo que evitam a superexploração dos recursos naturais (hídricos, florísticos, faunísticos...), conforme elenca B. RIBEIRO (1995: 205-206):

- Manutenção de pequenos sítios de ocupação;
- Dispersão das comunidades ao invés de amontoamento;
- Manutenção de uma ‘terra devoluta’ entre áreas ocupadas;
- Mobilidade frequente das roças e aldeias;
- Pequena taxa de incremento populacional através da contenção da natalidade;
- Tabus alimentares destinados a salvaguardar espécies ameaçadas;
- Plantio nas margens dos rios, capoeiras, trilhas, clareiras na floresta, destinadas a atrair caça.

Apesar disso, a arqueologia registra algumas sociedades indígenas de diversas partes do mundo, inclusive na Amazônia, que usaram intensivamente seus recursos naturais (BARRETTO FILHO, 2013), levando a grandes crises. O livro *Colapso: como as sociedades escolhem o sucesso ou o fracasso*, de Jared Diamond e resenhado por HANAZAKI (2006), apresenta diversos casos exemplares como “o colapso da sociedade da ilha de Páscoa, de outras sociedades polinésias, dos Maias em Yucatán e dos Anasazis, na grande bacia da América do Norte” (p. 199).

Algumas sociedades tidas como “civilizadas”, como a luso-brasileira, procuram transformar o meio ambiente de tal maneira, que dificilmente se reconhece sua forma natural. Ao verificarem que os campos-gerais são pastagens naturais, “boas para o gado, imensos a

perder de vista” (MONTI, 2007: 32), passaram a praticar uma pecuária extensiva que durante muito tempo foi a atividade econômica mais importante, desde os períodos iniciais de sua colonização sobre aquele ambiente. Destacam-se as criações de bovinos, ovinos, caprinos equinos, asininos, muares e suínos.

Porém nos últimos anos, a agroindústria de grãos, principalmente de soja, vem transformando a paisagem desses chapadões, atraindo milhares de agricultores do sul do país. A jovem cidade de Luís Eduardo Magalhães, nos Gerais da Bahia, é um dos símbolos do agronegócio do país. Essa atividade é a maior ameaça para os ecossistemas da região. A produção de carvão vegetal sem o adequado manejo também é uma atividade econômica ameaçadora à cobertura vegetal nativa dos Gerais.

A cultura de um povo é construída a partir das relações entre os integrantes de uma sociedade com seu ambiente, constituindo sistemas complexos como rituais, mitos, cantos, ornamentos, medicina, crenças, xamanismo, tabus alimentares, a noção de pessoa, etc. MONTI (*op. cit.*) afirma que o mundo das plantas e animais torna-se então carregado de sentido simbólico e, nessa relação da sociedade com o ambiente, é construída sua cultura. Em relação ao conhecimento das sociedades sobre a natureza, ele cita que “diferentes sociedades tradicionais ordenam e classificam a natureza. Seja simplesmente pelo saber em si, seja pela satisfação de impor um padrão ou de ordenar o ‘caos’” (Giannini, 1995: 207, *apud.* MONTI, *op. cit.*: 37).

A partir disso resultará numa cultura própria, com ideias, concepções e significados que lhe dão sustentação, expressos por meio de suas práticas sociais, língua, arte (dança, música, pinturas...) e criação de objetos (ferramentas, armas, utensílios). Frutos de uma ordem simbólica ligada a concepções religiosas, estéticas e filosóficas do grupo, bem como à disposição de recursos naturais que serão utilizados como matéria-prima, o desenvolvimento de técnicas para utilizá-los, adaptação ecológica ao meio e finalidades práticas dos objetos e instrumentos desenvolvidos (*ibid*: 37).

Mas como ocorreu a chegada dessas culturas nos Gerais? Como e quando o ser humano pôs os pés pela primeira vez nas chapadas dos Domínios do Cerrados? Como vimos no presente capítulo, a paisagem não é estática e evidências arqueológicas indicam que antes dos Cerrados possuírem a fisionomia e extensão próximas das que conhecemos hoje, a

humanidade já havia atingido a região dos Gerais. Essa humanidade que por mais de 10.000 anos viveu e desenvolveu conhecimento capaz de sobreviver com os recursos que o próprio ambiente lhe fornecia, sem a necessidade de transformações abusivas como as promovidas pela nossa sociedade atual. Porém há que se considerar o manejo do fogo promovido pelos seres humanos desde a sua chegada a região, e a caça da mega-fauna, que provavelmente promoveu a sua extinção, atitudes antrópicas que também alteraram esse ambiente.

A próxima seção tenta exprimir, de uma forma resumida, essa história humana nos Gerais do Planalto Central.

## **3.2. Etno-história do Planalto Central**

Esta seção busca, de uma forma resumida, ilustrar como se deu o povoamento no Planalto Central. Início enfocando uma breve explanação das épocas mais distantes com evidências e hipóteses elaboradas pela arqueologia, linguística e antropologia física a respeito de como apareceram os humanos na região e qual foi a dinâmica até o período que antecedeu as invasões europeias.

Em seguida abordo a chegada dos invasores Luso-Brasileiros, apresentando por meio de pesquisas históricas, como se deu o contato entre os dois mundos (indígena e ocidental) na região dos Gerais.

Esta seção está organizada de acordo com a proposta de tempo indígenas, apresentados no quadro 2.4 do capítulo 2 (metodologia).

A configuração étnica da região no momento da invasão luso-brasileira será apresentada apenas no próximo capítulo, onde as narrativas de origem – ou mitos – dos próprios indígenas serão melhor utilizadas.

### **3.2.a. Os primeiros habitantes do Brasil Central**

Apesar de muitos mitos indígenas tratarem o surgimento de seus ancestrais como algo fantástico, advindo dos próprios elementos da natureza ou da paisagem que os circunda, algumas disciplinas acadêmicas preferem aceitar a hipótese de uma migração humana advinda de outros continentes.

Antes do Luso-Brasileiro ter atingido o Planalto Central, diversas eram as etnias que lá moravam. Mas e antes delas, haveriam outros povos que lá há habitaram em tempos antigos? Como chegaram os primeiros habitantes dos Cerrados? De onde vieram? É o que buscarei apresentar a seguir.

### 3.2.a.i. Chegada dos primeiros humanos: tempo das grandes caçadas

---

A espécie *Homo Sapiens*, segundo estudos paleontológicos e arqueológicos, teria surgido no interior do continente africano, no centro leste, entre as atuais Etiópia e Quênia, por volta de 200.000 a 150.000 AP. O habitat inicial dessa espécie foram as Savanas, áreas com abundância em animais de porte, próprios para a caça (D'ORNELAS, 2012). Estes primeiros seres humanos teriam migrado em direções diversas, forçados por dois principais motivos: i. a busca de alimentos; e ii. melhores condições de habitação, tendo em vista que o planeta passava por alterações climáticas que levariam parte da África à desertificação (ANJOS, 1999: 19). Assim, atingiram outras partes do planeta.

Vale aqui destacar que mitos de origem de muitas etnias indígenas indicam que as pessoas de seu povo surgiram em seu próprio sítio de morada<sup>4</sup>. Entretanto, aqui nessa seção, abordarei a chegada do ser humano conforme vê as diversas disciplinas da ciência ocidental.

A chegada dos seres humanos à Américas tem sido objeto de extensa pesquisa, principalmente nas áreas de arqueologia, linguística, antropologia física e genética, no entanto, diversas questões são controversas, dentre elas se a colonização ocorreu por meio de um único ou múltiplos fluxos migratórios e em qual época. Dentre elas, destaco duas principais, a dos Paleoameríndios (ocupando a partir da América do Norte) e a dos Paleo-sulamericanos (ocupando inicialmente a América do Sul).

Os *Paleoameríndios* seriam os ancestrais dos atuais povos indígenas, cuja “colonização das Américas ocorreu pelo menos 15.000 anos atrás, através da Beríngia, uma ponte de gelo que ligou Ásia e América durante períodos glaciais” (REICH *et. al.*, 2012: 370, tradução minha)<sup>5</sup>. Defendida principalmente por autores estadunidenses como o primeiro fluxo de colonização humana das Américas, a partir de sua língua, a Proto-Ameríndia,

---

<sup>4</sup> Por exemplo: os Karajá acreditam que foram pescados do rio Araguaia, e os Enauenê-Nauê que saíram de dentro de uma pedra nas redondezas.

<sup>5</sup> “The settlement of the Americas occurred at least 15,000 years ago through Beringia, a land bridge between Asia and America that existed during the ice ages” (REICH *et. al.*, 2012: 370).

diversas outras foram surgindo, conformando o quadro linguístico atual do continente<sup>6</sup> (GREENBERG, 1987: 332-334; RUHLEN, 1991 [1987]; GREENBERG & RUHLEN, 1992: 95; REICH *et. al.*, 2012: 372). As línguas da família Jê, falada nos Gerais no momento da invasão europeia, também seria descendente da Proto-Ameríndia segundo esses autores.

Os *Paleo-sulamericanos* (ou Paleo-americanos), por sua vez, teriam atingido o continente antes dos Paleameríndios, advindos de fluxos marítimos a partir da África (Corrente do Brasil), Europa (Corrente das Guianas) ou Polinésia (Corrente do Peru), ou mesmo pelo estreito de Bering, mas em períodos glaciais mais antigos. BROCHADO (1984: 3) os chamam de *Antigos Brasileiros do Leste*<sup>7</sup>.

Segundo PROUS & NEVES (2000: 73) “O caminho marítimo parece o mais óbvio, sabendo-se que pelo menos alguns *Homo sapiens* conheciam formas de embarcações desde pelo menos 50 mil anos atrás, tendo já alcançado a Austrália”. PROUS (2006: 21-22) sugere que essa passagem marítima tenha ocorrido acompanhando o estreito de Bering; GUIDON (1998 [1992]: 38; 41), por sua vez, prefere supor uma navegação direta à América do Sul, com embarcações rústicas que “por causas naturais como tufões ou tempestades” se desgarravam e atingiam as correntes marítimas que os levavam a outras terras. A pesca garantia a sobrevivência até atingir as terras emersas. Vale anotar, ainda, que no período Pleistocênico o mar atingiu níveis mais rebaixados que os atuais, chegando a “cerca de 120m em relação ao atual, há cerca de 18.000 anos” (PROUS, 2006: 21). Além disso, “os rosários de ilhas que existem no Pacífico [e em outros Oceanos] deviam ser mais extensos [e diversos], o que facilitaria a navegação de grupos que avançariam colonizando ilha por ilha” (GUIDON: 1998 [1992]: 38).

Grande parte dos vestígios dessas populações não são encontradas tendo em vista que devem ter-se utilizado de muitos instrumentos biodegradáveis, como madeira, cocos e palhas, legando às evidências líticas os estudos mais precisos. Assim, com base nessa indústria, BARBOSA (2002: 222-225) informa cinco localidades na América do Sul com evidências de ocupação humana anteriores a 20.000 AP:

---

<sup>6</sup> Com exceção das línguas do tronco Eskimó-Aleutas (da região do Oceano Ártico – também falada na Sibéria – que integra o filo linguístico Euroasiático) e Na-Dene (no norte da América, relacionada às línguas Sino-Tibetanas por alguns autores), que descendem de outros fluxos migratórios mais recentes.

<sup>7</sup> “Ancient East Brazilian” (BROCHADO, 1984: 03).

- a. Central, na Bahia, com datações superiores a 200.000 AP (inclusive sugerindo a presença do *Homo erectus* no continente);
- b. São Raimundo Nonato, no Piauí, com estimativas entre 40.000 a 50.000 AP para os primeiros indícios;
- c. Monte Verde, no centro-sul do Chile, com datação mais antiga para 33.000 AP;
- d. Lagoa Santa, em Minas Gerais, com idade aproximada de 25.000 AP; e
- e. Morro Furado em Coribe, na Bahia, cuja ocupação remonta a mais de 25.000 AP.

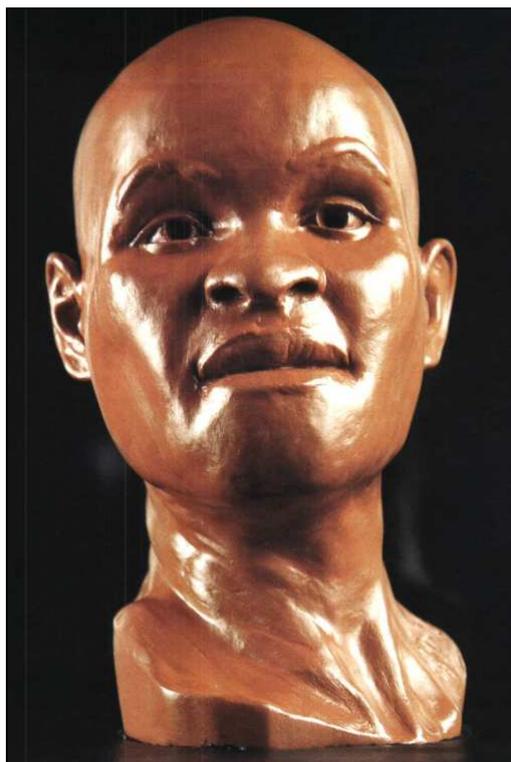


Fig. 3.15, “Reconstituição facial do crânio de Luzia encontrado na Lapa Vermelha IV (Pedro Leopoldo, MG), efetuada pelo Dr. Richard Neave, Universidade de Manchester, Inglaterra. Esta jovem pertencia à população de Lagoa Santa, MG, Brasil, e morreu entre 11.500 e 11.000 anos atrás. Não apresenta traços mongolóides. Museu Nacional, Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, RJ” (PROUS & NEVES, 2000: 93).

Estes dados são contestados por arqueólogos norte-americanos que não aceitam outra via de penetração no continente que não pela Beríngia, devido “a ausência física de restos esqueléticos” (BANDEIRA, 2008: 433) que atestem outra hipótese. No entanto, crânios que corroboram com a hipótese dos Paleo-sulamericanos (ou Paleo-Americanos) foram encontrados em diversas partes do continente, como Flórida, México, Colômbia, Terra do Fogo, mas principalmente em Minas Gerais (NEVES & HUBBE, 2005: 18313-18314). Dentre eles, destaca-se um que foi denominado de “Luzia” (Fig. 3.15), encontrado na década de 1970 pela arqueóloga Annette Laming-Emperaire e datado por NEVES & PUCCIARELLI (1989) com

idade entre 11.000 e 12.000 AP, considerado o mais antigo do continente até o momento. Estudos de antropologia-física sugerem que estes crânios sejam de grupos negroides, similares aos australianos, melanésios e africanos. Sinalizando uma provável migração marítima desses povos ao continente sul-americano antes da entrada de asiáticos pelo Alaska (CARNEIRO DA CUNHA, 1998b [1992]: 10).

O bioantropólogo (ou antropólogo-físico) Walter Neves, em entrevista concedida a PIVETTA & ZORZETTO (2012), sugere que os Paleo-sulamericanos tenham convivido com os Ameríndios e até mesmo se misturado. Ele afirma que:

uma tribo mexicana que viveu isolada do resto dos índios, num território hoje pertencente à Califórnia, manteve a morfologia não mongoloide até o século XVI, quando os europeus chegaram pelo mar. Estamos descobrindo também que os índios botocudos [Borun ou Krenak], do Brasil Central, mantiveram essa morfologia até o século XIX. Quando se estuda a etnografia dos botocudos, vê-se que eles se mantiveram como caçadores-coletores até o fim do século XIX. Estavam cercados por outros grupos indígenas, com os quais tinham relação belicosa. O cenário foi esse. Sobrou um pouquinho da morfologia não mongoloide até recentemente (Neves *apud.* PIVETTA & ZORZETTO, *op. cit.*: 31).

O arqueólogo José Proença BROCHADO (1984) corrobora com esta ideia, ele defende que no grupo dos *Antigos Brasileiros do Leste* (ou Proto-Sulamericanos), sugerido por ele como os primeiros habitantes do continente iniciado por volta de 17.000 AP na costa Atlântica, estariam inclusas as etnias integrantes das famílias linguísticas Purí-Coroado, Botocudo (Borun), Chiquito, Boróro, Nambicuara, Karajá e Huarpe, “cuja relação entre si ou com a Jê não foi demonstrada” (p. 03, tradução minha)<sup>8</sup>. No entanto, em publicação mais recente, RODRIGUES (1999b: 167-168) apresenta as famílias Purí, Borun (Botocudo), Boróro e Karajá como integrantes do tronco Macro-Jê. GREENBERG (1987: 386), além das referenciadas por Rodrigues, inclui a família Chiquito no tronco Macro-Jê, sugestão contestada por RODRIGUES (*op. cit.*). A inclusão da família Karajá no tronco Macro-Jê também é contestada por alguns autores (NUNES, 2012: 16-20). Vale salientar, conforme já abordei no item referente às línguas no capítulo 2, que o tronco Macro-Jê não é assegurado como fato por linguistas, inclusive RODRIGUES (2013).

Loukotka (1931: 34 *apud.* GREENBERG, 1987: 65, tradução minha) aponta que as famílias Gê, Kamakã, Mashakali, Borun, Puri e Ofayé, consideradas por ele como isoladas, e

---

<sup>8</sup> “whose relationship to each other or to Gê has not been demonstrated” (*idem*).

posteriormente como integrantes do tronco Macro-Jê por outros linguistas, “‘apresentam poucas semelhanças’ com ‘os outros idiomas do Brasil’”<sup>9</sup>. Portanto, podem ter sido originadas por línguas não Ameríndias.

É importante dizer, ainda, que o mapa de LOUKOTKA (1967) confirma que haviam pontos com maior diversidade linguística além das conhecidas áreas do Xingu, alto rio Negro, Rondônia e sul da Bahia-leste mineiro. Ele demonstra que no Nordeste do Brasil há, pelos menos, sete famílias linguísticas definidas e mais uma dezena de povos sem inclusão em família. Isso é mas um indício de que pode ter havido outros fluxos migratórios, para a América do Sul que não apenas pelo istmo do Panamá.

Caso a hipótese dos Paleo-sulamericanos ou Antigos Brasileiros do Leste seja verdadeira, seria interessante uma comparação linguística entre as famílias hoje consideradas por alguns como integrantes do tronco Macro-Jê, com outras do continente africano ou da polinésia.

Enfocando o Brasil Central, as primeiras evidências arqueológicas nessa região são do complexo cultural/industrial denominado de tradição Itaparica, cujas datações mais antigas estão entre 12.000 e 11.000 AP. O geoarqueólogo Altair BARBOSA (2002) sugere uma estreita relação entre esta tradição e a formação do tronco linguístico Macro-Jê, cujos ancestrais possivelmente migraram da Colômbia e Equador para o Planalto Central. BROCHADO (1984: 217-218), no entanto, indica que esta tradição estaria relacionada aos Antigos Brasileiros do Leste (portanto, paleo-Sulamericanos) cujo contato com os proto-Macro-Jê (paleo-Ameríndios) teria ocorrido entre 7.000 e 6.000 AP.

A hipótese de BARBOSA (2002: 370), que indica a origem dos ancestrais dos povos cerradeiros na área nuclear El Abra, na Colômbia e Equador, se baseia na *teoria dos redutos e refúgios*<sup>10</sup>. O geoarqueólogo defende que o horizonte lítico presente nessa área desaparece justamente no momento que marca a passagem do Pleistoceno para o Holoceno, fim da última glaciação, quando o cerrado que até então unia Colômbia e Equador ao Brasil Central se

---

<sup>9</sup> “‘Present few resemblances’ with ‘the other languages of Brazil’” (LOUKOTKA, 1931: 34 *apud*. GREENBERG, 1987: 65).

<sup>10</sup> A teoria dos *redutos e refúgios* foi defendida pelo zoólogo Paulo Vanzolini e pelo geógrafo Aziz Ab’Sáber na década de 1970 e consiste na tese de que, com o fim da glaciação e o aumento das florestas, os animais endêmicos de determinada fitofisionomia se refugiavam nas manchas de seus habituais biomas que se reduziam (AB’SÁBER, 2003e [2002]).

reduz, coincidindo com o início da Tradição Itaparica neste último local. Assim, ele sugere que houve uma migração humana acompanhando os animais que se refugiavam no cerrado que se reduzia na direção oeste-leste do continente.

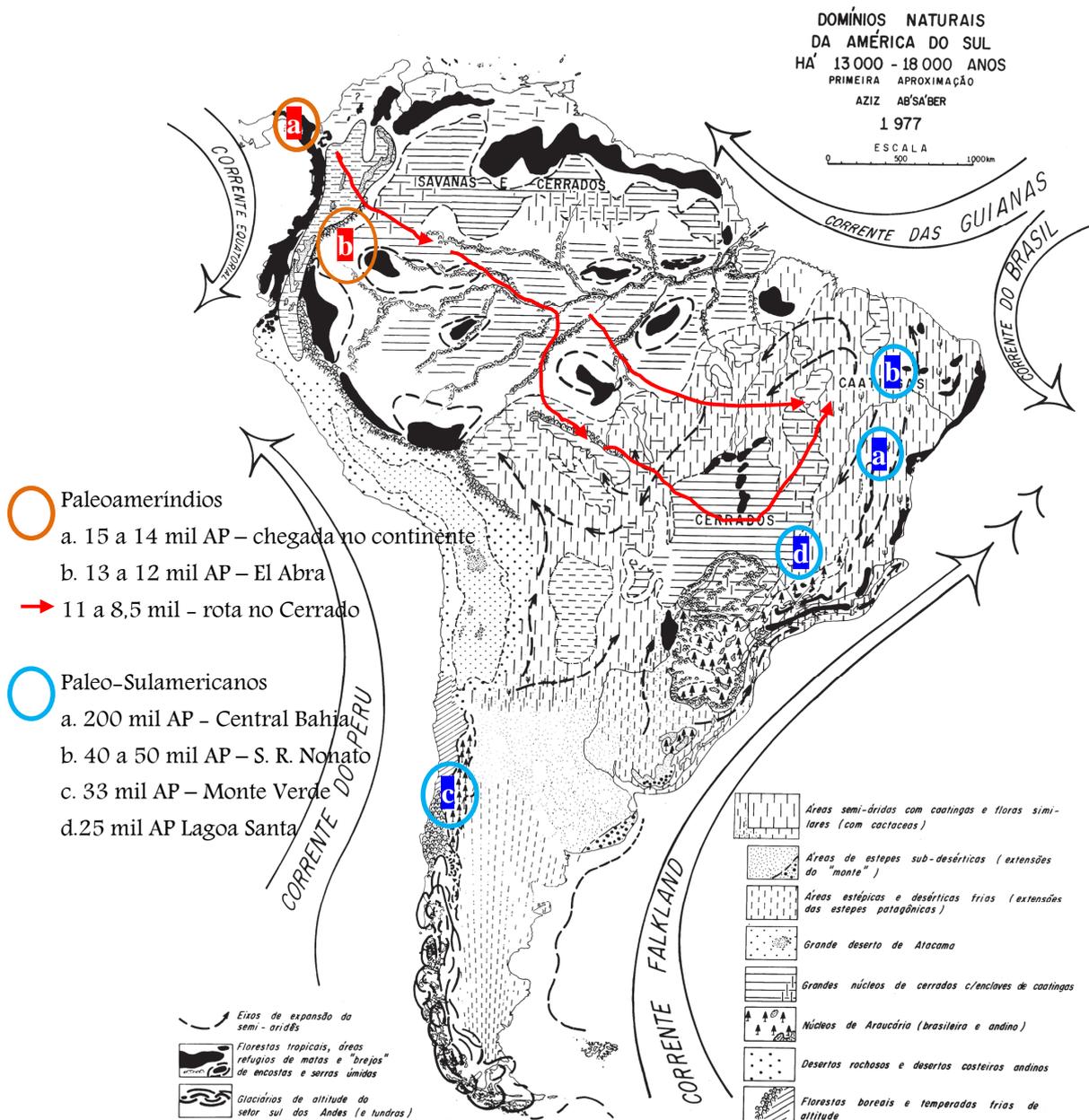


Fig. 3.16. Chegada dos primeiros seres humanos nos Cerrados da América do Sul.  
Mapa de fundo em AB'SÁBER (1989)

A rota proposta pelo gearqueólogo coincide com o agrupamento Ge-Pano-Karib, defendido por GREENBERG (1987) como a proto-língua dos respectivos troncos linguísticos que se formariam posteriormente. A dispersão deve ter ocorrido em virtude do fim do

processo de aridez global, onde o reflexo na vegetação foi a diminuição das áreas de caatingas e cerrados na América do Sul (principalmente na Amazônia) e avanço da floresta úmida (BARBOSA, 2002: 372-373), cujo processo já apresentei na seção anterior.

Em relação ao ponto de origem dos primeiros habitantes dos Gerais do Brasil Central, BROCHADO (*op. cit.*: 03) defende a hipótese de que os proto-Jê (anteriores à Tradição Aratu) tenham surgido perto da fronteira oriental da Amazônia a 6.000 ou 7.000 anos AP, e podem ter se relacionado tanto com os povos Equatoriais (Tupi-Arawaki) como com os Antigos Brasileiros do Leste, levando os linguistas a sugerirem o tronco Macro-Jê.

A economia dos primeiros habitantes da América baseava-se na coleta e na caça da megafauna existente (veja fig 3.17, abaixo, e fig 3.6, na seção anterior). Com o fim da Glaciação, houve o início da extinção dos animais de grande porte – o ser humano pode ter contribuído para isso. O aumento da umidade fez com que as florestas avançassem sobre o Cerrado e este sobre a Caatinga e com isso houve uma onda migratória de animais na mesma direção. As sociedades dessa época, mais acostumadas às condições savânicas, possivelmente seguiram os animais e atingiram o Planalto Central Brasileiro.



Fig. 3.17. Esqueleto de Tatu Gigante (*Deodicurus clavicaudatus*) e de Preguiça Gigante (*Megatherium sp.*), extintos há cerca de 10 mil anos (PROUS & NEVES, 2000: 89). Essa megafauna sulamericana possivelmente foi extinta devido às caçadas promovidas pelos humanos (PROUS, 2006: 24-25). Veja também fig. 3.6.

FELIPPE & SOUZA (*op. cit.*) resumem da seguinte forma os sítios desses primeiros cerratenses:

Os pioneiros do Cerrado no Planalto Central ocupavam um conjunto de abrigos com bastante intensidade, contradizendo a expectativa de que eles, a maior parte do tempo, vagariam pelo território sem ponto de amarração. Certamente eram populações compostas por poucas famílias, que tinham um lugar bem identificado por acidentes geográficos, pinturas e gravuras, no qual permaneceram por muito tempo, servindo de referência. Em outros lugares do planalto a permanência nos sítios foi menor, ou porque não existiam grandes coberturas rochosas que os abrigassem, ou porque os recursos que buscavam estavam mais distribuídos no espaço. “Nesses lugares o conceito de nomadismo parece mais aplicável” (p. 10).

Alguns povos Jê, entretanto, ultrapassaram a área dos cerrados – especialmente após as invasões europeias – como os Gavião-Timbira e os Kayapó setentrionais que avançaram sobre as florestas do atual sudoeste paraense.

Os povos que se mantiveram na área de cerrado que foi gradativamente ocupada pela floresta, na Amazônia, tiveram que se adaptar a uma nova realidade ambiental, com animais menores e maior diversidade de peixes. O solo também se tornou mais fértil. Dessa forma, as culturas dessa floresta crescente foi gradativamente mais ligada à pesca e a agricultura.

Por outro lado, os povos que acompanharam a caça nos cerrados, como nos Gerais, continuaram por um bom tempo se sustentando majoritariamente de caça e coleta de alguns frutos. Entretanto, em algum momento se sedentarizaram, quando então passaram a produzir artefatos de cerâmica, será uma nova fase de ocupação nos Gerais, como veremos a seguir.

### **3.1.a.ii. Os ceramistas e horticultores: tempo das grandes aldeias**

---

A presença de cerâmica nas terras baixas da América do Sul é comumente relacionada, na arqueologia, com sociedades horticultoras, portanto mais sedentárias. Esse sedentarismo promove a associação entre grupos maiores no mesmo sítio, possibilitando o surgimento de grandes aldeias, ou rede de aldeias, que devido a uma mais complexa divisão do trabalho, terão uma duração mais efetiva no mesmo local.

O grupo de horticultores mais antigo encontrado no Domínio dos Cerrados é o Fase Pindorama, com presença desde 500 a.C (FELIPPE & SOUZA, 2006: 11). Depois aparecem a subtradição Aratu/Sapucaí, da tradição Pedra do Caboclo, e o estilo Una e Jataí. Nas várzeas do Tocantins-Araguaia há o surgimento da Tradição Uru.

A tradição Pedra do Caboclo, sugerida por BROCHADO (1984) como relacionada aos indígenas do Brasil Central e Leste, originou-se no litoral nordestino entre 1.000 a 700 a.C a partir de uma expansão da tradição Mina, que por sua vez ocorreu na foz do Amazonas entre 3.600 e 1.400 a.C (*op. cit.*, p. 06). A influência Tupinambá nessa tradição iniciará sua presença entre os séculos V e VIII d.C, insinuando um provável contato entre os povos.

A subtradição Tupinambá está relacionada à tradição Amazônica Policromada, dos povos Tupi. Ela atinge a bacia do Paraná por volta do século I d.C e a costa nordeste brasileira antes do século VI d.C. É caracterizada por sítios de agricultura intensiva, praticada principalmente junto a férteis várzeas de rios e na costa marítima, diferindo da tradição Pedra do Caboclo, cuja prática de subsistência estaria mais ligada a terrenos elevados. BROCHADO (*op. cit.*, p. 08) sugere a possibilidade de ter ocorrido conflitos entre aqueles e estes na disputa dos terrenos férteis para agricultura, levando os Antigos Brasileiros do Leste e os Macro-Jê (ou Jê) a povoarem com mais intensidade as terras altas do interior do país, liberando as várzeas e praias para os Tupi-Guarani.

Nos focos ocidentais da tradição Pedra do Caboclo, houve o desenvolvimento de uma subtradição, chamada de Aratú (e Sapucaí em Minas Gerais), por volta do século VII d.C, e que constituía os ancestrais dos povos Jê e Cariri. Deve ter iniciado na fronteira oriental da Amazônia. As evidências no médio-alto São Francisco e Tocantins-Araguaia datam de meados do século VIII. Nos tributários do médio e alto curso dos rios Tocantins-Araguaia, a presença é datada por volta do século IX (*ibid.*: 149-150). No litoral nordestino as datas mais antigas também são do século IX (p. 222) – provavelmente dos antigos Cariri (p. 236-237). E nas cabeceiras do Paranaíba e Grande (bacia do rio Paraná) as datações são a partir do século X (p. 234). Assim, “As diferenças diacrônicas descritas sugerem que estes grupos avançaram

geralmente a partir do interior para o litoral, e de norte para o sul, subindo os vales do São Francisco [e Tocantins-Araguaia], bem como ao longo da costa” (p. 223, tradução minha)<sup>11</sup>.

PROUS (2006) indica que a partir do século VIII d.C

“multiplicaram-se aldeias instaladas em encostas de morros suaves, na proximidade dos cursos d’água. Trata-se de um fenômeno “repentino” na escala arqueológica, e não se sabe o que provocou a novidade. Teria sido a irrupção de uma nova população (mas vinda de onde?) (...). Os sítios, a céu aberto, caracterizam-se por grandes concentrações de restos de cerâmica. A maioria corresponde a zonas de terra escurecida pela presença de restos orgânicos [terras-pretas]” (p. 84-85).

Estas constatações chamadas de Tradições Aratu/Sapucaí estariam relacionadas ao surgimento dos povos Jê. Evidências cerâmicas encontradas desde o médio Tapajós para leste (região dos Kayapó Setentrionais) parecem estar associadas às mesmas da Tradição Aratú, principalmente com a dos Cayapó Meridionais (BROCHADO, 1984: 155) o que pode levar ao entendimento de que a Subtradição Aratú, produzida pelos ancestrais dos Jê, tiveram uma ligação genética com aquela nos limites orientais da Amazônia, possível local de origem dessa subtradição cerâmica (p. 235). Seus cultivos eram baseados em tubérculos e milho (FELIPPE & SOUZA, 2006: 12).

Na região de tríplice-interflúvio entre as bacias Tocantins-Araguaia, São Francisco e Paraná, também houve o estilo Una, com datações mais antigas de 100 a.C na Lapa Vermelha, em Minas Gerais, ocorrendo até por volta do século XVIII em praticamente toda a área citada (BROCHADO, *op. cit.*, p.100-101). Essa cultura deve estar relacionada ao povo Cataguá, possivelmente falante de língua Jê (Dias & Carvalho, 1978: 239, *apud.* BROCHADO, 1984: 148). Seu cultivo predominante era o milho (FELIPPE & SOUZA, 2006: 12).

O estilo Jataí, ainda não relacionado a nenhuma tradição, ocorreu no sul de Goiás, suas datações giram entre 700 a.C a 1.000 d.C (BROCHADO, *op. cit.*, p. 107-108). Mas provavelmente foi uma intermediária entre a tradição Mina e o estilo Una da tradição Pedra do Caboclo (p. 206). Ela deve ter sido produzida pelos antepassados dos Kamakã e Puri (p. 216). Pela rusticidade dos estilos Una e Jataí, eles devem estar relacionados aos Antigos Brasileiros do Leste, que adotaram as primeiras formas da tradição Pedra do Caboclo (p. 235).

---

<sup>11</sup> “The diachronic differences just described furthermore suggest that these groups [Aratú Subtradition] advanced generally from the interior to the coast, and from north to south, up the São Francisco [and Tocantins-Araguaia] Valley as well as down the coast” (BROCHADO, 1984: 223).

BARRETTO FILHO (2013) sugere que tenha havido uma possível grande ruptura por volta do ano 1.000 d.C nas terras baixas da América do Sul, tendo em vista que muitas mudanças nos padrões dos vestígios arqueológicos são apontadas para esse período, principalmente na Amazônia.

Uma delas é o surgimento da Tradição Uru, relacionada aos Karajá, que se forma a partir de uma expansão da tradição Mina na direção sul, por volta do séc. X d.C (BROCHADO, 1984: 07), subindo o curso dos rios Tocantins-Araguaia. A partir do século XII, sua presença é verificada no médio curso dos rios Araguaia e Tocantins até suas cabeceiras (p. 150-152). Nesta região, em Mossâmedes e Aruanã, há ocorrências datadas a partir do século XIII d.C, com cerâmicas que apresentam forte mistura da Tradição Urú com a Subtradição Aratú, indicando um provável contato entre os ancestrais Jê e os Karajá (p. 223), a chamada “carajalização” dos Cayapó Meridionais (p. 235). Em meados do século XIV ocorre a presença da tradição Tupinambá nos focos da tradição Urú no alto Tocantins-Araguaia (p. 152-153), que pode ter sido pelos ancestrais dos Tapirapé ou Avá-Canoeiro, mais provavelmente destes.

Os povos da tradição Pedra do Caboclo seguiram rumando para a direção sul até o vale do Rio Grande do Sul, originando os Kaingang. Pelo caminho invadiram a maioria das áreas dos já estabilizados grupos de Antigos Brasileiros do Leste, introduzindo uma tradição cerâmica a eles (*idem*, p. 6).

As primeiras cerâmicas da tradição Pedra do Caboclo não possuíam uma homogeneidade como na subtradição Aratú ou na tradição Uru. Comparação com os artefatos líticos demonstram que os mesmos grupos que haviam habitado essas áreas durante milhares de anos antes da chegada da cerâmica, continuaram, i. é, a técnica ceramista foi adotada por difusão (Lathrap *et. al.*, 1956, *apud*. BROCHADO, *op. cit.*: 196). Ou seja, este primeiro contato com a cerâmica, que ocorreu entre 1.000 a 800 a.C, não deve ter sido de forma violenta, com eliminação de grupos. A tecnologia de produção ceramista deve ter partido da tradição Mina, na direção leste, seguindo o litoral nordestino. Ela atingiu a margem norte do rio São Francisco nos atuais estado de Alagoas e Pernambuco, no século I a.C (p. 202).

A ausência de artefatos para a produção de beiju ou farinha, como travessas, leva a crer que os Antigos Brasileiros do Leste não possuíam esses beneficiamentos do tubérculo em

suas dietas, mesmo com a chegada da cerâmica (*ibid.*: 212). Em relação ao milho, a caverna do Gentio, no rio Paracatú, alto São Francisco, apresenta vestígios datados de meados de 3.000 a.C (*idem*, p. 106). A agricultura destes povos deve ter sido praticada somente no período das chuvas, nos cerradões ou nas matas de galeria localizadas próximo aos rios, um momento de sedentarismo em que também deveriam ser produzidas as cerâmicas. Já durante a estiagem, as aldeias eram dispersas em pequenos grupos de caçadores-coletores (p. 230).

A figura 3.18, a seguir, apresenta um modelo resumido de surgimento e direções da difusão das principais tradições cerâmicas nos *Gerai*s do Planalto Central Brasileiro.

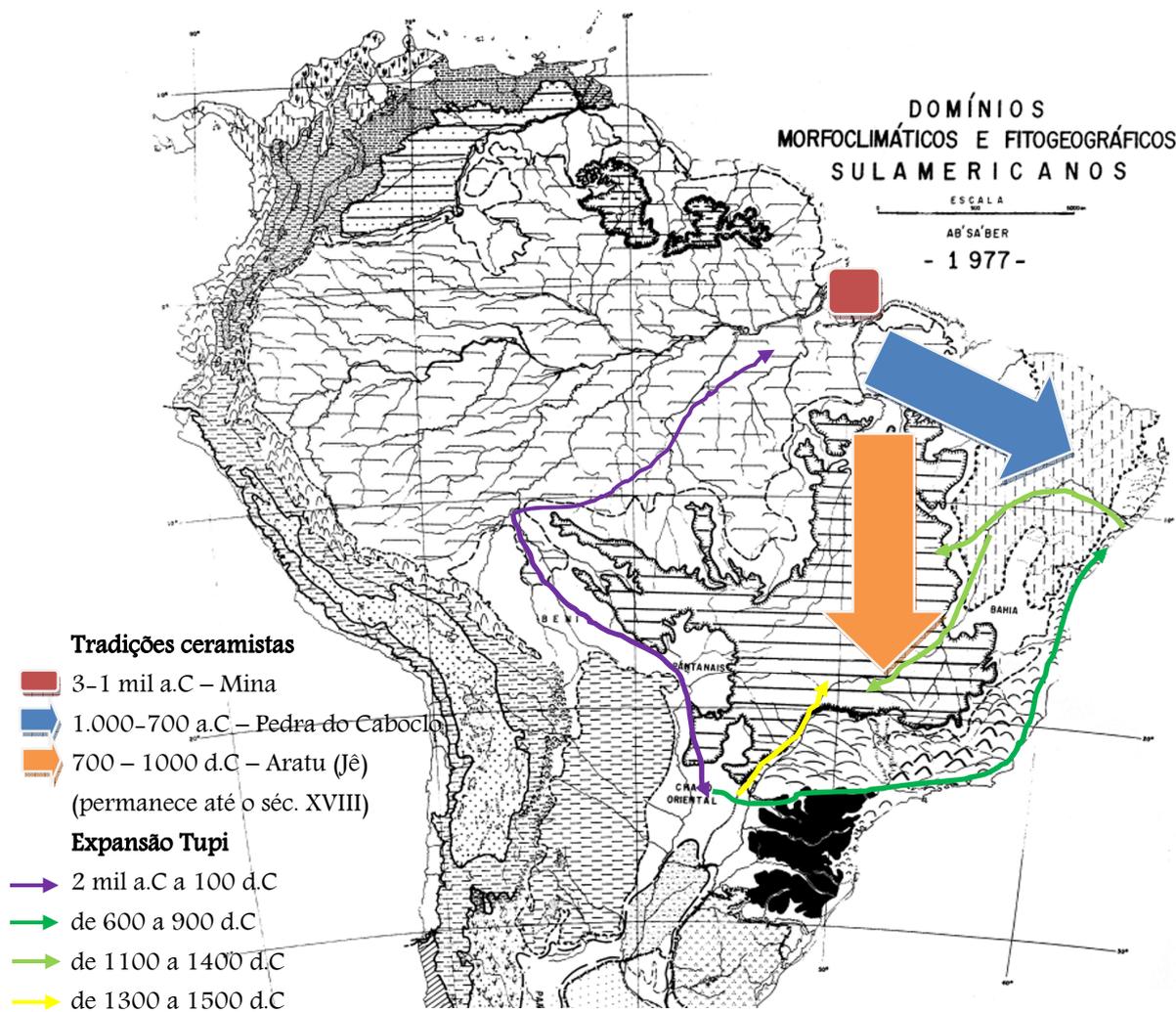


Fig. 3.18. Surgimento e direções de difusão das tradições cerâmicas nos *Gerai*s do Planalto Central. Mapa de fundo em AB'SÁBER (1977)

O desenvolvimento de cerâmicas para a fervura de alimentos sugere um aumento da diversidade de cultivos, pois se somavam vegetais não comestíveis na forma crua ou assada. Além disso, a elaboração de vasos fundos pelos Tupi-Guarani pode evidenciar o desenvolvimento da produção de bebidas fermentadas (p. 223-224). No entanto, a etnografia dos atuais Jê e Kariri indica ausência de produção cerâmica para estes fins, mas para afirmar que esta produção foi obra de ancestrais desses povos, BROCHADO (*op. cit.*) argumenta:

1. foi feita por grupos com os quais o Tupinambá tiveram contato, e que foram substituídos por eles no final dos tempos pré-históricos, como foi o caso com o Cariri [no litoral nordestino]; e, 2. durou até final dos tempos históricos e nestes casos, onde é possível relacionar ocupações indígenas em sítios históricos [i. é, após invasão europeia], seria, sem exceção, algum grupo Jê (p. 227, tradução minha)<sup>12</sup>.

O referido autor se apoia no fato de que concomitante aos vestígios cerâmicos havia machados de pedra em forma de T e tembetás, além do formato dos sítios que demonstram serem de aldeias circulares, com uma enorme praça ao centro, e localizadas no tradicional habitat Jê, que são os cerrados. A grande ruptura deve ter vindo juntamente com a colonização europeia, pois os massacres e caças de escravos promovidos pelos luso-brasileiros, somados aos beligerantes contatos com os Tupinambá, levaram a decadência da cultura ceramista entre os Jê e os Cariri, cujas descrições etnográficas mais confiáveis são datadas do final do século XVIII e durante o XIX (*ibid.*: 228). Nesse momento, o processo havia se iniciado há mais de 300 anos, pois antes mesmo da chegada europeia ao continente, os Tupinambá já haviam subido o alto curso do rio São Francisco, transpondo o divisor com a bacia do Tocantins-Araguaia, e os Guarani (ou Tupinambá) já se faziam presentes no tríplice-interflúvio das bacias Araguaia-Tocantins, Paraná e São Francisco, fato que é assegurado pela presença de seus vestígios arqueológicos, pelo menos, desde o século XV, nestas áreas (p. 235-236).

Dessa forma, ver os povos Jê como “tribos marginais” ou “agricultores incipientes”, será manter o preconceito do “Tapuya” visto pelo Tupinambá, ou o etnocentrismo do europeu. Mas a minha posição é que os Jê representam uma forma de adaptação que um grupo humano desenvolveu para conviver em contexto cronotópico específico, como era o Cerrado e os Gerais no período da colonização luso-brasileira.

---

<sup>12</sup> 1. It was made by groups with whom the Tupinambá had had contacts and who were superseded by them in late prehistoric times, as was the case with the Cariri [in northeastern coast]; and, 2. it lasted up to late historic times and in those cases where it is possible to assign the historic sites to a specific aboriginal group it is, without exception, some Gê group (BROCHADO, 1984: 227).

Pois como preconiza F. FERNANDES (1975 [1949]), citando Maurice Davie, “a guerra ‘exerce sua influência e reage sobre as outras instituições sociais, ou sobre os outros elementos da cultura, de modo acentuado e às vezes desconcertante. Assim, o simples fato de os homens precisarem defender o seu grupo tem afetado a divisão sexual do trabalho, a educação dos imaturos, os níveis sociais” (p. 198), bem como a configuração econômica e de subsistência, e estratégias de asilo e proteção.

Os povos Jê possivelmente adotaram essas estratégias de modificação cultural, pois antes poderiam estar numa situação beligerante mais amena, já que o maior inimigo efetivo até então eram os Tupi do litoral, cuja tecnologia estaria mais ou menos compatível com os primeiros. No entanto, com a entrada do elemento luso-brasileiro, munido com armas de fogo e metais, a desvantagem passou a ser gritante, levando os Jê a adotarem o nomadismo com mais propriedade e deixarem de produzir cerâmica, mais própria de povos sedentários. Entrementes não se trata de uma involução, e sim, de um novo momento (período) na história desses povos.

Porém há que se considerar que a correlação das evidências arqueológicas com estudos históricos e etnográficos sobre os povos que viviam no Brasil no momento do contato com o europeu ainda não está próximo de uma precisão, segundo BROCHADO (1984):

surpreendentemente poucas informações precisas está preservada sobre a localização dos grupos indígenas do leste da América do Sul em momentos de contato, e há pouca etnografia detalhada no mosto desses grupos. Mapas organizados por pesquisadores como Nimuendaju (Lowie 1946), Mason (1948), Loukotka (1969) e Rowe (1973) concordam apenas em termos gerais, em parte porque a localização destes grupos tinha mudado ao longo dos mais de 400 anos, desde o início do século XVI (p. 214, tradução minha)<sup>13</sup>.

Assim, os Antigos Brasileiros do Leste, ou Proto-Sulamericanos, provavelmente os primeiros habitantes das terras baixas sul-americanas, foram sendo continuamente invadidos pelos Ameríndios que chegavam do norte e oeste, inicialmente falantes de línguas Jê e Cariri. Depois de alguns milênios, chegaram os floresteiros Tupi-Guarani, criando um caldeirão de

---

<sup>13</sup> “Amazingly little precise information is preserved concerning the location of the aboriginal groups of Eastern South America at contact times, and there is little detailed ethnography on mosto of these groups. Maps organized by investigators such as Nimuendaju (Lowie 1946), Mason (1948), Loukotka (1969) and Rowe (1973) agree only in general terms, in part because the location of these groups had changed through the more than 400 years, since the beginning of the sixteenth century” (BROCHADO, 1984: 214).

novas etnias nessa região (*ibid.*: 215), daí a explicação para a diversidade étnica que existiu na região situada entre o sul da Bahia, leste mineiro, norte fluminense e o atual estado do Espírito Santo; bem como na área entre Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí, como veremos nos mapas do capítulo seguinte. Além disso, nessas regiões há uma diversidade de paisagens, evidenciada pelo contato entre os domínios da Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica.

Por volta do ano de 1500 d.C os povos indígenas no continente se traduziam em milhares de etnias. Nos Gerais, havia, pelo menos, 18 delas, de acordo com minha investigação. E nas adjacências do Planalto Central, totalizavam 200. Esse número é bem superior ao apresentado no mapa de NIMUENDAJU (2002a [1944]), que sugere apenas quatro etnias para os Gerais e 112 para as adjacências.

A maior parte dos povos de língua Jê que nessa época predominavam nos Cerrados, vivia em aldeias enormes, com centenas de pessoas – veja figura 4.28 no último capítulo. Diferente do que se viu no momento do contato recente com alguns desses povos, como os Xavante do Mato Grosso (veja figura 3.14 na seção anterior), que devido às correrias tiveram que abandonar o modo de vida em grandes aldeias, ou até mesmo foram eliminadas pelas guerras com os invasores.

O quadro multi-étnico da época do contato entre indígenas e luso-brasileiros na região apenas irei retratar com detalhe no próximo capítulo, quando estabeleço minhas análises sobre o genocídio e diáspora indígena no Planalto Central. Antes disso, apresento o perfil do invasor luso-brasileiro, seu projeto e as causas das invasões.

### 3.2.b. Os Luso-Brasileiros e o projeto colonial

A partir do ano de 1500, as terras hoje conhecidas como Brasil receberam a visita de povos d'além mar. O mais presente povo que aqui atracou se autodenominava Português, gentílico do reino de Portugal, um minúsculo país da península Ibérica, extremo ocidente europeu. O mesmo Portucale medieval que se expandiu a partir da cidade do Porto rumo ao sul, invadindo (ou reconquistando como preferem os vencedores) o país então ocupado pelos Mouros. Os portugueses também se intitulam de Lusos, Lusíadas ou Lusitanos, devido ao fato de serem descendentes dos antigos habitantes da província Lusitanea, do Império Romano<sup>14</sup>.

Celso FURTADO (2003) afirma que a ocupação das terras americanas “constitui um episódio da expansão comercial da Europa. (...) O comércio interno europeu, em intenso crescimento a partir do século XI, havia alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV” (p. 11). Com a tomada de Constantinopla (atual Istambul) pelos Otomanos, em 1453, aumentaram as dificuldades para o abastecimento dos mercados europeus de produtos orientais de “alta qualidade”, como especiarias, tecidos, joias e manufaturas. Fazendo com que a alta-nobreza dos reinos e feudos europeus pagassem altos preços às mercadorias advindas do Oriente.

Isso levou a uma corrida oceânica, principalmente entre Portugal e Espanha, que buscaram alternativas para o abastecimento desses produtos. Nessa aventura marítima, acabaram por atracar em solos americanos, se apossando de seus recursos naturais e humanos.

Reinados extremamente católicos, Portugal e Espanha foram contemplados no final do século XV por bulas papais que “autorizavam” essas coroas a pilhar, esbulhar, submeter, escravizar, converter, dentre outras ações violentas, todas as terras e povos encontrados, o que incluía a recém invadida América, onde situa-se o Brasil, então chamado de Pindorama pelos Tupinambá, maioria étnica do litoral.

---

<sup>14</sup> Os Lusitanos, antes da sua latinização promovida pelas invasões Romanas, era um povo Celta.

A visão europeia de soberba perante outros povos é resquício do pensamento imperialista dos antigos romanos. A Igreja Católica, que se consolidou nos anos pós-queda do Império Romano – e acabou por substituir seu domínio – deu sustentação ao eurocentrismo, declarava-se como a verdadeira porta-voz de Deus, condenando outras manifestações religiosas como profanas, satânicas, heréticas ou pagãs, punindo-os com a conversão ao catolicismo ou a pena de morte em praça pública com uso da forca ou fogueira (R. SANTOS & CURI, 2012: 3).

A igreja também legitimou as Cruzadas, que eram verdadeiras guerras santas contra povos adeptos de religiões monoteístas do Oriente Médio, como o judaísmo e o islamismo. O poder supremo eclesiástico centrado na figura do papa culminou em tal ponto que chegaram a considerar suas decisões como manifestações divinas. Assim, as decisões papais poderiam determinar o destino de muitas pessoas e regiões. Um exemplo dessa “divindade” é o Tratado de Tordesilhas, considerada por R. SANTOS & CURI (*op. cit.*) a primeira política europeia sobre os povos ameríndios, pois “foi a primeira política indigenista de direito e ‘concedida sob a bênção de Deus, pelo seu procurador legal na Terra’, tal como consta na bula *Inter Coetera* de 04 Maio 1493, do papa Alexandre VI”<sup>15</sup> (p. 3, tradução minha, grifos no original).

A seguir reproduzo um trecho dessa bula firmada em Tordesilhas, cujos limites do tratado eram definidos por um meridiano traçado em volta do globo, tendo como referência “as ilhas que vulgarmente são chamadas dos Açores e Cabo Verde cem léguas para o Ocidente” conforme publicado por Macedo Soares (1939: 25-8)<sup>16</sup> *apud.* D. RIBEIRO (2011 [1995]):

[...] por nossa mera liberalidade, e de ciência certa, e em razão da plenitude do poder Apostólico, todas ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas ou por descobrir. [...] À Vós e a vossos herdeiros e sucessores [reis de Portugal e Espanha] pela autoridade do Deus onipotente a nós concedida em S. Pedro, assim como do vicariado de Jesus Cristo, a qual exercemos na Terra, para sempre, no teor das presentes, vò-las doamos, concedemos e entregamos com todos os seus domínios, cidades, fortalezas, lugares, vilas, direitos, jurisdições e todas as pertenças. E a vós e aos sobreditos herdeiros e sucessores, vos fazemos, constituímos e deputamos por senhores das mesmas, com pleno, livre e onímodo poder, autoridade e jurisdição [...]

---

<sup>15</sup> “It was the first Indian policy of law and “granted under the blessing of God, by the lawful attorney on Earth,” as contained in the bull *Inter Coetera* of 04/05/1493, of Pope Alexander VI” (SANTOS & CURI, 2012: 3, grifos no original).

<sup>16</sup> MACEDO SOARES, José Carlos. 1939. *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio. *Apud.* RIBEIRO (2011 [1995]: 40).

sujeitar a vós, por favor da Divina Clemência, as terras e ilhas sobreditas, e os moradores e habitantes delas, e reduzi-los a Fé Católica [...] (p. 40, grifo meu).

Dessa forma, os portugueses obtiveram “autorização divina” para serem soberanos em metade do Planeta, o que incluía parte do atual território brasileiro. De início achavam que os habitantes dessas terras não eram seres humanos, apenas em 1537 o papa irá concordar que se tratavam de pessoas de verdade (CARNEIRO DA CUNHA, 1998b [1992]: 9).

No entanto, o apossamento das terras brasileiras pelos lusitanos não ocorreu de imediato. Durante as três primeiras décadas do século XVI (período pré-colonial), quando o país era chamado por eles de Terra de Santa Cruz<sup>17</sup>, a relação com os nativos era pacífica, e nos primeiros mapas constavam os locais ocupados pelos indígenas, identificando seus territórios (ou terras) (KOK, 2009).

Mesmo sendo “soberano de direito” sobre o território, de acordo com a “concessão” dada pelo papa – “o procurador de Deus na Terra” –, o principal interesse português até então era garantir o monopólio do comércio de especiarias das Índias Orientais e algumas espécies americanas, como o pau-brasil. Para isso estabeleceu relações de escambo com os povos do litoral. Entregavam utensílios (facões, tesouras, enxadas, machados, espelhos etc.) em troca de pau-brasil e outras espécies nativas.

O antropólogo Henyo BARRETTO FILHO (2011) aponta que os primeiros povoadores não-índios do Brasil eram aventureiros, náufragos ou desertores, e buscaram se “indianizar” para sobreviver, relacionando-se com os povos nativos através do cunhadismo. O *cunhadismo* é definido por Darcy RIBEIRO (2011 [1995]) como uma velha instituição social indígena para incorporar estranhos à sua comunidade. “Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo” (p. 81).

Alguns desses desertores e náufragos lusos que se tornaram célebres e importantes na relação com Portugal ao se incorporarem a grupos indígenas por meio da instituição do cunhadismo foram João Ramalho, em São Paulo, patriarca das primeiras famílias paulistas;

---

<sup>17</sup> CARNEIRO DA CUNHA (1998b [1992]) considera que assim “o Brasil foi simbolicamente criado. (...) Nomeando-o, se tomou posse dele, como se fora virgem” (p. 9).

e Diogo Álvares, o Caramuru, em Salvador, patriarca soteropolitano, inclusive dos Garcia D'Ávila na Bahia, fundadores de um dos maiores morgados latifundiários do período colonial, a Casa da Torre.

Como uma forma de controlar o comércio e a produção no Brasil, bem como evitar a perda para outros reinos europeus, como a França, a coroa portuguesa estabeleceu o regime de capitanias<sup>18</sup>, instituição administrativa e militar, cujo capitão-geral (também chamado de capitão-governador) era sempre um nobre ligado a Coroa, que recebia poderes de jurisdição sobre os habitantes, dos quais recolhia os tributos; e sobre as terras, podendo conceder sesmarias para fins de produção. A distribuição de terras era feita pela Coroa, pelo Governador-geral<sup>19</sup> ou pelo capitão-geral, este que também cuidava da defesa contra o indígena e o estrangeiro, bem como do fluxo de pessoas para o sertão. A sesmaria era a grande propriedade outorgada àqueles detentores de posses e tradição familiar (MONTI, 2007: 54; 57).

Neste sistema, o ócio improdutivo, representado pela alta nobreza, era sinônimo de prestígio, que se aproveitava dele para adquirir monopólios e latifúndios. Na metrópole portuguesa, os comerciantes, burgueses e os capitalistas se enriqueciam com os lucros advindos das caravelas. Por outro lado, as massas populares deterioravam-se com a instabilidade do emprego, a indigência e a mendicância. Era uma massa imensa de gente ociosa, expulsa do campo que se convertera em pastagens, restando-lhes o crime, mesmo sob o risco de severas punições como a forca. Este fato encorajou muitos a seguirem para as colônias, como o Brasil, com a promessa de vida fácil (*idem*, p. 51-52), num país onde o pecado era concedido sob a benção do Papa<sup>20</sup>.

Esse contingente europeu, ávido por uma vida sem regras, irá constituir as ondas migratórias que formarão as primeiras vilas e cidades fundadas pela coroa portuguesa em terras brasileiras. Como a grande maioria eram homens, logo buscaram o sequestro de

---

<sup>18</sup> Inicialmente as capitanias eram hereditárias, e o administrador chamava-se donatário. O governo do Marques de Pombal extinguiu a hereditariedade em 1759, e o capitão-governador passou a ser nomeado pela coroa independente da linhagem sucessória.

<sup>19</sup> Titular do Governo-geral do Brasil, posteriormente intitulado de Vice-Rei a partir de 1720.

<sup>20</sup> No princípio do século XVI, o papa Alexandre VI declarou que “não havia pecado abaixo da linha do Equador”, encorajando aventureiros cristãos a promover a barbárie nas terras brasileiras.

mulheres indígenas das tribos próximas a esses povoados, cuja prole constituirá nos primeiros *brasileiros*, também chamados de brasíndios por Darcy RIBEIRO (2011 [1995]: 106).

D. RIBEIRO (*op. cit.*) denomina de brasíndios os primeiros mestiços de homens portugueses com índias nativas tendo em vista de não se tratar, todavia, do gentílico atribuído aos nativos do país Brasil. O gentílico somente irá se implantar quando for necessário diferenciar os nativos “formados sobretudo de brasíndios e afro-brasileiros, quando começou a plasmarse a configuração histórico-cultural nova, que envolveu seus componentes em um mundo não apenas diferente, mas oposto ao do índio, ao do português e ao do negro” (p. 127). Apesar disso, segundo o autor

o primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mameluco, esse brasíndio mestiço na carne e no espírito, que não podendo identificar-se com os que foram seus ancestrais americanos – que ele desprezava –, nem com os europeus – que o desprezavam –, e sendo objeto de mofa dos reinóis e dos luso-nativos, via-se condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: o *brasileiro* (p. 128, grifo meu).

O início oficial da colonização do Brasil, se dará com a criação da vila de São Vicente em 1532 e a implantação do Governo-geral em 1549 na cidade de Salvador. Assim, definitivamente passa-se a incidir sobre o território do já denominado Brasil<sup>21</sup> as leis e instituições lusitanas, e conseqüentemente o sistema escravagista, tão antigo na Europa. Neste período, os indígenas do litoral receberam os primeiros impactos do contato com o europeu. Diversos indígenas foram escravizados já no século XVI. A política lusitana sobre os índios passa a dividir-se entre escravagista e genocidista, defendida pelos colonos, e a integracionista, promovida pela Igreja (R. SANTOS & CURI, 2012: 3-4).

A Igreja, principalmente através da Companhia de Jesus, instituiu reduções, missões ou aldeamentos, locais onde diversas mulheres e crianças indígenas eram convertidas ao catolicismo, reeducados na cultura cristã, e que recebiam qualificações de ofícios da sociedade ocidental. As mulheres eram preparadas para tornarem-se esposas dos colonos portugueses, e as crianças tornavam-se artistas, artesões, agricultores, sapateiros, carpinteiros, escultores, músicos, pedreiros etc. Além disso, aprendiam a língua portuguesa e o latim, sendo obrigados a esquecerem sua cultura nativa. Era o princípio de uma política

---

<sup>21</sup> No período de 1621 a 1775 o norte do país possuía uma administração independente do Governo-Geral do Brasil, subordinada diretamente à Coroa Portuguesa, o Estado do Maranhão, que incluía a Amazônia.

integracionista no país, iniciada a partir de 1549, com o padre jesuíta Manuel da Nóbrega e seus discípulos, como José de Anchieta (*ibid.*: 3-4).

Este trabalho de catequização fazia parte do plano da Igreja Católica e dos reis Ibéricos de dominar o vasto território americano sem para isso ter que enfrentar guerras violentas, por isso o foco nas crianças e mulheres. Deixando de lado os anciões e lideranças dos povos (*idem*). Até porque estes eram muito mais hostis e “indisciplinados”, preferindo a morte à submissão.

Os invasores chegaram com um projeto de civilização que tomava a Europa como padrão. E para isso buscou reduzir os indígenas, usando de elementos ludibriadores ou mesmo da própria força. O principal artifício ludibriador utilizado pelos europeus foi a atração de povos indígenas por meio de “presentes”<sup>22</sup> como machados, facões, tesouras, espelhos, panelas e miçangas, até conquistar a confiança dos nativos. Após isso, iniciava-se o processo de redução por meio da catequese, integração à cultura luso-brasileira com a perda da língua materna e transformação como trabalhadores rurais para que pudessem produzir víveres que abastecessem caravanas e feitorias. Depois da redução, o território indígena estava livre para ser explorado pelos invasores luso-brasileiros.

Além disso, no contato com agentes patológicos trazidos pelos portugueses, aldeias inteiras eram destruídas pela bexiga, coqueluche, tuberculose, sarampo, gripe, varíola, dentre outras doenças contagiosas. APOLINÁRIO (2005) apresenta diversas ocasiões em que os Akroá sofreram desses males, na maioria das vezes introduzidos propositalmente pelos luso-brasileiros. M. CARNEIRO DA CUNHA (1998b [1992]), resume da seguinte forma essa política de redução:

A alta densidade dos aldeamentos favoreceu as epidemias, sem no entanto garantir o abastecimento. (...) Os aldeamentos religiosos ou civis jamais conseguiram se auto-reproduzir biologicamente. Reproduziram-se, isso sim, predatoriamente, na medida em que índios das aldeias eram compulsoriamente alistados nas tropas de resgates para descer dos sertões novas levas de índios, que continuamente vinham preencher as lacunas deixadas por seu predecessores (p. 13).

Ao mesmo tempo em que a igreja “amansava” os índios, os colonos acostumados com a economia escravagista, mas sem condições financeiras para praticá-la, organizavam

---

<sup>22</sup> Essa prática ainda hoje é utilizada por alguns “indigenistas”.

incursões ao sertão americano, para o aprisionamento de indígenas que fugiam do litoral ou que ainda não tinham provado do contato europeu. Os índios eram caçados e escravizados, seja em regiões onde não havia instituições europeias, seja dentro das missões católicas. A coroa portuguesa se posicionava vez ao lado dos colonos, outras ao lado das missões, e poucas vezes ao lado dos índios não cativados, e baixou diversas legislações para regular os relacionamentos entre colonos, eclesiásticos e indígenas (R. SANTOS & CURI, 2012: 3-4).

Estes homens lusitanos e brasileiros, ou *luso-brasileiros*, inseridos na lógica do projeto colonizador português, com uma cosmologia europeia, fortalecida pelos trabalhos dos missionários católicos, buscarão dominar o ambiente que os envolve, tanto os recursos naturais como o nativo indígena, “numa relação predatória, esvaziada de vínculos entre o homem e a terra” (MONTI, 2007: 52).

Além das guerras, as grandes fomes que tradicionalmente acompanham-nas, a desestruturação social, a fuga para novas regiões desconhecidas, o embate com outros povos, isso tudo pesou decisivamente na dizimação indígena. Estima-se que a população dos índios girava em torno de 5 a 6 milhões de habitantes no ano de 1500 no espaço que hoje abriga o território brasileiro (CARNEIRO DA CUNHA, 1998b: 13-14). Diminuindo para cerca de 4 milhões em cem anos de contato, em 1600; 2,5 milhões em 1700; 1,5 milhão em 1800 (D. RIBEIRO, 2011 [1995]: 151).

No sentido inverso, a população não-índia (lusu-brasileiros mais africanos) passou de 80 mil em 1600, para 300 mil em 1700, 3,5 milhões em 1800 (D. RIBEIRO, *op. cit.*: 151). Assim é possível perceber que o século XVIII será o “interflúvio” na composição etno-racial do país. E o fiel da balança será a colonização do interior, promovido com o advento da mineração em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, e o conseqüente avanço das pastagens para abastecer essa economia aurífera que crescia e urbanizava o “sertão”, atingindo os Gerais, como veremos na seção a seguir.

Ao mesmo tempo em que florescerá uma cultura brasileira sofisticada, representada pelas artes nas cidades mineiras, com poetas, escultores, artistas plásticos e movimentos nativistas; o indígena passou então a ser minoria nessa nascente nação que cada vez mais deixava de ser luso, para ser brasileira.

### 3.2.b.i. Invasões Luso-Brasileiras nos Gerais: tempo das correrias

---

Até meados do século XVII a única vila luso-brasileira que não se situava no litoral, mas no então sertão, era “São Paulo, coincidentemente, dos Campos de Piratininga, uma ilha de Cerrado inserida na Mata Atlântica” (M. NOGUEIRA, 2009: 44). Que por sua vez era a mais paupérrima localidade da colônia até então. Este fato levou seus habitantes a organizarem expedições para o interior, orientadas no sentido de tirar proveito das brechas que a economia colonial oferecia, como na caça aos índios para o emprego como escravos, justificada pelos altos preços dos escravos negros; e na busca por metais e pedras preciosas (FELIPPE & SOUZA, 2006: 13), eram os bandeirantes.

As bandeiras recebiam este nome quando eram oficiais, e levavam um estandarte, insígnia ou brasão real ou da casa nobre ao qual a financiara, seguiam uma velha tradição medieval das guerras europeias. No entanto, “muitíssimo mais comuns foram as de caráter informal, às quais se deu o nome de ‘entradas” (BERTRAND, 1999: 33). As entradas eram comumente empreendidas por famílias plebeias ou de baixa nobreza, que detinham certo prestígio nas vilas e cidades que habitavam. Elas arregimentavam centenas de homens, sendo mais da metade indígenas (escravos ou aliados), conhecedores dos caminhos e víveres no sertão.

Os primeiros bandeirantes paulistas que atingiram os Gerais buscavam o “Eldorado”, que segundo cartógrafos como Fernão Vaz Dourado “era um lago que originava as principais bacias hidrográficas da América do Sul” (MONTI, 2007: 38). Estes luso-brasileiros vieram pelos caminhos dos rios, como o São Francisco, e o Tietê-Paraná-Paranaíba e, ao descobrirem ouro, passaram a firmar caminhos por terra.

A figura 3.19 apresenta um recorte do mapa organizado por Affonso D’Escragnolle TAUNAY (1922) que apresenta o nome dos bandeirantes que atingiram a região dos Gerais nos séculos XVII e XVIII, bem como as respectivas datas e locais aproximados das entradas de suas bandeiras na região.

O bandeirante, um misto de lusitano rústico com brasileiro mestiço, filho de índia, caçava, pescava, coletava mel e frutos, extraía palmitos e ainda saqueava as plantações indígenas. O maior dano das bandeiras nesse período foi sua ação despovoadora. Deu-se início ao caos entre os povos indígenas que habitavam os sertões. Promoveu-se a destruição das aldeias, violentação das mulheres e morte por doenças desconhecidas (FELIPPE & SOUZA, 2006: 13).

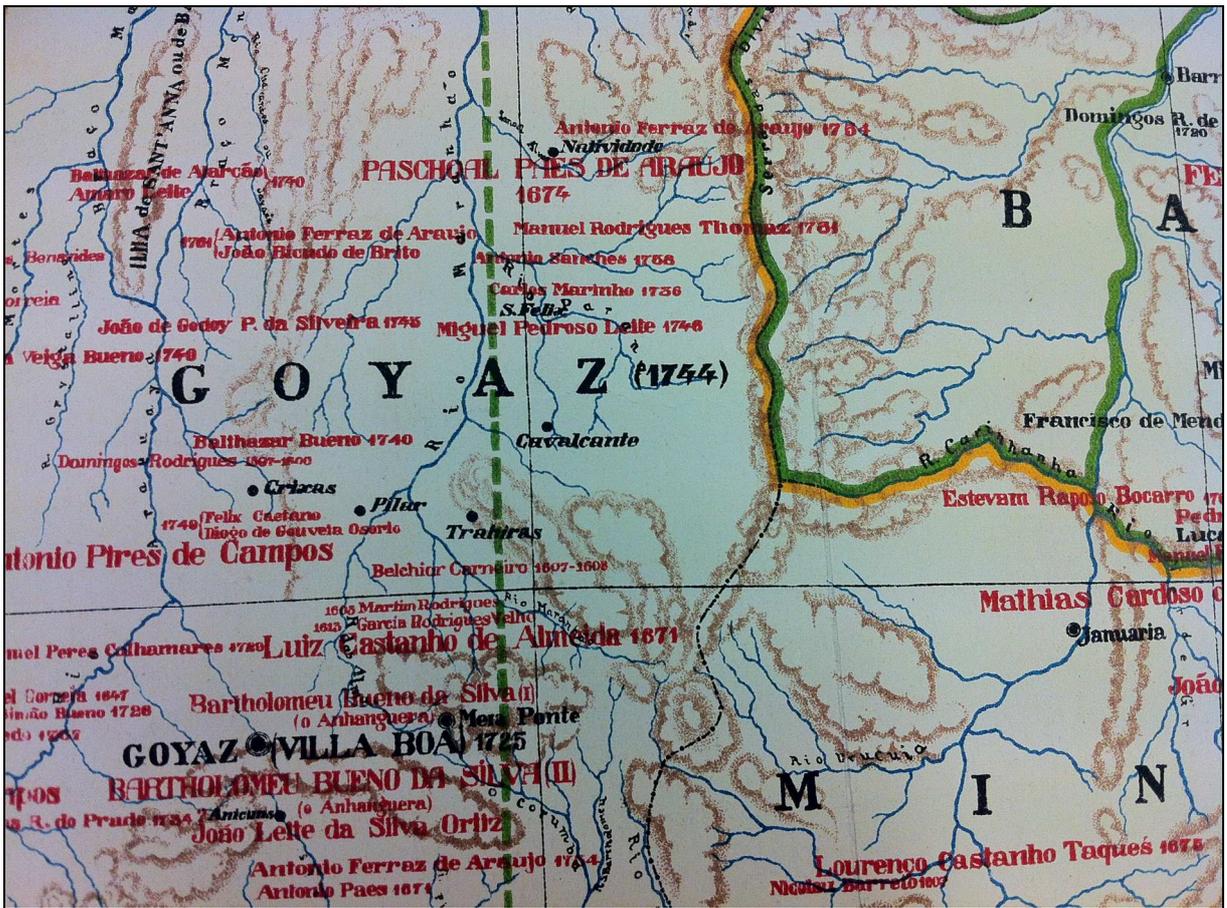


Fig. 3.19. Recorte do *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas*, de Affonso D'Escragnoille TAUNAY (1922).

Enquanto pelo lado sul, os luso-brasileiros de São Paulo atingiam os Gerais, por meio das bandeiras e entradas. No lado norte e leste, os criadores de gado já se faziam presentes, pelo menos, desde meados do século XVII. A necessidade de suprir, inicialmente os ricos engenhos de açúcar de Pernambuco e Bahia, e posteriormente, as Minas Gerais e os garimpos goianos, fizeram com que o boi – levado pelo luso-brasileiro do nordeste – subisse o curso do

rio São Francisco e atingisse os campos-gerais dos chapadões localizados ao poente. Amiúde alcunhado de “pastos bons” (ANTT, 1770). Como destaca M. NOGUEIRA (2009):

os Campos Gerais, do Paraná ao Maranhão, foram locais propícios para o desenvolvimento da pecuária, cuja vegetação rasteira se constitui em pastos naturais. Sendo um corredor diagonal de formações abertas no interior do país, os Campos Gerais [ou Cerrados] se tornaram também rota natural para o comércio de gêneros alimentícios para os principais aglomerados urbanos, em São Paulo, Minas e Goiás (p. 45).

Basicamente o sertão nordestino era domínio de dois grandes morgados latifundiários, a Casa da Torre, que detinha as terras do baixo curso do rio São Francisco e praticamente todas situadas a partir da margem esquerda do médio curso do rio até atingir o Maranhão, o que incluía os Gerais. Do outro lado desse rio, a Casa da Ponte dominava as terras situadas na margem direita do rio São Francisco desde o Morro do Chapéu, no centro da Bahia, até o rio das Velhas, em Minas Gerais (IBGE, 2009: 54).

Estes morgados sesmeiros estabeleciam fazendas de criação de gado próprias dos donos ou arrendavam sítios para posseiros estabelecerem suas criações, sob a condição de pagamento anual pelo uso da terra aos proprietários das sesmarias (*ibid.*: 54).

O gado foi introduzido inicialmente no Recôncavo Baiano para abastecer as vilas que se formavam na costa, em torno dos engenhos de açúcar. Enquanto a frente da Casa da Torre abria suas pastagens na direção norte e noroeste da cidade de Salvador, até atingir o São Francisco e ocupar a outra margem atingindo o Maranhão, Piauí, Ceará e Paraíba. A frente da Casa da Ponte partiu em sentido oeste, chegando ao médio São Francisco e seguindo rio acima, até a barra do rio das Velhas. Ambas geraram ocupações esparsas, mas definitivas. Esta última encontrou outra corrente, advinda do sul, na região hoje conhecida como Norte de Minas, eram os paulistas, que também se estabeleceram e criaram os arraiais de Morrinhos (atual Matias Cardoso), Brejo do Salgado (atual cidade de Januária), Manga e São Romão (*ibid.*: 76; 125).

O mapa da figura 3.20 apresenta os primeiros povoados e áreas colonizadas pelos invasores Luso-Brasileiros nessas áreas de sertão brasileiro até o ano de 1700. A fonte de informação desse mapa são os históricos municipais do IBGE (2012). Como é possível

observar nele, os invasores colonizaram inicialmente o vale do São Francisco e a Serra do Espinhaço.

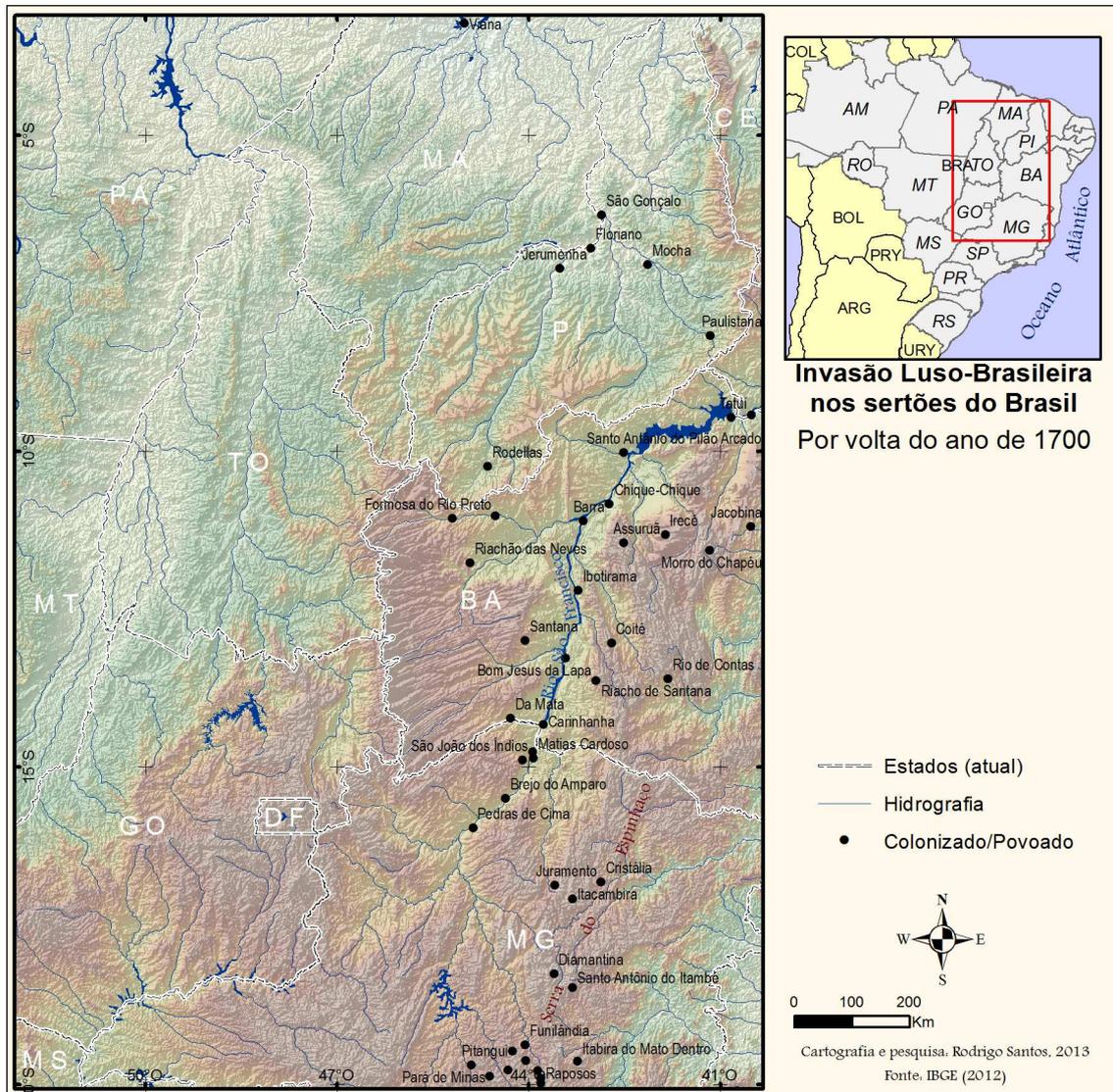


Fig. 3.20. Localidades e povoados luso-brasileiros no sertão brasileiro até o ano de 1700 d.C. (IBGE, 2012).

O mapa da figura 3.21, por sua vez, apresenta as áreas de criação de gado nessa região, no período colonial (SIMONSEN, 1978 [1937]: 238). Nele é possível observar que há dois polígonos que não se tocam na região de divisa entre os atuais estados de Minas Gerais e Bahia. É justamente nesse local onde houve o encontro entre baianos e paulistas, dividida pelo rio Carinhanha, afluente do São Francisco. Também há que se notar que não houve uma entrada do gado – pelo menos efetiva – até as atuais divisas entre os estados de Bahia e Tocantins.

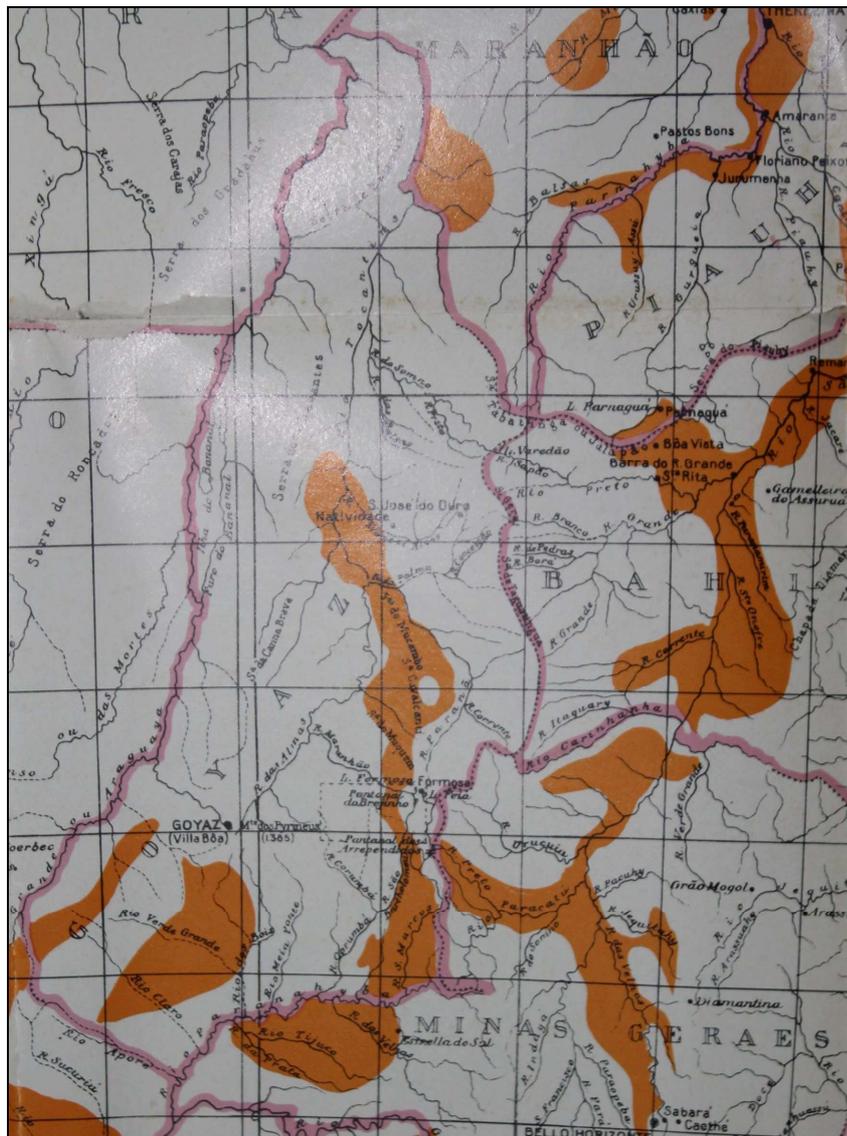


Fig. 3.21. Mapa com as áreas de pecuária no período colonial (SIMONSEN, 1978 [1937]: 238).

A rarefação demográfica dos Gerais é apontada por IBGE (2009: 78) devido ao fato da ocupação luso-brasileira no local ter sido mais de trânsito do que de fixação, pois tratava-se de uma região de ligação entre o nordeste pecuarista e as minas do Planalto Central. E durante algum tempo – principalmente durante o século XVIII – foi proibida a utilização de seus caminhos para se atingir as minas, no intuito de se evitar o contrabando dos minerais.

O vale do São Francisco permitiu tanto a chegada dos rebanhos bovinos vindos da Bahia quanto o avanço em direção ao norte das bandeiras vindas de São Paulo. “O gado se

deslocava em busca de novos pastos e sal e atingiu os chapadões de sua margem esquerda (...) As bandeiras paulistas buscavam o sertão na cata de ouro [pedras preciosas] e índios” (*ibid.*: 58). As bandeiras paulistas valeram-se das águas do São Francisco e seus afluentes para estabelecer vilas onde boiadas baianas já faziam seus pastos, chegaram a região norte de Minas Gerais de forma quase sincrônica, em 1674, momento em que tanto a bandeira de Matias Cardoso, que continuou a exploração de Fernão Dias, como os currais de gado nas sesmarias das casas da Torre e da Ponte, atingiram a região (*ibid.*: 87).

Assim, os luso-brasileiros atingiram os Gerais no final do século XVII por três frentes, sendo duas baianas, a Casa da Torre que ocupou a porção norte dos Gerais; e a Casa da Ponte, que chegou ao limite oriental, às margens do São Francisco; e a terceira que foi efetuada pelos bandeirantes paulistas, que atingiram as Chapadas do Urucuia, e os altiplanos de Brasília por meio do Caminho Geral do Sertão, pelo qual também chegavam ao Maranhão (M. NOGUEIRA: 2009: 46).

Vale lembrar que o “os gados não necessitam de quem os carregue; eles são os que sentem nas longas marchas todo o pêso do seu corpo e apenas se faz necessário que hajam quem os encaminhe” (ANTT, 1770). Além disso, é a “comida que anda”, que carrega-se por conta própria, a maior façanha que os luso-brasileiros aplicaram para ocupar todo o território brasileiro. O boi unificou o Brasil (CAPISTRANO DE ABREU, 1963 [1924])

Para se criar gado nada mais se precisa do que uma área campestre. Não há necessidade de derrubadas de matas ou preparo da terra para plantio. Apenas observar a ré e cuidar para que não adoeça, “pouco se muda a superfície da terra, tudo se conserva quase no primeiro estado; levanta uma casa, coberta pela maior parte de palha” (*ibid.*: 360). Portanto, adequado para regiões como os Gerais, onde há abundância de pastagens naturais, e carência de áreas para agricultura, conforme expliquei na seção anterior.

A garimpagem em Minas Gerais tomou força principalmente a partir de 1695<sup>23</sup> criando uma nova zona de atração para migrações e relações econômicas. Além disso, forçou a utilização do rio São Francisco para o comércio do gado de corte do Nordeste Seco para a região das minas gerais. Junto à carne, leva de escravos foram carreadas para essas paragens,

---

<sup>23</sup> Após as notícias das descobertas de ouro de Rodrigues Arzão, Duarte Lopes e Bueno Siqueira no riacho Tripuí, atual Ouro Preto, em 1693 (JOFFILY, 1998: 26) terem corrido o território colonial e atingido a Metrópole.

como mão-de-obra na cata do ouro (AB’SÁBER, 2003g [1994]: 98). Muitos fugiram, e formaram quilombos, principalmente nos planaltos de Paracatu, e margens do São Francisco, alguns deles juntaram-se às aldeias indígenas em pleno estágio de flagelamento, como foi o caso dos Xakriabá em São João das Missões (R. SANTOS & ELOY, 2012).

O mapa 3.23, chamado de “*Mapa da Conquista*” (AHU, 1784), enumera (literalmente coloca números) todos os quilombos localizados e destruídos pelo Mestre de Campo Ignácio Pamplona. Esse massacre ocorreu no final do século XVIII, entre as nascentes dos rios São Francisco, Parnaíba e Grande, onde localizam-se as atuais cidades de Paracatu e Araxá, dentre outras de Minas Gerais. Na fig.3.22 apresento um recorte desse mapa onde se é possível ver com maiores detalhes.

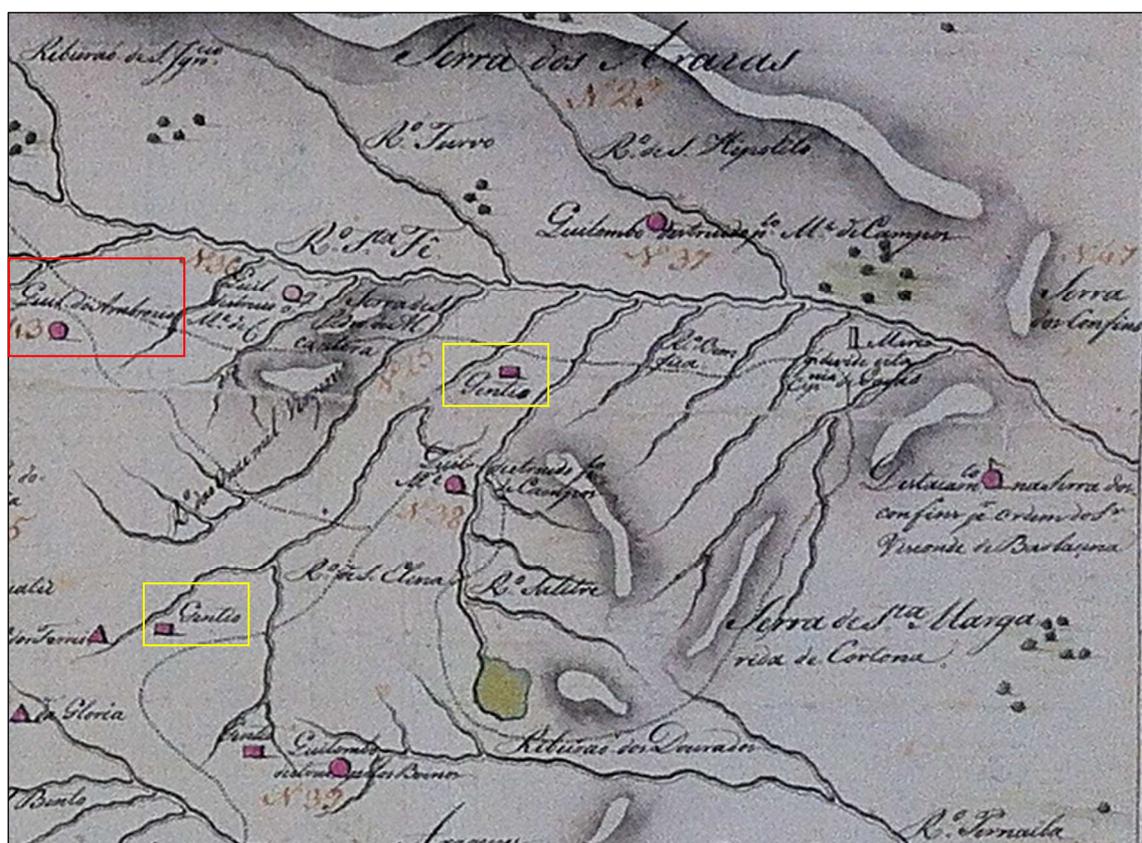


Fig. 3.22. Recorte do mapa 3.23 (AHU, 1784). O quadro vermelho é o Quilombo do Ambrósio; os quadros amarelos trazem a localização de aldeias do “Gentio”.

Observando a fig. 3.22, podemos ver os quilombos enumerados. Chamo atenção para o de número 43, o Quilombo do Ambrósio, que aparentemente não deve ter sido destruído

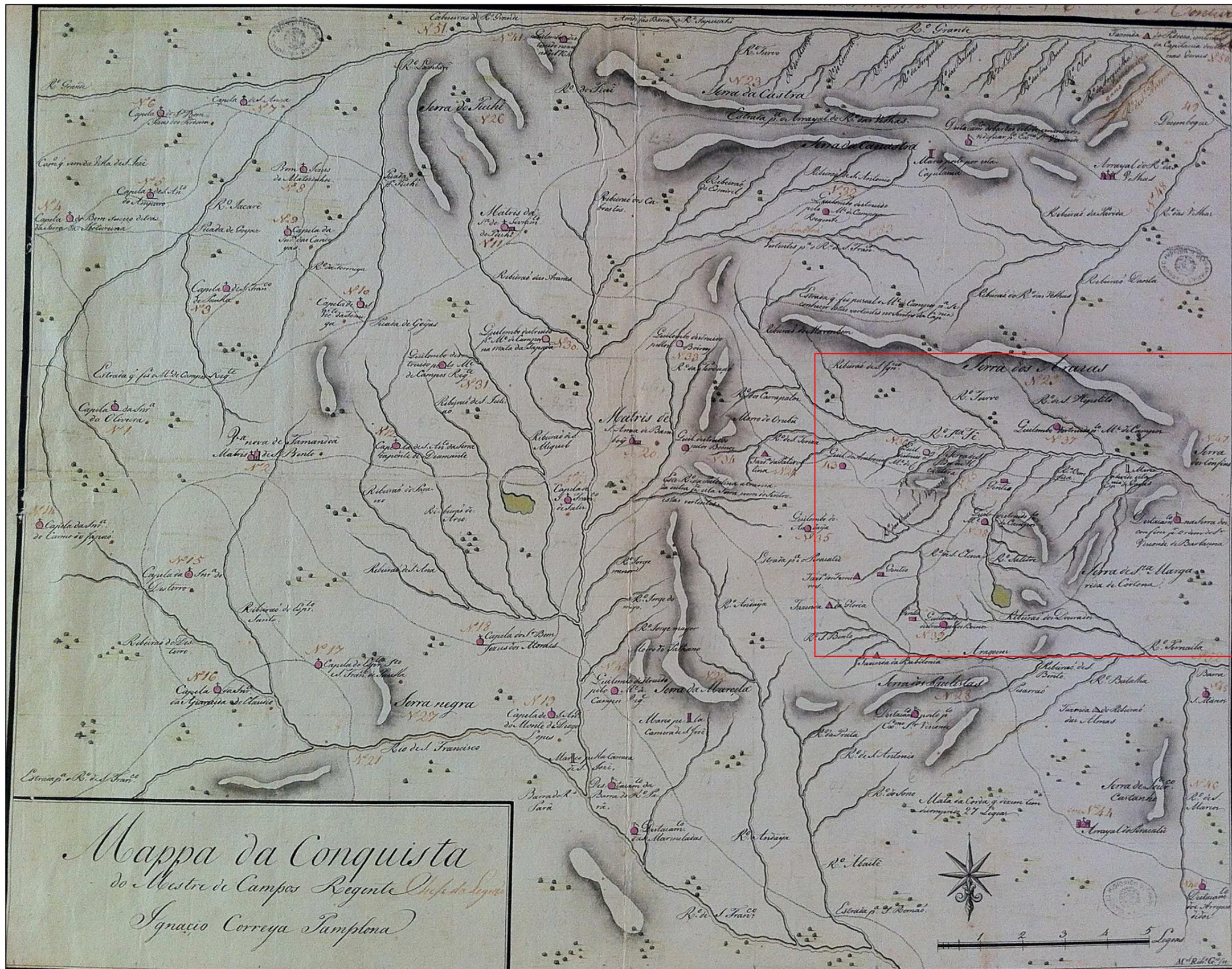


Fig. 3.23. Mapa da Conquista do mestre de Campos Regente Chefe da Legião Ignácio Correya Pamplona (AHU, 1784). O quadro vermelho representa um recorte ampliado na fig. 3.22.



pelo mestre de campo, pois não traz a anotação “destruído”, como nota-se nos outros enumerados. Como esta pesquisa não trata de comunidades quilombolas, não me aprofundarei sobre o tema, mas acredito que um trabalho de mapeamento dessas comunidades destruídas pode contribuir na identificação de comunidades de remanescentes de quilombo pelo Ministério da Cultura.

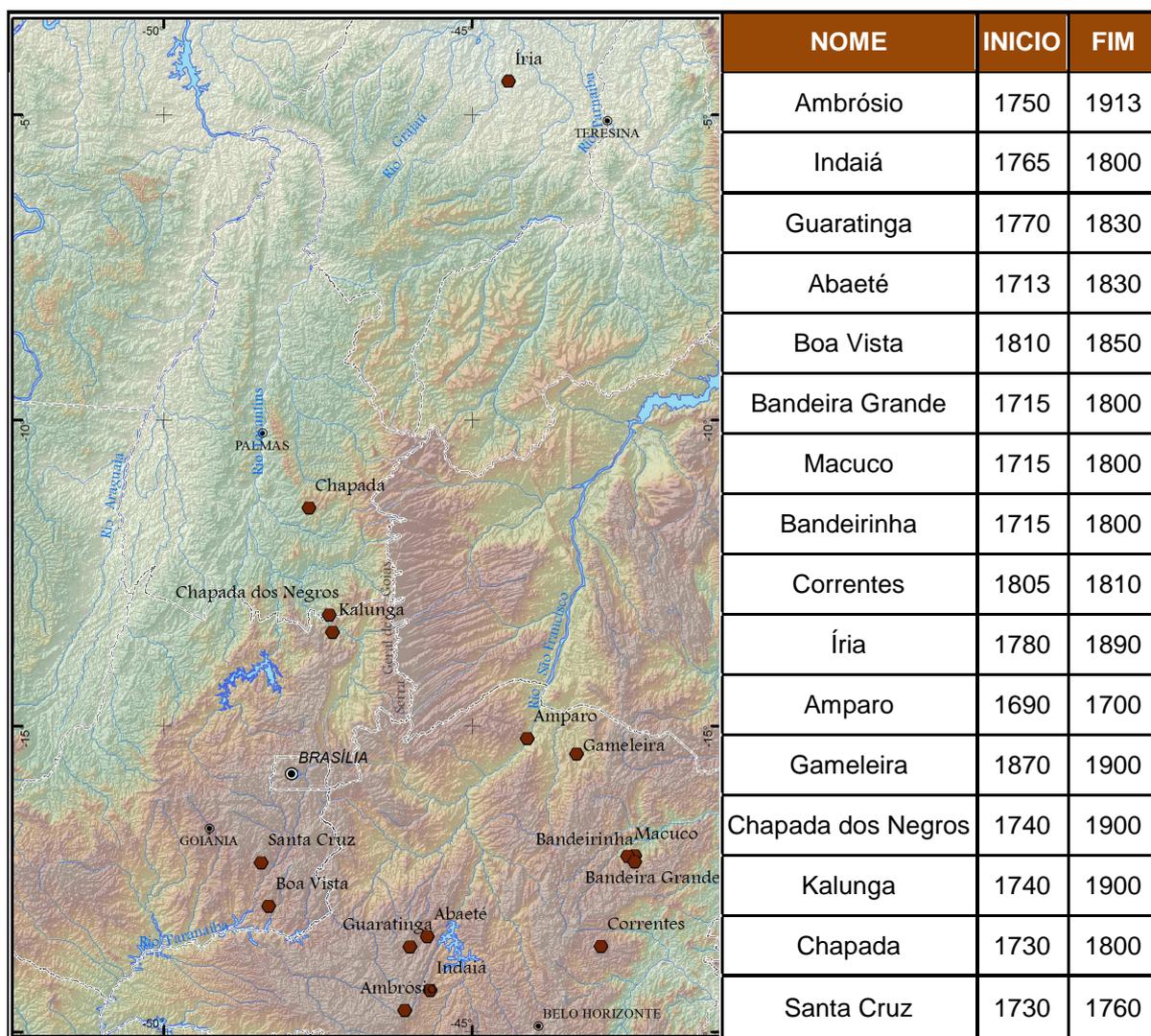


Fig. 3.24. Localização de quilombos nos históricos municipais do IBGE (2012). Cartografia: Rodrigo Santos.

Outra técnica que pode contribuir nessa identificação é o levantamento nos históricos municipais da presença desses quilombos em seus territórios. No meu trabalho de mapeamento das etnias indígenas nesses históricos, acabei por encontrar alguma informação sobre quilombolas, e procedi ao seu mapeamento, que apresento na figura 3.24. Entrementes tendo em vista que as datas são baseadas nas informações constantes nesses históricos, é

possível, principalmente que as datas de fim, não estejam corretas, até porque não era um projeto de Estado, pelo contrário, era a organização de uma força contrária a ele, e que muitas vezes se mantinha de uma forma que não levantasse suspeitas aos colonos mais próximos.

Em relação ao mapeamento dessas comunidades, um dos trabalhos mais atuais é o do geógrafo Rafael Sanzio do ANJOS (2009: 130), que apresenta mapas com a localização aproximada dos territórios quilombolas atualmente identificados no Brasil (figura 3.25).

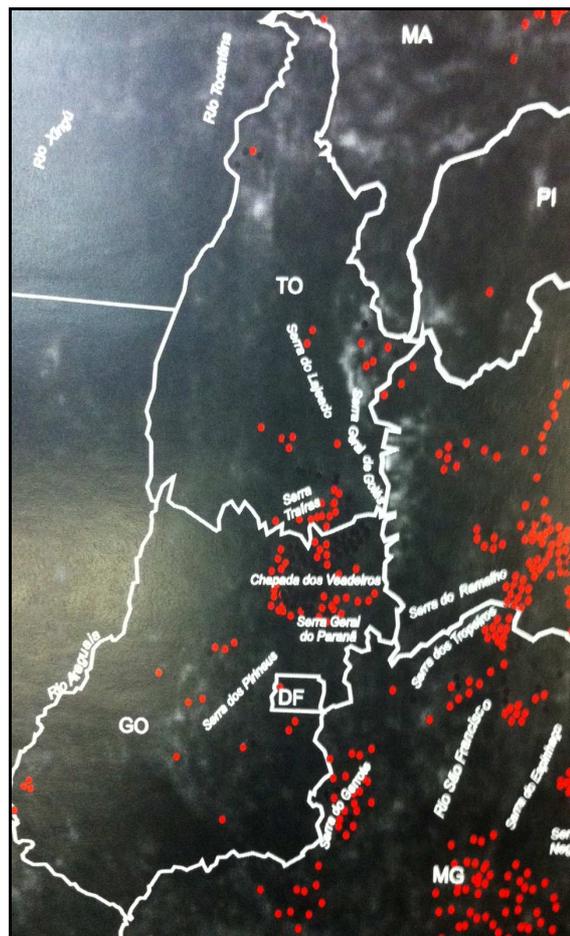


Fig. 3.25. Localização de comunidades quilombolas nos Gerais e adjacências (*Apud*. ANJOS, *op. cit.*: 134)

Como é possível observar, uma das áreas foco de surgimentos dessas comunidades foram os Gerais, que abrigaram povos de origem Bantu segundo o citado autor. No entanto as maiores aglomerações estão nas proximidades, como na região da Chapada dos Veadeiros, entre os estados de Tocantins e Goiás, onde destaca-se a comunidade Kalunga, uma das primeiras a ter reconhecida a sua etnicidade e territorialidade perante o Estado brasileiro. Tive a oportunidade de visitar algumas localidades desse povo, como o Vão das Almas, no vale do

Paraná, no intuito de investigar a sua relação com os Avá-Canoeiro, cujas impressões são brevemente apresentadas no próximo capítulo, quando trato desses indígenas.

Em Dianópolis, no sudeste tocantinense, próximo a divisa com a Bahia, que no século XVIII abrigou dois aldeamentos indígenas missionários (São José do Duro e São Francisco Xavier do Duro), verifiquei que a grande maioria da população é negra, descendentes das ondas migratórias promovidas pelo ciclo do ouro nas redondezas, cujo foco foi Natividade.

A febre do ouro se fez acompanhar de uma vertiginosa migração de pessoas advindas de todas as partes do país e do reino (inclusive da Europa), causando crises de fome avassaladoras nos primeiros anos do século XVIII. Isso tornou as áreas ao longo das margens do rio São Francisco no norte de Minas e oeste baiano, pontos estratégicos, pois além de serem currais de gado, indispensável à manutenção das populações das minas, viabilizava o contato com a Bahia, de onde vinham outros produtos (IBGE, 2009: 87).

Como a Coroa portuguesa não dispunha de condições para garantir a exploração das riquezas em todo o território colonial tampouco a arrecadação dos impostos onde houvesse produção e circulação de mercadorias, os currais da Bahia permaneceram, de certa forma, como área “livre” da ação ordenadora e fiscalizadora da metrópole portuguesa. Como área proibida e de intenso movimento de cargas de mercadorias contrabandeadas, tornou-se um território fértil para ação de ladrões e salteadores. Estes sertões foram procurados por pessoas foragidas dos olhares das instituições lusitanas, onde a lei e a ordem não se fazem presentes (*ibid.*: 57).

Com a descoberta do ouro, inicia-se um conflito travado entre paulistas, baianos e reinóis, culminando na Guerra dos Emboabas, entre 1707 e 1709, cujas figuras centrais foram o bandeirante paulista Manuel de Borba Gato, genro e herdeiro de Fernão Dias Paes Leme, bandeirante descobridor de minas; e o reinol radicado na Bahia Manuel Nunes Viana, procurador da herdeira do morgado da Casa da Ponte, Izabel Guedes de Brito, detentora da sesmaria onde situavam-se as minas. Ao fim da guerra, as minas passam a jurisdição da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, com sede em São Paulo, então elevada à cidade. Até que em 1720 é criada a capitania das Minas Gerais<sup>24</sup> (JOFFILY: 1998: 27), arrematando partes

---

<sup>24</sup> Os paulistas passaram a buscar a expansão a noroeste, em domínios espanhóis, rumo aos atuais estados de Mato Grosso e Goiás, onde oficiaram a presença de ouro em 1719 e 1725, respectivamente (JOFFILY: 1998: 26).

dos Gerais<sup>25</sup> das capitanias da Bahia e Pernambuco, legando o nome ao nascente território, na tentativa de garantir o abastecimento de gêneros alimentícios ganadeiros às áreas mineradoras (M. NOGUEIRA: 2009: 53).

Os Currais São-franciscanos passam a deter o monopólio no fornecimento de carne para as minas, no entanto, para fugir aos problemas causados por esse monopólio, a Coroa portuguesa incentivou e promoveu a criação de uma região alternativa para o abastecimento das áreas de mineração, e os Currais perderem para os Campos de Vacaria da capitania do Rio Grande de São Pedro, exatamente no momento em que a produção aurífera atingia seu auge. Assim, importantes centros urbanos de comércio fervilhante que surgiam às margens do rio São Francisco, e que reuniam praças de comércio que o gado fazia surgir, passaram a estagnar, decair e empobrecer (IBGE, 2009: 77).

O apogeu aurífero ocorreu por volta de 1760, declinando rapidamente após esta data, devido ao esgotamento das jazidas. Durante seu auge, riquíssimas vilas e cidades surgiram, foi um momento de intensa urbanização do sertão, principalmente em Minas Gerais, conforme ilustra os cartogramas 1750 e 1800 na fig. 3.27 (final desse item). A Coroa então se fez presente na forma de suas instituições administrativas como a Câmara de Vereadores, a Casa de Fundição, o Registro, a Contagem, dentre outras; e funcionários públicos como os ouvidores, juízes, escrivães, vereadores, alferes, fiscais, corregedores, provedores etc., justamente para garantir a quinta parte do ouro arrancado à terra e aos ribeirões.

O mapa da figura 3.26 mostra que a mineração interligou o sertão brasileiro com o litoral, como se é possível ver a presença de diversas rotas terrestres (tracejado vermelho) e fluviais (tracejado azul). Também há que se notar que no norte de Goyas, atual estado do Tocantins, foram poucas as áreas mineradas, entretanto as que houveram localizavam-se nos “fundos dos Gerais”, onde foi implantado um aldeamento para abrigar os indígenas da região, conforme tratarei no próximo item.

---

<sup>25</sup> Grande parte dos Gerias da Comarca de São Francisco, como era juridicamente denominada a região (também Currais da Bahia ou Currais São-Franciscanos) no período colonial, continuou pertencendo a capitania de Pernambuco. Somente no início do Império, em 1824, ela passa à província de Minas Gerais, tendo em vista que Olinda/Recife não conseguiram estabelecer um domínio real sobre a região, e os currais estavam ligados ao abastecimento das minas (que por sinal já em plena decadência econômica). No entanto, este fato não perdurou por muito tempo, os baianos que ocuparam esse território por mais de um século, acabaram por receber da Coroa brasileira a jurisdição sobre esta comarca em 1827.

O ciclo do ouro foi efêmero, vingou basicamente durante o século XVIII. FELIPE & SOUZA (2006) resumem da seguinte forma o processo de decadência econômica:

Com o fim da mineração, o empobrecimento da região foi inevitável, assim como também o foi a emigração. O Cerrado passou a ser ocupado pela criação de gado, atividade que já era desenvolvida no local, responsável por abastecer os mineradores. Além da pecuária, desenvolveu-se também agricultura de subsistência. Assim, com o passar dos anos, a região permanece praticamente isolada das áreas mais populosas e economicamente desenvolvidas do Brasil (p. 16).

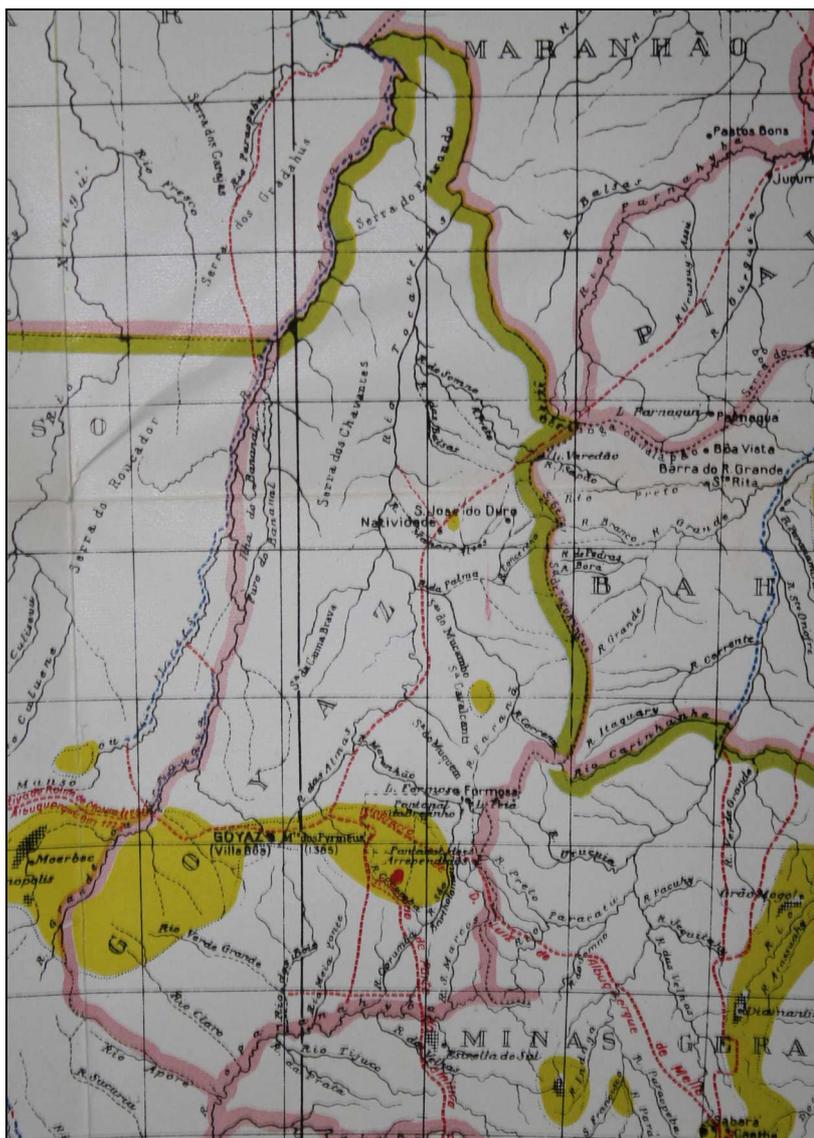


Fig. 3.26. Área de mineração no período colonial (SIMONSEN, 1978 [1937]: 254).

Significa que com a decadência aurífera nas minas brasileiras, as sesmarias próximas a essas regiões, no final do Século XVIII, passaram a praticar agricultura de subsistência e pecuária extensiva. A mão-de-obra escrava passou a ter pouca relevância, tendo em vista que “sendo o gado criado à solta, o sistema era pouco exigente de mão-de-obra e, de modo geral,

não se confiava esse trabalho aos escravos, para não perdê-los de vista, mas aos homens pobres livres” (M. NOGUEIRA, 2009: 49). Então, muitos negros foram alforriados e dispersos pelos Gerais – como atesta o mapa de Rafael Sanzio dos Anjos, já apresentado na figura 3.25 – bem como brancos e mestiços pobres.

Foram formados pequenos grupos homogêneos, concentrados em torno da sede de exploração, porém separados por grandes distâncias das outras explorações. (...) Os latifúndios fizeram proliferar o dependente agrícola, o colono de terras aforadas e arrendadas, bem como a classe dos posseiros sem títulos (MONTI, 2007: 56).

Assim, foram gerados núcleos de autoridade social, “mesmo com a administração real negando a consolidação da autonomia política” (p. 57), pois temia a perda do controle sobre estas terras. A criação de uma nova vila era um sinal de que a Coroa estava presente, e disposta a substituir a força dos patriarcas pela força régia. “Então, o poder político da Coroa é encontrado, de fato, investido nos proprietários rurais e exercido nas administrações municipais, um gérmen do coronelismo” (p. 58). O latifúndio monocultor e escravocrata representava o verdadeiro centro do poder da Colônia: econômico, social e político.

Sertão, categoria utilizada por oposição ao conhecido, que no caso luso-brasileiro do leste seria primeiramente o litoral e posteriormente as minas, era como os não-Geraizeiros identificavam os Gerais, exemplo disso é o título do romance de Guimarães Rosa, *Grandes Sertões: Veredas*, apresentado no primeiro capítulo desta dissertação como uma das principais estórias a tratar os Gerais como pano-de-fundo.

Sertão e sertanejo serviu como alteridade aos colonos litorâneos e mineradores. E um desafio à construção da identidade nacional a partir do século XIX que promoveu o avanço da civilização brasileira para os sertões (M. NOGUEIRA, 2009: 56-57), esmagando as populações indígenas, e com elas, seus conhecimentos ancestrais, findando na monumentalização da capital do Estado: Brasília (MONTI, 2007).

Com base nos históricos municipais do IBGE (2012), apresento uma sequência de cartogramas na fig. 3.27 que ilustra esse avanço Luso-Brasileiro nos sertões. A fig. 3.20, já apresentada, completa essa sequência ilustrando o ano de 1700, quando se inicia a invasão.

Esse momento de invasão luso-brasileira na região, como já dito no início dessa seção, foi acompanhado de uma política de aldeamento, que nada mais foi do que uma estratégia de redução dos povos indígenas sem necessariamente ter que eliminá-los. Era um tipo de prisão

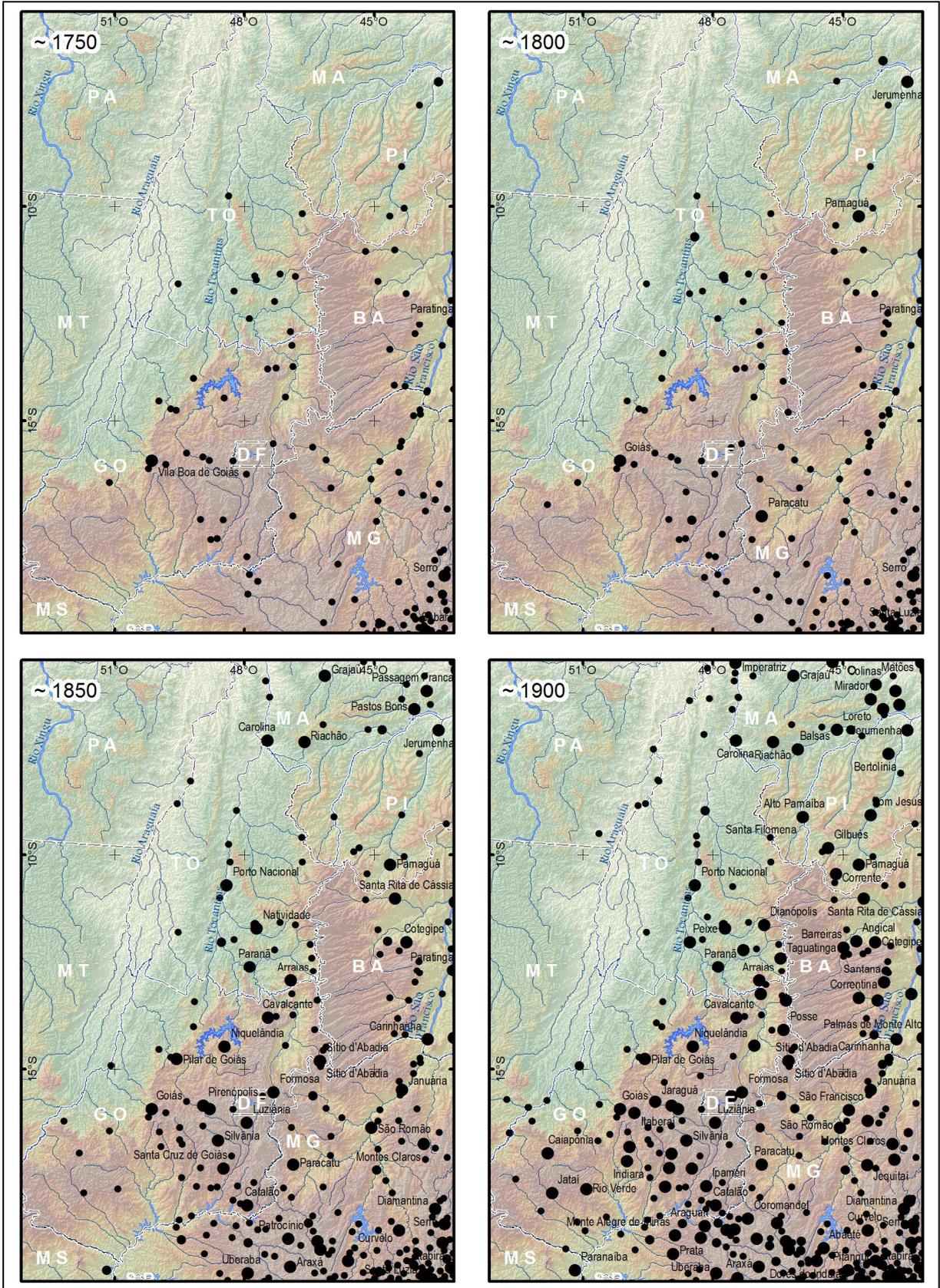


Fig. 3.27. Avanço Luso-Brasileiro no Planalto Central séc. XVIII e XIX (IBGE, 2012). Os pontos menores são as áreas colonizadas e os maiores as vilas, que estão rotuladas. A fig. 3.20 completa a sequência com o ano 1700.

para conversão dessas pessoas em trabalhadores rurais. As conseqüências? Veremos a seguir.

### **3.2.b.ii. Aldeamentos indígenas nos Gerais: tempo do cativo**

---

Como posto no início desta seção uma das ações indigenistas dos portugueses foi a redução dos indígenas em aldeamentos. A implantação de aldeamentos – campos de concentração indígena – foi uma estratégia do Reino de Portugal para controlar os povos indígenas sem necessariamente ter que enfrentá-los em guerras. Estabelecia-se um “pacto de paz” obtendo a rendição dos indígenas e oferecendo um local para que essa gente pudesse viver, sob o olhar dos luso-brasileiros.

Os primeiros aldeamentos, ou missões, eram implantados e geridos por grupos religiosos da Igreja Católica, inicialmente foram os jesuítas, a partir de 1549, como apresentei no início desta seção; posterior a eles, ainda no período colonial, chegaram franciscanos e capuchinos para contribuir nessa política missionária. No final do século XIX, os salesianos se tornaram uma corrente presente em missões na Amazônia.

Devido a problemas de conciliação entre colonos que preferiam a escravização indígena e os missionários que buscavam integrar o índio na sociedade luso-europeia cristã, o Reino de Portugal, a mando do então Primeiro-ministro o Marquês de Pombal, destituiu as funções das missões católicas e expulsou os jesuítas de todas as terras do reino, inclusive no Brasil. Assim, no lugar, criou o Diretório dos Índios, conforme R. SANTOS & CURI (2012), esses autores completam explicando que

O Diretório dos Índios foi um avanço à política indigenista no Brasil, tendo em vista que antes dele não havia um mecanismo institucional do Estado com firmeza que se dedicasse a questão indígena, era um assunto administrado exclusivamente pela Igreja, ou resolvido pelos senhores locais. A institucionalização trouxe maior garantia de sobrevivência aos indígenas, no entanto, era uma política de *integração*, onde gradativamente os indígenas perderiam suas raízes culturais e passariam a constituir a sociedade nacional como agricultores. Ou seja, o Estado assumiu o papel que a Igreja vinha desenvolvendo. Mesmo assim, muitas igrejas continuaram com suas atividades missionárias, e assumiram muitos aldeamentos promovidos pelo Diretório (p. 4-5, tradução minha, grifo meu)<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> “The Directory of Indians was a breakthrough for Indian policy in Brazil, considering that before it there was no institutional mechanism for the state to engaged in indigenous issues. Instead, a subject’s case was administered exclusively by the Church or resolved by the local lords. The institutionalization brought greater

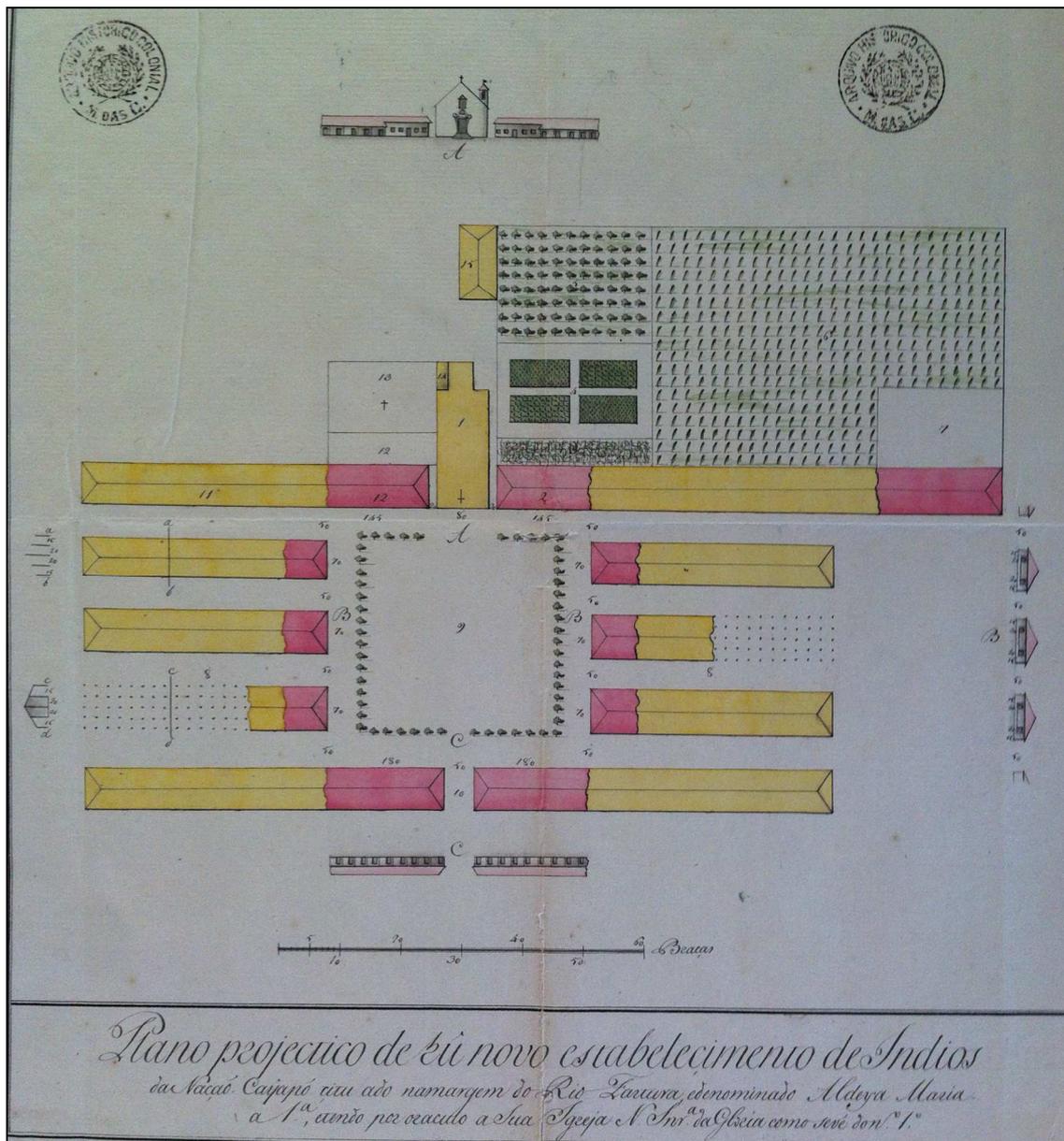


Fig. 3.28. Planta do aldeamento de Maria I (AHU, 1782), erigido para receber “índios da nação Cayapó”, do sul da capitania de Goiás. Localizou-se 11 léguas ao sudoeste da antiga capital, Goiás (CHAIM: 99).

Quer dizer, a partir de então os aldeamentos passam a ser uma política de Estado, ligado administrativamente ao Rei, e não mais à Igreja. E a Coroa mandou erigir diversos aldeamentos no Brasil, como o de Maria I (fig. 3.28), próximo a cidade de Goiás, antiga

security to indigenous survival; however, it was a policy of integration, in which the natives gradually lost their cultural roots and would enter society as farmers. Thus, the state assumed the role that the Church had been developing. Even so, many churches continued their missionary activities and created many villages promoted by the Directory” (R. SANTOS & CURI, 2012: 4-5).

capital da capitania. Entretanto, aos poucos as ordens religiosas retomaram o controle dos aldeamentos.

A partir do século XIX houve um sucateamento do indigenismo de Estado, “com envio cada vez menor de recursos para a sua manutenção. Muitos indígenas abandonaram esses núcleos, os poucos que ficavam constituíam pequenos povoados de caboclos, ou seja, perderam o reconhecimento de sua identidade indígena” (*ibid.*: 5, tradução minha)<sup>27</sup>.

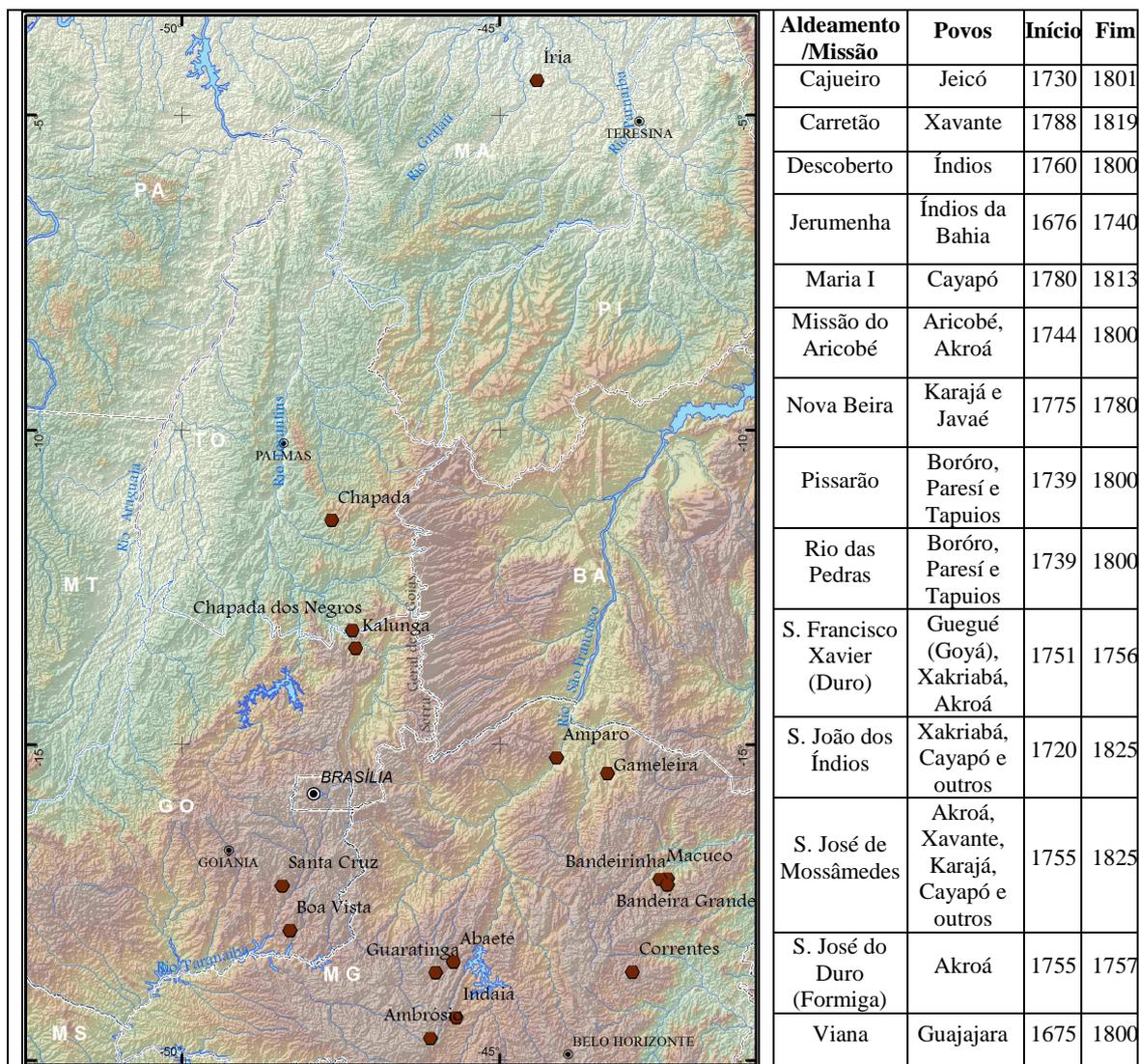


Figura 3.29. Localização, povos e datas de início e fim dos aldeamentos e missões da região nos Gerais e adjacências. Cartografia: Rodrigo Santos. Fonte: IBGE (2012); CHAIM (1983: 99); NIMUENDAJU (2002a).

<sup>27</sup> “by designating even fewer resources to their maintenance. Many indigenous peoples abandoned these nuclei, and the few who remained lived in small villages of shifting cultivators, or they lost any sense of their indigenous identity” (*ibid.*: 5).

Ou seja, o projeto integracionista do período colonial brasileiro concluía o seu propósito: eliminou dezenas de culturas indígenas sem a necessidade de massacrá-los, transformando-os em trabalhadores rurais para o reino. Apesar de que a grande maioria dos índios aprisionados nos aldeamentos não sobreviveu.

Os aldeamentos que surgiram na região dos Gerais foram implantados todos no século XVIII, como forma de reduzir indígenas principalmente das etnias Acroá, Xakriabá, Xavante e Aricobé. O mapa da figura 3.29, apresenta a localização desses aldeamentos e quadro ao lado, algumas informações sobre as etnias que para lá foram enviadas e as datas de início e término de cada um desses aldeamentos.

Como é possível observar no mapa da figura 3.29, pelo menos quatro aldeamentos estavam no interior dos Gerais, que são São Francisco Xavier (Duro), São José do Duro (Formiga), Missão do Aricobé e São João dos Índios.

Os dois primeiros citados localizavam-se muito próximos um do outro, cerca de duas léguas de diferença. Foram implantados como uma forma de evitar os saques que ocorriam nas caravanas que vinham da para Goiás, principalmente Natividade, com mantimentos e voltavam com ouro. A ideia era implantar um destacamento militar que pudesse manter a segurança no local (APOLINÁRIO, 2003).



Fig. 3.30. Povoado de Missão (Dianópolis-TO). A esq., a nova igreja de São José vista a partir do local da antiga igreja; a dir., casas que rodeiam um amplo pátio que se abre em frente ao local da antiga igreja, conforme planta da figura 3.31. Foto: Rodrigo Santos, 2012.

Durante um trabalho de campo na cidade de Dianópolis-TO pude visitar uma localidade chamada de Missão, ao que tudo indica onde foi um dos antigos aldeamento. Acredito que tenha sido o aldeamento Formiga, pois a imagem da igreja que lá existe é

dedicada a São José e não a São Francisco Xavier. Esse povoado fica numa área rural distante cerca de 20 quilômetros do centro do município, este que antes se chamava São José do Duro, um antigo garimpo colonial.

O povoado Missão (figura 3.30) no atual município de Dianópolis (estado do Tocantins) é conhecido na região como Antiga Missão dos Índios, e anualmente ocorre uma manifestação sacro-profana onde os descendentes dos indígenas que lá moraram “roubam” a imagem de São José, que fica hoje na igreja matriz da cidade. Pois antes ela ficava lá no arraial da Missão. Quando ela foi levada a primeira vez para a matriz da cidade, os índios se revoltaram e pegaram de volta a imagem para levar à Missão. Assim, quando foi levada novamente à matriz, novo “roubo” ocorreu. Dessa forma, para se evitar os “roubos” – que na verdade eram um resgate e não roubo – surgiu um festejo local onde anualmente a imagem volta ao povoado de Missões, encenando um pseudo roubo.

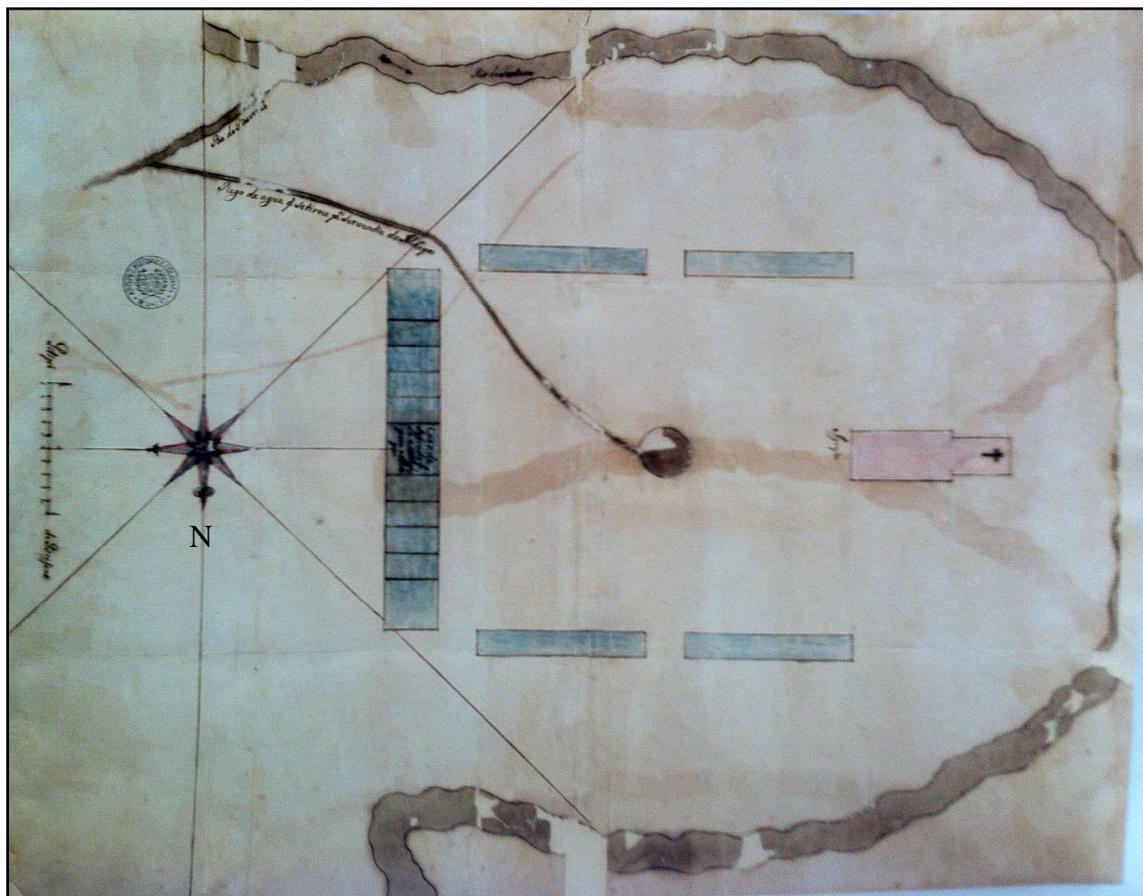


Fig. 3.31. Planta de um aldeamento na Capitania de Goiás (AHU, 17\_\_b). Notar o norte direcionado para a posição inferior do desenho.

No entanto não há consenso sobre a origem dessa encenação, pois outros contam que a imagem não foi levada à Missões pelos índios, mas sim, que estes tomaram um paradeiro desconhecido, e como antes eles haviam sido reduzidos à missão, a encenação leva-a para lá.

A organização do festejo é reservada apenas aos descendentes dos antigos moradores de Missão, pois atualmente, é um povoado praticamente desabitado, repleto de casas vazias, que são ocupadas apenas uma vez ao ano, quando ocorre a encenação. Entretanto, as casas não são abandonadas, os proprietários realizam sua manutenção. Vale informar que no centro do povoado há um enorme pátio (ou largo) que se abre em frente às ruínas da antiga igreja. Por detrás dessa ruína corre um riacho. As casas ficam ao redor do pátio, em “U”, de frente para o rio, lembrando uma aldeia Jê. No entanto, era um projeto português, conforme levantei no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa a planta do referido aldeamento na figura 3.31.

Essa planta da figura 3.31 representa algum aldeamento da capitania de Goyás, o qual eu suspeito de ser o Formiga, tendo em vista que a conformação é muito semelhante. No centro havia uma cisterna que recebia água desviada do rio. Atualmente, nesse local há uma base em alvenaria (ver Fig 3.32). A igreja original não existe mais, ruiu para um barranco que o rio ajudou a esculpir. Outra menor foi erigida ao norte dessa.



Fig. 3.32. Vista da antiga cisterna, agora transformada em um tipo de “coreto”. Ao fundo um local elevado, onde provavelmente situava a antiga igreja, onde se inicia um barranco que culmina no riacho. À direita, em azul, a igreja construída após o desastre. Foto: Rodrigo Santos, 2012.

Nesta ocasião de trabalho de campo não consegui encontrar o outro aldeamento documentado nessa região, que provavelmente denominou-se de Duro, dedicado à São Francisco Xavier. Entretanto, encontrei algumas ruínas de túmulos (Fig. 3.33), aparentemente coloniais, que podem indicar pistas para encontrá-lo, se não for o próprio sítio do antigo aldeamento, pois a distância entre eles bate com as duas léguas (cerca de 10 km) informadas por CHAIM (1983 [1974]: 115).



Fig. 3.33. Túmulos abandonados na área rural de Dianópolis-TO, aparentemente da época colonial. Indícios do aldeamento de Duro. Estrada rural (não pavimentada) que liga as cidades de Dianópolis e Rio da Conceição. Foto: Rodrigo Santos, 2012.

A Missão do Aricobé, também fundada no período colonial, fica bem no centro dos Gerais, na Chapada do Espigão Mestre. Atualmente o local abriga um povoado com o mesmo nome do antigo aldeamento, no município de Angical. Alguns indígenas da etnia Aricobé vivem lá e estão em processo de emergência étnica.

A missão de São João dos Índios foi implantada no interior de uma aldeia Xakriabá no início do século XVIII. Atualmente o local abriga o centro urbano do município de São João das Missões, pois os índios foram “empurrados” pela pecuária para as escarpas do planalto, locais com menos fertilidade, onde atualmente se situa a terra indígena Xakriabá, que abriga indígenas dessa etnia após um violento processo de emergência étnica e reconhecimento de suas terras ancestrais que ainda não se concluiu (R. SANTOS & BARBOSA, 2012; R. SANTOS & ELOY, 2012).

Outro aldeamento mais distante dos Gerais, porém nas adjacências, evidenciou a ressurgência de povos indígenas, como os Tapuio do Carretão, no atual norte da cidade Goiás (antiga capital do estado de mesmo nome), também localizado no mapa da figura 3.29, apresentado no início do presente item. E que foi fundado para índios Xavante (CHAIM, 1983 [1974]: 99).

Grande parte dos aldeamentos e missões indígenas do período colonial tornaram-se vilas (CAPISTRANO DE ABREU, 1963: 192-193). Essa foi uma das estratégias adotadas pela Coroa e pela Igreja para dominar o território sem a necessidade do uso massivo de guerras (R. SANTOS & CURI, 2012), estas que despovoavam e desperdiçavam possíveis braços e ventres (D. RIBEIRO, 2011 [1995]).

Os aldeamentos exemplificados nesse item, são apenas alguns casos do destino que tomaram os povos indígenas pela política integracionista do período colonial, onde houve a

“reunião de grupos étnicos distintos num mesmo aldeamento, sob a gestão temporal e espiritual de uma mesma ordem religiosa (...) [e] que passaram por todas as mudanças jurídicas e administrativas até o Diretório dos Índios, instituído por Pombal, quando os aldeamentos são extintos” (BARRETTO FILHO, 2000: 31).

A consequência para os remanescentes dessa política foi inserí-los ao mundo camponês brasileiro, deixando de lado sua identidade indígena. Principalmente durante do regime imperial e primeira metade do governo republicano (CHAIM, 1983 [1974]; BARRETTO FILHO, 2000: 31). Entrementes, alguns desses grupos, como já citado, se organizaram e reivindicaram, com muito sofrimento, sua “indianidade”, casos chamados de *emergência étnica*.

Agora que já apresentei um esboço do quadro etno-histórico dos Gerais, apresentando alguns eventos relevantes que determinaram a temporalidade dos povos indígenas na região, a qual apresentei em quatro períodos (grandes caçadas, cerâmicas, correrias e cativo) falta-me apresentar como se deu a evolução de deslocamento desses povos. Onde estavam os indígenas? Para onde foram? Qual o caminho percorrido pelos que conseguiram partir em retirada? Existe algum remanescente de povos indígenas que ainda não foi identificado pelo Estado nacional?

Como vimos, os aldeamentos apresentam forte indício de comunidade indígena que pode ser identificada pelo fenômeno da ressurgência, como ocorreu com os Xakriabá, com os Tapuio do Carretão, os Aricobé, e provavelmente pode haver em Dianópolis, com a comunidade de Missão.

Dessa forma, apresentando novos dados para adicionar às informações recolhidas e compiladas por Curt Nimuendaju em seu Mapa Etno-histórico, passo a fazer uma análise das migrações e localizações dos povos dos Gerais no próximo capítulo, com dados adquiridos em fontes como mapas históricos, mapas etno-linguísticos, história local dos municípios, relatos orais de povos indígenas, estudos etnográficos das etnias, dentre outras fontes que serão citadas no decorrer do texto.

## 4. Povos indígenas no *Planalto Central e adjacências:* Enfoque nos *Gerais*

**E**ste capítulo aborda as origens e movimentações dos primeiros povoadores das Américas momentos antes, durante e após as invasões luso-brasileiras. Início apresentando o quadro de informações reunidas sobre quais eram os povos que haviam nos *Gerais* no momento das invasões. Após isso, ainda na primeira seção, faço uma comparação entre as fontes e reúno as informações que concluí pertinentes em um único produto cartográfico que servirá de base para as análises migratórias posteriores.

As análises migratórias vêm na seção seguinte, onde me apoio na contextualização apresentada no capítulo 3 (espacial e temporal). Cabe ressaltar que não tive a preocupação de detalhar a etno-história dos povos. Porém, muitas informações não apresentadas no referido capítulo serão acrescentadas aqui, desde que contribuam em fornecer informações sobre a localização e movimentações das etnias. É nesta seção que serão melhor aproveitadas a história oral coletada em trabalhos de campo e junto à etnografias, bem como algumas mitologias e narrativas de origem.

Por fim, na última seção, numa tentativa de unir duas formas de se apresentar informações espaciais étnicas, como proposto por Nimuendaju em seu mapa de 1944, e outra proposta por Loukotka em 1967, apresento a minha proposta de cartografia etno-linguística para o Planalto Central e adjacências, abordando um período que vai do final do século XVII (por volta do ano de 1700) ao final do século XIX (por volta do ano de 1900).

#### 4.1. Localizando as etnias indígenas Geraizeiras

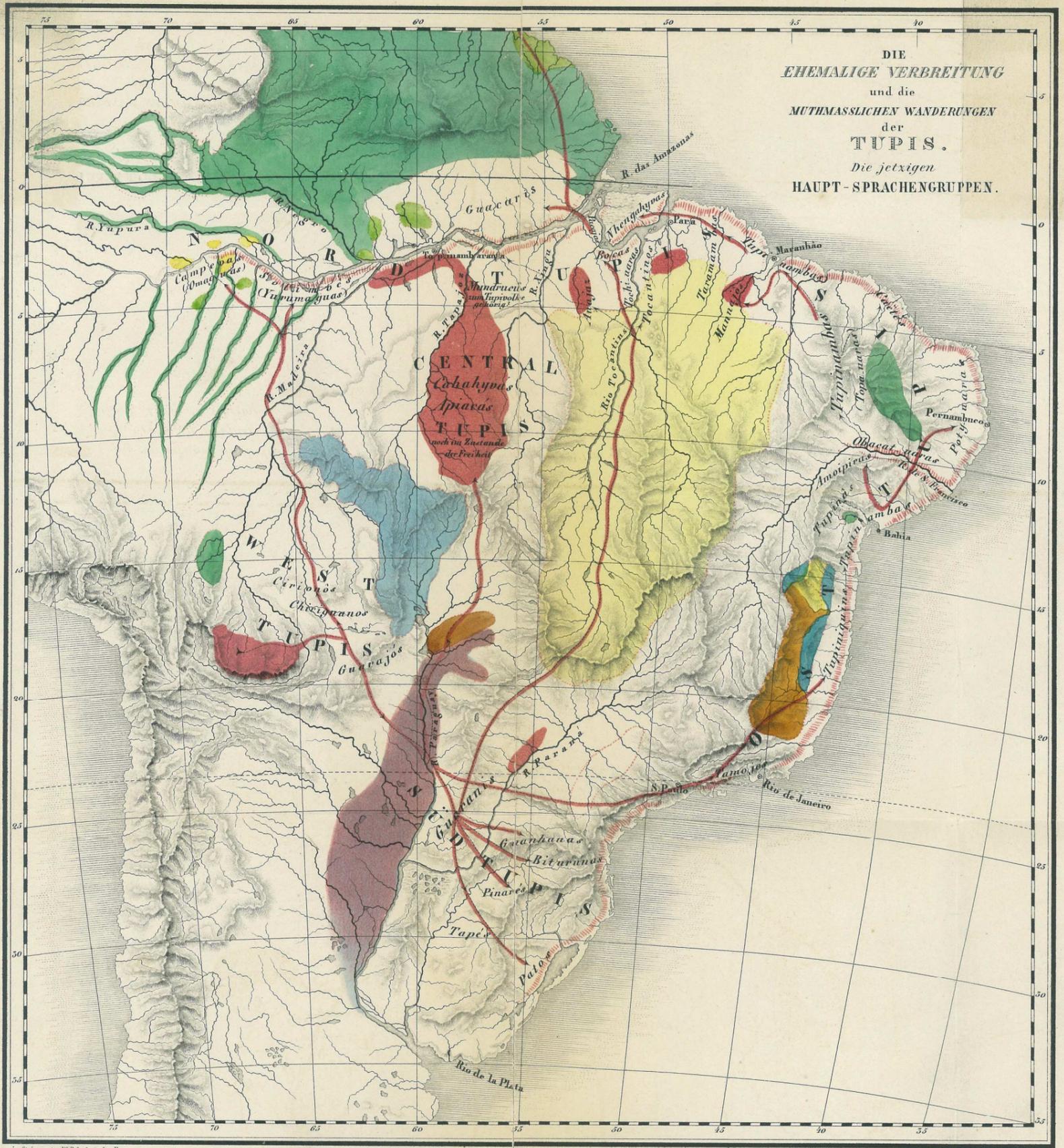
Anterior ao desenvolvimento dos conceitos linguísticos no Brasil, os luso-brasileiros classificavam os indígenas em dois grupos: os tupys e os tapuyas, replicando o mesmo preconceito que os povos Tupi, mais conhecidos dos portugueses, detinham aos de nações não-Tupi (MELATTI, 1987 [1970]: 32).

A tradução literal da palavra *tapuya*, na Língua Geral e no Nheengatu era *língua travada* ou *bárbaro*. “Tapuia” era o termo usado por indígenas das nações Tupi para designar os índios que falavam uma língua muito diferente da sua. É uma palavra equivalente ao termo *bárbaro* usado pelos gregos para designar os povos estrangeiros, principalmente os eslavos que viviam além das fronteiras do norte. Também, no latim, o termo *barbaru* tem o mesmo sentido, e era usado pelos romanos para designar os germanos (PORTO, 2012).

Assim, o etnocentrismo europeu se identifica com o mesmo sentimento das nações Tupi, segundo o qual o indivíduo vê todas as outras culturas em função da sua própria, não compreende, ou acha extravagante, tudo aquilo que não pratica e não obedece no seu ambiente cultural nativo (CAMARA JR., 1977: 83-84). Assim, quando se tem pouco interesse em relação às coisas, generaliza-se com facilidade (*op. cit.*, p. 89).

Tupi seriam então todos os povos que naquele momento habitavam a maior parte do litoral brasileiro, e Tapuia seria qualquer povo não-Tupi. Assim, os povos Jê, Cariri, Karajá, Kamakã, dentre outros que não falavam o idioma Tupi, foram classificados dessa forma, como Tapuias. Será essa a mais recorrente denominação para esses povos em documentos históricos despreocupados em registrar a diversidade étnica presente nos sertões do Brasil.

Entretanto, quando se iniciaram os estudos linguísticos como um dos principais instrumentos da etnografia, passou-se então a buscar diferenciar os povos por meio de seus idiomas (como já abordei no final do capítulo 2). O primeiro estudo sério e de alcance nacional que teve essa preocupação, é devido a Carl Martius, que publicou em 1867 seus registros de vocábulos de diversos povos indígenas que ele havia contatado no interior do



in Stein. geol. v. H. F. v. d. B. u. v. d. R.

<span style="color: red;">■</span> Tupis u. Guaranis, die Krieger.	<span style="color: orange;">■</span> Crens, Guereus, die Alten.	<span style="color: lightgreen;">■</span> Aruac, Aroaquis, die Mehl-Leute.
<span style="color: yellow;">■</span> Gês, Crans, die Häupter.	<span style="color: lightblue;">■</span> Parexis, Poragis, die oberen Leute.	<span style="color: purple;">■</span> Lengoàs, Guaycurüs, die Schnellläufer (Berittenen)
<span style="color: green;">■</span> Guck, Coco, die Ohcime.	<span style="color: teal;">■</span> Goyatacãx, die Waldläufer.	
<span style="color: red;">▨▨▨▨▨</span> Im Uebergange zur Cultur und portugiesischen Sprache.		

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú  
<http://biblio.etnolinguistica.org>  
 Digitalizado em novembro de 2009

Mapa 4.1. "Possível distribuição e migração dos Tupi, e localização dos principais grupos linguísticos da atualidade" (MARTIUS, 1867a, tradução minha) <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> "Die Ehemalige Verbreitung und die Muthmasslichen Wanderungen der Tupis. Die jetzigen Haupt-Sprachengruppen" (MARTIUS, 1867b).



país. Assim, efetivou o primeiro agrupamento de famílias linguísticas indígenas brasileiras que se tem notícia, como é possível ver no mapa que acompanha sua obra, apresentado o mapa 4.1.

Observando o mapa 4.1, verifica-se que MARTIUS (1867a) traçou uma grande área em amarelo, no centro do país, dominada por falantes de uma família linguística nomeada por ele como Gêz ou Crans. Esta foi a primeira vez que se usou o termo “Gê” para se denominar a família linguística atualmente chamada no Brasil de Jê,

Sua escolha entre esses dois nomes baseou-se no fato de que grande parte dos povos falantes das línguas dessa família, utilizam o termo Gê para se autodenominar, como Apinagez, Crangez (SENNA, 1908:14), dentre outros como, Kempokatagê, Piocobjê, Kemkatejê, Kanakatejê, Krengesz etc.

O termo “cran”, que nas línguas dessas famílias significa “cabeça”, também aparece sugerida por Martius (1867b; 1867a) como a denominação da referida família linguística, tendo em vista que muitos povos aglutinados nela, utilizam esse termo também para autodenominarem-se, por exemplo: Kube-Cran-Ken; Ramkókamecran; Cranjê etc.

Desses dois nomes sugeridos pelo naturalista alemão, a comunidade científica acabou por adotar o primeiro. No Brasil, entretanto, convencionou-se o uso de “Jê” na denominação da família linguística para que não houvesse confusão com a grafia por extenso da letra “g”, bem como na pronúncia dos nomes das tribos, pois quando se grafa com “ge”, abre-se a possibilidade de se pronunciar “gue”, o que estaria em desacordo com o fonema proferido pelos indígenas em sua autodenominação. Em outros países, no entanto, o uso de “Gê”, como proposto por Martius (1867b) para denominar a referida família linguística, é mais corriqueiro que a forma brasileira.

A família linguística Jê abrange a maioria dos povos que vivem (e viveram) nos cerrados goianos, mineiros, baianos, maranhenses e piauienses, ou seja, nos Gerais, na época das invasões luso-brasileiras. Além deles, alguns tupis, kariris, pimenteiras dentre outros, também estiveram presentes de alguma forma.

O *Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões adjacentes*, de Curt Nimuendaju, apresentado na figura 0.2, na introdução desta dissertação, reúne todas as etnias citadas e

catalogas por MARTIUS (1967a) bem como adiciona outras reunidas em toda a sua carreira de quase meio século de etnografias, como o próprio NIMUENDAJU (2002b) realça: “os dados bibliográficos, as informações particulares e os estudos e observações pessoais minhas a respeito foram acumulados durante alguns dezenios de annos” (p. 37) para compor essa que foi a sua obra-prima e final, como já comentei no capítulo 2, quando abordei o papel da cartografia nessa pesquisa. NIMUENDAJU (*ibid.*: 65-87) cita exatamente 974 fontes nesse estudo.

No pequeno recorte do mapa de Nimuendaju apresentado no mapa 4.2 o leitor encontrará 108 etnias, de 13 famílias conhecidas além das não reunidas em famílias ou sem informações linguística. A primeira impressão que tive quando foquei a área dos Gerais nesse mapa foi de que Nimuendaju encontrou poucas informações sobre essa região. Ou será mesmo que essa foi uma área pouco povoada por indígenas? Pois em comparação a outras regiões do país, mesmo de cerrado ou caatinga, essa é uma das áreas em que o sábio etnógrafo pouco evidenciou ocupação pré-europeia. Bem, a partir disso iniciei esta pesquisa. Para buscar mais informações sobre a ocupação indígena dos Gerais, se é que haveria mais informações do que as compiladas por Nimuendaju.

Nimuendaju apresenta três povos dominantes no Espigão Mestre, considerado o núcleo dos Gerais nesta dissertação conforme capítulo anterior: o Xakriabá<sup>2</sup> e o Akroá, da família Gê, e o Aricobé, da família Tupi. Mas também registrou a presença de Tupinambá – um povo litorâneo. Na expansão sul dos Gerais, que também enfoco no presente estudo, ele localizou os Xakriabá na Chapada do Urucuia e no vale do Urucuia-Paracatu; e, no Planalto de Brasília, traçou o povo Cayapó no extremo sudoeste dessa fisiografia.

Uma observação importante de se tecer ao mapa de Nimuendaju é que ele se preocupou em grafar o ano de registro daquela etnia naquela localidade, de acordo com a informação que ele obteve em suas pesquisas. O referido autor também se restringiu a delimitar as etnias sem apresentar sua área de predomínio, colocou os nomes de forma quase que pontual, apenas alargando o espaço de abrangência das letras para configurar uma área

---

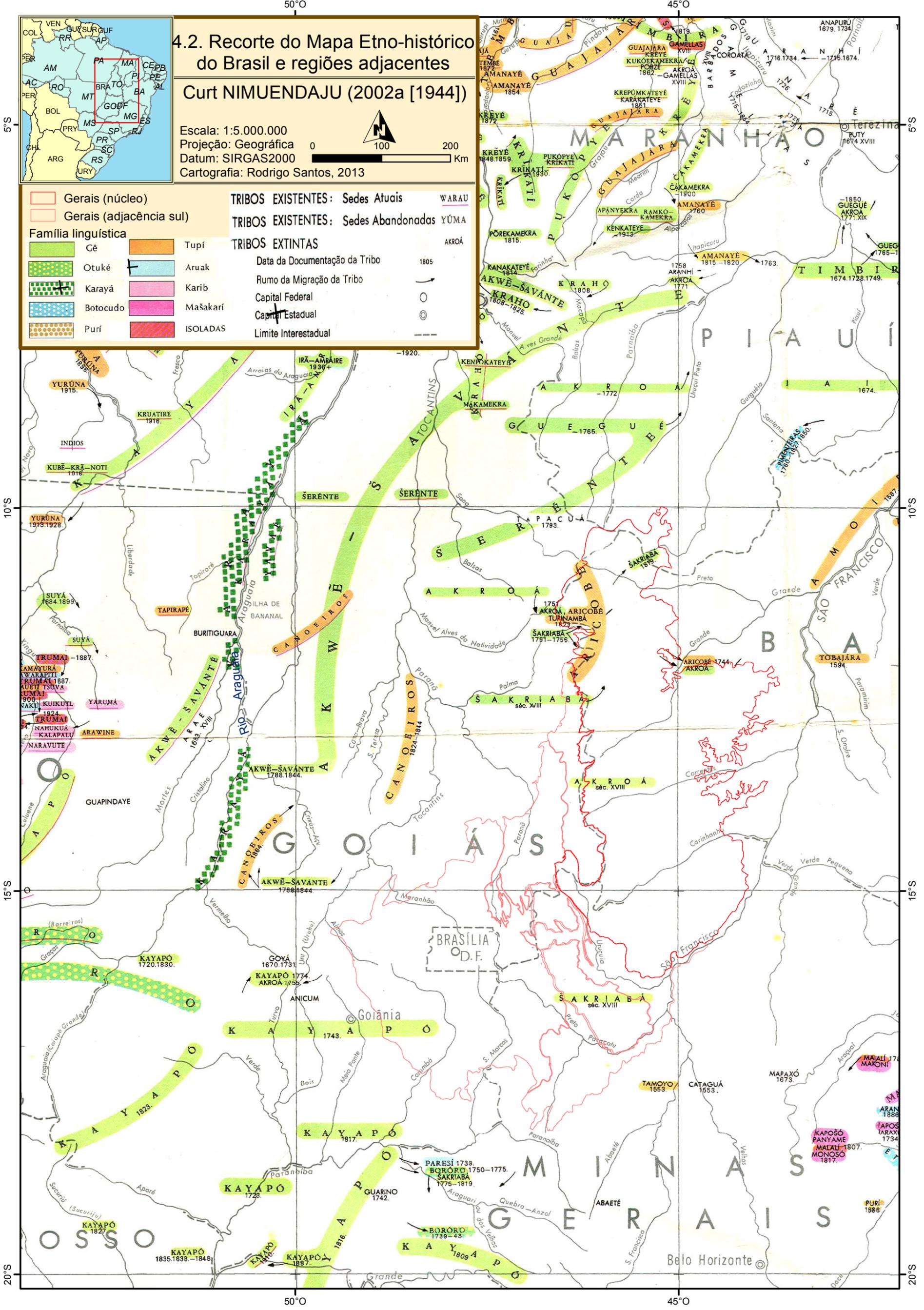
<sup>2</sup> Usarei essa forma de escrita, tendo em vista que é a forma utilizada atualmente para a referida etnia, no entanto, Nimuendaju grafou em seu mapa da forma “Šakriabá”, para reforçar o som “tx” de início.

## 4.2. Recorte do Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes

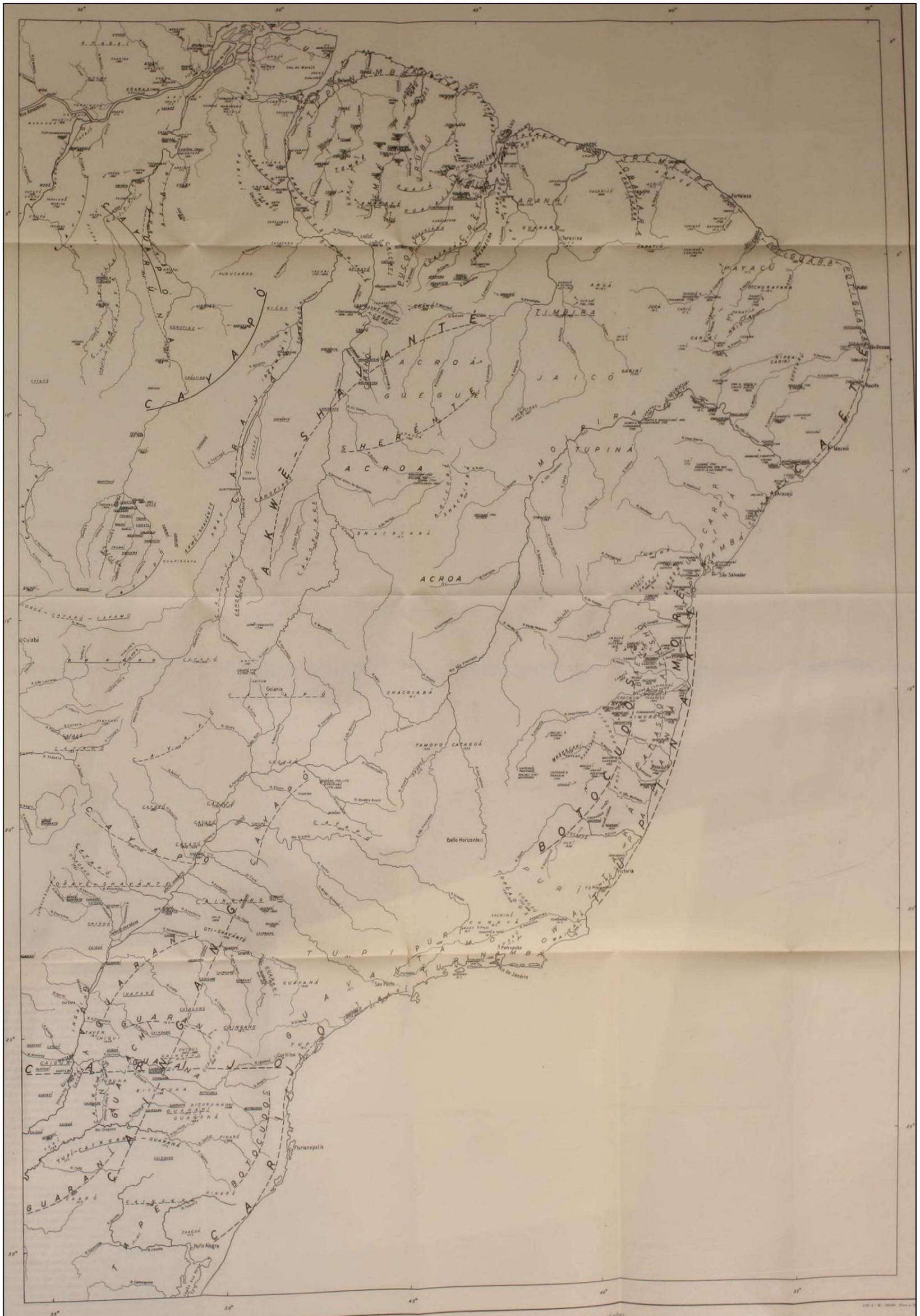
Curt NIMUENDAJU (2002a [1944])

Escala: 1:5.000.000  
 Projeção: Geográfica  
 Datum: SIRGAS2000  
 Cartografia: Rodrigo Santos, 2013

	Gerais (núcleo)	<b>TRIBOS EXISTENTES: Sedes Atuais</b>	WARAU
	Gerais (adjacência sul)	<b>TRIBOS EXISTENTES: Sedes Abandonadas</b>	YUMA
<b>Família linguística</b>		<b>TRIBOS EXTINTAS</b>	AKROÁ
	Cê	<b>Data da Documentação da Tribo</b>	1805
	Otuké	<b>Rumo da Migração da Tribo</b>	
	Karayá	<b>Capital Federal</b>	
	Botocudo	<b>Capital Estadual</b>	
	Purí	<b>Limite Interestadual</b>	
	Tupí		
	Aruak		
	Karib		
	Mašakarí		
	ISOLADAS		







Mapa 4.3. “As tribos do leste do Brasil. Sublinhado sólido, tribos modernas; sublinhado quebrado, porções de tribos extintas; abaixo do nome das tribos está a data de localização. Tribos não sublinhadas estão extintas” (NIMUENDAJU, 1946, tradução minha)<sup>3</sup>

<sup>3</sup> “The tribes of eastern Brazil. Solid underlines, modern tribes; broken underlining, extinct portions of tribes; otherwise, date of location is given under the tribal name. Tribes not undelined are extinct” (NIMUENDAJU, 1946).











maior. Dessa forma, não há como ter clareza das sugestões de limites territoriais de determinado grupo tendo por base apenas esse mapa, por isso a importância do levantamento fisiográfico. O citado mapa ainda apresenta setas sugerindo as rotas de migração de alguns grupos.

Em minha pesquisa por mais informações sobre os povos que habitaram essa região, encontrei diversos mapas etnográficos, alguns constavam no memorável *Handbook of South American Indians*, organizado por Julian H. Steward. Nesta obra eu destaco dois mapas, um deles (Mapa 4.3) foi elaborado pelo próprio NIMUENDAJU (1946) mas que provavelmente é uma cópia resumida e reduzida de seu grandioso mapa apresentado nos mapas 0.2 e 4.2 e, portanto, não traz nenhuma informação além das constantes nesse último. Entretanto, ele será o primeiro mapa desse grandioso etnógrafo a ser publicado de fato, pois apesar de ter tido duas versões manuscritas, uma em 1943 para o Museu Paraense Emílio Goeldi e outra em 1944 para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, esses produtos apenas serão publicados de fato pela primeira vez em 1981 pelo IBGE (ZARUR, 2002 [1981]).

O mapa 4.4, por sua vez, foi organizado por STEWARD & MASON (1950) e encerra o volume 6 do *Hanbook...*, penúltimo dessa coleção enciclopédica. Ele não apresenta nenhuma informação nova na área em que estabeleço esta pesquisa além das constantes nos mapas de NIMUENDAJU (2002a [1944]) e LOUKOTKA (1967), exibidos nos mapas 4.2 e 4.5 respectivamente. Apesar disso, o mapa 4.4 apresenta uma importante forma de visualização dos dados, pois além de constar a localização das etnias, apresenta uma hipótese de território predominante de determinada família linguística.

Este modelo de visualização de dados será o mesmo a ser utilizado no *Mapa da Distribuição Etno-linguística da América do Sul*<sup>5</sup> elaborado pelo linguista tcheco Čestmír LOUKOTKA (1967), que aparece logo em seguida, no mapa 4.5. Entretanto, esse último apresenta uma gama maior de informações na área do Brasil Central, por isso o utilizei para completar algumas lacunas deixadas por Nimuendaju. Ademais, o mapa de Steward & Mason sugere uma área de domínio Tupi na margem direita do rio São Francisco, hipótese comprovadamente falsa, conforme atesta o mapa de Loukotka.

---

<sup>5</sup> O título original do mapa está em inglês, e é “Ehtno-Linguistic Distribution of South American Indians”.

No mapa 4.6 apresento um recorte desse mapa de LOUKOTKA (1967), enfocando a área dos Gerais do Planalto Central e adjacências. Como o leitor pode observar diretamente nesse mapa, localizam-se 144 povos de onze famílias conhecidas, além das não reunidas em famílias ou sem informação linguística. Para evitar duplicidade de informação, concentrei a compilação desses dados nos quadros que encerram esta seção e este capítulo, momento em que farei comparações entre as diversas fontes utilizadas.

Das onze famílias apresentadas nesse recorte apresentado no mapa 4.6, dez estão nos Gerais do Espigão Mestre, sendo sete da família Jê (Crixá, Kururu, Acroa, Chicriabá, Tapacuí, Cherente e Aricobé), duas da família Tupi (Amoipira e Tupi) e uma da família Cariri (Cariri). Como nota-se, Loukotka classificou o povo Aricobé como Jê, e não Tupi, como Nimuendaju. E identificou como Tupi o que Nimuendaju grafou como Tupinambá.

Dentro ainda da área foco do presente estudo, o mapa apresenta, além dos já citados, os povos Gaiba e Anicum, sendo o primeiro da família Jê e o último de família não identificada.

Apesar de Loukotka não apresentar dados tão precisos quanto Nimuendaju em relação as datas de registro e possíveis rotas de migração, o linguista tcheco delimita um provável território dos falantes de determinada família linguística, por isso esse mapa tem sido classificado como etno-linguístico e o de Nimuendaju como etno-histórico.

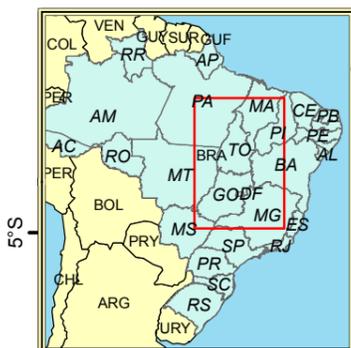
Vale notar que Loukotka apresentou muitas informações da localização étnica em relação a Nimuendaju. Muitas áreas deixadas em branco por este foram preenchidas por aquele, por exemplo na margem direita do alto São Francisco Loukotka informou quase uma dezena de outras etnias não apresentadas no mapa de Nimuendaju.

Entrementes, o lingüista tcheco também deixou lacunas em algumas áreas da América do Sul, como no centro do estado de São Paulo e no centro do estado da Bahia. Essas áreas, portanto, apresentam-se como potenciais para um futuro estudo de compilação étnica em cartografia, tendo em vista que dois consagrados lingüistas não alcançaram informações suficientes para preenchê-las.

Buscando mais informações que pudessem evidenciar outras etnias à região, compilei as citações étnicas fornecidas pelos históricos dos municípios, disponível na página do IBGE,

50°O

45°O



4.6. Recorte do Mapa da Distribuição Etno-Linguística da América do Sul de Čestmír LOUKOTKA (1967)

Escala: 1:5.000.000  
 Projeção: Geográfica  
 Datum: SIRGAS2000  
 Cartografia: Rodrigo Santos, 2013

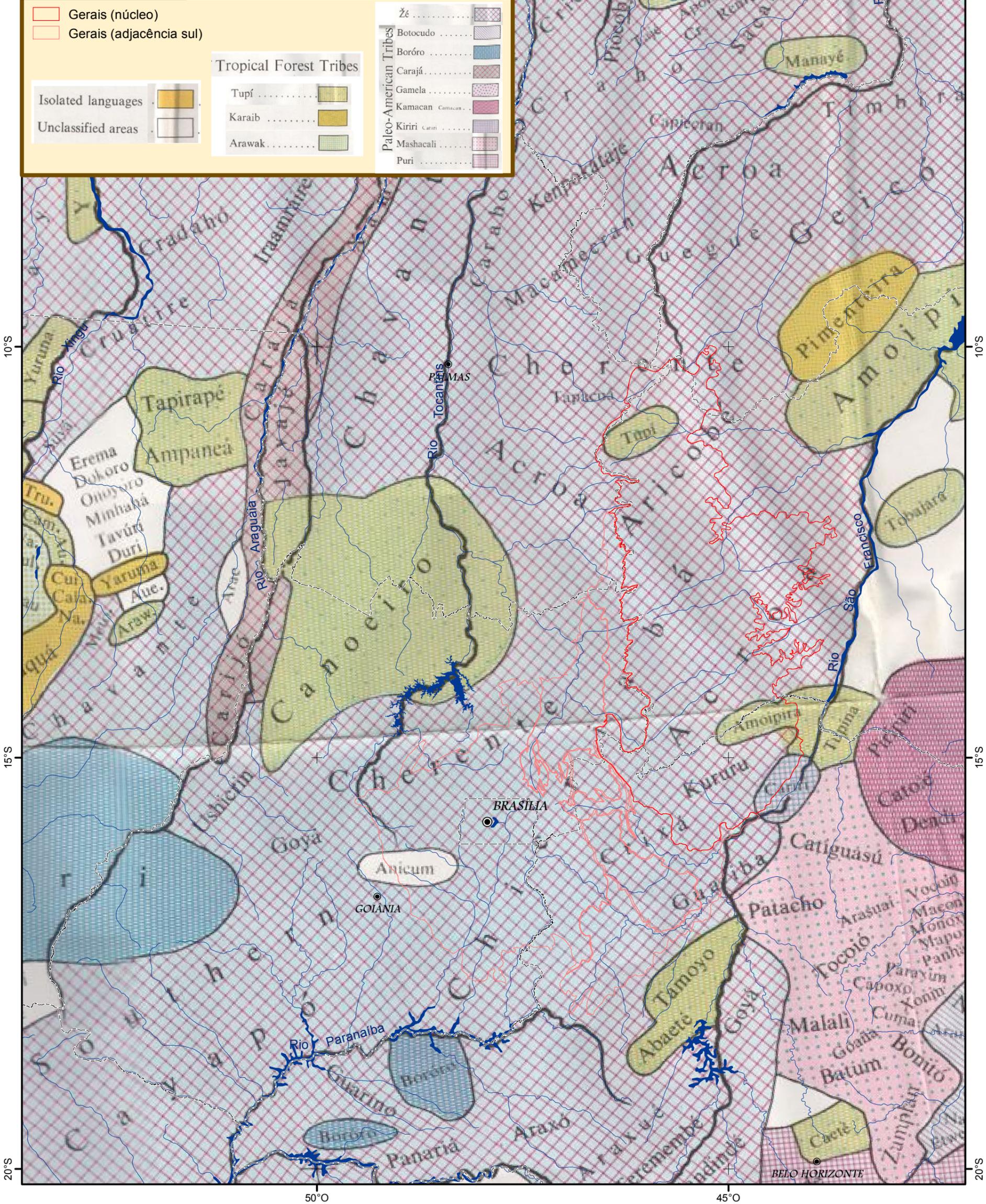


- Gerais (núcleo)
- Gerais (adjacência sul)

Tropical Forest Tribes

- Tupí
- Karaib
- Arawak

- Žé
- Botocudo
- Boróro
- Carajá
- Gamela
- Kamacan
- Kiriri
- Mashacali
- Puri



10°S

15°S

20°S

5°S

10°S

15°S

20°S

50°O

45°O



# 4.7. Etnias nos históricos municipais do IBGE cidades

IBGE (2012)

Escala: 1:5.000.000  
 Projeção: Geográfica  
 Datum: SIRGAS2000  
 Cartografia: Rodrigo Santos, 2013

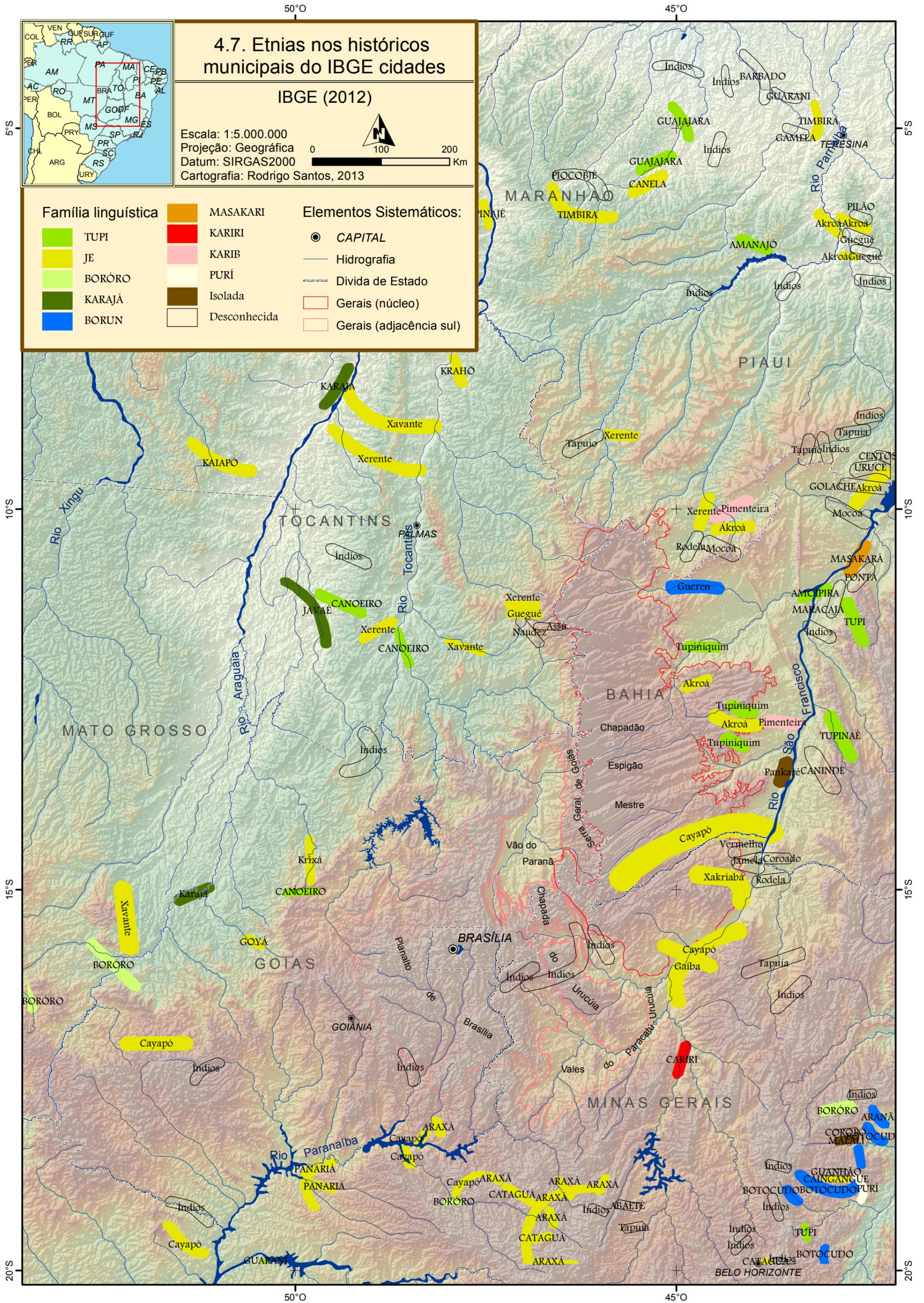
## Família linguística

- TUPI
- JE
- BORÓRO
- KARAJÁ
- BORUN

- MASAKARI
- KARIRI
- KARIB
- PURÍ
- Isolada
- Desconhecida

## Elementos Sistemáticos:

- CAPITAL
- Hidrografia
- Divida de Estado
- Gerais (núcleo)
- Gerais (adjacência sul)





conforme expliquei no item referente a cartografia, no capítulo 2. O mapa 4.7, logo após o recorte do mapa de Loukotka, exhibe essas informações.

Como o leitor pode observar nesse mapa 4.7, encontrei 68 etnias nessa porção do Brasil Central (adjacências do Planalto Central), pertencentes a oito famílias linguísticas conhecidas, além das não reunidas em famílias ou com informação insuficiente para uma classificação linguística. Enfocando a área dos Gerais do Espigão Mestre, localizei quatro etnias da família Jê (Caiapó, Xakriabá, Akroá, Gaíba), uma da família Tupi (Tupiniquim), uma de família controversa entre Borun ou Karib<sup>6</sup> (Pimenteira), três sem família identificada (Assú, Jamela, Vermelho) e outra chamada apenas de índios nos históricos, portanto, sem definição étnica.

Acredito que este é o primeiro trabalho cartográfico que buscou levantar e espacializar informações constantes nos históricos de municípios do IBGE. Além desses dados, compilei a localização de aldeamentos/missões, cujo mapa apresentei no item referente aos aldeamentos no capítulo anterior. Também compilei dados da localização de quilombos presente nesses históricos, que também foram apresentados no capítulo anterior.

Levantei, ainda, nesses históricos, as datas de fundação de povoados, elevação a distritos/freguesias e emancipação como municípios, possibilitando a apresentação de um quadro evolutivo aproximado da colonização luso-brasileira na região, como o leitor verá nos mapas finais que concluem as análises deste capítulo.

A inserção das rotas das bandeiras bem como das épocas de sua passagem, poderá trazer mais riqueza a esse dado. O mapa de TAUNAY (1922) apresentado na figura 3.19 do capítulo anterior é uma das fontes para isso. Entretanto, não foi possível na presente pesquisa proceder a sua vetorização para adicionar seus dados nos mapas que compõem a análise promovida nesta dissertação. Mas fica a dica para algum interessado na investigação da história de contato entre os mundos ameríndio e europeu no centro do Brasil.

Outras fontes onde obtive dados complementares a respeito de etnias que viveram nos *Gerais do Planalto Central e adjacências* são os mapas históricos. Entretanto, em relação às outras fontes já citadas, como os históricos municipais e os mapa etno-linguísticos, a

---

<sup>6</sup> Pimenteira é incluído na família Borun por Nimuendaju; e Karib por Loukotka. Em minha representação cartográfica aderi a classificação do primeiro.

cartografia histórica pouco complementa de informações. Nenhuma nova etnia será evidente nesses documentos.

Entrementes, eles contribuirão para se confirmar a ocorrência de determinada etnia no específico momento histórico em que o mapa foi produzido. Eles contribuem ainda como complemento para se confirmar a extensão territorial de determinada etnia.

Vale salientar, no entanto, que esses mapas foram elaborados pelo invasor, e portanto, muitas informações devem ter sido posta de lado propositalmente, por isso não devem ser utilizados como única fonte de localização étnica. Nesse sentido procedi às outras fontes já apresentadas, além da oralidade e etnografias que serão apresentadas na seção seguinte. Sobre esse procedimento metodológico argumento com mais densidade no capítulo segundo.

O primeiro mapa histórico que vou abordar já foi apresentado no capítulo 1, Mapa 1.2. Aqui, apenas vou evidenciar um pequeno recorte que trata de ocupação indígena, posto na figura 4.8.

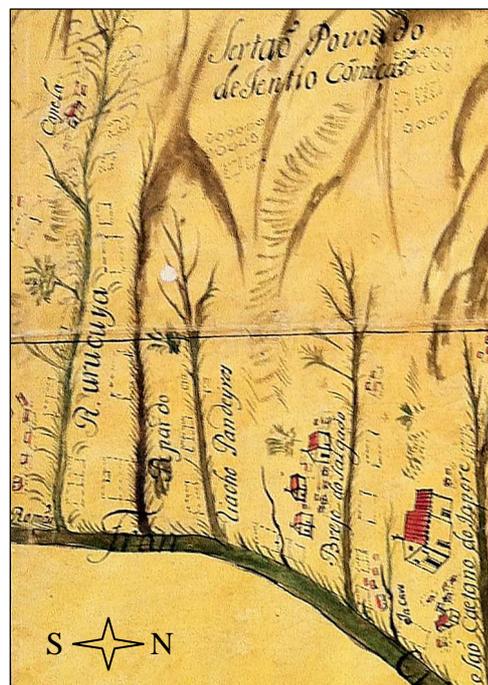


Fig 4.8. Recorte do mapa 1.2, onde consta a denominação “Sertão Povoado de Gentio Cômiação” (AHU, 17\_\_a). O rio na parte inferior é o São Francisco, entre a vila de São Caetano do Taporé (atual Manga) e o rio Urucuya. O povoado denominado “Brejo do Salgado” é a atual cidade de Januária.

Esse pequeno detalhe (fig. 4.8) do mapa já apresentado no primeiro capítulo (Mapa. 1.2) traz a indicação de um tal “gentio cómição”, supostamente nas bordas do Espigão Mestre. Acredito tratar dos atuais índios Xakriabá, tendo em vista que no período colonial era comum vir nos documentos oficiais “gentio comarcão” ou algo similar, aos povos que haviam sido “pacificados” e que aceitaram a soberania do rei de Portugal sobre suas terras. O prêmio: a concessão de uma pequena porção de seu antigo território, ou o aldeamento missionário. No caso dos Xakriabá, houve um misto. Eles “ganharam” a terra, e a igreja formou uma missão para catequizá-los e ensiná-los a língua portuguesa. Essa feita deu-se por Januário Cardoso, descendente de Matias Cardoso, o bandeirante que guerreou com a maior parte dos indígenas da região. Os Xakriabá teriam contribuindo na “pacificação” dos outros índios, por isso foi “presentado”. É possível que muitos dos indígenas que aí viviam foram alojar-se nas terras reservadas as Xakriabá, além de africanos que fugiam dos garimpos (R. SANTOS & ELOY, 2012; R. SANTOS & BARBOSA, 2012).

O outro mapa apresentado no capítulo 1 foi o de Francesco Tosi Colombina, sob a numeração 1.3. Esse mapa também traz a indicação de três nações indígenas, o Xavante, o Cayapó e o Acuruhá. O primeiro localizado na porção noroeste da antiga capitania de Goyáz, entre os rios Tocantins e Araguaia; o segundo na mesma latitude, mais ao nascente, entre o rio Tocantins e a “Serra dos Gerais”, e o último ao sul da capitania. Essas três etnias são bem demonstradas por todas as outras fontes que já apresentei, este é apenas mais um elemento que comprova a sua existência nos períodos coloniais nos devidos locais indicados.

O mapa 4.9, é um dos mais bonitos mapas coloniais manuscritos que pude presenciar nesta pesquisa. Ele apresenta detalhes da paisagem como as formações fitogeográficas, alguns acidentes geográficos, vilas, com um imenso senso de detalhe.

Veja que no extremo norte (no canto inferior esquerdo do mapa) está representada a Floresta Amazônica, que termina pouco antes de encontrar o rio Araguaia. Também há uma cadeia de montanhas representando a Serra Geral, dentre outros detalhes da paisagem.

No capítulo inicial, apresentei na figura 1.4 um recorte desse mapa 4.9, com o intuito de assegurar que a região do Espigão Mestre pode ser considerada como os Gerais de fato. Mas neste momento, o que mais importa, é a riqueza da informação etnográfica e territorial. Ele apresenta dois índios no centro inferior, em posição de combate. O da esquerda é

identificado como Chavante, e o da direita como Acoruá. Verifica-se que o Chavante possui um cocar em forma de coroa e está armado com setas. O Acoruá, por sua vez, está com um tacape (borduna) e possui um tembetá no lábio inferior. Há outros elementos etnográficos pertinentes de serem analisados. Entretanto, vou me dedicar com maior ênfase aos aspectos etno-topológicos.

Há sete grandes nações identificadas nesse mapa 4.9 que apresentam de certa forma uma composição territorial, são elas: Uará, Branquinho, Gougúe, Chavante, Acoruá, Xikiabá e Cayapó. Entrementes, há ainda a identificação de um “gentio chamado vulgarmente – o gentio de Canoa q fala a língua geral e sobre por Tocantins a riba athé São Félix” (BPE, 17\_\_a).

Para a área dos Gerais aqui estudados, esse mapa apresenta a etnia Xikiabá como a dominante na paisagem. Está grafado que é “Terra do Gentio Xikiabá” desde o extremo norte do Espigão Mestre até o rio Urucuya, neste último local, por sua vez, o mapa informa que há uma aldeia dessa gente, conforme observa-se em uma dos destaques da figura 4.10.

Em relação às aldeias, observa-se nos recortes em destaque (fig. 4.10) que o mapa mostra a localização de quatro delas, sendo uma já citada, a dos Xikiabá, entre os rios Urucuya e Correntes, próximo ao rio São Francisco, supostamente nas adjacências do Espigão Mestre; outra dos Chavante, num ponto entre os rios Tocantins e Araguaya; e duas Acoruá, nos planaltos do Jalapão.

O cartógrafo buscou deixar bem claro onde se situavam os territórios de cada etnia, pois delimitou suas áreas com elementos da paisagem, como serras e rios. Com esse entendimento, nesse mapa transparece que o “Xikiabá” (ou Xakriabá) eram os senhores dos Gerais do Espigão Mestre. Bem como é de se notar que a aldeia desse povo posta no mapa em análise trata-se de São João dos Índios, que hoje abriga a sede urbana do município de São João das Missões, enquanto os índios foram empurrados para terrenos menos favoráveis, conforme atestei ao elaborar um estudo específico sobre as migrações locais dos remanescentes desse povo (R. SANTOS & ELOY, 2012; R. SANTOS & BARBOSA, 2012).

Para concluir nossas análises sobre esse rico mapa, destaco que ele indica os aldeamentos de Formiga e Duro (em destaque na figura 4.10), que conforme já abordei no



Mapa. 4.9. *Mapa da Capitania de Goiás*, manuscrito do século XVIII, guardado na Biblioteca Pública de Évora-Portugal (BPE, 17\_\_a). Notar que o norte está para a esquerda do mapa. O rio à leste é o São Francisco, e o central é o Tocantins. Os quadros em destaque são recortes que serão apresentados na próxima figura (4.10), em sentido horário a partir do extremo superior: aldeia Xikiabá, aldeia Chavante, aldeias Acoruá e aldeamentos de Formiga e Duro, estes junto à Serra dos Geraes, no centro do mapa.



final do capítulo anterior, foram implantados após 1750, o que me leva a entender que mesmo com os aldeamentos já implantados, e, portanto, com indígenas aprisionados lá, muitas pessoas das etnias Akroá e Xakriabá continuavam vivendo em seu território, pois o mapa mostra uma contemporaneidade entre as “terras indígenas” e os aldeamentos.



Fig. 4.10. Áreas destacadas do mapa 4.9. Em sentido horário: aldeia do Xikiabá (alto à dir.), Chavante (baixo dir.) e Acoruá (baixo esq.). No alto à esq. os aldeamentos de Duro e Formiga no sopé da “Serra dos Geraes”, guardando o caminho de quem chega ou parte da Bahia para o então norte de Goyáz (atual Tocantins).

O mapa 4.12 apresenta diversos “certões povoados” por nações indígenas. No entanto, grande parte é denominada apenas de Bárbaros ou Bravos. O leitor pode notar que esse mapa apresenta certa semelhança ao de Francesco Colombina (AHU, 1751) apresentado no primeiro capítulo, mapa 1.3.

Na área do Jalapão, próximo ao rio do Sono, no anverso da Serra dos Geraes, esse mapa traz como habitantes os índios “Ajuará”, como observa-se no recorte em destaque, na

figura 4.11. Cruzando o rio Tocantins, habitavam os Xavante. O mapa de Colombina, já citado, denomina esses índios como “Acuruha”. Essa falta de equidade na grafia das nações indígenas ocorre por diversos motivos, seja porque é uma denominação inexistente na língua portuguesa, seja porque algumas pessoas podem pronunciar o nome da etnia utilizando vocábulos, fonemas e entonações diferenciadas conforme a tenha ouvido pela primeira vez.

Contribuía às diferentes denominações étnicas o fato de que muitas vezes as antigas denominações de tribos utilizadas pelos luso-brasileiros não correspondiam às verdadeiras autodenominações dos respectivos povos. Eram, na maioria dos casos, alcunhados por outros indígenas já “integrados” aos luso-brasileiros, e mormente de forma pejorativa.



Fig. 4.11. Recorte do mapa 4.12, destacando o “Certão do gentio Ajuia” e o Certão do Gentic Xavante”

A figura 4.13 são três recortes do mapa apresentado logo em seguida, no mapa 4.14, que foi produzido entre 1777 e 1778 e está arquivado na Diretoria de Infraestrutura e Engenharia do Exército Português (DIE, 1978).





Este mapa 4.14 apresenta alguns pontos vermelhos representando povoados, aldeias ou aldeamentos. Além disso, conforme se observa nos recortes (Fig. 4.13) desse mapa, há indicações de que a região dos Gerais é um “Payz onde habitou o gentio Acruá, reduzido a civilizar-se em 1774”. E mais ao norte, nos tabuleiros do alto Parnaíba informa que é um “Payz onde habitou o Gentio CHACRIABA, reduzido a civilizar-se no Anno de 1775” (grifo do cartógrafo). O referido mapa ainda indica a localidade de “Formiga Habitantes dos Indios”, onde havia o aldeamento, como pode-se observar nos destaques a seguir.

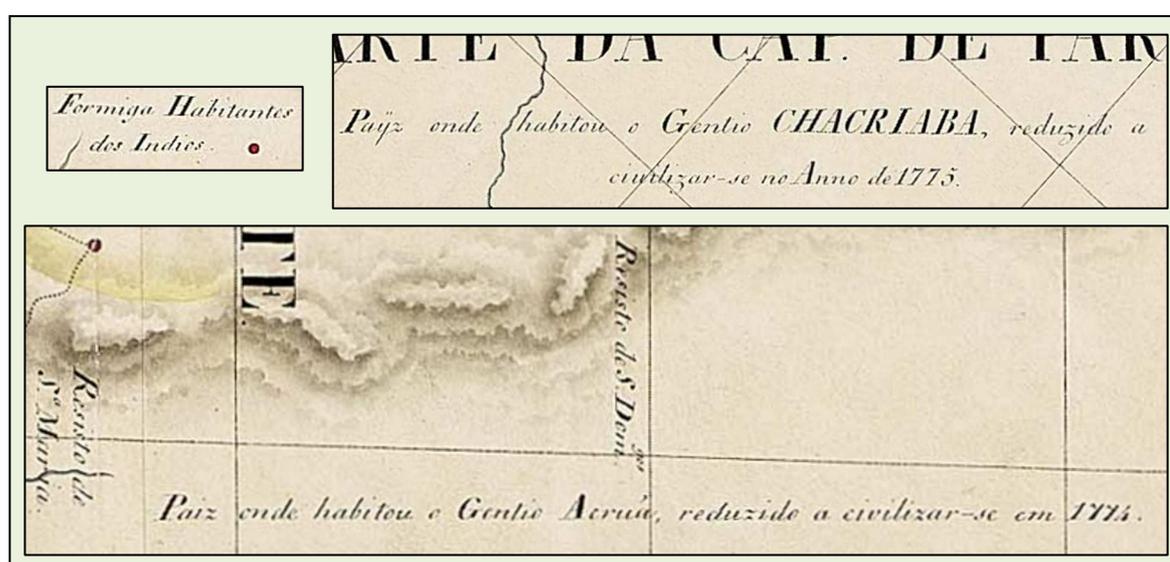


Fig. 4.13. Recortes do mapa 4.14.

Entrementes, como veremos logo em seguida, em um mapa de 1820 (Mapa 4.15), portanto, mais recente que o mapa 4.14 (e recorte 4.13), esses “países” não estavam tão desabitados como pretendiam exprimir.

Como é de se notar no mapa 4.15, na primeira metade do século XIX ainda haviam remanescentes dos Akroá<sup>7</sup> na região norte dos Gerais, indicado como “certão do gentio Acroá”. Isso corrobora com a tese de que os Akroá não foram “reduzidos à civilizar-se” em sua totalidade nos aldeamentos da região. CHAIM (1384 [1974]) e APOLINÁRIO (2005) indicam que houve muitas fugas dos Akroás aldeados. O próprio mito da origem do festejo do “roubo”

<sup>7</sup> Ainda devem existir comunidades remanescentes dessa etnia indígena, ou junto a outras etnias atualmente reconhecidas, como os Xakriabá, os Xerente e os Krahô, ou confundidos com a comunidade cabocla da região.

da imagem de São José, já mencionado no item referente aos aldeamentos, no capítulo anterior, traz elementos que corroboram com esse argumento, pois diz que os índios “roubaram” a imagem e tomaram um “paradeiro desconhecido”.

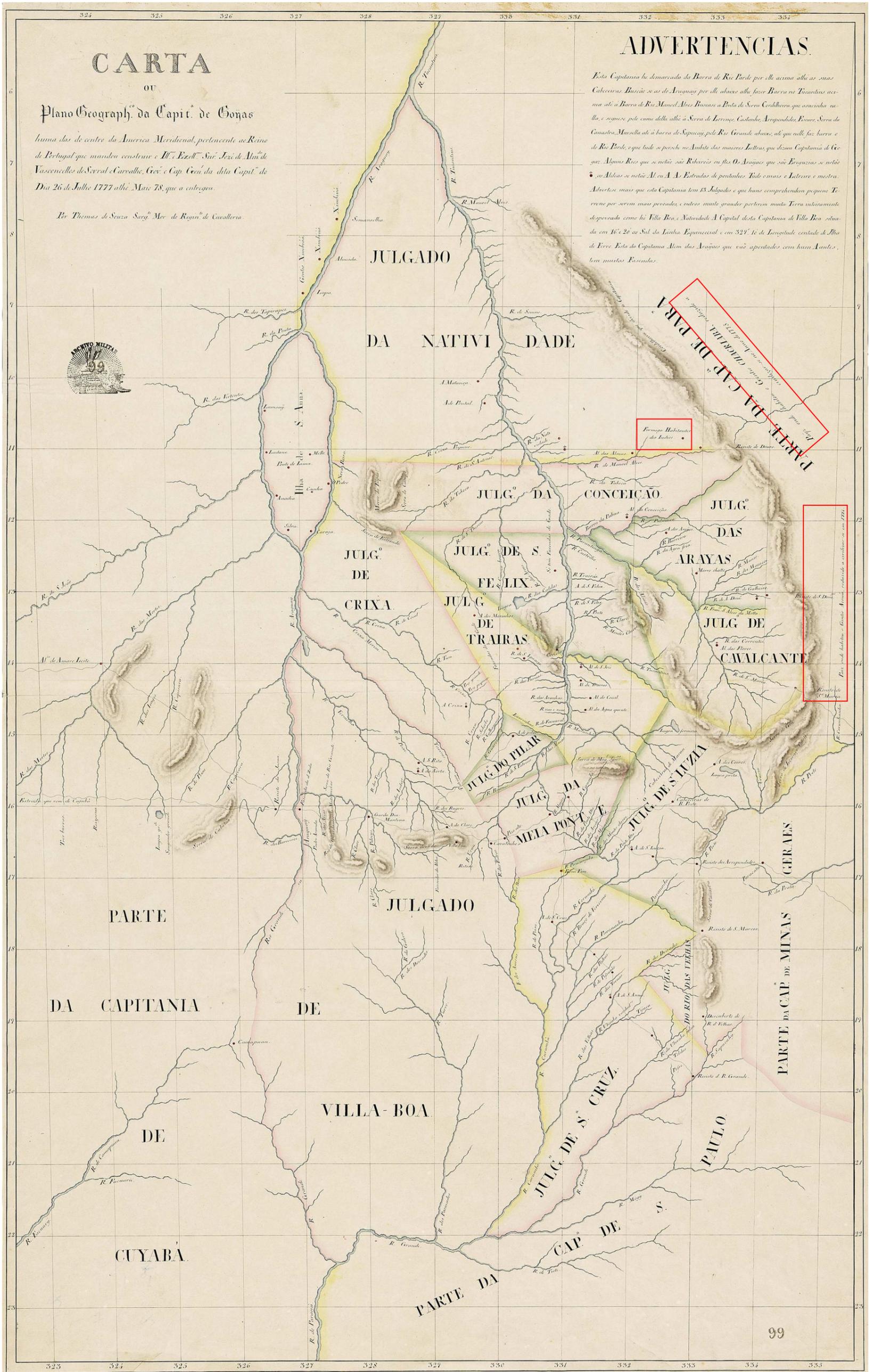
O mapa 4.15 localiza, ainda, diversas aldeias e aldeamentos indígenas presentes na capitania de Goyaz e áreas adjacêntes. Entretanto nos Gerais localiza apenas o aldeamento de Formiga. Na porção sul da capitania, no atual Triângulo Mineiro, ele indica cinco aldeamentos (i. Santana; ii. Rio das Pedras; iii. Descoberto?; iv. Descoberto?; v. sem denominação). No sudoeste mais quatro (i. alojamento do gentio Caiapó; ii. atacados; iii. sem denominação; iv. alojamento que existe). À oeste do rio Araguaya outras dez são apontadas (i. Gentio Bororó. ii. Carajás; iii. Xambibuá; iv. Itapirapé; v. Cururu; vi. Mongari; vii. Gentiu Gradaú; viii. Grapindayé; ix. Guapingayé; x. Carajaú?). E no centro da capitania três aldeamentos estão presentes (Maria I, Mossâmedes e Carretão).

A visualização nesse fac-símile está prejudicada tendo em vista que o original estava em precárias condições de conservação, e a iluminação da sala em que efetuei a fotografia também era insuficiente. Assim, não reproduzirei ampliações dos destaques onde constam aldeias ou aldeamentos, até porque não estão na área dos Gerais, que é o foco de análise desta pesquisa, mas nos arredores. Assim, procedi à anotação dessas toponímias, e incluí nos quadros que encerram esta seção e este capítulo.

Grande parte dessas localizações já constava nos mapas de Nimuendaju e no de Loukotka, entretanto, as evidências que apresentam este mapa demonstra que no ano de 1820 ainda se tinha notícia dessas localidades. Por exemplo, o aldeamento de Sant’Anna e o de Rio das Pedras, no Triângulo Mineiro, é dado por NIMUENDAJU (2002a [1944]) como extinto no século XVIII, mas com a fonte do mapa SGL (1820) no mapa 4.15, posso estender a existência deles até, pelo menos, a primeira metade do século XIX.

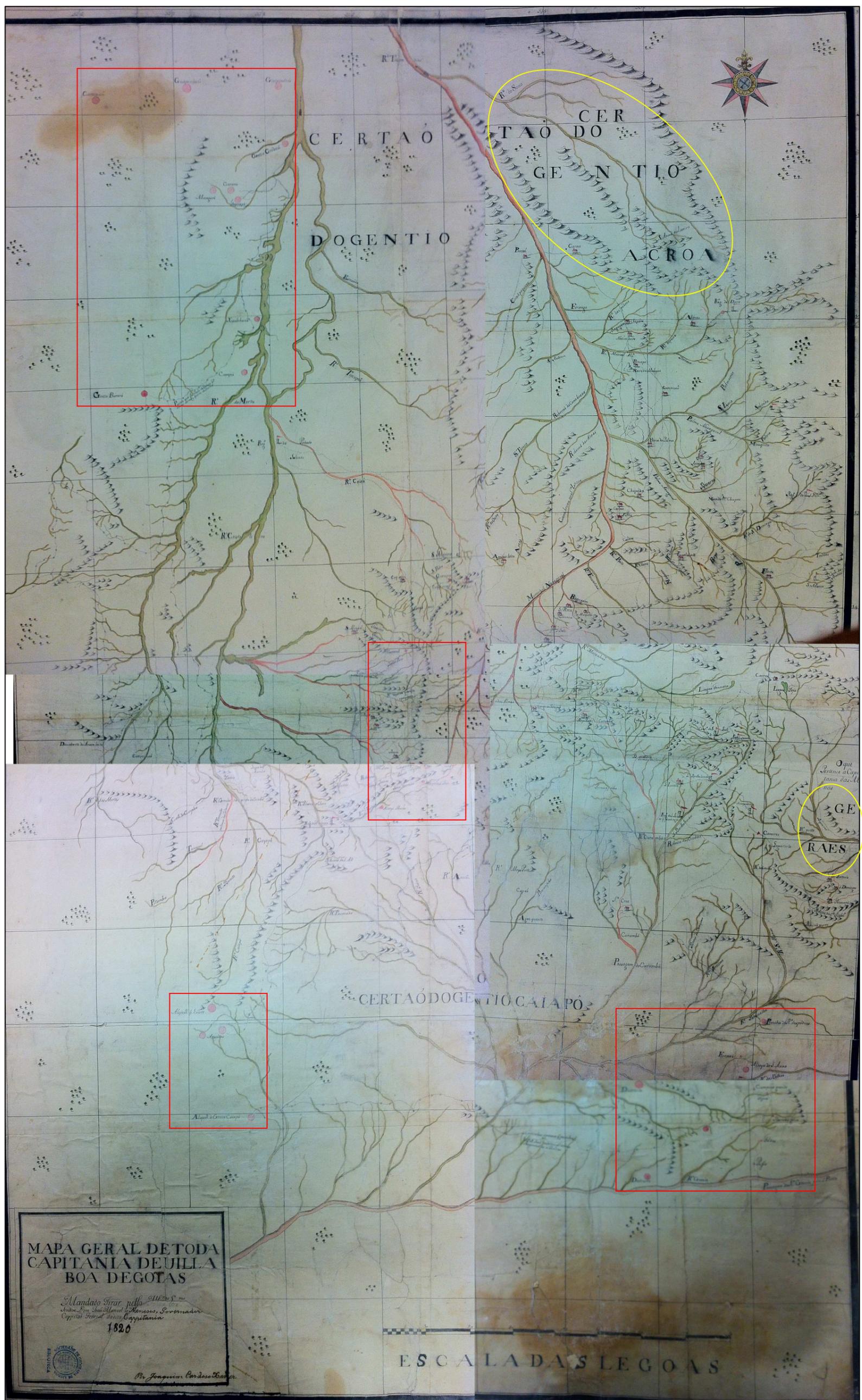
Esse mesmo mapa ainda apresenta a toponímia “Gerais” nas chapadas do alto Urucuia e Paracatu, divisa de Goiás com Minas Gerais. Fato que corrobora com minha tese defendida no primeiro capítulo de que essa região integra os Gerais.

Voltando para a região norte dos Gerais, outro mapa de Goyaz, ainda mais recente (4.16), publicado na aurora do século XX, em 1902, continuava a indicar que essa região do



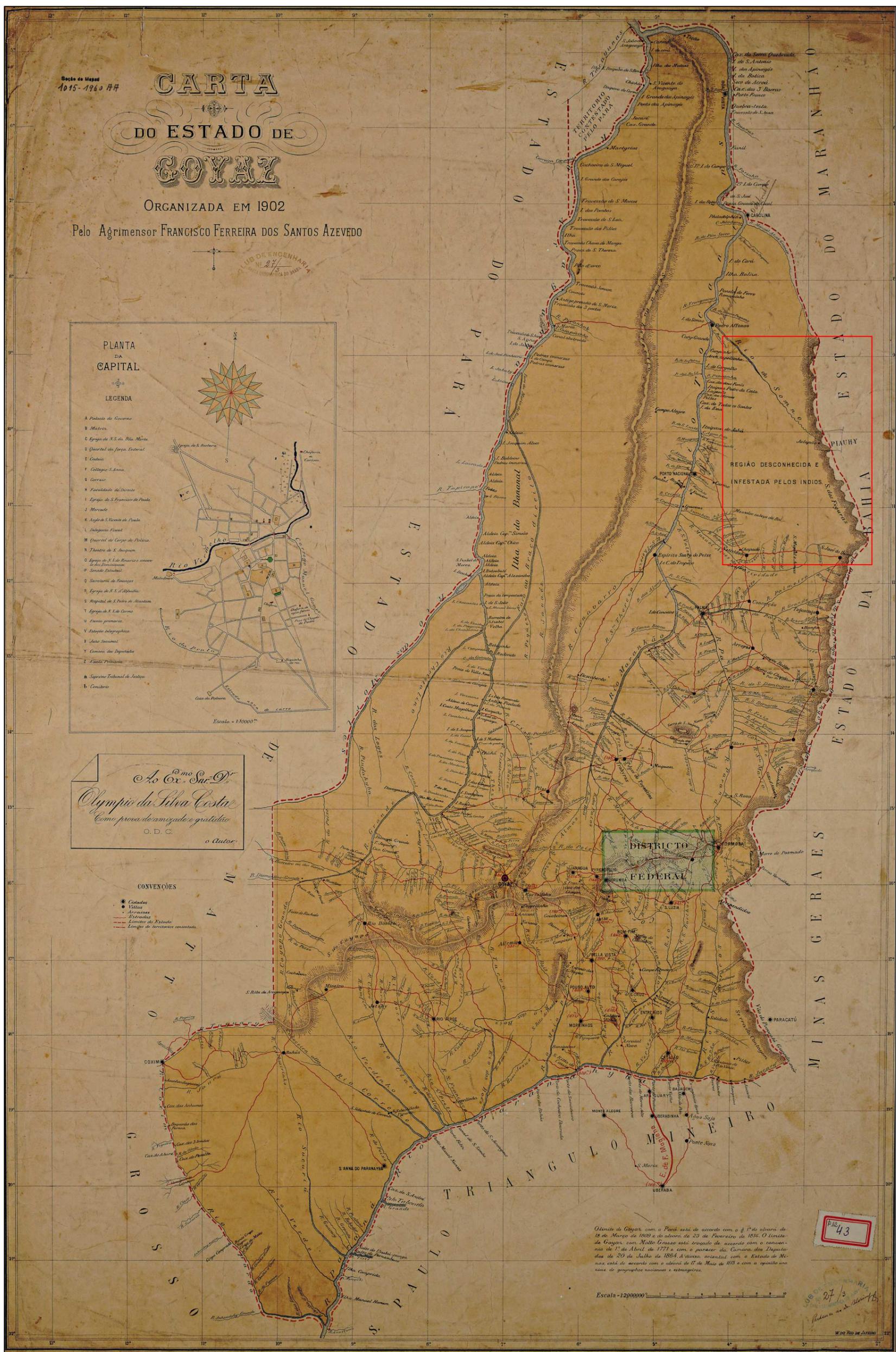
Mapa 4.14. Carta ou Plano Geographico da Capit. de Goias (DIE, 1778). Os quadros correspondem aos recortes na figura 4.13.





Mapa 4.15. Mapa Geral de Toda Capitania de Vila Boa de Goiás (SGL, 1820). Os pontos vermelhos espalhados pelo mapa são aldeias e aldeamentos indígenas





Mapa 4.16. Carta do Estado de Goyaz (AN, 1902), o quadro em destaque vermelho está ampliado na fig. 4.17.



Planalto do Jalapão é “desconhecida e infestada pelos índios” (AN, 1902), conforme se observa na figura 4.17 com um recorte desse mapa.

Seriam esses os mesmos Akroá dos mapas históricos anteriores? Nimuendaju indica que são os Xerente. Entretanto, o Xerente não consta na cartografia colonial, LOWIE (1946c) informa que as primeiras indicações do povo Xerente aconteceram em meados no século XIX, antes disso, todos indígenas do norte de Goyáz eram classificados ou como Xavante ou como Akroá. APOLINÁRIO (2005) sugere que os Akroá sejam, na verdade, um povo Timbira como os Krahô.



Fig. 4.17. Recorte da região do Jalapão na Carta do Estado de Goyaz (AN, 1902).

Vale anotar, entretanto, que analisando os mapas etno-linguísticos dispostos no final deste capítulo, nota-se que os Xerente habitavam o sul do Piauí e Maranhão e migraram para o Jalapão entre o final do século XVIII e início do XIX. Portanto, essa região deve ter sido “infestada” por índios após as consecutivas investidas com eles no Piauí, no Maranhão, no

oeste baiano e no norte do Tocantins. Ou seja, o Jalapão foi um refúgio de muitos povos indígenas, desde Xerentes e Akroá, como Krahôs, Timbiras e até mesmo Xakriabá e Xavante.

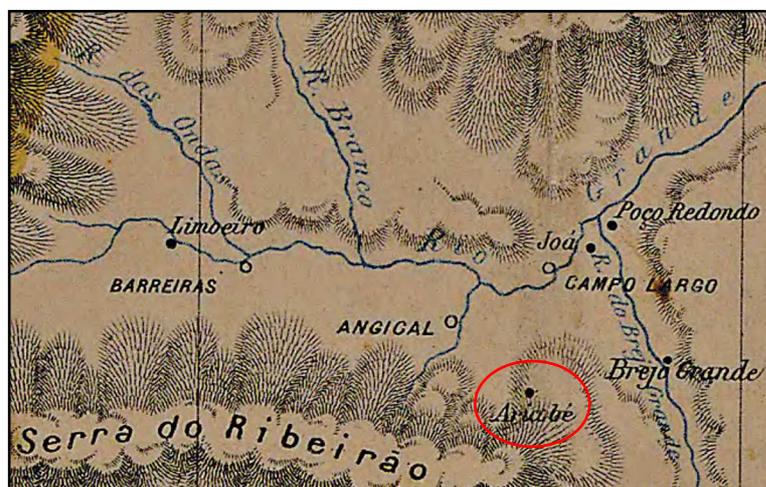


Fig. 4.18. Recorte do Mapa do Estado da Bahia (AN, 1892). Em destaque o povoado Aricobé, supostamente a antiga Missão do Aricobé.

Seguindo mais para leste, nos Gerais da Bahia, localizei alguns mapas que indicam a presença do aldeamento ou missão dos Aricobé. O mapa 4.20 foi publicado no início da República (AN, 1892), onde consta um povoado nos Gerais da Bahia como o nome de Aricobé, conforme o recorte dele acima (fig. 4.18). Acredito que essa localidade se trata da antiga “Missão do Aricobé”, que nessa época era considerada um povoado pelas autoridades baianas.



Fig. 4.19. Recorte da Carta da Capitania de Pernambuco (BN, 18\_\_), apresentado no mapa 1.6 do primeiro capítulo. Em destaque a localização da “Missão d’ Aricobé”, no primeiro quartel do século XIX.



Mapa 4.20. Mapa do Estado da Bahia (AN, 1892). Em destaque região em que consta o povoado Aricobé, supostamente a antiga Missão do Aricobé, ampliado na fig. 4.18.





Mapa. 4.21. Carta Geográfica da Capitania de Minas Geraes (DIE, 1804). O retângulo no noroeste está ampliado na fig. 4.22



Um mapa mais antigo, porém do mesmo século, quando o território ainda pertencia ao Pernambuco (BN, 18\_\_), traz o adjetivo “Missão” antes da toponímia “Aricobé”, conforme ilustra um recorte desse mapa na figura 4.19. Um mosaico de trechos desse mapa está disponível para visualização na figura 1.6 no primeiro capítulo.

A ausência do termo missão no povoado de Aricobé, conforme ilustrado na figura 4.18, provavelmente ocorreu tendo em vista que o momento de início da república foi marcado pela “cabocização” de muitos povos indígenas no nordeste, que se utilizaram da estratégia de se auto identificarem como “caboclos” devido a intensificação da violência e preconceito aos que se afirmavam índios (ÂNGELO, 2013).

A necessidade de se afirmar o Brasil enquanto nação independente, moderna e unida, desvinculada do passado lusitano representado pelo período colonial e imperial, levou diversos estadistas e servidores do Estado a eliminarem o índio daquele momento da história nacional, ou qualquer indício que pudesse ameaçar o poder com a volta da monarquia ou ameaçar a “unidade nacional” com a presença de outras nacionalidades. O extermínio de Canudos no sertão baiano ilustra bem esse momento.

Outro exemplo típico desse tipo de postura é dedicado ao embaixador brasileiro na França, Luiz de Souza Dantas, que dirigiu a palavra a Claude Lévi-Strauss num jantar na França, no momento em que este memorável etnógrafo estaria de partida para lecionar sociologia na Universidade de São Paulo (USP), no começo dos anos 1930. Lévi-Strauss perguntou

sobre os índios e como deveria proceder para visitar alguma comunidade indígena. O embaixador lhe respondeu: “Índios? Infelizmente, prezado cavalheiro, lá se vão anos que eles desapareceram. Ah, essa é uma página bem triste, bem vergonhosa da história de meu país. Mas os colonos portugueses do século XVI eram homens ávidos e brutais. Como reprová-los por terem participado da rudeza geral dos costumes? Apanhavam os índios, amarravam-nos na boca dos canhões e estraçalhavam-nos vivos, a tiros. Foi assim que os eliminaram, até o último. Como sociólogo, o senhor vai descobrir no Brasil coisas apaixonantes, mas nos índios, não pense mais, não encontrará nem um único...” (in Strauss-Lévi, Claude. 1955. *Tristes Trópicos*. *apud*. RICARDO E RICARDO, 2011: 3)

O mapa 4.21 é da capitania de Minas Geraes, foi produzido em 1804, custodiado pelo Exército Português (DIE, 1804). Nesse mapa a pictografia à esquerda, representa um diálogo entre um indígena nu, com arco e flecha, e um ocidental, vestido, com arma de fogo e espada,

junto a um cachorro. Os embrulhos, a enxada no chão, e o aspecto de cordialidade entre os interlocutores simbolizam uma possível relação amistosa entre eles. Apesar dessa relação aparentemente cordial entre ambos, apresento na fig. 4.22 um recorte da região dos Gerais nesse mapa, localizada no extremo noroeste da referida capitania.

Observando essa figura (4.22) verifica-se que nesse local há a indicação de “Sertão vadeado pelo Gentio Caepó q’tem feito ostilidades aos Viajantes”. É... Pelo que me parece nem sempre os indígenas aceitavam as bugiangas dos luso-brasileiros como representado na iconografia do mapa.



Fig. 4.22. Recorte do mapa 4.21, *Geraiis na Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes* (DIE, 1804). Em destaque os dizeres: “Sertão vadeado pelo Gentio Caepó q’tem feito ostilidades aos Viajantes”.

Aos interessados em etno-história de Minas Gerais, esse mapa traz outras informações sobre a localização de povos indígenas, principalmente no leste da capitania, onde constam Puris, Malalis, Panhames, Maxacalis, além da posição de diversos aldeamentos e seus respectivos governadores. Para os Gerais apenas a mencionada indicação dos “Caepó”.

Por fim, apresento na figura 4.23, um croqui desenhado na primeira metade do século XVIII (BN, 17\_\_) onde consta próximo ao baixo rio Carinhanha um “aldea De Gentio Arraial brejo do sal...”, logo ao sul do “Castelo de “M<sup>el</sup> Nunes Viana”.



seria o mesmo que povoou em tempos coloniais o litoral desde o Ceará ao Maranhão e que atualmente possuem uma pequena porção de seu território ancestral, na costa cearense. É possível ter havido algum engano pela autora ao posicionar essa etnia nos Gerais, tendo em vista que ao buscar o índice remissivo da obra, todas as citações de Tremembé correspondem ao litoral. Esse também apresenta erro de posicionamento da Capital Federal.

Apesar dos mapas históricos não terem acrescentado informações relevantes quanto a novas etnias, eles são importantes para que se possa verificar o olhar do luso-brasileiro – principalmente do Estado – sobre os povos indígenas. Alguns mapas como os de número 4.16 e 4.21, apresentam uma linguagem arrogante frente aos povos indígenas, tratando-os como pragas ou vadios. Outros apenas transmitem a informação de que ali é terra de índio.

Mas como podemos verificar ao se confrontar com outras fontes, como em linguistas consagrados ou em historiadores locais, vemos que os mapas históricos não abordam a diversidade étnica que existiu no país. Para se ter uma ideia mais clara sobre isso, é necessário cruzarmos os dados.

Assim, a partir dessas fontes de dados cartográficos citados, que apresentaram alguma informação de localização das etnias geraizeiras no momento do contato com o luso-brasileiro, elaborei o quadro 5.24 que reúne os dados.

Quadro 5.24. Povos que habitaram a região dos Gerais entre 1700 e 1900 segundo as respectivas fontes

Localização (Unidade Fisiográfica)	Mapa de Nimuendaju	Mapa de Loukotka	IBGE cidades	Outras fontes	Denominação atualizada	Família
Espigão Mestre	Akroá	Acroá	Akroá	Acruá (DIE, 1778)	Akroá	Jê
	Sakriabá	Chicriabá	Xakriabá	Xikiabá (BPE, 17__a)	Xakriabá	Jê
	Aricobé	Aricobé		Aricobé (BN 18__) Aricobé (AN, 1892)	Aricobé	Tupi
	Tupinambá	Tupi			Tupinambá	Tupi
		Amoipira			Amoipira	Tupi
		Cariri			Kariri	Kariri
		Cherente			Xerente	Jê
		Crixá			Krixá	Jê
		Kururu			Kururu	-
		Tapacuí			Tapacuí	-
			Caiapó	Caepó (DIE, 1804)	Cayapó	Jê
			Gaíba		Guaíba	Jê
			Tupiniquim		Tupiniquim	Tupi
		Pimenteira		Pimenteira	Borun ou	

Localização (Unidade Fisiográfica)	Mapa de Nimuendaju	Mapa de Loukotka	IBGE cidades	Outras fontes	Denominação atualizada	Família
						Karib
			Assú		Assú	-
			Jamela		Jamela	-
			Vermelho		Vermelho	-
				Cómição (AHU, 17__a)	Cómição	-
				Tremembé (C. da Cunha, 1998a)	Tremembé	-
<b>Chapada do Urucuia</b>	Xakriabá	Chicriabá			Xakriabá	Jê
		Crixá			Krixá	Jê
		Guaíba			Guaíba	Jê
Serra Geral de Goiás	Akroá				Akroá	Jê
	Aricobé				Aricobé	Tupi
	Sakriabá	Chicriabá			Xakriabá	Jê
Vão do Paranã	-	Cherente			Xerente	Jê
		Chicriabá			Xakriabá	Jê
Planalto de Brasília	Kayapó				Cayapó	Jê
	Sakriabá	Chicriabá			Xakriabá	Jê
		Anicum			Anicum	-
		Cherente			Xerente	Jê
		Crixá			Krixá	Jê
Vales do Urucuia- Paracatu	Sakriabá	Chicriabá			Xakriabá	Jê
		Crixá			Krixá	Jê
		Guaíba			Guaíba	Jê

A primeira evidência que temos ao observar esse quadro é que os Jê foram a grande maioria nos Gerais. Eles dominaram por completo o Chapadão do Urucuia e o vale do Urucuia-Paracatu, e como grande maioria no Planalto de Brasília, Vão do Paranã e Serra Geral, onde dividiram espaço com etnias de outras famílias, mas em menor número.

No Espigão Mestre, por sua vez, eles tiveram mais companhia. Compartilharam espaço com etnias da família Tupi, Kariri, Borun (ou Karib), além de outros grupos de línguas isoladas.

Para ajudar na identificação das etnias, atualizei a denominação étnica para uma grafia utilizada atualmente, e coloquei na coluna “Etnia Geraizeira”. Ao total, a etnia Xakriabá foi citada treze vezes, e em todas as seis unidades fisiográficas geraizeiras selecionadas para esta pesquisa. Portanto, a grande dominadora dos Gerais.

Em seguida aparecem as etnias Akroá e Aricobé, ambas citadas cinco vezes, sendo quatro no Espigão Mestre e uma na Serra Geral. A quarta mais recorrente foi a etnia Crixá

que é citada quatro vezes, porém em quase todas as unidades fisiográficas, excetuando-se a Serra Geral e o Vão do Paranã.

Com três recorrências há o Cayapó no Espigão Mestre e no Planalto de Brasília; o Xerente, no Espigão Mestre, Vão do Paranã e Planalto de Brasília; e o Guaíba no Espigão Mestre, Chapada do Urucuia e Vale do Urucuia-Paracatu.

O povo Tupinambá foi citado duas vezes apenas no Espigão Mestre, considerando que a marcação do Tupi em LOUKOTKA (1967) seja referente a ele, já que esse autor classificou o Aricobé como Jê e não Tupi.

Assim, concluo a lista dos povos mais recorrentes nos Gerais, pela ordem: Xakriabá, Akroá e Aricobé, Crixá, Cayapó, Xerente, Guaíba e Tupinambá, sendo os cinco da família Jê, e dois Tupi<sup>8</sup>.

Além desses, aparecem com apenas uma citação os povos Tapacuí, de família Jê; Amoipira, Tamoyo e Tupiquim, da família Tupi; o Kariri, da família Kariri; os Pimenteira da família Borun ou Karib; e os Anicum, Assú, Jamela, Kururu, Tremembé, Vermelho e Cóição, este que provavelmente não deve ser nome étnico como já abordado.

Para se entender melhor o que ocorre nos Gerais, é importante observar o seu entorno, assim, o quadro 4.25 reúne as recorrência étnicas nas áreas em volta dos Gerais, incluindo a sua extensão norte.

Quadro 4.25. Etnias do entorno imediato da região dos Gerais entre os séculos XVIII e XIX

Localização (Unidade Fisiográfica)	Mapa de Nimuendaju	Mapa de Loukotka	IBGE cidades	Outras fontes	Denominação Atualizada	Família
<b>Gerais norte</b> (Tabuleiros do alto Parnaíba, Jalapão, Serra do Lajeado e médio- Tocantins)	Akroá	Acroa		Akroá (BPE, 17__a) Ajuá (AHU, 1751) Akroá (SGI, 11820)	Akroá	Jê
	Akwe-Savante	Chavante	Xavante		Xavante	Jê
	Aricobé				Aricobé	Tupi
	Canoeiros	Canoeiro	Canoeiro		Avá-Canoeiro	Tupi
	Guegué	Guegué	Guegué	Guegué (BPE, 17__a)	Guegué	Jê

<sup>8</sup> LOUKOTKA (1968) considera Amoipira um povo Jê, entretanto adotarei nesta pesquisa a classificação de NIMUENDAJU (2002a [1944]).

Localização (Unidade Fisiográfica)	Mapa de Nimuendaju	Mapa de Loukotka	IBGE cidades	Outras fontes	Denominação Atualizada	Família
	Kenpokateyé	Kenpokatajé			Kenpokatejé	Jê
	Krahó	Craho	Krahô		Krahô	Jê
	Mákamekra	Macamecran			Makamekrã	Jê
	Nyurukwaye	Norocujé			Nurukuajé	Jê
	Pörekamekra	Purecamecran			Purecamecrã	Jê
	Sakriaba			Xacriabá (DIE, 1778)	Xakriabá	Jê
	Serénte	Cherente	Xerente		Xerente	Jê
	Tapacuá	Tapacuá			Tapacuá	Jê
	Tupinambá				Tupinambá	Tupi
		Apinagé			Apinajé	Jê
		Capiecran			Capiecran	Jê
		Caraho			Caraho	Jê
			Assú		Assú	-
			Naudez		Naudez	-
			Cherém		Xerém	-
		Karajá		Karajá	Karajá	
<b>Médio São Francisco</b>	Akroá	Acroa	Acoroá		Akroá	Jê
	Amoipira	Amoipira	Amoipira		Amoipira	Tupi
	Aricobé	Aricobé			Aricobé	Tupi
	Tobajara	Tobajara			Tobajara	Tupi
	Tupina	Tupina	Tupinaé		Tupinaé	Tupi
		Arasuaí			Arasuaí	Maxakali
		Cariri			Kariri	Kariri
		Catiguasú			Catiguaçú	Maxakali
		Catolé			Catolé	Kamakã
		Dendi			Dendi	Kamakã
		Patacho			Pataxó	Maxakali
		Pimenteira	Pimenteira		Pimenteira	Borun (ou Karib)
		Piripiri			Piripiri	Kamakã
		Tocoió			Tocoió	Maxakali
			Caiapó		Cayapó	Jê
			Canindé		Kanindé	Tarairiú
			Coroado		Coroado	-
			Golache		Galache	-
			Guerém		Guerém	Jê
			Jamela		Jamela	
			Maracajá		Maracajá	
			Masakarã		Masakarã	Kamakã
			Mocoá		Mocoá	
			Pankaré		Pankaré	Pankaruru
			Pontá		Pontá	
		Rodela		Rodela		
		Tupiniquim		Tupiniquim	Tupi	
		Tupi		Tupi	Tupi	
		Vermelho		Vermelho		
		Xacriabá		Xakriabá	Jê	
<b>Alto São Francisco</b>	Abaeté	Abaeté			Abaeté	Tupi
	Cataguá		Cataguá		Cataguá	Jê
	Kayapó		Caiapó		Cayapó	Jê

Localização (Unidade Fisiográfica)	Mapa de Nimuendaju	Mapa de Loukotka	IBGE cidades	Outras fontes	Denominação Atualizada	Família
	Tamoyo	Tamoyo			Tamoyo	Tupi
		Araxó			Araxó	Jê
		Araxué	Araxá		Araxá	Jê
		Goyá			Goyá	Jê
		Guaíba	Gaíba		Guaíba	Jê
		Malali			Malali	Maxakali
		Patacho			Pataxó	Maxakali
		Teremembé			Teremembé	Jê
	Cariri			Kariri	Kariri	
Serra de Cavalcante	Canoeiro	Canoeiro	Canoeiro	Canoeiro (BPE, 17__a)	Avá-Canoeiro	Tupi
	Akwé=Savante				Xavante	Jê
		Cherente			Xerente	Jê
			Curuxá		Krixá	Jê
Caatingueira (Depressões e Planaltos do Parnaíba, Gurguéia e Piauí)	Akroá	Acroa	Acoroá		Akroá	Jê
	Akwe=Savante				Xavante	Jê
	Amanayé		Amanajó		Amanajé	Jê
	Jaicó	Geicó			Jeicó	Jê
	Pimenteiras	Pimenteira	Pimenteira		Pimenteira	Borun (ou Karib)
	Timbira	Timbira			Timbira	Jê
		Amoipira			Amoipira	Tupi
		Capiecran			Capiecrã	Jê
		Cherente			Xerente	Jê
		Craho			Krahô	Jê
		Guegué			Guegué	Jê
		Kenpokatajé			Kempokatajé	Jê
		Manayé			Manajé	Jê
			Centossé		Centossé	-
		Cherém		Xerém	-	
		Golache		Galache	-	
		Mocoá		Mocoá	-	
		Rodelleiro		Rodela	-	
		Urucê		Urucê	-	
Depressão Goiana e Caiapônia (Planaltos de Acantilados e do alto Parnaíba)	Akroá				Akroá	
	Anicum	Anicum			Anicum	
	Boróro		Boróro		Boróro	
	Goyá	Goyá	Goyá		Goyá	
	Kayapó	Cayapó	Caiapó	Cayapó (BPE, 17__a) Cayapó (AHU, 1751) Cayapó (SGL, 1820)	Cayapó	
	Paresí				Paresí	
	Sakriabá	Chicriabá			Xakriabá	
		Imaré			Imaré	
		Orari			Orari	
		Vanhereri			Vanhereri	
			Araxá		Araxá	
		Cataguá		Cataguá		
		Xavante		Xavante		

Analisando esse quadro, nota-se que na extensão norte dos Gerais os Jê continuam sendo maioria, só que dessa vez a etnia que prevaleceu foi a Akroá, com cinco recorrências, em seguida vem a Guegué, com quatro. Com três incidências tem-se o Xerente, o Xavante, o Krahô e o Avá-Canoeiro, este que é o primeiro da família Tupi a ser citados por mais autores como habitante da região. Com duas aparições temos diversos povos também da família Jê, como o Xakriabá, o Kenpokateyé, e outras quatro etnias. Fora da família, ocorre apenas o Tupinambá, com uma recorrência; e o Karajá, também com apenas uma.

Assim, já podemos concluir que os Jê são a maioria nos Gerais núcleo (Espigão Mestre) e na área expandida. Agora resta saber no entorno.

A começar pelo vale do médio São Francisco, onde predomina floresta decidual. Nessa fisiografia o Jê com mais citações é o Akroá, citado três vezes; o Xakriabá, entretanto, juntamente com o Cayapó e o Guerém são citados apenas uma vez.

Por outro lado a família mais recorrente nessa região é a Tupi, cujas etnias Tupinaé a Amoipira são citadas três vezes cada, em seguida aparecem as etnias Aricobé e Tobajara. Por fim tem-se o Tupinambá e o Tupi que são citados apenas uma vez.

As famílias Maxakali e Kamakã também são bem citadas, quatro vezes cada uma, portanto em menor frequência que a Tupi. Por fim com menor recorrência estão a Borun (ou Karib), Turairiú e Pankaruru. Diversas outras etnias sem família linguística definida também ocorrem nessa área. Assim, o Tupi é a família linguística mais presente no vale do médio São Francisco.

Da mesma forma na Serra de Cavalcante, onde o Avá-Canoeiro é citado quatro vezes. E o Jê três. Por outro lado, na região das cabeceiras do São Francisco é o Jê que se faz maioria, principalmente as etnias Cataguá, Cayapó, Araxá e Guaíba.

Por fim na área com predominância de Caatinga, nos Planaltos do Piauí, o Jê também se faz maioria, e é a etnia Akroá novamente a que apresenta maior recorrência. Confirmando assim, que os Akroá são a maioria da porção norte dos Gerais.

Como uma forma de se compreender melhor estes dados, organizei o quadro 4.26, indicando apenas as etnias mais recorrentes em cada área dos Gerais e adjacências:

Quadro 4.26. Etnias geraizeiras mais citadas em cartografia

<b>Localização (Unidade Fisiográfica) na área foco de pesquisa</b>	<b>Família</b>	<b>etnias</b>	<b>nº citações</b>
Gerais Nucleo (Espigão Mestre)	Jê	Xakriabá	4
	Jê	Akroa	4
	Tupi	Aricobé	4
	Tupi	Tupinambá	2
	Jê	Cayapó	2
Gerais, expansão sul (Espigão Mestre, Chapada do Urucua, Vão do Paranã, Serra Geral e Planalto de Brasília)	Jê	Xakriabá	13
	Jê	Akroá	5
	Tupi	Aricobé	5
	Jê	Krixá	4
	Jê	Xerente	3
	Jê	Guaíba	3
	Jê	Cayapó	3
<b>Localização (Unidade Fisiográfica) nas adjacências imediatas</b>	<b>Família</b>	<b>etnias</b>	<b>nº citações</b>
Gerais – expansão norte (tabuleiros)	Jê	Akroá	5
	Jê	Guegué	4
	Jê	Xavante	3
	Tupi	Avá-Canoeiro	3
	Jê	Krahô	3
	Jê	Xerente	3
Vale do médio São Francisco	Jê	Akroá	3
	Tupi	Amoipira	3
	Tupi	Tupinaé	3
Alto São Francisco	Tupi	Abaeté	2
	Jê	Cataguá	2
	Jê	Cayapó	2
	Tupi	Tamoyo	2
	Jê	Araxá	2
	Jê	Guaíba	2
Serra Cavalcante	Tupi	Avá-Canoeiro	4
Catingueira (Nordeste)	Jê	Akroá	3
	Borun/Karib	Pimenteira	3
	Jê	Amanajé	2
	Jê	Jeicó	2
	Jê	Timbira	2
Depressão Goiana e Caiapônia	Jê	Cayapó	6
	Jê	Goyá	3
	Jê	Xakriabá	2
	Boróro	Boróro	2

<b>Total nas adjacências imediatas</b>	Jê	Akroá	12
	Jê	Cayapó	9
	Jê	Xavante	6
	Borun/Karib	Pimenteira	5
	Jê	Guegué	5
	Jê	Xerente	5
	Jê	Kraho	5
<b>Total Geral</b>	Jê	Akroa	17
	Jê	Xakriabá	16
	Jê	Cayapó	12
	Jê	Xerente	9
	Tupi	Aricobé	8
	Tupi	Avá-Canoeiro	7
	Jê	Xavante	6
	Jê	Guegué	6
	Borun/Karib	Pimenteira	6

Analisando esse quadro é possível perceber que o Xakriabá é a etnia que mais foi citada na área enfocada nesta pesquisa, que são os Gerais em sensu estrito (Espigão Mestre para o sul). Entretanto, os Akroá, que seria o segundo povo com maior presença nessa porção dos Gerais, como é possível observar no início do quadro, é o povo que mais se distribuiu pelas adjacências dos Gerais, especialmente na porção norte, como demonstra os totais nas adjacências e o total geral do quadro. Outra questão importante de salientar é a predominância Jê nessa região.

Já no quadro a seguir (4.27), eu isolei apenas as etnias citadas nos Gerais sensu estrito, e cruzei com as citações dessas mesmas etnias em outras regiões adjacentes. Daí é possível se observar por onde se dispersaram as respectivas etnias.

Quadro 4.27. Dispersão das etnias Geraizeiras nas adjacências

Gerais foco	Gerais norte	Médio São Francisco	Caatingueira	Alto São Francisco	Serra de Cavalcante	Depressão Goiana e Caiapônia
Akroá	Akroá	Akroá	Akroá			Akroá
Amoipira		Amoipira				Cataguá
Anicum						Anicum
Aricobé	Aricobé	Aricobé				
Assú	Assú					
Cayapó		Cayapó		Cayapó		Cayapó
Guaíba				Guaíba		

Gerai foco	Gerai norte	Médio São Francisco	Caatingueira	Alto São Francisco	Serra de Cavalcante	Depressão Goiana e Caiapônia
Jamela						
Kariri		Kariri		Kariri		
Krixá					Krixá	
Kururu						
Pimenteira		Pimenteira	Pimenteira			
Tapacuí	Tapacuí				Xavante	Xavante
Tremembé				Terembé		
Tupinambá	Tupinambá					
Tupiniquim		Tupiniquim				
Vermelho						
Xakriabá	Xakriabá	Xakriabá				Xakriabá
Xerente	Xerente		Xerente		Xerente	

Como é de se notar nesse quadro 4.27, os Akroá são realmente o que mais se distribuíram pelas adjacências, atingiram inclusive a Caatinga. Por outro lado, os Xakriabá se restringiram às áreas próximas ao Espigão Mestre.

O Cayapó, por sua vez, se restringiu a porção sul dos Gerais. E o Xerente, no lado oposto. O Tapacuí está posto junto ao Xavante, tendo em vista que LOWIE (1946c) indica que trata-se do mesmo povo. Ele também sinaliza que Krixá é uma denominação usual tanto para Xavante como para Xerente. Isso foi demonstrado por A. RODRIGUES (2004).

Por fim, com essas informações é possível estabelecer hipóteses sobre quais eram as etnias mais dominantes nesses territórios, e concluo que era principalmente a Xakriabá, cujo domínio se espalhava por todas as áreas enfocadas nesta pesquisa. Além dela, a etnia Akroá dominava a porção norte dos Gerais.

Sabendo de quais eram os povos que habitaram os Gerais passo a seguir apresentando alguns aspectos etnográficos dessas etnias, como uma forma de tornar factível a sua representação. Tendo em vista que grande parte desses povos não existem mais – pelo menos como eram no século XVIII.

Após estas descrições apresento uma proposta de mapeamento étnico para os Gerais.

## 4.2. Aspectos etnográficos das etnias indígenas Geraizeiras

Como vimos, após uma investigação em diversas fontes cartográficas, apresentado na seção anterior, localizei diversas etnias que viveram nos Gerais, a despeito do que Nimuendaju informou em seu mapa. As etnias predominantes são classificadas linguisticamente como integrantes da família Jê.

Entrementes, outras famílias como a Tupi, a Cariri, a Boróro, a Karajá, a Borun, a Kamakã, a Maxakali, dentre outras etnias cujas famílias linguísticas não foram identificadas, também tiveram alguma existência nos Gerais.

Assim, iniciarei, portanto, apresentando aspectos da família Jê, a mais presente nos Gerais, como evidencia o quadro 5.24. Passando em seguida aos Tupi, e na sequência às outras famílias linguísticas presentes no Gerais ou nas adjacências.

### 4.2.a. O Jê nos Gerais

No final da primeira seção do capítulo anterior informei que a arqueologia sugere que os povos que habitavam os Gerais durante o século XVI pertenciam, principalmente, à tradição ceramista Aratu, relacionada aos povos Jê. Essa tradição, a partir da Amazônia se estendeu pelos rios Tocantins-Araguaia e São Francisco em meados do século IX d.C., atingindo as cabeceiras destes rios no século X, evidenciando que os povos Jê praticavam a agricultura e o sedentarismo com maior frequência desde cerca do ano 1.000 d.C., abandonando-a por entre os séculos XVII e XVIII, “coincidentemente”, no momento das invasões luso-brasileiras.

A família Jê reúne as nações que dominaram os Gerais até meados do ano de 1800. Como é possível observar no quadro 5.24, ela foi a mais numerosa na região, bem como a que se distribuiu por uma extensão maior. Sua expansão máxima, de acordo com os estudos de NIMUENDAJÚ (2002a [1944]), abrangeria os atuais estados do Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ou seja, todas as regiões geográficas do país. Coincidindo praticamente com a área que fora ocupada pelo cerrado, além de parte da Amazônia oriental e Floresta de Araucárias da Mata Atlântica.

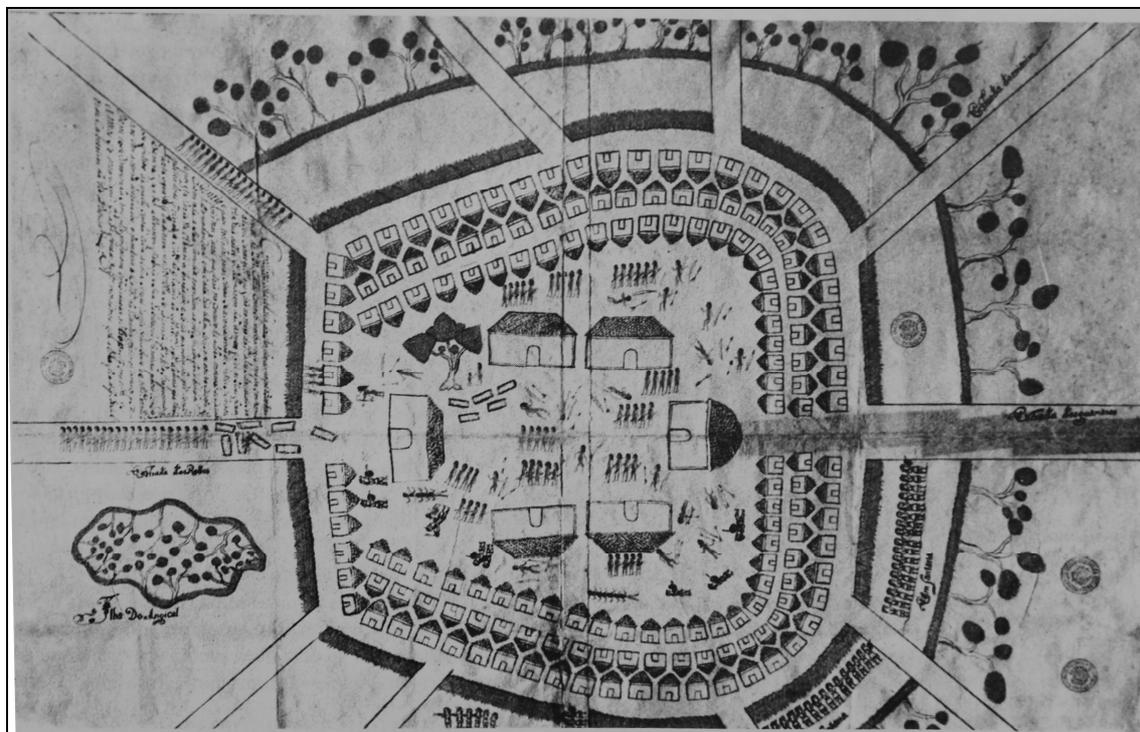


Fig. 4.28. Aldeia Jê retratada no século XVIII pelos portugueses (*apud*. CARNEIRO DA CUNHA, 1998b: 19).

A figura 4.28, apresenta a grandiosidade que era uma aldeia Jê no século XVIII, nota-se uma quantidade considerável de casas ao redor do pátio, onde há outras construções maiores. Comparando-se com aldeias de hoje, percebe-se a dimensão reduzida, tendo em vista que as guerras contra o luso-brasileiro diminuíram o contingente indígena, além de ter promovido o surgimento de estratégias de sobrevivência como o nomadismo exacerbado e o controle de natalidade. Considerando que o nomadismo seja uma prática eminente de povos

caçadores como os habitantes das savanas, porém, não há como negar que foi intensificado após as invasões luso-brasileiras.

BERTRAND (1999), considera os Jê os povos do Cerrado por excelência, e os compara com os nativos de outras savanas do planeta, especialmente em relação a obtenção de alimentos, onde a caça tinha um papel central, e a peculiaridade do nomadismo:

[Caçar veados {antílopes} e lobos], apostando em corridas ou em “esperas” nos bebedouros d’água era uma arte tanto para o bosquímano da savana africana, quanto para o mongol da estepe siberiana, quanto para o Jê do cerrado brasileiro. São – junto aos aborígenes da Austrália – os povos antigos das savanas do Planeta Géia, sociedades especiais na Eco-História da humanidade. (...) Os Jê, como os outros savaneiros mongóis, bosquímanos e [aborígenes] australianos eram fundamentalmente caçadores, de cultura guerreira portanto. Quem sabe bem abater um animal sabe melhor ainda abater um homem. E não deixam vestígios. As armas são de madeira, perecíveis. No cerne de sua cultura – embora praticassem pequena agricultura desde o ano 1000 – predispunham-se ao nomadismo (BERTRAND, 1999: 33).

A hostilidade que marcou a história de relações entre os povos das terras baixas sul-americanas ocorria para que um grupo pudesse marcar seu respectivo território. Cada tribo tinha uma área demarcada frouxamente, os conflitos geralmente ocorriam no tamponamento, ou “terra de ninguém”, entre elas. Atualmente, como o governo brasileiro exerce controle sobre o território indígena, conflitos inter-tribais deixam de tomar ritmo. O modelo de guerreiro não é capaz de exercer as atividades para as quais foram estabelecidos. Apesar disso, os jovens se preparam em silêncio para executar esse papel, principalmente entre os povos da família Jê, por meio dos ritos de passagem (DONAHUE JR., 1984: 41).

LOWIE (1946c: 477, tradução minha) define que “dentro da família Jê podem ser reconhecidos cinco ramos principais – a Noroeste, a Central, a Meridional, o Jeicó, e o Camacan (Kamakã) – classificação ocorrida devido a coincidência linguística e geográfica”<sup>9</sup>. No entanto, MARTINS (2011: 52-53), aponta elementos que corroboram para que Kamakã seja uma família do tronco Macro-Jê e não um ramo da família Jê. O mesmo autor informa que Jaikó é considerado dialeto da língua Akroá por Paul Ehrenreich conforme indica RODRIGUES

---

<sup>9</sup> “within the Ge family may be recognized five major branches – the Northwestern, the Central, the Southern, the Jeicó, and the Camacan (Kamakan) – linguistic and geographical classification happening to coincide” (LOWIE: 1946c: 477).

(2002 *apud*. MARTINS, 2001: 46). LOUKOTKA (1967; 1968) e NIMUENDAJU (2002a [1944]) também consideram o Kamakã uma família e não uma língua Jê.

Dentre as línguas/dialetos da família Jê que foram extintas estão: o Jaikó, povo que vivia no Cerrado e Caatinga piauiense; o Guegué, considerado por MARTIUS (1867b) como o mesmo povo Goyá, cuja etnia vivia na região da cidade de Goyáz e migraram para divisa entre os estados de Tocantins, Maranhão e Piauí; Guaíba, “uma vez falado na ilha de mesmo nome no rio São Francisco próximo à cidade de São Romão, em Minas Gerais”<sup>10</sup> (LOUKOTKA: 1968: 81, tradução minha).

Entrementes, das línguas extintas as mais conhecidas são o Akroá, cujos indígenas viviam nos Gerais do norte; e o Akwén, língua ancestral dos Xakriabá, os tradicionais moradores dos Gerais do sul. Essa língua ainda é falada pelas etnias Xerente (no Tocantins) e Xavante (em Mato Grosso). Os Xakriabá perderam o idioma, mas se mantêm como etnia emergente, pois miscigenaram com outros povos indígenas, negros e brancos, inclusive com Akroá e Cayapó (cf. R. SANTOS & ELOY, 2012; R. SANTOS & BARBOSA, 2012). Atualmente alguns indígenas Xakriabá estão aprendendo o idioma Akwén com os xerentes, para fortalecer sua identidade étnica.

Apesar de haver povos Jê residentes na Amazônia, seu bioma por excelência é o Cerrado, seu núcleo original pré-colombiano. Migraram para o poente por diversos motivos, que vão desde busca por áreas com maior disposição de caça e terras para o plantio, como se afastando da colonização luso-brasileira que vinham em três frentes:

1. da costa leste e nordeste, principalmente da Bahia, abrindo áreas para pastagem;
2. as bandeiras paulistas do sudeste que buscavam ouro e escravos nos sertões;
3. a frente amazônica que subia o rio Tocantins a partir de Belém em busca de escravos.

M. NOGUEIRA (2009) destaca que o semi-nomadismo dos povos Jê parece tê-los dado alguma vantagem comparativa em relação a outros mais sedentários, para sobreviver ao contexto das invasões luso-brasileiras. Afinal, destaca a autora, “a flexibilidade de sua economia e estrutura social ajudou esses povos a resistir e abandonar alguns recursos perdidos

---

<sup>10</sup> “once spoken on the island of the same name on the São Francisco River near the city of São Romão, state of Minas Gerais” (LOUKOTKA, 1968: 81).

para os colonizadores [como o fabrico de cerâmicas] e adorar outros, inclusive o saque de lavouras e rebanhos dos assentamentos coloniais” (p. 45).

Os povos que Jê que viveram (e vivem) nos Gerais são classificados na língua como Jê Centrais, e correspondem basicamente aos falantes de duas línguas registradas: a Akwén, e a Akroá.

### Akwén

Xavante, Xerente, Xakriabá, Tapacuí, Krixá e Guaíba

No passado, as etnias Akwén ocuparam todo o médio e alto Tocantins e Paranã (exceto nas matas da região de Cavacante) e o sul da Serra Geral que divide Bahia com Tocantins, Goiás e Minas Gerais, além da margem esquerda do rio São Francisco até os altos quando divide com a bacia do Paranaíba.

Xerente e Xavante (A'wen) são as únicas etnias existentes que falam a língua Akwém, cada uma com uma variação dialetal distinta. Além delas, o Xakriabá também foi uma variação.

Conforme o excerto citado é bem provável que os antigos Crixás (**Krixá**) da literatura colonialista também sejam um povo Akwén, conforme afirma RODRIGUES (2004)

um outro povo, cuja presença a leste do Araguaia foi registrada no século XVIII, é o povo Krixá, cujo nome ficou fixado no topônimo goiano Crixás. Pois esse é o nome que os dois povos indígenas vizinhos dos atuais Xavante dão a estes em suas respectivas línguas: em Karajá *Krysa* ou *Kyrysa* e em Tapirapé *Kyrytxa*. Isso faz pensar que os atuais Xavante ou A'wen são descendentes dos Krixá do século XVIII (P. 71).

BERTRAN (1999:67) apresenta relatos do século XVIII, que apontam que a etnia Crixá seja mesmo alguma tribo Jê central, cujos alimentos e configuração da aldeia é aparentemente próxima a dos atuais Xavante. Ele baseia-se principalmente nos relatos do alferes Silva Braga, da expedição de Anhanguera II, que se deparou com uma aldeia desses índios nas cabeceiras do rio Paranã, próximo a atual cidade de Formosa:

Chama-se esse gentio Quirixá, vive aldeado, usa arco e flexa e porretes; é muito claro e bem feito; anda todo nú, assim homens como mulheres. Tinham 19 ranchos, todos redondos, bastantemente altos e cobertos de palmito, com uns buracos juntos ao chão em lugar de portas; em cada um destes viviam 20 a 30 casais juntos, as camas eram uns cestos de buritis que lhes serviam de colchão e cobertas; eram pouco mais de 600 almas; estava situada toda esta aldeia junto dum grande córrego com bastante peixe e bom; no segundo dia que marchamos a buscá-la, encontramos um rio caudaloso em que havia muitos peixes, cajú, palmitos e muita caça, que nos serviu de muito. Nesta aldeia achamos 200 mãos de milho, 25 batatais, muitas araras e também alguns periquitos, que nos serviam de sustento e de regalo; tinham também bastante copias de cabaça e panelas e uma grande multidão de cães, que mataram quando fugiram e retiraram de todo, só afim de não serem sentidos das nossas armas, como experimentamos depois nas bandeiras que se lançaram a espíá-los. (narrativa do alferes José Peixoto da Silva Braga ao padre Diogo Soares, em 1734, a respeito da expedição de Bartolomeu Bueno da Silva II, de 1722, in Zoaroastro ARTIAGA, Contribuição para a História de Goiaz, p. 16-23, Goiânia, Departamento Estadual de Cultura, 1947, *apud*. BERTRAN, 1999: 76).

No período colonial brasileiro os Akwén “ocupavam originalmente a bacia do Tocantins, desde o sul de Goiás até o Maranhão, estendendo-se do rio São Francisco ao Araguaia” (D. RIBEIRO, 2009 [1970]: 80). Foram invadidos inicialmente por bandeirantes paulistas a partir do final do século XVI e, a partir de meados do século XVII, vaqueiros baianos passaram a compor o grupo dos invasores (LOPES DA SILVA, 1998 [1992]: 362).

Os atuais **Xavante** se autodenominam A’wen, e que o termo *Xavante* foi utilizado no período colonial para denominar diversos povos. LOPES DA SILVA (1998 [1992]) informa que os Akwén-Xavante, principalmente a partir do século XVIII, promoveram constantes migrações no sentido NE-SO, do sul do Maranhão e Piauí para o atual leste mato-grossense. Esses deslocamentos foram promovidos devido às constantes investidas de Luso-Brasileiros em seu território. E

“foram feitas mediante o confronto frequente com outros grupos indígenas (...) atravessando territórios de grupos que, se não eram, tornaram-se inimigos; desalojando uns, fugindo de outros. (...) [Isso] o registram narrativas orais a respeito do passado e assim o ancora o *ethos* guerreiro que o caracteriza” (p. 357, grifo da autora).

Em entrevista que realizei em maio de 2012 com alguns anciões da aldeia Etenhiritipá, localizada na terra indígena Pimentel Barbosa, município de Canarana-MT, eles afirmaram que na mitologia de seu povo, os antigos contam que vieram de onde nasce o sol, atravessaram o grande rio Araguaia fugindo do colonizador, e que “onde há muito buriti aí é o nosso lugar”. Corroborando com a hipótese defendida por RODRIGUES (2003: 71), pois onde

há hidronímia Crixá, há presença de buritizais, alguns deles localizados nas proximidades da cidade de Formosa-GO.

Estudos de WELCH (2009: 21-22) apontam para uma área ainda mais longínqua, por meio da história oral, indica que este povo traçou uma trajetória contínua de migração da costa atlântica ao Brasil Central. Nesse momento houve o primeiro contato com o europeu (LOPES DA SILVA, 1998 [1992]: 262).

Em meado do século XIX atravessarem o rio Araguaia e o rio das Mortes (antigo rio Manso) (*ibid.*), onde existiu a última aldeia Xavante unificada, Sõrepré, de onde se dispersaram para a atual configuração (WELCH, *op. cit.*). No entanto, os citados autores informam que desconhecem outros indícios históricos que comprovem uma ocupação Jê (ou Akwén-Xavante) na costa brasileira.

Os **Xerente**, outra etnia falante da língua Akwén, antes do contato com o colonizador, dominava a região entre o rio Tocantins e a vertente leste da Serra Geral, chegando ao sul do Maranhão e Piauí (MARTIUS, 1867: 275). Atualmente habitam apenas a região norte do estado do Tocantins.

A análise de documentos históricos do contato entre colonizadores luso-brasileiros na Capitania de Goiás setecentista com xavantes e xerentes demonstra que ou eram um povo só ou não são claramente diferenciados, isto pelo menos até a migração final para o oeste do atual povo Xavante sobre o rio Araguaia no início e meados do século XIX (WELCH, 2009: 22).

WELCH (2009: 21-22) diz que anciãos Xavante contam que antes da divisão em Sõrepré, houve a divisão com o povo Xerente. Esta divisão ocorreu provavelmente quando habitavam o norte do atual estado do Tocantins na primeira metade do século XIX. LOPES DA SILVA (1998 [1992]: 364-365) indica que isso se deu devido ao confronto com os Krahô, que os impediram de marchar para o norte. A partir disso, um grupo Xavante decidiu, pacificamente, se fixar às margens do Tocantins, aceitando o contato com o Luso-Brasileiro, eram os Xerente; o outro grupo rumaria para o sudoeste, atravessando o Araguaia pelo sul da Ilha do Bananal, expulsando os Araé que viviam junto ao rio das Mortes (antigo rio Manso); combatendo, também, os Boróro, ao sul desse território, e os Karajá, ao norte (*ibid.*: 367).

Os **Xakriabá** completam a tríade falante desta língua Jê, que apesar de existirem como etnia, o dialeto desapareceu, e atualmente apenas falam o Português. A “tribo dos Sakriabá” é indicada no mapa etno-histórico de Curt NIMUENDAJU (1987 [1944]), mas, é dada como extinta no século XVIII. Isto levou a FUNAI a considerar os Xakriabá como “povos emergentes” (ou ressurgentes), cujo reaparecimento nos registros oficiais ocorre apenas no final da década de 1960. Antes disso, o povo autodenominava-se “Caboclos do Senhor São João” e podem ser remanescentes de diversas etnias como os Cayapó, Pimenteiras, além dos próprios Xakriabá e quilombolas que se refugiaram no interior de uma área doada no início do século XVIII para abrigar indígenas que contribuíram na “pacificação” da região (SANTOS, 1997; R. SANTOS & ELOY, 2012).

Por meio de história oral que realizei junto a anciões e professores indígenas da Terra Indígena Xakriabá, no município de São João das Missões-MG, eles contaram que os Xavante e os Xerente partiram para o oeste, e os Xakriabá ficaram nas margens do rio São Francisco, mas quando isso ocorreu, não havia contato nenhum com o “branco” (R. SANTOS & ELOY, 2012).

SAINT-HILAIRE (1937 [1847]) informa os limites do território dos Chicriabás<sup>11</sup> “nação que habitava os desertos do Paranã [em Goiás] e se estendera até às margens do S. Francisco, na parte setentrional de Minas” (p. 274).

MARTIUS (1867) afirma que o nome desta etnia tem origem no vocabulário Cayapó, cuja palavra Chicriä significa “proteger os pulsos”, pois os Xakriabá tinham o costume de amarrar cordas nos pulsos para protegê-los. O autor relata que:

No início do século passado [XVIII], eles foram atacados pelos colonos no Rio de S. Francisco, e em parte levados para o cativeiro. Alguns Chicriabás podem ser encontrados nas cabeceiras do Rio Gurguéa [Piauí] e do Rio Grande [Gerais baianos], porção oeste da bacia do S. Francisco, onde os colonos vizinhos informam os perigos que passam as caravanas que se deslocam de Pilão Arcado à Duro (p. 278, tradução minha)<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> O autor em nota explica que adotou esta grafia como a correta tendo em vista que “a própria tribo dizia-se Chicriabás, e foi esse mesmo nome que me transmitiu, nas margens do S. Francisco, o digno capitão Cleto (...) Eschwege, que visitou como eu a aldeia de Sant’Ana, não adota, tampouco, a forma Chacriabás, e se escreve Xicriabás” (SAINT-HILAIRE, 1937 [1847]: 274).

<sup>12</sup> “Am anfrage des vorigen Jahrhunderts wurden sie von den Ansiedlern am Rio de S. Francisco bekriegt und theilweise in Gefangenschaft geführt. Einige Haufen von Chicriabás sollen sich zwischen den Quellen des Rio Gurguéa und des Rio Grande, eines westlichen Beiflusses des Rio de S. Francisco behaupten und den

274

SAINT-HILAIRE (1850) noticia, nos relatos de sua viagem ocorrida em 1817, que, às margens do rio São Francisco, os “Chicriabás”, edificaram uma aldeia com o nome de São João dos Índios, e que são “descendentes dos antigos habitantes deste país”(p. 397)<sup>13</sup>. Ele relata também que: “Esses índios fundiram-se com negros e mestiços; todavia, por ocasião de minha visita, reclamavam do rei o privilégio de serem julgados por um dentre eles, regalia que a lei faz, creio, apenas aos índios puros” (*idem*)<sup>14</sup>.

MARTIUS (1867: 278) informa ainda que muitos Xakriabás viviam nos sertões do Julgado de Araxá, outros aldeados em Santana e Rio das Pedras, no caminho de São Paulo à Goyaz (região do Triângulo Mineiro), juntamente com Karajás, Tapirapés e Boróros.

Atualmente vivem na região sanfranciscana entre Minas Gerais e Bahia, suas terras foram demarcadas a partir do final da década de 1980, após violentas ações de fazendeiros para usurpá-las. Muitos indígenas dessa etnia vivem como posseiros em suas terras ancestrais ainda não demarcadas, e lutam para tê-las reconhecidas (SANTOS & ELOY, 2012). As pressões para usurpação de suas terras levaram este povo a se refugiarem em áreas inférteis, como as serras do noroeste mineiro, onde há carência de água; também foram cercados por fazendas de criação de gado, reduzindo a disponibilidade de recursos naturais para a manutenção de sua cultura, inclusive alimentar (SANTOS & BARBOSA, 2012). Em ambos os artigos citados, levantamos a hipótese de que o fato de expulsão de índios para terras inférteis deve ter ocorrido com outras nações indígenas, principalmente no nordeste brasileiro.

Próximo a essa região havia os **Guaíba**, que viviam no rio São Francisco, em ilhas e em suas margens. Esse povo também falava uma língua muito próxima ao do Xakriabá (LOUKOTKA, 1968: 81) e muito provavelmente os Xakriabá de hoje podem ter recebido remanescentes dessa etnia na sua reconfiguração étnica pós-“pacificações”.

---

benachbarten Ansiedlern und den Karavanen, die von Pilão Arcado nach Duro ziehen, gefährlich warden” (MARTIUS, 1867: 278).

<sup>13</sup> “Les descendants de ceux qui jadis habitaient ce pays” (SAINT-HILAIRE, 1850: 397).

<sup>14</sup> “Ces Indiens se sont alliés avec des nègrer et des métis; cependant, à l'époque de mon voyage, ils réclamaient du roi le privilège d'être jugés par l'un d'entre eux, privilège que la loi n'accorde, je crois, qu'aux véritables Indiens” (*ibidem*).

Um fato que pode levar a essa hipótese é a de que há famílias Xakriabá que vivem na beira do rio, e outras nos campos gerais dos chapadões. Terão elas as mesmas origens étnicas? Ou será que a unificação em torno do Xakriabá não foi uma saída para e da terra? Quando eu entrevistei os Xakriabá alguns se intitulavam como Gamela, Rodela, Gameleira... Disseram até que tinha uma família Cayapó lá. Esse fenômeno é o mesmo que ocorre com os Pataxó Hã-hã-hãe e com os Tupinambá de Olivença, que nada mais são do que uma ajuntamento de etnias em torno de uma etnicidade para garantir a sobrevivência de sua identidade ancestral, ou parte dela..

### Akroá Goyá e Guegué

A língua Akroá é considerada extinta (RODRIGUES, 1999b: 167), e foi falada por, pelos menos, duas etnias, a Akroá (Aruã, Acoroá, Aroá ou Akroá-Mirin) e o Goyá (Gueguê, Goguê).

A etnia Akroá ocupou os sertões do nordeste de Goiás (atual leste do estado de Tocantins), sul do Piauí, oeste da Bahia (antiga comarca São Francisco da Capitânia de Pernambuco) e sudeste do Maranhão (APOLINÁRIO, 2005: 32).

O mapa de NIMUENAJU (1987 [1944]) considera esta etnia como extinta e registra sua presença, além das áreas citadas por Apolinário (*op. cit.*), as regiões centrais de Piauí e Maranhão. CHAIM (1983 [1974]: 99) informa que os Akroá foram aldeados em São Francisco Xavier do Duro (Duro), no ano de 1753, e em São José do Duro (Formiga), no ano de 1755, ambos próximo a atual cidade de Dianópolis-TO; e em São José do Mossâmedes, no ano de 1755, próximo a cidade de Goiás-GO. Em 1775 quase todos Akroá de Formiga foram transferidos para Mossâmedes.

Outra etnia que falava a língua Akroá era a Gueguê. MARTIUS (1867: 280, tradução minha) sinaliza que “os Goguês ou Gueguês são remanescentes do antigo Goyá”<sup>15</sup> e que habitaram a região entre Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia após serem expulsos do sul de

---

<sup>15</sup> “Die Goguês oder Gueguês sollen Reste der ehemaligen Goyaz seyn” (MARTIUS, 1867: 280).

Goiás, inclusive das margens do rio Vermelho, na atual cidade de Goiás-GO, ainda no início da garimpagem na região, durante a primeira metade do século XVIII. Sua língua era próxima à Akroá, com quem se misturaram para sobreviver na nova área. O referido autor informa que visitou – em meados do século XIX – o aldeamento de São Gonçalo do Amarante, onde encontrou 130 pessoas da etnia Gueguê e falantes da língua. NIMUENDAJU (1987 [1944]) considera-os como extintos.

Como o leitor pode observar, minha base de informações consistiu mormente sobre relatos indiretos e bibliografias do que observações diretas, tendo em vista que muitos povos geraizeiros não existem mais. Os sobreviventes, os quais tive a oportunidade de realizar um trabalho de história oral em algumas comunidades, aparentemente não possuem recordações de seu passado no período colonial brasileiro.

Também busquei localizar descendentes de povos considerados extintos como os Akroá, na região de Dianópolis, no local onde houve a missão do Duro. A missão estava lá, como o leitor pode observar nas fotos que apresentei no item referente aos aldeamento no capítulo anterior, porém os moradores desconheciam seu passado indígena. No entanto, devido ao pequeno tempo disponível para esse trabalho de campo, não tive êxito em localizar tais pessoas, apenas presenciei a intensa presença negra na região, o que corrobora com as constatações de Anjos (2009) de que ali seja uma região com altos índices de remanescentes quilombolas.

Talvez com um trabalho de campo mais dedicado, que envolva a região de fronteira entre Tocantins, Bahia e Piauí poder-se-á indicar maiores indícios ou até mesmo evidências de comunidades com grau de parentesco próximos aos Akroá, Gueguê (Goyá) e outros grupos considerados extintos. Vale ressaltar que o povo Aricobé está em processo de emergência étnica na região de Angicos (nos Gerais da Bahia), local de uma antiga missão católica.

Além dos povos Akwén e Akroa, que foram maioria nos Gerais, outros povos Jê se fizeram presente, como demonstrei nos quadros recentemente apresentados. Um deles, que circulou principalmente na região sul dos Gerais, foram os Cayapó.

## Panárá Cayapó Meridional

BERTRAN (1999: 34) defende que “os Jê dividiam-se em diversas nações individualizadas e, não raro, rivais entre si.” Dentre elas ele destaca a dos Cayapó:

Índios que a historiografia do conquistador abomina, por sua alta capacidade de resistência e retaliação contumaz, “o mais bárbaro e indômito de quantos produziu a América”, no dizer de João Manoel de Mello, governador de Goiás em 1760. Em expansão desde o século XVIII, teriam reduzido os índios Goiá – outrora numerosíssima nação ocupante do norte de Minas e [sul] de Goiás – a uma centena de pessoas (BERTRAN, 1999: 34).

Os Cayapó Meridionais eram conhecidos no período colonial brasileiro como Bilreiros ou Ubirajaras (Caceteiros na língua Nhehen-gatú), devido a maestria no uso de armas como a borduna na abertura de crânios do inimigo colonizador, onde “agiram com ações guerreiras que os tornaram conhecidos como um dos grupos mais temidos e, em decorrência, mais intensamente combatidos durante o século XVIII e XIX em todo o Brasil Central” (GIRALDIN, 2000: 163).

Os Cayapó do Sul chegaram na região do alto Tocantins-Araguaia e Paranaíba, por volta do século X d.C. dispersando os feitores do estilo cerâmico Jataí, provavelmente ancestrais dos Goitacá (Puri) e Kamakã (BROCHADO, 1984: 216).

RODRIGUES & DOURADO (1993: 505) apresentaram elementos que indicam que o atual povo Panará, ou Kreen-Akarore, alcunhados de “índios gigantes” pelos irmãos Vilas-Boas no período de criação e implantação do Parque Indígena do Xingu nas décadas de 1950-60, são os mesmos Cayapó Meridionais. Os autores compararam quatro vocabulários, um dos Kreen-Akarore (Panará da Amazônia), registrado por Luciana Dourado em 1990; outro dos Panará, registrado por Alexandre Barbosa em 1911 na região do Triângulo Mineiro; e outros dois dos Cayapó do Sul, registrados no século XIX pelos naturalistas Pohl e Saint-Hilaire, no aldeamento de São José de Mossâmedes, Goiás. A conclusão foi que de que

a língua Panará de Barbosa, apesar de falada em 1911 no oeste de Minas Gerais, é a mesma dos Panará atuais, que em 1972 viviam no rio Peixoto de Azevedo, a oeste do alto Xingu, ao passo que a língua registrada por Pohl e Saint-Hilaire em 1819 em São José de Mossâmedes, Goiás, também é a mesma, mas possivelmente uma leve variante dialetal (RODRIGUES & DOURADO, 1993: 505).

GIRALDIN (2000) ainda demonstra similaridades entre a tecnologia de cestaria e aspectos da cosmologia, indicando que se trata da mesma etnia, que havia migrado para a Amazônia devido a combates com os bandeirantes de séculos passados no Cerrado brasileiro nas regiões do noroeste paulista, triângulo mineiro (pertencente à Goiás até 1806), sul de Goiás e leste mato-grossense. O referido autor informa que na mitologia dos Panará, eles acreditam “que seus ancestrais vieram do leste, de uma área de campo aberto, para a área de floresta fechada do Rio Peixoto de Azevedo e que os inimigos estão no leste e não no oeste” (p. 175).

### 5.2.a.i. Os Jê adjacentes aos Gerais

---

Alguns povos Jê, como identifiquei no início deste capítulo, viveram e vivem próximo aos Gerais, e provavelmente em algum momento de suas história devem ter perpassado por lá. Para não me aprofundar em detalhes sobre todos eles, abordarei apenas dois grupos, cujo ambiente primordial são Gerais que se estendem pelos tabuleiros do alto Parnaíba, Jalapão e Piauí, que são o Jaikó, o Jê Caatingueiro, e os Timbira, que antes da invasão luso-brasileira também viveu na zona de contato entre Cerrado e Caatinga, mas foram empurrados pelos vaqueiros baianos para o sul do Maranhão.

#### Jaikó

Jaikó é a única língua considerada do ramo nordeste da família Jê, é um povo que habitou o cerrado e a caatinga piauiense e foi extinto no século XIX. MARTIUS (1867: 279) informa que obteve contato com alguns poucos indígenas dessa etnia:

Atualmente eles compartilham o mesmo destino de seus parentes: eles estão morrendo. Eu só vi uns poucos indivíduos que foram apanhados como vagabundos em Joazeiro, no Rio São Francisco. Eles explicaram que vieram da aldeia Cajueiro no Piauí. (...) De suas bocas amostras de fala foram registradas (MARTIUS, 1867: 279, tradução minha).<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> “Gegenwärtig theilen sie das Schicksal der übrigen, aus ihren Wohnorten versetzten Horden: sie sterben aus. Ich habe nur einige Individuen gesehen, welche als Landstreicher in Joazeiro am Rio São Francisco aufgegriffen

LOWIE (1946f: 567) informa que esta língua é praticamente desconhecida e que quando eles foram contatados pela primeira vez com os europeus, vivam na região entre os rios Gurguéia e Canindé, no centro-leste piauiense, ocupando até suas cabeceiras no interflúvio com a bacia do Rio São Francisco. Região que foi ocupada por criadores de gado advindos da Bahia no século XVII (RODRIGUES, 1999b: 171), que entraram em choque com estes indígenas, até sua eliminação total em meados do século XIX.

### Timbira

Os Timbira foram mencionados em 1728 ocupando a região situada à leste do Rio Parnaíba, e são registrados como nativos hostis do Piauí em 1769. O deslocamento de leste para oeste se deu devido a ocupação de suas terras por pecuaristas vindos da Bahia. Em 1810 formaram uma sólida zona cruzando o sul do Maranhão. Neste período, diversas expedições eram formadas para escravizá-los (LOWIE, 1946c: 479) com a finalidade de usá-los como mão-de-obra para a cultura de arroz e algodão, bem como usurpar suas terras para este tipo de cultivo (MELATTI, 2012).

Em 1821, a Corte Portuguesa determina que se proceda a demarcação das terras das Cinco Nações Unidas (Canelas finas, Copunharó, Carahó, Timbira e Gavião), atendendo requerimento enviado pelo capitão Lourenço Alves dos Santos, indígena da etnia Canela, considerado “comandante cristão” dessas nações pelas autoridades portuguesas. Em 23 de março de 1822, a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino emite Portaria, referendada pela “amizade e aliança com os súditos indígenas dessas nações”, para que fosse demarcada uma área situada entre os rios Tocantins e Grajaú (até o rio Turi), onde deveriam edificar um “majestoso templo dedicado a São João Baptista”, e outra área acompanhando as margens do rio Gurupi até o mar. Também foi concedida uma “ponta de terra, que corre das fontes dos mesmos rios Turi e Gurupi até as suas praias do mar, a barra das Caniviuras, que são

---

wurden. Sie erklärten, von einer Aldea Cajueiro im Piauhy zu kommen.(...) Aus ihren Munde sind Sprachproben aufgezeichnet” (MARTIUS, 1867: 279).

justamente as portas principais por onde os primeiros Portugueses entraram no ano de 1614 para expulsar os Holandeses” (ANTT, 182\_).

Em meados do século XIX doenças e sucessivas guerras com colonos reduziu a população Timbira (LOWIE, 1946c: 479). No século XX, projetos de infra-estrutura de transportes, como a rodovia Belém-Brasília, e a ferrovia Carajás-São Luíz, compuseram o quadro conflituoso entre o Estado e os Timbira (MELATTI, 2012).

Estes foram os Jê que viveram ou perpassaram pelos Gerais. Mas como vimos nas classificações antropogeográficas que efetuei no início deste capítulo, não havia somente Jê nos Gerais, havia diversas outras famílias, como a Tupi, que veremos a seguir.

### Kayapó

A língua Kayapó é falada por diversos indígenas que atualmente habitam o sudeste do Pará (bacias do Xingu e Araguaia), formando uma grande variação dialetal. No entanto, chegaram a esta região em meados do século XIX, vieram migrando do Cerrado e ecótono com Amazônia localizados na região onde se encontram os rios Tocantins e Araguaia (VERSWIJVER, 2012).

Kayapó é derivado de um termo Tupi que significa macaco, e era usado pelos seus inimigos para identificá-los (DONAHUE JR.,1984: 50). Assim, as etnias falantes da língua Kayapó preferem serem identificados pelo nome étnico em sua própria língua, como Gorotire, Mekrãnoti, dentre outros.

### Suyá

A língua Suyá é muito próxima à dos Kayapó, e assim como estes, migraram dos cerrados para a Amazônia, provavelmente foram empurrados para o oeste pela expansão da fronteira colonial luso-brasileira dos primeiros quatro séculos, até chegarem no alto Xingu em meados do século XIX (SEEGER, 1981: 47), separando-se em dois grupos, os Kisêdjê e os

Mengapëre (Tapayuna). Os Suyá já habitavam a área do atual Parque Indígena do Xingu, quando da visita de Steinen, em 1884 (SEKI, 1989: 604).

### Tremembé, Araxá e Cataguá

SENNA (1908: 68) classifica o Tremembé como um ramo da família Kariri, cuja etnia ainda vive no litoral do Ceará, no entanto não são falantes da língua original. R. RIBEIRO (2005: 113) indica que os Araxá e os Cataguá, que viveram no centro-oeste mineiro, são integrantes desse mesmo ramo cearense, que subiram as vertentes do Paranaíba após os conflitos na costa do Maranhão e Ceará com os europeus nos séculos XVI e XVII, até atingirem o rio São Francisco e subirem na direção de suas cabeceiras em Minas Gerais. SENNA (1908:18-19) tem como hipótese que os Guayaná (ou Wayaná) de São Paulo também pertençam ao ramo Tremembé da família Kariri. No entanto, nenhum destes autores apresentou evidências lingüísticas, arqueológicas, etnográficas ou históricas suficientes para classificá-las.

VALLE (2012) considera a hipótese de que eles pertenceriam a uma família lingüística específica no passado pré-contato, não sendo possível classificá-la no quadro das línguas ameríndias. MÈTRAUX (1946b), em relação aos Tremembé, aponta que:

A sua linguagem é desconhecida, mas certamente diferente do Tupi. A julgar pelos poucos dados sobre a cultura, eles pareciam ter pertencido às tribos primitivas que ocuparam a costa brasileira antes das migrações Tupi (p. 573, tradução minha)<sup>17</sup>.

D'EVREUX(2009 [1615]) descreve um evento em que os Tupinambá sofreram um ataque dos Tremembé, demonstrando o quanto eram diferentes:

[os Tupinambás] foram encontrados com a cabeça rachada; os machados de pedra, com os quais suas cabeças tinham sido abertas, estavam colocados sobre seus corpos, conforme o costume de nunca mais utilizar uma arma que tiver servido para matar um inimigo. Caroupyran (Caruatá-piranga) (...) explicou-me que os Tremembé tinham por hábito, todos os meses, no primeiro dia da lua crescente, passar a noite fabricando esses machados até que ficassem perfeitos. (...) Enquanto

---

<sup>17</sup> “Their language is unknown, but certainly differed from Tupi. Judging from the few data on their culture, they seemed to have belonged to the primitive tribes which occupied the Brazilian coast before the Tupi migrations” (MÈTRAUX, 1946b: 573).

fazem esses machados, as mulheres, as moças e as crianças ficam do lado de fora dos ajupãs, dançando e cantando de frente para a lua crescente. Esses Tremembé são valentes e temidos pelos Tupinambá; sua estatura é boa, eles correm muito rápido, e mudam frequentemente de moradia. Sua alimentação mais frequente é o peixe, mas não deixam, quando querem, de ir à caça. Não perdem tempo trabalhando nas roças, ou construindo ocas; moram nos ajupãs, e preferem as planícies às florestas. (...) Não costumam carregar muita coisa com eles, apenas seus arcos e flechas, os machados, algumas Couís (cuias) e cabaças para pegar água e algumas panelas para cozinhar os alimentos. (...) Seus corpos são robustos, de tal maneira que, pegando um de seus inimigos pelo braço, jogam-no ao solo, como se fosse um frango. Quase sempre, dormem em cima da areia. (p. 248-249).

Os machados, que eram produzidos em formato de meia-lua, são semelhantes aos produzidos pelos Canela (Timbira), e são conhecidos como “machados-âncora”<sup>18</sup> (MÈTRAUX, 1946b: 573, tradução minha), encontrados arqueologicamente ao longo da costa brasileira. Isso corrobora com a hipótese desse grupo étnico pertencer ao tronco Macro-Jê, ou até mesmo Jê. No entanto, apenas estudos aprofundados de linguística, etnologia, arqueologia e historiografia poderá confirmá-la.

LOUKOTKA (1968) inclui os Araxá, Cataguá e os Teremenbé na família Jê, e BROCHADO (1984: 226) indica que a cerâmica Sapucaí, da Subtradição Aratú (Tradição Pedra do Caboclo), recorrente nas cabeceiras do Rio Grande, está relacionada aos primeiros. Neste trabalho eu considere esse entendimento de Loukotka.

## 5.2.b. Tupi nos Gerais

A família Tupi-Guarani, como já apresentado, é a mais numerosa do tronco Tupi, e a única atualmente presente na região dos Gerais, no Brasil Central. Apresenta de acordo com CORREA-DA-SILVA (2010b) 45 línguas, divididas em oito subgrupos.

A protolíngua Tupi-Guarani pode ter surgido entre 2.000 a 1.700 a.C, derivada do Proto-Tupi, cuja idade é de cerca de 5.000 anos. Estudos arqueológicos apontam que os grupos Tupi-Guarani chegaram a costa leste do continente sul-americano entre os séculos III a

---

<sup>18</sup> “anchor axes” (MÈTRAUX, 1946b: 573).

X d.C, onde encontraram uma riqueza protéica advinda de mariscos e crustáceos, que somadas aos da floresta tropical atlântica, permitiu um considerável aumento da população (CORRÊA-DA-SILVA, 2010b: 32-34).

A busca do ponto de dispersão inicial da família Tupí-Guarani deve considerar não só a localização do centro de dispersão do tronco Tupi, mas também a distribuição geográfica dos oito subconjuntos de língua da família, a maior afinidade dessa família com uma outra das demais famílias do tronco Tupi e pelo menos um outro fator revelado pela pesquisa comparativa: o contacto que deve ter havido entre o Proto-Tupí-Guarani e o ancestral das línguas Karib norte-amazônicas (RODRIGUES, 2000b: 1598-1899 *apud.* CORRÊA-DA-SILVA, 2010b: 45).

CORRÊA-DA-SILVA (2010b: 48), com base em estudos arqueológicos, ressalta que as movimentações realizadas pelos grupos Tupí-Guarani, em diversos momentos, sobretudo antes da invasão europeia, parecem ter sido causadas por “pressão demográfica, modalidades sócio-políticas de fracionamento de aldeias, necessidade de manejo agroflorestal, etc.”. Portanto, não se trata de simples migrações, mas expansões, com o intuito de dominar novos territórios sem abandonar os originais (CORRÊA-DA-SILVA, 2010a: 75). Diferentemente dos deslocamentos causados pela presença do colonizador europeu em tempos históricos, movimentos migratórios de fuga, definidos pelo abandono da terra original para escapar da crueldade dos europeus, por exemplo, o caso dos Tupinambá (ou Caeté) de Pernambuco que partiram para o Maranhão entre 1560 e 1580.

Estudos arqueológicos no alto Ji-Paraná indicam que a diferenciação entre os grupos Tupi na região de Rondônia deve ter-se iniciado entre 4.000 e 3.000 a.C, e a tradição Proto-Tupiguarani deve ter surgido no final desse período, quando iniciaram a prática da agricultura. A migração do subgrupo Proto-Tupinambá dessa região pode ter-se iniciado a partir de 1.800 a.C. Estes deslocamentos estariam associados às condições climáticas, onde períodos quentes e úmidos proporcionariam o aumento da população e expansão do território, e em períodos quentes e secos diminuiria a população, com muitas mortes, dispersando as tribos antes conectadas, causando migrações (MILLER, 2009: 37-87, *apud.* CORRÊA-DA-SILVA, 2010b: 54-55).

O ponto de dispersão do proto-Tupiguarani deve ter sido localizado entre os rios Amazonas, Madeira, Guaporé e Tapajós (*op. cit.*, p. 56). O modelo arqueológico o localiza na área noroeste desse polígono, no baixo rio Madeira e Tapajós, onde o proto-Tupinambá

seguiria sentido rio Amazonas até o litoral, colonizando a costa brasileira de norte a sul, e o Proto-Guarani subiria o rio Madeira até atingir as cabeceiras do Paraguai, e colonizaria esta bacia até o litoral sul brasileiro, encontrando novamente o primeiro fluxo (BROCHADO, 1984).

O modelo linguístico, por sua vez, localiza o ponto de dispersão do proto-Tupiguarani na porção sudeste deste polígono, região do rio Arinos. Primeiramente dois grupos, o proto-Tupi-Boliviano e proto-Tupinambá, seguiram na direção sul entrando na bacia do Paraguai, quando o primeiro seguiria para oeste, ocupando Bolívia e bacia do Guaporé-Madeira, e o segundo para leste, na bacia do Paraná, até atingir a costa Atlântica, por volta do século VI d.C, colonizando-a de sul para norte. Outro grupo, os proto-Guarani, faria o mesmo caminho do primeiro, no entanto em momento posterior, teria se relacionado com ele até meados dos séculos XIV e XV d.C, quando então dominaria a região central do Paraguai-Paraná até o litoral sul do Brasil, momento de encontro com o segundo grupo. Os grupos amazônicos, por sua vez, permaneceriam entre os rios Xingu e Tocantins até os primeiros contatos com o europeu, com exceção do Tenetehára, que estaria localizado a leste deste rio, nas cabeceiras do Pindaré, no Maranhão (CORRÊA-DA-SILVA, 2010b: 338-339).

Em relação a hipótese de BROCHADO (1984) sobre a migração norte-sul dos Tupinambá há duas questões que a tornam duvidosa, a primeira é a falta de evidências arqueológicas e datações que atestem a presença remota deste grupo na Amazônia central e costa nor-nordeste do Brasil (CORRÊA & SAMIA, 2008: 411, *apud*. CORRÊA-DA-SILVA, 2010b: 336); e a segunda é o fato histórico de que a ocupação Tupinambá do Maranhão e do Pará deveu-se a migrações ocorridas depois da invasão europeia, a partir do litoral nordestino (F. FERNANDES, 1975a [1949]: 234), como a ocorrida entre 1560 e 1580 por Caetés e Potiguaras, que ocupavam a região entre os rios São Francisco e Paraíba (MÈTRAUX, 1927: 6-9, *apud*. CORRÊA-DA-SILVA, 2010b: 336;). Ou seja, a presença europeia apenas intensificou um fluxo de rota Tupi-Guarani que estava em andamento.

Outras migrações ainda foram relatadas por Gabriel Soares de Sousa e por D'EVREUX (2009 [1615]) tanto em relação a migrações promovidas pela violência em seus sítios originais, como colonização forçada, quando foram levados por portugueses ou franceses para colonizar o Maranhão e a Amazônia. É possível que essa invasão Tupinambá sobre a Amazônia acontecesse independente da chegada dos europeus, devido ao aspecto guerreiro

que se formara no processo de conquista do litoral sobre os povos Macro-Jê e sobre os Antigos Brasileiros do Leste. No entanto, acabou contribuindo para o triunfo dos europeus, pois a língua Tupinambá e alguns costumes políticos como o cunhadismo, já eram de conhecimento dos novos invasores que vinham do mar, e que estavam em plena expansão mundial.

### **Tupinambá** Aricobé, Amoipira, Tupinaé e Tupiniquim

Tupinambá é um nome genérico que abriga diversas etnias falantes da mesma língua e que ocupava a costa brasileira, desde o rio Amazonas até o sul do litoral paulista, no momento da chegada dos portugueses no século XVI. Havia diversas autodenominações em cada região (MÈTRAUX, 1948: 95).

Os nomes das etnias registrados pelos europeus foram: Tupinambá, do rio Amazonas até a Ilha de São Luiz no Maranhão; Potiguara, do rio Parnaíba até o Paraíba; Caéte do rio Paraíba até o São Francisco; Tupinambá, na costa sergipana, baiana e capixaba; Tupinikin, no sul do Espírito Santo; Temiminó, no norte do Rio de Janeiro; Tupinambá, no sul do Rio de Janeiro; Tupinikin, no litoral paulista (MÈTRAUX, 1948: 95-96).

Os Tupinambá que ocupavam as áreas interiores eram os Ararape, no sertão fluminense; Tabajara, no Piauí e Ceará (Serra do Ibiapaba), e também no sertão maranhense; Tupiná (Tupinaé), nas serras do baixo São Francisco; Amoipira, na margem esquerda do médio-baixo São Francisco; e outras pouco conhecidas como Viatan, no Pernambuco; Muriapitanga, vizinhos dos Tupinaé; Além de Apigapitanga, Guaracaio (Itati), Araboyara, Rariguara, que pouco se sabe suas localizações (MÈTRAUX, 1948: 95-97).

As etnias falantes da língua Tupinambá que chegaram a ser registradas nos Gerais brasileiros são os Aricobé, Amoipira, Tupinaé, Tupinambá e Tamoio (NIMUENDAJU, 1987 [1944]). MASON (1950: 238) indica que o dialeto falado pelos Aricobé e pelos Amoipira era o mesmo dos Tupinaé (ou Tupiná), mas diferia do Tupinambá litorâneo.

Em relação a cultura e história Tupinambá, CORRÊA-DA-SILVA (2010a) informa que

LARAIA (1995: 53) considera que os antigos Tupinambá teriam ocupado o litoral brasileiro desde o século XII e que se distinguiam dos demais grupos indígenas pelas seguintes características culturais: o uso de rede de dormir, a utilização do arco e da flecha como armas de guerra, o cultivo intensivo da mandioca e a prática da antropofagia. Fernandes (1989, p. 60-61) descreve, com base nos cronistas quinhentistas e seiscentistas, a aldeia Tupinambá como sendo formada por malocas distribuídas de forma a deixar uma área quadrangular no centro, o terreiro, onde acontecia parte importante da vida social. Esse mesmo autor (1989, p. 293) discute a importância da figura do pajé como homem respeitado, temido e poderoso (p. 72).

### Avá-Canoeiro

Os Avá-Canoeiro, conhecidos desde o século XVIII como Canoeiros, foram classificados como integrantes da família Tupi-Guarani do tronco Tupi por RIVET (1924:172-175). O autor indica, por meio de estudos lingüísticos e historiográficos, que se trata de uma dissidência da etnia Carijó (ou Guarani), que se deslocaram para a região das matas do Araguaia-Tocantins-Maranhão-Paraná em Goiás-Tocantins em dois momentos:

1. o primeiro no período pré-colombiano, seguindo suas ondas de migração mitológica;
2. e o segundo entre 1724 e 1725, quando foram levados cerca de 300 Carijós como escravos pelos bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera II) e João Leite da Silva Ortiz, para o trabalho como tropa auxiliar ou como garimpeiros, e que após uma desavença entre os citados bandeirantes em São Félix, aproveitaram a oportunidade para fugir para o norte e reconquistar a liberdade.

A evidência desse primeiro momento pode ser confirmada pelos indícios arqueológicos apresentados por BROCHADO (1984: 383) nas cabeceiras do Araguaia, onde após confrontos com os Gê e com os Karajá, os Guarani podem ter se refugiado nas matas do médio Tocantins.

Tupi e Jê correspondem as principais famílias que viveram nos Gerais. Mas como vimos nos quadros do início deste capítulo, também houveram indígenas de outras famílias lingüísticas, mesmo que de uma forma mais diminuta, porém, não podem ser esquecidos.

### 5.2.c. Famílias com menor presença nos Gerais

Algumas das famílias que tratarei agora, viveram em áreas específicas dos Gerais. Dificilmente marcaram um vasto território. Outras, o utilizaram somente como passagem para se atingir outras zonas. Vamos ver algumas delas.

#### Kariri

Assim como a família Jê, a família Kariri já foi muito diversa, enquanto os primeiros eram os senhores dos Cerrados, os segundos foram os senhores das Caatingas. Apesar de nem uma dessas famílias se restringiram aos respectivos biomas, pois os Jê também ocupam o sul e leste da Amazônia, a floresta de araucárias da Mata Atlântica, e já ocuparam uma pequena porção da Caatinga no Piauí. E os Kariri, por sua vez, povoaram o Cerrado sanfranciscano, podendo ter chegado até a Mata Atlântica das serras da Mantiqueira e do Mar na atual região sudeste do país. Além deles, povos de outras famílias linguísticas também habitaram o Cerrado e as Caatingas, no entanto, não com tamanha expansão.

LOWIE (1946d: 557) aponta os Guerén, povo de língua Borun (Botocudo), como os maiores inimigos dos Kariri, principalmente na porção sul de seu território, onde hoje é o sertão da Bahia.

O termo Kariri “deveria ter sido dado a eles pelos Tupis, que significa taciturno, triste” (MARTIUS, 1867: 347)<sup>19</sup>. Em meados do século XIX, o naturalista Martius teve contato com remanescentes destes povos, e afirma que viviam em cabanas feitas de pau-a-pique, construídas com mais cuidado e mais perene que as dos índios Gê. Dormem em rede – diferente dos Gê que dormem no chão, em esteiras ou em jiraus – e tecem algodão e fio de tucum com mais habilidade que qualquer povo dos sertões brasileiros, tendo a capacidade de produzir finos fios utilizando-se apenas instrumentos rudimentares. Praticam agricultura mais

---

<sup>19</sup> “soll ihnen von den Tupis ertheilt worden seyen, und die Schweigsamen, Trurigen” (MARTIUS, 1867: 347).

do que os Gê, cultivam pelo menos dois tipos de mandioca, além de feijões, banana, milho, e diversos tipos de algodão. Suas armas são o arco e flecha, lanças e dardos. Assim, conclui que são mais próximos de povos Amazônicos do que dos povos Gê (MARTIUS, 1867: 358-359).

MASON (1950: 287) sinaliza que há duas línguas nesta família: a Kariri, falada pelos Kipea, Camurú, Dzubucá e Pedra Branca; e a Sapuya (ou Sabuyá). MARTIUS (1867: 348) adiciona ainda, além dos citados, o dialeto Kiriri, Pimenteiras, Garanhuns, Ceococos (Sentossé), Huamois, Romaris, Acconans, Carapótos, Pannaty, Umám (Vouvé) e Itanháns. SENNA (1908: 18) cita ainda Sucurú (Xucurú), Icó, Jucá, Jurema, Papaná e Payacu. NIMUENDAJU (1987 [1944]) acompanha o entendimento de Mason e, ainda, inclui os Kiriri de Martius.

MARTIUS (*op. cit.*: 347) sugere que a família Kariri seja integrante do tronco Guck (ou Coco), que também reuniria a família Karib e a Karajá. O núcleo de origem dessa família localizar-se-ia nas Guianas (LOWIE, 1946g: 569). MASON (1950: 286) indica similaridades entre as famílias Kariri e Karib. No entanto, em estudos lingüísticos mais recentes “Kariri (...) é considerado um possível membro do [tronco] Macro-Jê” (RODRIGUES, 1999b: 166, tradução e grifo meu)<sup>20</sup>.

Os Kariri legaram ao sertão nordestino uma toponímia adversa a Tupi, esta que é frequentemente encontrada em outras partes do país. Além de regiões que lembram a presença deles como o Vale do Cariri e os Cariris Velhos, locais como Quixeramobim, Xerém, Xique-Xique, dentre outros, são de origem dessa família linguística.

### Karib Pimenteira

A etnia Pimenteira é indicada por diversos autores como os habitantes das serras que dividem a bacia do São Francisco com a do Parnaíba, no entanto, não há estudos históricos ou lingüísticos suficientes desse grupo indígenas que atestem suas origens, família lingüística ou relações culturais. MASON (1950: 231-232) indica que a maioria dos estudiosos a consideram

---

<sup>20</sup> “Kariri (...) is considered a possible member of Macro-Jê” (RODRIGUES: 1999: 166).

da família Karib. LOWIE (1946e: 561) apresenta relações ritualísticas dos Pimenteira com os Pankararu, Kariri, Akróa e Gueguê, por meio da ingestão de um preparado da raiz de jurema, especialmente antes de partirem para a guerra. Esse etnólogo indica que o Pimenteira é uma família linguística isola, não ligada nem a Borun, nem a Karib.

NIMUENDAJU (1987 [1944]) considera o Pimenteira uma língua da família Borun. LOUKOTKA (1968: 222), por sua vez, comparou com vocábulos Karib e concluiu que é mais próxima dessa família linguística do que com a Borun.

A família Karib é considerada como originada entre os Andes septentrionais e as Guianas, caso o Pimenteira seja realmente dessa família linguísticas, sua chegada ao Nordeste brasileiro pode ter sido da mesma forma que os Jê, acompanhando a caça que se refugiaram nos Cerrados e Caatingas que se reduziam durante o aquecimento global iniciado a 10.000 anos, conforme apresentei no capítulo 3.

A similaridade do Pimenteira com o Karib é muito remota, no entanto, mais evidente do que com a Borun. Esse fato é comprovado analisando as tabelas lexicais de LOUKOTKA (1968: 222; 14), que indicam maior similaridade do Pimenteira com a língua Pamela, que foi falada no interior de Rondônia, um dos prováveis caminhos de ligação entre as savanas colombianas e brasileiras, como afirma A. BARBOSA (2002). Caminho este que deve ter sido utilizado tanto pelos Karib, como pelo Jê na trajetória de migração para o Brasil Central.

### **Kamakã**

A família Kamakã é composta por quatro línguas: Masakará, Kamakã, Menien e Kotoxó, esta por sua vez com dois dialetos, o Kotoxó e o Mongoyó (MARTINS, 2007: 49).

Os povos falantes desse grupo lingüísticos habitavam, principalmente, a região da atual cidade de Vitória da Conquista-BA, entre os rios Pardo e Contas. No entanto, os Masakará vivem próximo ao rio São Francisco, na região da cidade de Juazeiro-BA (MÈTRAUX & NIMUENDAJU, 1946: 547).

Os naturalistas alemães Spix e Martius durante uma expedição nos sertões da Bahia entre os anos de 1817 e 1820 localizaram na vila de São Pedro de Alcântara, uma missão capuchina próxima do então arraial da Conquista, “alguns indivíduos, mulheres e crianças da tribo dos Camacãs” (SPIX & MARTIUS, 1938 [1823]: 194), eles informam que os citados índios eram

descendentes de uma tribo que os portugueses conhecem com o nome de “mongoiós”. Esses índios só se estendem ao sul até o Rio Pardo e, ao norte, se encontram até além do Rio das Contas, mas aí renunciaram de todo à vida selvagem. Somente aqui, no “sertão” da “capitania” da Bahia, pode-se ainda observá-los em seu estado primitivo, pois muitos deles nunca viram um europeu. Entretanto são mais civilizados que seus vizinhos os “patachós” e os “botocudos” [Guerén]; não vivem mais exclusivamente da caça, já cultivam plantas (SPIX & MARTIUS, 1938 [1823]: 341).

O termo Camacã provavelmente originou-se da junção das palavras Cuan + Akan, que significa: cabeça enrodilhada (SPIX & MARTIUS, 1938 [1823]: 194, nota do tradutor). Na primeira metade do século XIX contavam com mais de 2.000 indígenas (*op. cit.*, p. 196). No entanto, Nimuendaju (1987 [1944]) os considera extintos.

Brochado (1984: 216) afirma que a cerâmica de Estilo Jataí, encontrada nos altos Tocantins-Araguaia e Paranaíba, pertencia aos antepassados Kamakã e Puri. Eles teriam sido expulsos da região pelos Cayapó Meridionais por volta do século X d.C. O referido arqueólogo afirma, ainda, que os Kamakã foram encontrados em tempos históricos no alto São Francisco, pelos colonizadores europeus.

A fig. 4.8, apresentada no início deste capítulo, é um recorte do mapa 1.2 (disposto no capítulo 1), que foi elaborado em meados do século XVIII (AHU, 17\_\_a). Esse material assinala a presença do gentio Cóiçãs nos sertões ocidentais do alto rio São Francisco, entre o Urucuya e o Carinhanha, no atual noroeste mineiro. Tenho como hipótese de ser o mesmo que Comarcão, como já assinali que era usado para o índio pacificado, mas pode ser que seja uma forma de se grafar as tribos Kamakã (Camacans).

## Karajá

Os Karajá habitam a região do Araguaia nos estados de Goiás, Tocantins, Pará e Mato Grosso, pelo menos há mais de cinco séculos, e se:

autodenominam povo Ynã, que significa “Nós”. A palavra Karayá é de origem Tupi-Guarani que pode ter sido nomeada por outros grupos étnicos significando “macaco grande”. Os Karajá chegaram ao território que atualmente ocupam, numa migração no sentido norte-sul. Subiram o Araguaia, antes do ano de 1500, ocupando até a parte meridional da Ilha do Bananal. Nessa migração, os grupos que alcançaram a região mais ao sul são considerados *o povo de cima* (os Karajá), sendo que *o povo do meio* os Javaé e *o povo de baixo* são os Xambioá (APOLINÁRIO, 2005: 178, grifos no original).

Xambioá significa amigo, pessoa amiga, na própria língua Karajá (DONAHUE JR., 1982: 50); Javaé, por sua vez, na língua Tupi, significa “homem velho”, e na língua Gê, “caçador” (MARTIUS, 1867: 297).

Hans STADEN (*apud.* SAMPAIO, 1904: 163) cita Karayás habitando o reverso da Serra do Mar, e que são inimigos dos Tupinambá. DONAHUE JR. (1982: 50) informa, no entanto, que este grupo não deve estar relacionado aos atuais Karajá, já que esta era uma palavra pejorativa usada pelos povos Tupi para nomear inimigos.

MARTIUS (1867: 298) não relaciona a língua Karajá à família Gê, mas sim às línguas faladas nas Guianas (o Karib), de onde ele indica que migraram, subindo o rio Tocantins-Araguaia. LIPKIND (1948: 179) classifica-o como uma família isolada, e informa que não há similaridades com outra família lingüística até então registrada na América do Sul. Ele destaca o papel do gênero nessa língua, onde a fala feminina é diferente da masculina.

DAVIS (1968) comparou o léxico Karajá com o Jê e o Maxakali, e concluiu que tratava-se de uma língua com semelhanças que a credenciavam para ser incluída ao tronco Macro-Jê. RODRIGUES (1999b: 168) classifica o Karajá como uma família do tronco Macro-Jê, com apenas uma língua, homônima, e com quatro variações dialetais: Karajá do Norte, Karajá do Sul, Javaé e Xambiwá. DONAHUE JR. (1982: 33) sugere que os Karajá tenham se separado da língua Gê há aproximadamente 1.000 anos atrás. LOUKOTKA (1968) considera uma família isolada, sem relação genética com os Jê.

NUNES (2012: 16-20) indica que “estão no Brasil Central, mas não exibem as estruturas multi-dualistas do tipo Jê (...) [tampouco] apresentam uma proeminência do xamanismo e/ou da guerra que atesta a ‘abertura para o exterior’” característica dos grupos Tupi, como seus vizinhos Tapirapé. Por outro lado, indica que recentes estudos buscam identificar similaridades culturais/lingüísticas entre os Karajá e etnias da família Arawak – principalmente no alto Xingu – onde há correlações entre mitos e entre o aspecto pacífico das relações com outros povos. No entanto, cosmologicamente se aproximam dos Jê-Bororo (Macro-Jê). Quanto a origem do povo, o citado antropólogo defende que

os grupos iny [Karajá] ocupam imemorialmente a calha do rio Araguaia, não havendo indícios, nem nas fontes históricas nem nas narrativas míticas, de que tenham vindo de outra região. O mito de origem narra como os primeiro humanos [que] saíram do mundo subaquático (*berahatxi*) para o mundo de fora, já no Araguaia (p. 03-04).

NUNES (*op. cit.*, p. 06), a partir de relatos orais coletados junto aos Karajá de Aruanã, em Goiás, sugere que a etnia Javaé tenha sido formada a partir de índios Tapirapé, raptados quando criança, e rejeitados pelos Karajá quando cresceram. Assim, não possuíam a cultura de seus pais naturais, e adquiriram a de seus raptos.

O contato Karajá com o luso-brasileiro foi, inicialmente indireto, nos primeiros 100 anos do desembarque de Europeus no continente, via ferramentas e bugigangas que chegavam por meio de outros povos indígenas (BALDUS, 1970 *apud*. DONAHUE JR., 1982: 51).

O primeiro contato do Karajá com o não-índio deve ter ocorrido no final do século XVI ou início do XVII, com bandeirantes que partiam de São Paulo no intuito de capturar escravos indígenas ou minerais preciosos. No século XVIII, já havia duas vias de contato, a mais comum que a partia de Cuiabá ou Goiás e seguia para o rio Araguaia; e outra que vinha de Belém, utilizada inicialmente por missionários católicos no século XVII, e subia o rio Tocantins-Araguaia. Mesmo com o tráfego intenso de luso-brasileiros no rio Araguaia a partir da segunda metade do século XVIII, os Karajá se mantiveram fixos na região (DONAHUE JR., 1982: 53-56).

## Boróro

A família Boróro possui três línguas, a Boróro (Boé), Umutina e Utúke, no entanto apenas a primeira é falada nos dias de hoje, pela etnia Boé. Apesar de a etnia Umutina existir, eles não são falantes de sua língua original, falam Boé.

Esta família foi considerada isolada por MASON (1950: 282), que a denominou de Borotuke. No entanto, o autor indicou que havia elementos que poderiam revelar uma provável afinidade com as línguas Macro-Jê, principalmente a Jê. LOWIE (1946b: 433-434), por outro lado, indica que mitologicamente há semelhanças com povos Karib, inclusive as palavras para Sol (Méri em Boróro e Keri em Bakairi) e Lua (Ari em Boróro e Kame em Bakairi), são semelhantes. RODRIGUES (1999b: 167-168), no entanto, classifica esta família no tronco Macro-Jê.

Os Boróro povoaram as chapadas das cabeceiras do rio Paraguai, no Mato Grosso, e o alto curso do rio Araguaia, em Goiás. Em 1741, foram aldeados pelos luso-brasileiros no caminho que ligava São Paulo a Goiás, na região do atual Triângulo Mineiro, no intuito de usá-los como proteção aos ataques dos Cayapó às caravanas que por ali passavam (LOWIE, 1946b: 419). Atualmente se restringem ao centro do Mato Grosso.

## Borun Botocudo ou Krenák

A família Borun corresponde aos chamados Botocudos do leste, que no início do século XX habitavam a região entre os rios Doce e Jequitinhonha. No entanto, no período colonial brasileiro, havia representantes dessa família lingüística por todo o sul da Bahia, desde o Recôncavo, nas matas entre as serras e o mar, quando eram chamados de Aimorés. Antes disso, dominavam a praia, de onde foram expulsos pelos Tupi em período pré-colombiano (MÈTRAUX, 1946a; PARAÍSO, 2012).

O nome Botocudo foi adotado pelos luso-brasileiros tendo em vista que os Borun usavam um botoque no lábio inferior da boca (MASON, 1950: 298). Sua autodenominação é

Grén ou Krén, fato que levou MARTIUS (1867) a denominar esta família linguística como Cren ou Cran. Atualmente a única etnia remanescente dessa família é a Krenak (PARAÍSO, 2012).

A etnia Pimenteira, que viveu na porção ocidental do rio São Francisco, de Cabrobó até o sul do Piauí, é considerada por NIMUENAJU (1987 [1944]) como pertencente a esta família. Porém, estava distante geograficamente do núcleo Borun e é considerada Karib por alguns autores (MASON, 1950: 299). MARTIUS (1867: 348-349) indica que há similaridades com a língua Cariri, incluindo-a na família Guck, a mesma que o referido autor inclui a Karib.

### Maxakali

Vivam nas serras que dividem o sul da Bahia com Minas Gerais no período colonial. Abrange as línguas Maxakali, Makoní, Capoxó, Monoxó e outras (MÈTRAUX & NIMUENAJU, 1946: 541). RODRIGUES (1999b: 167) considerou ainda as línguas Pataxó e Malalí nesta família, dadas como isoladas por MÈTRAUX & NIMUENAJU (*op. cit.*).

Como todos os outros povos indígenas da região, tinha o Borun como o maior inimigo, fato que contribuiu para que os portugueses se aproximassem, e os reduzisse em aldeamentos. (MÈTRAUX & NIMUENAJU, 1946: 541-542).

A etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe, que atualmente vive no sul da Bahia, é composta por remanescentes de diversas outras etnias da região, dentre elas a Baetã (de origem linguística desconhecida), a Kamaká, a Tupinambá, Kariri-Sapuyá e Guerén, além da própria Pataxó (CARVALHO, 2012).

Das etnias desta família reconhecidas como existentes atualmente, apenas a Maxakali mantém a língua original.

#### 5.2.d. Etnias com informação insuficiente

Algumas línguas ou etnias não foram suficientemente estudadas para ter seu quadro linguístico bem definido. No entanto, cabe aqui algumas considerações a respeito delas.

##### **Kururu**

A respeito dos Kururu a única informação que consegui coletar é que trata-se de um povo com família linguística não registrada, mas que viveu ao longo do rio Carinhanha (LOUKOTKA, 1968: 87), que divide a Bahia com Minas Gerais, justamente no Espigão Mestre. Nas nascentes desse rio foi implantando o Parque Grande Sertão: Veredas, devido a similitude do cenário ao retratado na obra de GUIMARÃES ROSA (2001). Ademais, nesta obra, quando Riobaldo passa pelas bandas do Carinhanha, ele encontra uma comunidade quase nua, e isolada, muito provavelmente indiosdescendentes ou remanescentes de quilombo. Esta aí um indício de provável parentesco aos Kururu na região.

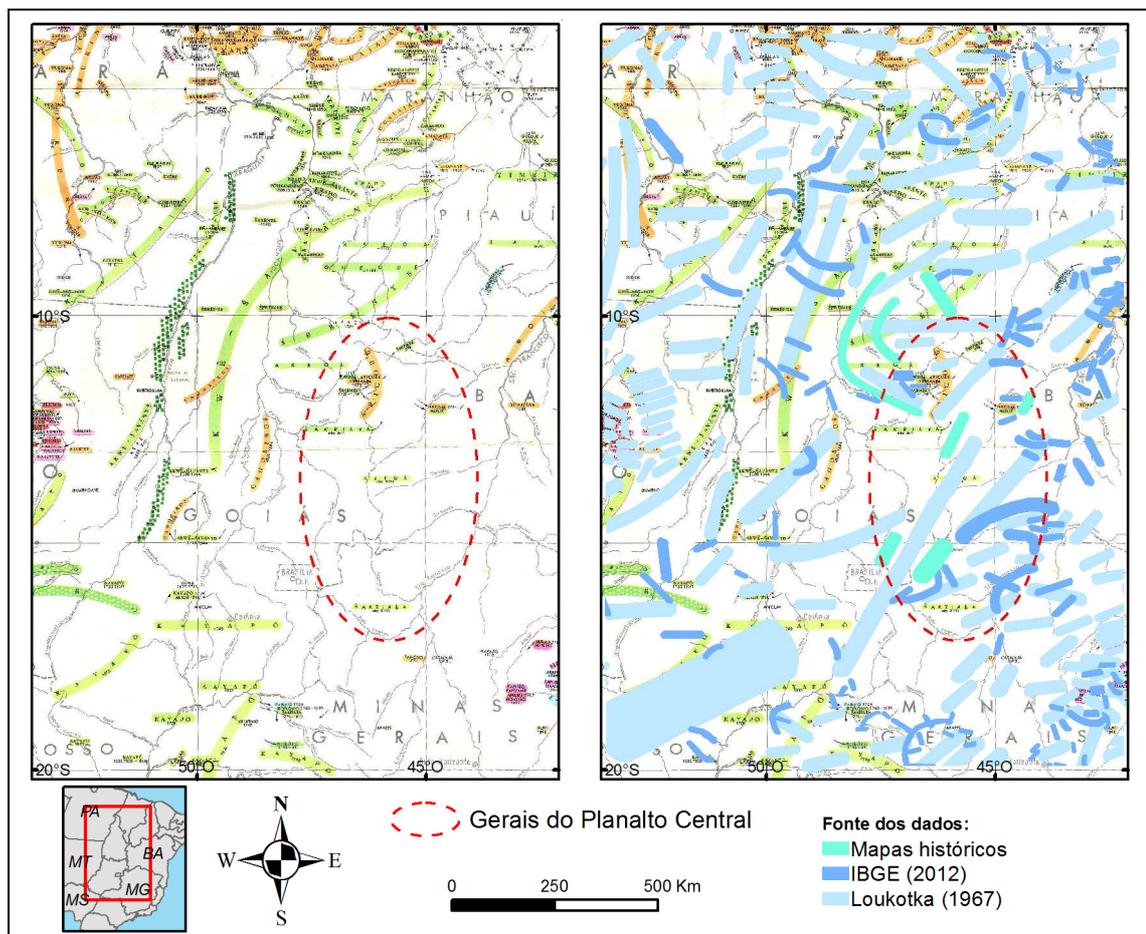
##### **Anicum, Assú, Jamela, Vermelho**

Dessas etnias citadas nada se sabe, algumas apenas que de certa forma existiram, indicando os locais – como vemos nos mapas que as apresentam nessa pesquisa. No entanto, nenhum registro houve para que pudesse ser esclarecido algo sobre suas etnografias. Por fim após estas informações sobre as etnias Geraizeiras, passo ao produto final dessa pesquisa.

### 4.3. Mapas etno-linguísticos do Planalto Central e adjacências, de 1700 a 1900

Retomando as conclusões da primeira seção deste capítulo, outras fontes de pesquisa apresentam informações de localização étnicas além das fornecidas por Nimuendaju (2002a [1944]), a seguir, na figura 4.29, apresento uma espacialização de todas as compilações étnicas identificadas nesta pesquisa.

As definições dos polígonos seguiram os critérios já apresentados no item cartografia do capítulo 2 (Metodologia). Assim, é bem provável que os limites não estejam exatos, e uma observações mais cautelosa, com apoio de levantamentos arqueológicos *in loco* poderá refinar essas localizações.



4.29. Compilação das etnias no Planalto Central e adjacências, com destaque para os Gerais. À esq. o recorte do mapa de NIMUENDAJU (2002a [1944]), à dir. sobreposição com outras fontes.

Como observa-se na figura acima grande parte das lacunas existentes no mapa de Nimuendaju puderam ser completadas com outras fontes de localização étnica. Neste trabalho eu trabalhei apenas com a área do *Planalto Central e adjacências*, mas é possível que essa metodologia possa ser aplicada para outras partes do país.

Enfocando na área dos *Gerai*s do *Planalto Central* elaborei um mapa que apresenta todas as etnias citadas nas fontes as quais eu pesquisei, incluindo mapa de Nimuendaju, e apresento na figura 4.30, devidamente classificada as etnias de acordo com as famílias linguísticas.

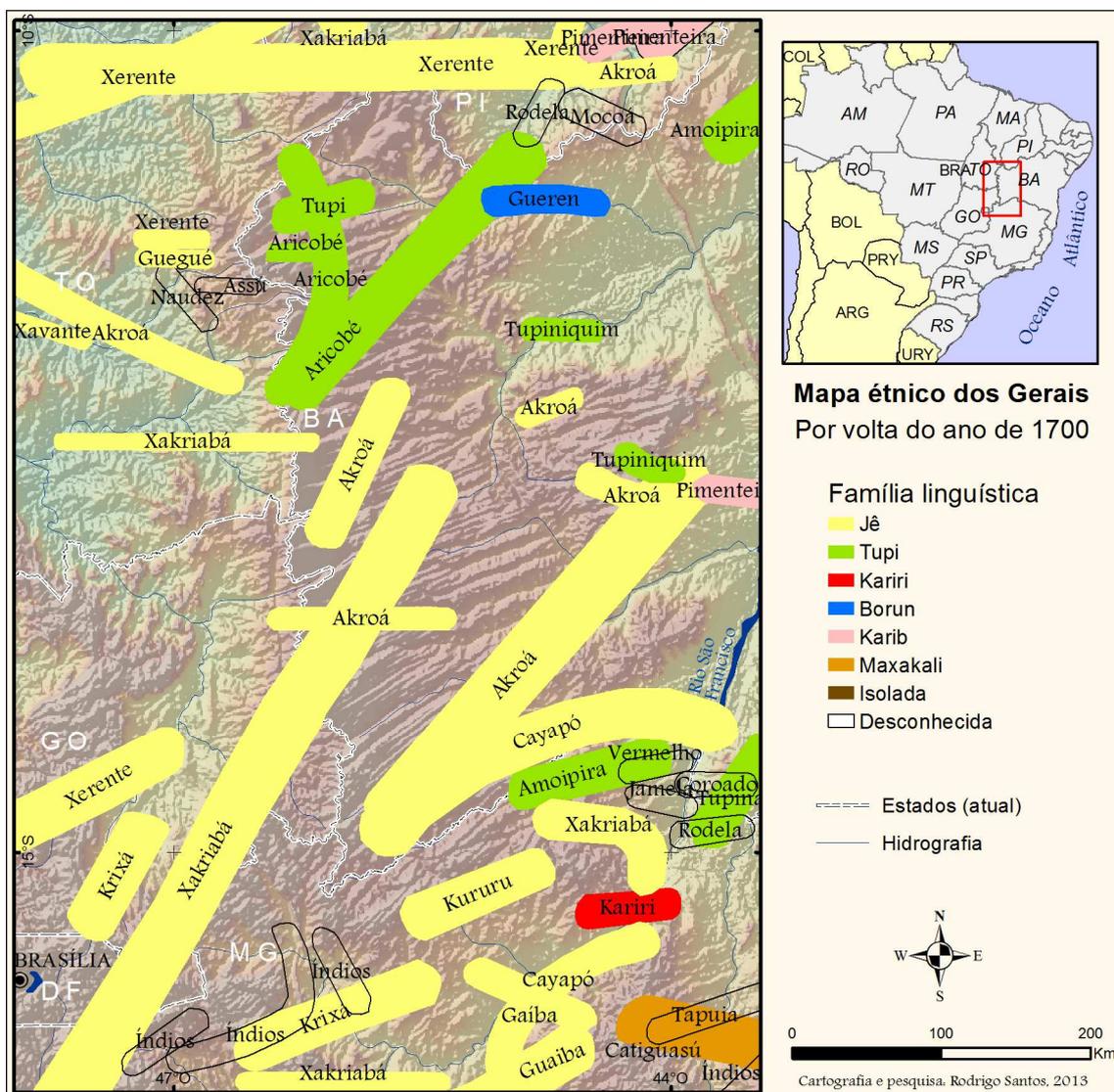


Fig. 4.30. Localização dos grupos étnicos indígenas nos Gerais do Planalto Central Brasileiro – Por volta do ano de 1700. Cartografia: Rodrigo Santos. Fonte: NIMUENDAJU (2002a [1944]), LOUKOTKA (1967), IBGE (2012).

Analisando esse mapa da figura acima e apoiado no quadro 4.24 na primeira seção deste capítulo, nota-se que: além das quatro etnias citadas no mapa de Nimuendaju (Sakriabá, Akroá, Aricobé e Tupinambá), há mais sete que foram informadas por Loukotka (Amoipira, Cariri, Cherente, Crixá, Kururu, Tapacuí e Anicum). Adicionando a elas, apresentei, ainda, mais outras sete etnias que foram extraídas dos históricos municipais (Caiapó, Guaíba, Tupiniquim, Pimenteira, Assú, Jamela e Vermelho). Dessa forma, temos mais catorze etnias Geraizeiras além das quatro citadas por Nimuendaju, totalizando 18 etnias nos Gerais.

Os mapas históricos por sua vez não apresentaram nenhuma etnia diferente dessas já citadas, exceto variações na escrita das mesmas, entretanto indicou novas áreas ocupadas por eles. Vale informar que a denominação “Cómição” presente no mapa AHU (17\_\_a), conforme apresentado na figura 4.8, não foi considerada. Também não considerei a existência da etnia Tremembé presente no mapa de CARNEIRO DA CUNHA (1998a [1992]: 7) para a região dos Gerais, tendo em vista que não apresentou consistência nos dados, conforme já explicitarei no final da primeira seção deste capítulo.

A quantidade de etnias que foram adicionadas não permitem uma visualização clara em uma mapa diminuto como o da figura 4.30. Assim, o leitor poderá ver com mais detalhe, os mapas em A3, no final deste capítulo, ou em A1, anexo a esta dissertação. Neles foi ainda possível expandir a visualização, abrangendo as áreas adjacentes aos Gerais.

No entanto, esse mapa ainda não pode ser considerado um mapa etno-histórico, como o é o de NIMUENDAJU (2002a [1944]). Pois para isso é necessário adicionar as informações temporais, caso contrário, seria apenas uma mapa étno-linguístico, assim como o fez LOUKOTKA (1967). O maior problema desse tipo de mapa que não apresenta informações históricas, como as datas ou eventos, é que ele pode levar a conclusões falsas de quando foi que determinada região foi habitada por determinada etnia.

Assim, para suprir essa lacuna, organizei a visualização considerando a data de início e fim de cada povo na localidade, de acordo com o informado na fonte ou estabelecido por meio de correlações entre elas. Para isso me apoiei em documentos históricos citados no decorrer desse trabalho. Considerei, entretanto, o período que vai dos anos de 1700 a 1900, representando, assim, o momento inicial das invasões luso-brasileiras – que deve ter ocorrido

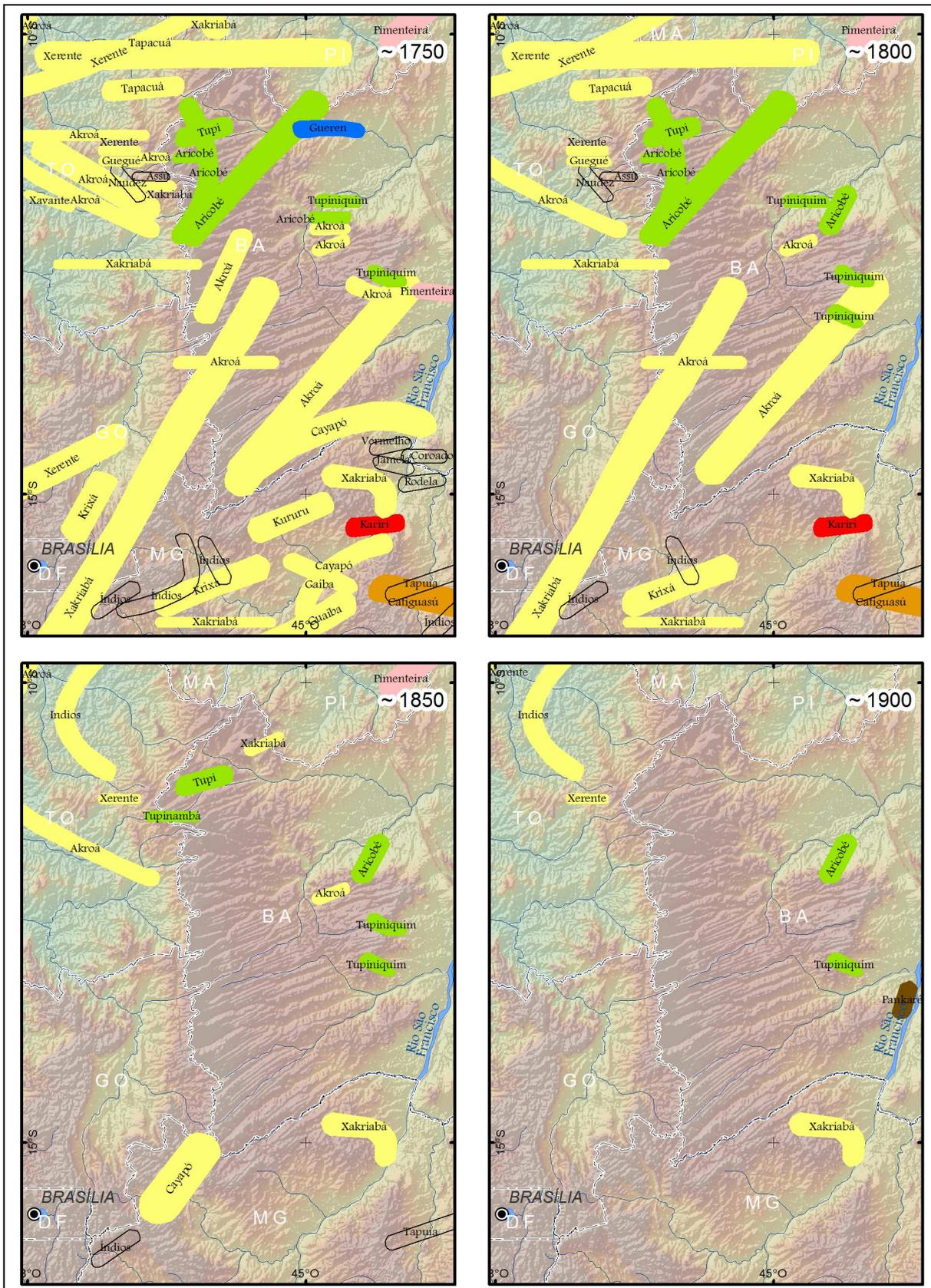


Fig. 4.31. Dinâmica da ocupação indígena nos Gerais pós invasões Luso-Brasileiras.

no último quartel do século XVII conforme já abordei no capítulo anterior – e o momento de início do Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Ilustrando esse período, apresento na fig. 4.31, uma sequência de mapas que representam diversos momentos da ocupação indígena nos Gerais, de 1750 a 1900. O mapa do ano de 1700 foi apresentado na fig 4.30.

A passagem de 1700 para 1750 mostra uma aglomeração de povos no canto noroeste dos Gerais, local de fundação de dois aldeamentos pela Coroa Portuguesa, o Formiga e o Duro, abordado no capítulo anterior. Nesse momento também nota-se o desaparecimento dos povos Tupi das margens do São Francisco, na área que dividiu Bahia com Minas Gerais, local de encontro de bandeirantes paulistas e vaqueiros baianos, no final do século XVII, como já foi explanado no capítulo anterior. Nesse mesmo local, até o fim do século XVIII outros povos também desapareceram.

Além dessa área, o sul do Piauí também será despovoado no século XVIII. Nesse local foram implantadas diversas fazendas de gado pelos baianos, também a partir do final do século XVII.

Nos Gerais do Espigão Mestre para o sul, o grande impacto ocorreu do final do século XVIII para o início do XIX. Vemos diversos povos serem literalmente eliminados do mapa. Os Cayapó deixam as margens do São Francisco e vão cada vez mais para os planaltos.

Os Akroá se retiram para o norte, e os Xakriabá são divididos, uma parte fica no sul e outra no norte. A do sul provavelmente recebeu diversos outros indígenas de outras etnias, como a dos Cayapó, Jamela, Guaíba e outros, formando os atuais Xakriabá. A do norte, desconheço seu paradeiro, tal qual para os Akroá.

Os Xerente, assim como os Timbira, saem do sul do Piauí e entram no vale do rio do Sono, no Jalapão (Goiás), no mesmo local onde os Akroá já habitavam. É bem provável que os atuais Xerente tenham recebido Akroá em seu povo, ou então guerrilhado com eles, expulsando-os de lá.

Em conversa com o cacique Santo, da aldeia Xakriabá Morro Vermelho, em São João das Missões (MG), ele me informou que há alguns Xakriabá vivendo com os Xerente, para

aprender língua e outros costumes perdidos aos Xakriabá. Quando perguntaram aos Xerente se eles conheciam os Xakriabá, os mais velhos disseram, segundo esse cacique, que os Xakriabá eram os Kren-krá, que há muito tempo não sabiam mais deles, mas são seus irmãos, assim como são os Xavante.

Tanto os Xavante como os Xerente se consideram povos irmãos. Eles têm uma relação muito próxima e amistosa, diferente da relação que eles têm com outras etnias Jê, como aos Timbira, mas principalmente em relação aos Kayapó, considerados por ambos como inimigos. Em uma conversa com alguns caciques Xerente e Xavante, no Encontro de Povos do Cerrado em 2012, eles me disseram isso. Mas disseram também que as intrigas estão no passado, hoje todos os povos indígenas devem se unir. Espero que estejam falando a verdade, pois o que vi em 2010 na frente da FUNAI, foi xavantes e kayapós se digladiando com muita violência devido a desencontros políticos.

Suspeito de que parte dos Xakriabá que foram para o norte podem ter se unido aos Xerente ou aos Xavante, mas principalmente aos primeiros, pois falavam a mesma língua. A língua Akroá também não diferia muito da Xerente, apesar de mapas do século XVIII mostrarem xavantes e akroás lutando entre si, como o de número 4.9, no início deste capítulo. Mas eu prefiro crer que tanto os Akroá como os Xakriabá se uniram a outros povos no norte, principalmente aos Xerente. Até porque os Xerente vinham do Piauí, fugindo do avanço da pecuária, e os Akroá e Xakriabá partiam em retirada dos aldeamentos que lhes impuseram. Apenas uma pesquisa mais profunda junto aos Xerente, com uma história oral dedicada poderá trazer elementos para elucidar essas questões. Quem sabe até o professor Xakriabá que vivem com os Xerente a mais de três anos não traga alguma informação sobre isso.

Continuando nas análises do mapa da fig. 4.30. fica claro a redução dos Aricobé na missão que levou seu nome, próximo ao rio Grande, principalmente depois do século XVIII. É interessante notar também a chegada dos Tupinambá na Serra Geral, provavelmente em fuga do rio São Francisco. Quando se analisa os mapas com escala mais abrangente verificamos que os Tupinambá surgiram em outros pontos do alto São Francisco também. Resultado das retiradas do litoral.

Com esse mesmo motivo vemos a chegada dos Pankaré no médio São Francisco, já no final do século XIX e início do XX, seguindo o caminho de centenas de retirantes nordestinos

que fugiam da seca nesse período. Eles saem de Pernambuco e atingem essa região no início do século XX.

Diversas outras análises advêm ainda quando se observa os mapas mais abrangentes, no final deste capítulo, em formato A3. Eles nos mostram, por exemplo, que o enorme país Jê, localizado no Brasil Central, foi sendo invadido pelo leste e pelo sul, principalmente. Empurrando a comunidade Jê para o norte e para o oeste. Fazendo com que esses povos invadissem a Amazônia e as matas do Maranhão, eliminando ou expulsando os grupos que aí estavam até então.

Por isso que grande parte dos Jê que hoje conhecemos são Kayapó e Timbira, pois estavam mais próximos das fronteiras oeste e norte de seu país. Os outros povos Jê, como os Caypó meridionais, Akwen e os Akroá, sofreram os maiores impactos. E foram muito massacrados e reduzidos. Promoveram o que Chiquinha Paresí denomina de “paredão” frente a expansão luso-brasileira (ANGELO, 2013).

Os Xavante, por exemplo, foi um dos grupos que conseguiu se manter isolado por muitos séculos. Após os contatos que receberam no início do século XVIII, que aprisionou muitos deles, uma parte do grupo conseguiu se manter livre. Perambulando pelo Cerrado ainda não invadido pelos luso-brasileiros. Até que conseguem atravessar o Araguaia, no decorrer do século XIX, e se fixam ao longo do rio Manso, hoje conhecido como das Mortes. Findando no estabelecimento da “paz” com o invasor em meados do século XX.

O leitor pode estabelecer diversas outras análises observando essa sequência de mapas. Alguns poderão notar a ocorrência de núcleos poli-linguísticos como o Alto Xingu, o leste mineiro e a região entre o médio Parnaíba e o Grajaú (Piauí-Maranhão) e o médio São Francisco. Observando o mapa 4.5, de LOUKOTKA (1967), apresentado no início deste capítulo, outras regiões poli-linguísticas ocorreram no país, como entre Pernambuco, Ceará, Parnaíba e Rio Grande do Norte, dentre outras.

Dessa diversidade, apenas a do Xingu sobreviveu até o ano de 1900. Pois a partir daí, muitas etnias de lá também desapareceram. O leitor poderá notar que alguns grupos se direcionaram para lá após o ano de 1700. Com destaque para os Suyá, um grupo Jê que atingiu a região em meados do século XIX.

Assim, concluo a presente pesquisa com um panorama – apresentado nos mapas finais em A3 e em A1, e no quadro do Anexo II – sobre a multi-etnicidade que existiu nessa região, mas que pouco conhecimento detemos sobre ela. Ao total identifiquei 200 povos nos *Gerais do Planalto Central e adjacências*, destes, 112 já constavam no mapa de Nimuendaju. Dos 88 adicionados, 61 foram identificados no mapa de Loukotka, 22 nos históricos municipais do IBGE, e 5 em ambas fontes. Os mapas históricos não apresentaram nenhuma etnia além das constantes nas outras fontes, entretanto, contribuiu para que fossem mais bem especializadas.

Ao total identifiquei 509 locais onde situavam estas etnias, apresentados nos mapas finais em A3 e no mapa anexo em A1, sendo que 208 já constavam no mapa de Nimuendaju. Os 301 novos locais foram extraídos da seguinte forma: 154 no de Loukotka, 139 nos históricos municipais e 8 em cartografia histórica.

Da mesma forma que os povos indígenas da fronteira leste do Cerrado, situado mais ou menos nos Gerais, foram expulsos ou eliminados, os povos indígenas que hoje vivem na fronteira da Amazônia sofrem as mesmas ameaças.

Todos os mapas etnográficos apresentados nesta pesquisa – desde o mapa de MARTIUS (1867b) até o de LOUKOTKA (1967) – corroboram com a tese de que os Jê praticamente povoaram todo o leste e centro do bioma Cerrado. Ou seja, não são apenas os Jê dos Gerais, mas os Jê dos Cerrados.

Entretanto, os poucos povos indígenas cerradeiros estão encurralados nos pequenos fragmentos de cerrado que ainda restam. Com o avanço da monocultura sobre essas áreas, certamente eles desaparecerão, e com eles, um conhecimento que vêm de mais de 10.000 anos sobre essa porção do planeta Terra. Para evitar isso é necessário estratégias de resgate e valorização do patrimônio cultural e natural do Cerrado, criando áreas protegidas e fomentando projetos de valorização etno-ambiental, incluindo aí os povos indígenas como fontes de informação e como agentes nessa conservação.

A educação da nossa sociedade é fundamental para se reverter esse processo. É preciso que nossas crianças saibam do passado incidido sob o território de suas atuais moradas. Povos sofreram para que a nossa sociedade nacional pudessem ter e ser o que é hoje. É parte de nossa identidade esse nosso passado. Os erros foram nossos e, portanto, temos que corrigi-los.

# 4.32. Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências

Por volta de 1700 d.C.

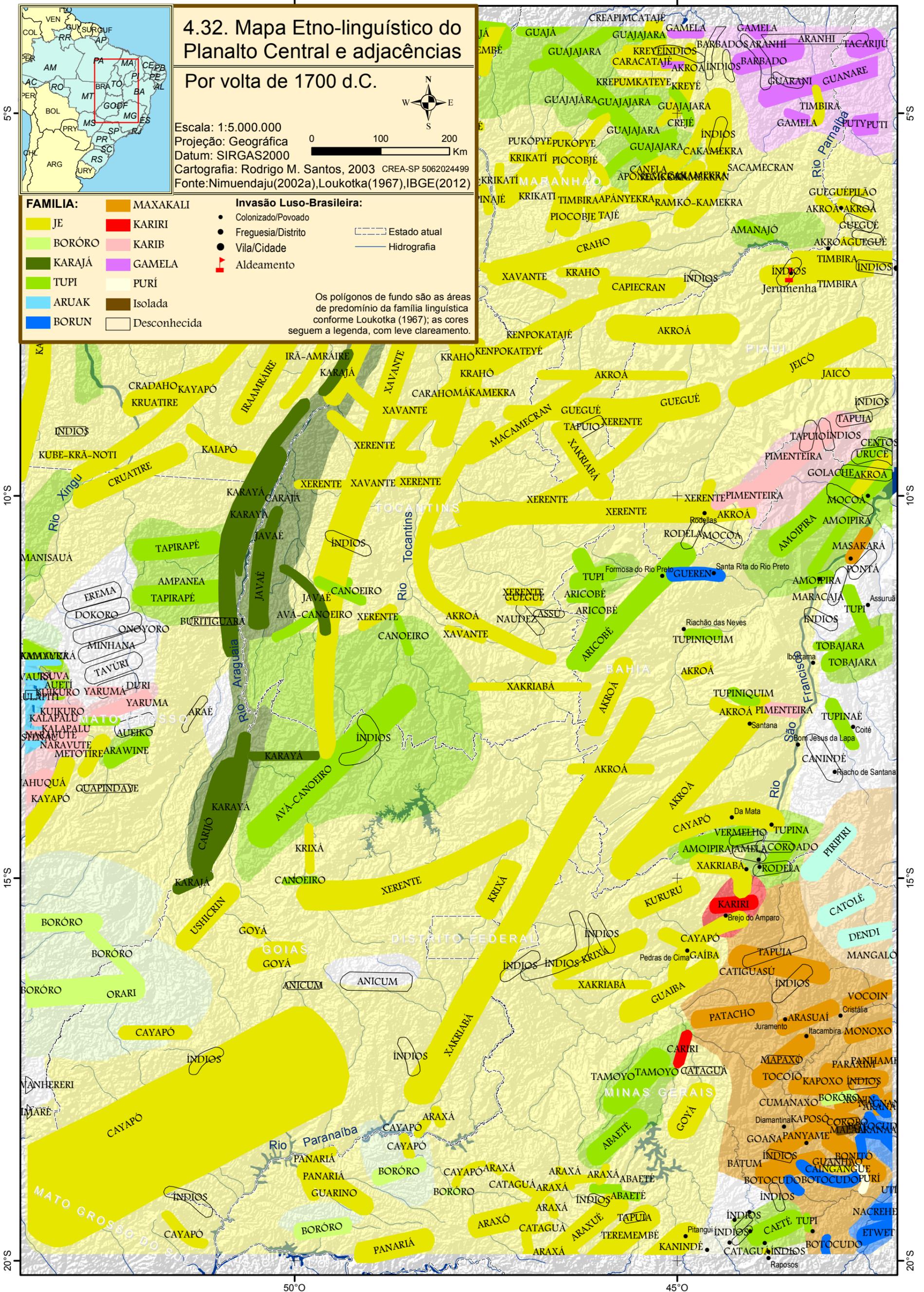
Escala: 1:5.000.000  
 Projeção: Geográfica  
 Datum: SIRGAS2000  
 Cartografia: Rodrigo M. Santos, 2003 CREA-SP 5062024499  
 Fonte: Nimuendaju(2002a), Loukotka(1967), IBGE(2012)



- FAMILIA:**
- JE
  - BORÓRO
  - KARAJÁ
  - TUPI
  - ARUAK
  - BORUN
  - MAXAKALI
  - KARIRI
  - KARIB
  - GAMELA
  - PURÍ
  - Isolada
  - Desconhecida

- Invasão Luso-Brasileira:**
- Colonizado/Povoado
  - Freguesia/Distrito
  - Vila/Cidade
  - Aldeamento
  - Estado atual
  - Hidrografia

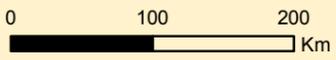
Os polígonos de fundo são as áreas de predomínio da família linguística conforme Loukotka (1967); as cores seguem a legenda, com leve clareamento.





### 4.33. Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências Entre 1701 e 1750 d.C.

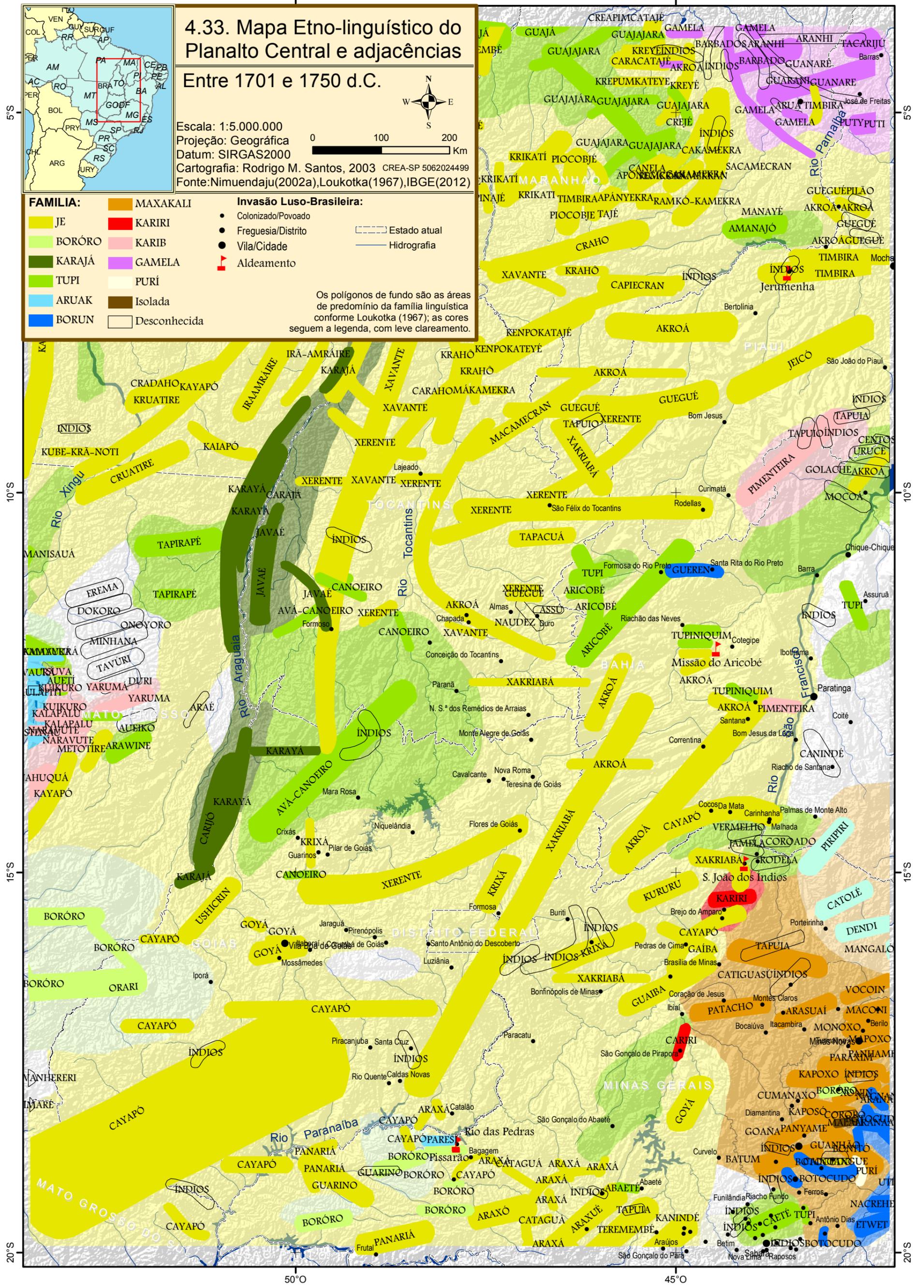
Escala: 1:5.000.000  
 Projeção: Geográfica  
 Datum: SIRGAS2000  
 Cartografia: Rodrigo M. Santos, 2003 CREA-SP 5062024499  
 Fonte: Nimuendaju(2002a), Loukotka(1967), IBGE(2012)



- FAMILIA:**
- MAXAKALI
  - JE
  - BORÓRO
  - KARAJÁ
  - TUPI
  - ARUAK
  - BORUN
  - KARIRI
  - KARIB
  - GAMELA
  - PURÍ
  - Isolada
  - Desconhecida

- Invasão Luso-Brasileira:**
- Colonizado/Povoado
  - Freguesia/Distrito
  - Vila/Cidade
  - Aldeamento
  - Estado atual
  - Hidrografia

Os polígonos de fundo são as áreas de predomínio da família linguística conforme Loukotka (1967); as cores seguem a legenda, com leve clareamento.

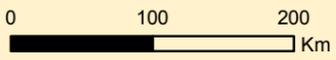




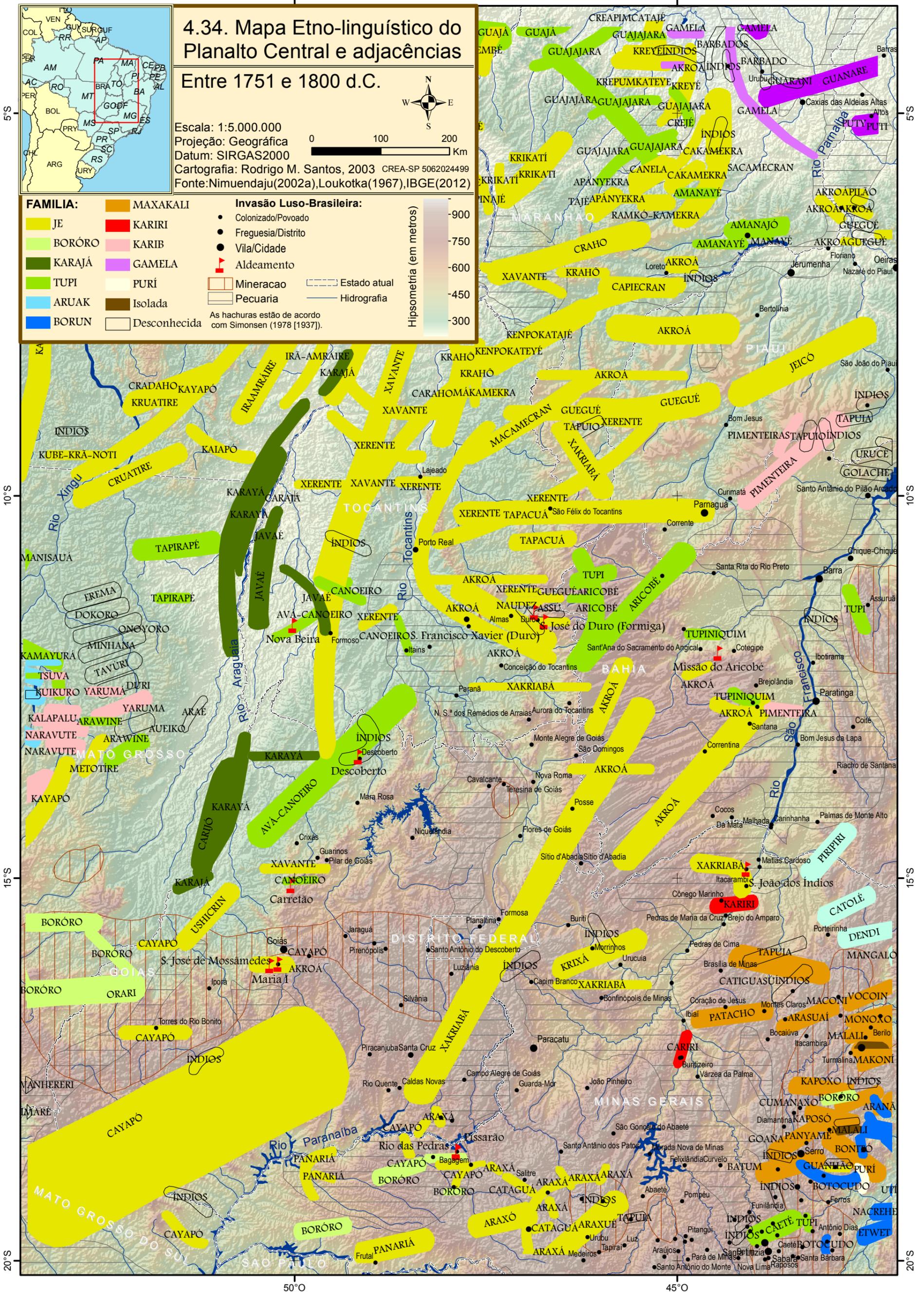
# 4.34. Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências

Entre 1751 e 1800 d.C.

Escala: 1:5.000.000  
 Projeção: Geográfica  
 Datum: SIRGAS2000  
 Cartografia: Rodrigo M. Santos, 2003 CREA-SP 5062024499  
 Fonte: Nimuendaju(2002a), Loukotka(1967), IBGE(2012)



FAMILIA:		Invasão Luso-Brasileira:	
JE	MAXAKALI	● Colonizado/Povoado	— Estado atual
BORÓRO	KARIRI	● Freguesia/Distrito	— Hidrografia
KARAJÁ	KARIB	● Vila/Cidade	— Mineracao
TUPI	GAMELA	● Aldeamento	— Pecuaria
ARUAK	PURÍ	— Isolada	— Desconhecida
BORUN	Desconhecida		





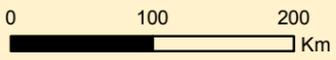




# 4.36. Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências

Entre 1851 e 1900 d.C.

Escala: 1:5.000.000  
 Projeção: Geográfica  
 Datum: SIRGAS2000  
 Cartografia: Rodrigo M. Santos, 2003 CREA-SP 5062024499  
 Fonte: Nimuendaju(2002a), Loukotka(1967), IBGE(2012)

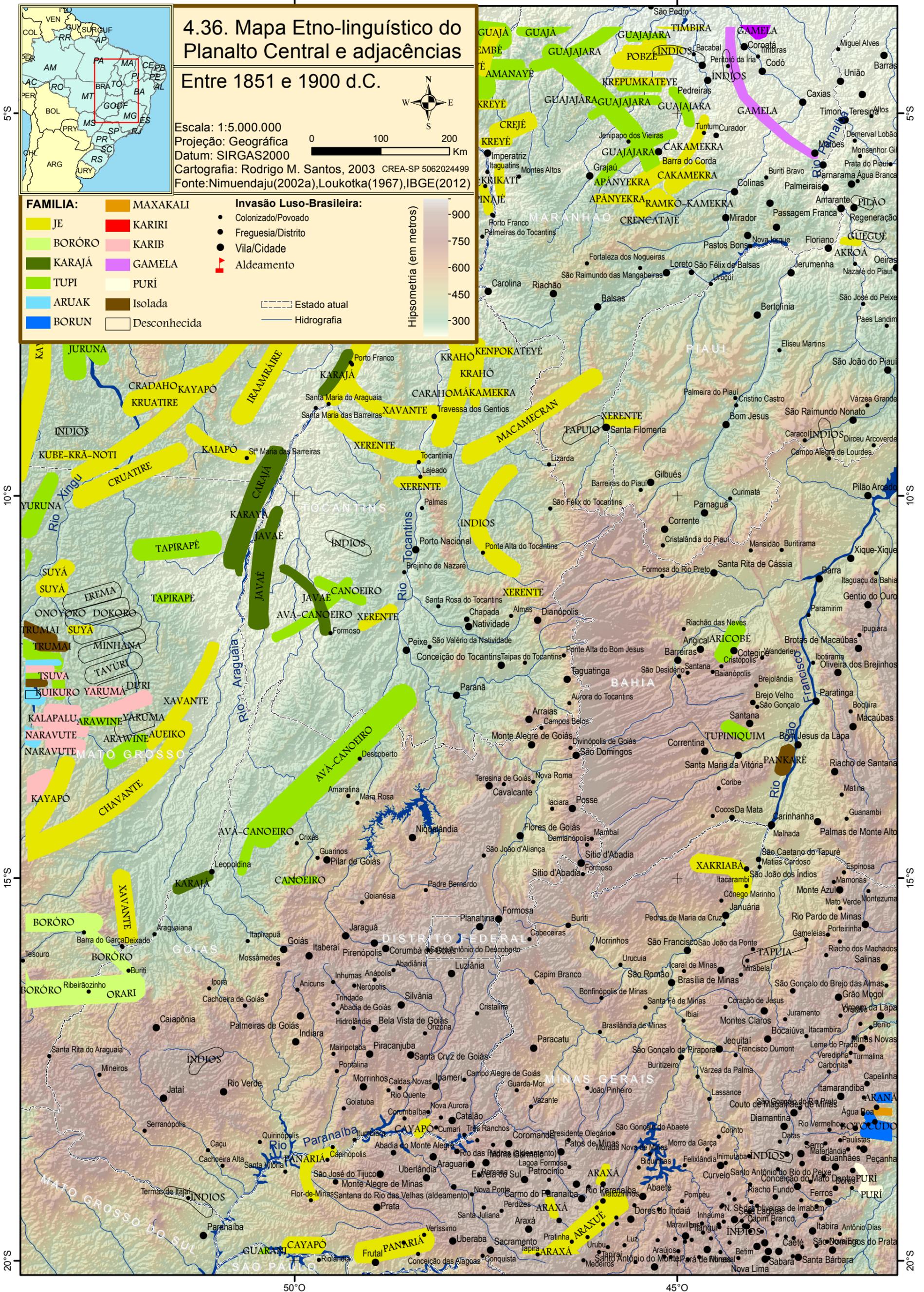


- FAMILIA:**
- JE
  - BORÓRO
  - KARAJÁ
  - TUPI
  - ARUAK
  - BORUN

- Invasão Luso-Brasileira:**
- KARIRI
  - KARIB
  - GAMELA
  - PURÍ
  - Isolada
  - Desconhecida

- Colonizado/Povoado
- Freguesia/Distrito
- Vila/Cidade
- ▲ Aldeamento

- Estado atual
- Hidrografia





## Considerações finais: por uma reparação do erro histórico

O leitor acompanhou que o mapa de Curt Nimuendaju, como o próprio autor sugeriu em suas observações, constavam algumas lacunas. Minha hipótese de que haviam outras informações não alcançadas por esse memorável etnógrafo foi comprovada. Neste trabalho apresentei dados que complementassem uma pequena porção de seu mapa, em especial no Planalto Central Brasileiro e adjacências, com enfoque para os Gerais. As fontes utilizadas foram o mapa etno-linguístico de Čestmír Loukotka, os históricos municipais do IBGE e diversos mapas históricos.

O processo investigativo proporcionado pelo método antropogeográfico permitiu compreender a paisagem natural da qual os Gerais fazem parte e o processo de ocupação histórica que ele sofreu, para que enfim eu pudesse concluir a investigação com o olhar nos Gerais não apenas como um pedaço de mapa, mas como um espaço vivo, que passou por diversas mudanças no decorrer do tempo.

Ao total identifiquei 200 povos no *Planalto Central e adjacências*. Destes, 112 já constavam no mapa de Nimuendaju. Dos 88 adicionados, 61 foram identificados no mapa de Loukotka, 22 nos históricos municipais do IBGE, e 5 em ambas as fontes. Os mapas históricos não apresentaram nenhuma etnia além das constantes nas outras fontes, entretanto, contribuiu para que fossem mais bem especializadas.

Foram identificados 509 locais onde se situavam essas etnias, sendo que 208 já constavam no mapa de Nimuendaju. Os 301 novos sítios foram extraídos da seguinte forma: 154 no mapa de Loukotka, 139 nos históricos municipais e 8 em cartografia histórica.

Com análises mais aprofundadas sobre uma porção dessa região, me debrucei sobre os Gerais, cujo núcleo demonstrei que são os Chapadões do Espigão Mestre, no oeste baiano.

Concluí que além das quatro etnias Geraizeiras apresentadas no mapa de Nimuendaju (Xakriabá, Akroá, Aricobé e Tupinambá), existiram outras 14, que foram: os Crixá, Cayapó, Xerente, Guaíba, Tapacuí, Tamoyo, Tupiquim, Kariri, Pimenteira, Anicum, Assú, Jamela, Kururu e Vermelho. Ainda localizei fontes que citavam os povos Tremembé e Cóiçã na região, mas que por falta de consistência nos dados, não os considerei na região.

Verifiquei que os principais povos indígenas que dominaram os Gerais foram os Xakriabá e os Akroá. Os primeiros dominando mais a porção sul e os segundo o norte, e a parte central (ou nuclear) dos Gerais.

Além desses dois povos Jê nos Gerais, outras etnias também se destacaram, como os Aricobé e os Cayapó. Os Aricobé são classificados por Nimuendaju como falante de uma língua Tupi, por outro lado Loukotka o considera Jê. Tendo em vista que Nimuendaju cita diversos autores em sua conclusão, e o segundo se isenta de tal precaução, eu decidi por manter a classificação do primeiro. Esse povo foi reduzido a uma Missão na região do rio Grande, próximo à cidade de Angicos na Bahia. Atualmente eles estão lá, tenho fracas informações de que eles estão se organizando para conseguir a sua etnicidade perante o Estado.

Os Cayapó se fizeram presentes na parte sul dos Gerais e até pelo menos o século XIX foram vistos e registrados por lá. É possível que parte desse grupo, como de outros que também viveram por lá como Gaíba, Jamela e Vermelho, tenham se juntado aos Xakriabá na antiga missão de São João dos Índios, que deu origem ao município de São João das Missões no norte mineiro.

Outros povos Geraizeiros, porém das adjacências expandidas tanto para o norte como para o sul são os Xerente. Deles tive registros que ocuparam tanto o Vale do Paranã com o sul do Piauí, mas é mais provável que este último local seja o seu núcleo. Importante lembrar

também que os Krixá e os Tapacuí são registrados constantemente entre os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá. Alguns autores sugerem que sejam outras denominações para os mesmos povos. Os Krixá estão mais presente no sul de Goiás e oeste mineiro. Os Tapacuí no leste tocantinense e sul do Maranhão e Piauí. Todos esses são falantes de língua Jê.

Os Jê que comprovadamente por diversos autores formaram a principal família lingüística nos Cerrados, também o foram nos Gerais. Dessa forma, na atual conjuntura onde o bioma Cerrado corre risco de desaparecer, ninguém melhor do que os povos indígenas cerradeiros, como os Jê dos Gerais, para indicar as suas potencialidades, pois estes povos acumulam um conhecimento de centenas, milhares de anos vivendo nesse ambiente, e necessitam ser melhor valorizados para que o próprio bioma o seja.

Além dos Jê, consegui localizar registro de Kariris e Pimenteiras, os primeiros foram localizados às margens do rio São Francisco, já na embocadura do rio das Velhas em Minas Gerais. Os segundos viveram no extremo nordeste e leste dos Gerais, nas chapadas que dividem Piauí com a Bahia e Pernambuco, foram indicados como falantes de língua Karib por Loukotka, cuja comprovação realizou comparando o léxico com outras línguas.

Nas adjacências mais próximas dos Gerais, demonstrei que além das 29 etnias apresentadas por Nimuendaju em seu mapa, localizei mais 43, totalizando 72.

As etnias presentes no mapa de Nimuendaju foram: Abaeté, Akroá, Amanayé, Amoipira, Anicum, Aricobé, Boróro, Avá-Canoeiro, Cataguá, Goyá, Guegué, Jaicó, Kayapó, Kenpokateyé, Krahó, Mákamekra, Nyurukwaye, Paresí, Pimenteiras, Põrekamekra, Tamoyo, Tapacuí, Timbira, Tobajara, Tupinaé, Tupinambá, Xakriabá, Xavante e Xerénte.

As etnias presentes em outras fontes, além das já citadas por Nimuendaju, são: Apinajé, Arasuai, Araxá, Araxó, Aricobé, Assú, Capiocrã, Capiecran, Caraho, Catiguaçu, Catolé, Cayapó, Centossé, Coroado, Dendi, Galache, Guaíba, Guerém, Imaré, Jamela, Kanindé, Karajá, Kariri, Krixá, Malali, Manajé, Masakará, Mocoá, Naudez, Orari, Pankaré, Pataxó, Piripiri, Pontá, Rodela, Teremembé, Tocoio, Tupi, Tupiniquim, Urucê, Vanhereri, Vermelho e Xerém.

Estes povos pertencem, principalmente, as famílias lingüísticas Jê, Tupi, Kariri, Karib, Kamakã, Karajá, Boróro, Borun e Maxakali. Mas alguns deles são de língua isolada ou desconhecidas.

Em se tratando de cartografia histórica, apresentei uma seleção de mapas históricos que apresentam alguma informação sobre a localização das etnias geraizeiras. Essas fontes foram “garimpadas” em diversos arquivos históricos do Brasil e de Portugal. Nesse trabalho garimpeiro enfrentei muitas dificuldades de acesso.

A maior parte das fontes de cartografia histórica colonial está em Portugal, o que impede que muitos pesquisadores brasileiros possam ter contato com ela, restringindo pesquisas aos arquivos no Brasil. Estes, por sua vez, estabelecem muitas barreiras para se consultar e reproduzir o material cartográfico. Diferente do que faz outros países como os Estados Unidos, cujas bibliotecas e mapotecas que visitei valorizavam muito mais o pesquisador e facilitavam o acesso ao material e a sua reprodução.

No Brasil, o acesso é tão complicado que uma das principais mapotecas históricas do país, a do Ministério das Relações Exteriores, não permitiu que eu sequer olhasse seus mapas. Tentei consultar seu acervo no antigo Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro duas vezes, sem sucesso. Parei na portaria. Um esquema burocrático de agendamento e autorização das visitas me impossibilitou. Muito diferente dos outros acervos. Assim, não consultei nenhum exemplar arquivado naquele local, infelizmente.

Sugiro aos arquivos históricos do Brasil, especialmente o do Itamaraty, que facilitem o acesso e a reprodução do material. A memória do espaço brasileiro fica comprometida com esses empecilhos. Pesquisas futuras com a mesma temática que a presente poderá enriquecer estes estudos consultando os acervos não atingidos nesta pesquisa.

Esta dissertação deixa uma contribuição metodológica para aqueles que se interessam pela temática da etno-histórica, mas principalmente da história das movimentações (migrações, diásporas, desaparecimento e surgimento) dos diferentes povos que compõem a nossa humanidade. Demostrei a importância do entendimento da realidade natural (fisiografia) para o entendimento dessa etno-história. Outra contribuição que poderá se

avançar além deste trabalho será traçar com maior detalhe as rotas de migração, ou diáspora, dos povos.

Uma inovadora contribuição metodológica deste trabalho está na compilação e mapeamento de informações de localizações étnica nos históricos municipais do IBGE. O cruzamento de dados constantes em dois mapas etno-linguísticos (Nimuendaju e Loukotka) mais o georreferenciamento das etnias constantes nos históricos do IBGE evidenciou essa inovação. Além disso, a investigação em cartografia histórica, apesar de não ter exibido etnias desconhecidas naquelas três fontes principais de dados, corroboraram na espacialização de territórios de alguns destes povos.

Recomendo ao IBGE – ou a pesquisadores interessados – que mapeiem a evidência étnica em seus históricos municipais constantes do banco de dados IBGE Cidades. Também é de grande importância a espacialização de outras informações como a evidência de quilombos e aldeamentos, bem como a elaboração de cartas que apresentem a evolução da colonização na região por meio das datas de fundação de povoados e suas emancipações como município.

A presente dissertação também contribui como mais uma fonte de dados para elaboração de material didático e de conteúdo formador de professores do ensino básico. A incorporação da etno-história nos currículos escolares, preconizada pela Lei 11.645/08, deve contemplar materiais didáticos como os mapas e os atlas etno-históricos, conforme abordo em um artigo publicado nos anais do XIV Encontro de Geógrafos da América Latina (R. SANTOS, 2013), cabe ao Ministério da Educação (MEC) fazer valer essa legislação.

Este trabalho contribui para a reformulação da história e geografia na escola brasileira, principalmente nas instituições não indígenas, pois são os filhos dos colonizadores os que mais devem saber sobre o que houve no passado para que sua família estivesse numa situação de vantagem em relação aos povos indígenas, marginalizados e sem-terra. É necessário deixar claro para nossas crianças os porquês da realidade fundiária (territorial) e social no Brasil, onde a maior parte dos povos indígenas estão numa situação inferior em relação a sociedade nacional.

Esta dissertação também apresenta elementos para se investigar a gênese de comunidades rurais do sertão brasileiro. Da mesma forma que os Xakriabá reivindicaram a

sua identidade indígena, e os Aricobé que pelo que parece estão na mesma trilha, outras comunidades do interior do Brasil que optarem por esse caminho, poderão encontraram aqui um apoio etno-histórico que contribua na justificação de suas origens. Acredito que seja bem possível que os Akroá e os Xakriabá que partiram para o norte não tenham desaparecido, bem como os Guegué, seus irmão de língua. Será que alguma comunidade rural do Brasil, entre a imensidão dos Gerais desde Goiás e Minas até Maranhão e Piauí, não seja remanescente de algum desses povos?

E os Cayapó, teria mesmo alguma família deles entre os Xakriabá de São João das Missões? E outros povos como os Jamela, Guaíba, Vermelho etc. não estariam também refugiados lá? Em conversas que tive com anciões daquela terra indígena me disseram que há família que ainda se escondem quando chega alguém desconhecido, mesmo que seja um Xakriabá. Esses anciões acreditam que eles são de uma família diferente da deles. Seriam então remanescentes de outra etnia?

Ao Ministério da Cultura (MinC) seria interessante um estudo junto a comunidades rurais de regiões onde houveram presença de indígenas, para fins de se pesquisar indícios de povos emergentes, ou então, a relação genética de comunidades caboclas com sociedades ameríndias.

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sugiro um levantamento arqueológico dos locais onde for constatada a presença de aldeamentos, como os de Duro e Formiga, que como apresentei nesta pesquisa, possuem ruínas que podem trazer novas descobertas sobre nosso passado. Além disso, é importante o mapeamento das informações de interesse arqueológico.

Longe de ser um tratado sobre as localizações dos povos Jê nos Gerais, apresentei apenas algumas evidências e possíveis hipóteses para os locais por onde perpassaram esses que são poucos dentre os milhares de povos que fazem parte da nossa história mundial. Uma sugestão de pesquisa futura aos interessados na etno-história antropogeográfica é a busca de uma síntese entre os poucos trabalhos existentes, buscando concatenações que ultrapassem o limite uni-étnico e avancem para a diversidade. Por exemplo, atrelando trabalhos sobre as migrações negras, ou diáspora como bem coloca o professor Rafael Sanzio do ANJOS (2013).

Estudos nesse sentido serão de grande valia para que a humanidade conheça um pouco mais sobre sua história.

Como se deu o contato entre os negros e índios? Como se deu a fixação de quilombos próximos aos territórios indígenas? E mais ainda, como foi a aceitação indígena dentro dos quilombos? Teriam os índios contribuído com os negros no repasse de conhecimentos milenares sobre o antigo território do cerrado? Ficam essas perguntas para futuras investigações.

Na segunda seção do capítulo 3 eu apresentei o “Mapa da Conquista” (Mapa 3.21) onde um mestre de campo Português indica a localização de diversos quilombos que ele mesmo destruiu. Nesse mapa ele indica locais de “gentios” que aparentemente não foram interferidos. Qual será a relação entre esses indígenas e os quilombolas? Será que existem remanescentes desses gentios nessa região do alto São Francisco, Paranaíba e Grande, local da antiga morada dos Araxá e dos Cataguá como evidenciei em meus mapas?

E em outras áreas do Brasil e do mundo? Existem trabalhos de reconstituição do povoamento indígena? É possível se estudar o passado étnico de outras regiões do país? Não é só nos Gerais que Nimuendaju deixou lacunas, mas em uma faixa que vai do centro do estado de São Paulo ao centro do Estado do Piauí. Alguns desses espaços foram melhor detalhados por Loukotka, entretanto, este também deixou lacunas em algumas áreas da América do Sul, como no centro do estado de São Paulo e no centro do estado da Bahia. Essas áreas, portanto, apresentam-se como potenciais para um futuro estudo de compilação étnica em cartografia, tendo em vista que dois consagrados lingüistas não alcançaram informações suficientes para preenchê-las.

Em relação ao centro da Bahia há um vasto espaço sem dados em diversas fontes. Quais eram os povos indígenas de lá? Será que eles viviam no litoral quando os europeus atracaram em Porto Seguro? Ou será que eram outra sociedade, típica de uma região tão ímpar como essa, onde Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica se tocam?

Diga-se de passagem, o próprio Aziz AB’SÁBER (2003b [1977]) sugere uma pesquisa mais aprofundada nessas zonas de contato para se entender se são outros domínios de natureza. A despeito disso, o IBGE homogeneizou as zonas de contato dentro dos biomas

adjacentes. Isso pode até ser prudente de um ponto de vista pragmático que a burocracia do planejamento estatal requer, mas em se tratando de ciência, temos que investigar essas nuances da realidade.

Da mesma forma que eu concluí que os Jê são os verdadeiros povos dos Gerais, e de certa forma do Cerrado leste, é possível se localizar outras coincidências entre os domínios de natureza e os povos indígenas. Mas para isso a simples aceitação dos limites de Biomas criados pelo IBGE não vale para tirar conclusões. É necessário se conhecer melhor as zonas de contato dos Biomas.

No nordeste brasileiro, Loukotka indicou em seu mapa um dos polos de diversidade linguística, assim como o é no alto Xingu, no alto rio Negro, e na região do Jequitinhonha-Doce. Um estudo mais detalhado sobre as localizações desses povos pode trazer hipóteses importante. Por exemplo, como chegaram os Karib por lá? Seriam os Pimenteiras falantes de língua Karib? E os Kariri, estariam mais próximos dos Jê ou dos Pimenteiras do ponto de vista linguístico e histórico?

Manuela Carneiro da Cunha sugere que os Tremembé tenham subido o Parnaíba e atingido os Gerais. Eu não incluí em meus mapas pois não tive dados suficientes para assegurar essa hipótese. Mas será mesmo que os Tremembé invadiram o território Jê? E quanto aos Kariri, Senna sugere que eles tenham chegado até São Paulo no século XVI, será mesmo que isso ocorreu?

Na presente pesquisa eu usei o instrumento do trabalho de campo, mas confesso que foi insuficiente. Acredito que um estudo de campo mais dedicado, que envolva a região de fronteira entre Tocantins, Bahia e Piauí poder-se-á indicar maiores indícios ou até mesmo evidências de comunidades com grau de parentesco próximos aos Akroá, Gueguê (Goyá) e outros grupos considerados extintos.

Reconheço que na presente pesquisa o artifício da história oral foi pouco explorado, tendo em vista a carência de recursos e disponibilidade minha para efetuar pesquisas de campo com profundidade. Preferi me dedicar no trabalho de “garimpagem” de registros cartográficos e historiográficos sobre outras etnias. Além disso, os poucos momentos em que estive com o povo Xakriabá, Xavante e os quilombolas Kalunga, não foram muito produtivos,

pois grande parte da memória que pude registrar reflete a tempos mais recentes, posteriores a 1900, no máximo, atingem o século XIX. Assim, acredito que seja necessário, portanto, que se faça um trabalho mais dedicado a oralidade dos povos remanescentes, investigando os mitos e lendas, para que se identifique se houveram outras etnias que eles se contataram, e quais foram os locais que seu povo habitou ou perpassou.

Também na presente pesquisa eu não avancei com detalhes em outros períodos anteriores ao ano de 1700 ou posteriores a 1900. Caberia a uma outra pesquisa proceder nesse enfoque. Minha maior preocupação girou em torno de entender o que ocorreu no momento do contato entre o indígena e o colonizador, por isso o foco nos séculos XVII, XVIII e XIX. No entanto a fronteira colonial ainda não parou, ela continua em diversas áreas, principalmente na Amazônia, mas também em outras paisagens, como zona de contato entre Mata Atlântica e Cerrado no Mato Grosso do Sul, sobre os Guarani-Kayowá.

Observando a sequência dos mapas finais fica claro que os povos do leste do país foram os muros, a blindagem, para o avanço colonial rumo ao interior do país. Se não houvesse esse “paredão”, como ressalta ANGELO (2013), talvez os povos amazônicos, que hoje sofrem com o avanço agropecuário, estariam na mesma condição que os povos nordestinos, com uma cultura fortemente marcada pelas políticas de integração, com língua e costumes profundamente modificados.

É necessário que nós conheçamos o nosso passado, para poder aceitá-lo e corrigir os erros de nossos antepassados e de nosso Estado. Durante centenas de anos nós, os brasileiros, escondemos que nosso território cresceu sobre outros territórios. Que a nossa riqueza na verdade foi roubada do sangue e das terras de indígenas e negros. Que se o Brasil é grande hoje, deve muito aos povos que aí vivem e viveram, e uma reparação do erro histórico da violência que esse Estado cometeu, deve ser posta em prática.

Uma das primeiras ações para se reparar esse erro é aceitar a história indígena (ou histórias indígenas), aceitar que o Brasil não começou com a chegada dos invasores europeus, ele já existia. O que houve foi um encontro de histórias e todas elas precisam ser contadas e ilustradas, com mapas, fotos, croquis, desenhos e tudo o mais que a criação humana pode conceber.

Mas se formos mais a fundo ainda, a reparação não é apenas do Estado brasileiro, mas do Estado português, que promoveu o início do massacre. Da Igreja Católica que incentivou que isso ocorresse. Dos reis e nobres europeus de diversas nações que sedentos por luxuosidades não negavam riquezas para satisfazer seus desejos materiais com minérios, tintas, sabores, alimentos e outras mercadorias que faziam com que pilhadores lusitanos, hispânicos, francos, aglicanos, batavos, flamengos, dentre outros, se atirassem ao mar e encravassem suas espadas e chumbos sobre povos que não tinham essa artimanha bélica, pois não tinham passado por essa necessidade em sua história.

Fica aqui a minha singela contribuição para a reparação desse erro que não foi só dos Luso-Brasileiros, mas de nossa humanidade. Nós precisamos agora corrigir esses erros, não só com os indígenas, mas com os africanos, e todos os povos que foram submetidos à força para a satisfação de outrem.

Pois se queremos que o século XXI se torne o século da sustentabilidade, temos que incluir a reparação como um dos princípios. Pois a sustentabilidade não é apenas um pacto com o futuro, garantindo os recursos naturais para as sociedades que virão, mas um pacto com o passado, passando a limpo as sujeiras de nossos ancestrais. Para que em nossa alma prevaleça apenas, a verdade.

# Referências

## DOCUMENTOS MANUSCRITOS

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa, Portugal  
1770. **Roteiro do Maranhão a Goiás, pela Capitania do Piauí.** Manuscrito microfilmado.

182\_. **Manuscritos Ministério do Reino.** Maço 500, nº 110.

## MAPAS HISTÓRICOS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa.

17\_\_a. **Mapa do julgado de Paracatu,** Comarca de Sabará (ou Rio das Velhas), Capitania de Minas Gerais, séc. XVIII.

17\_\_b. **Planta de um aldeamento da capitania de Goyás.**

1751. **Carta da capitania de Goyáz,** elaborado por Francesco Tosi Colombina.

1782. **Plano projectico de hú novo estabelecimento de Índios** da Nação Cayapó situado na margem do Rio Fartura denominado Aldeya Maria 1<sup>a</sup>, tendo por oráculo a Sua Igreja N. Snr.<sup>a</sup> da Glória como sevê do n.º 1º.

1784. **Mapa da Conquista do mestre de Campos Regente Chefe da Legião Ignácio Correya Pamplona.**

AN – Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.

1892. **Mappa do Estado da Bahia.** Organizado pelo Engenheiro Civil Miguel de Teive e Argollo, Director Engenheiro em Chefe do Prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco.

1902. **Carta do Estado de Goyaz.** Organizada pelo Agrimensor Francisco Ferreira dos Santos Azevedo. Escala 1:2.000.000.

BPE – Biblioteca Pública de Évora. Évora, Portugal.

17\_\_a. **Mapa da Capitania de Goyáz.**

17\_\_b. **Mapa da Capitania de Goyáz e adjacência.**

BN – Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

17\_\_. **Croqui do rio Carunhana com localização do Castello de M.<sup>el</sup> Nunes Viana.**

18\_\_. **Carta da Capitania de Pernambuco.**

DIE – Diretoria de Infra-estrutura do Exército Português. Lisboa, Portugal.

1778. **Carta ou Plano Geograph.<sup>co</sup> da Capit.<sup>a</sup> de Goyás.** Huma das do centro da America Meridional, pertencente ao Reino de Portugal que mandou construir o Ill.<sup>mo</sup> e Excell.<sup>mo</sup> Snr. Jozé de Alm.<sup>da</sup> de Vasconcellos de Sevril e Carvalho. Gov. e Cap. Gen. da dita Capit.<sup>a</sup> do Dia 26 de Julho 1777 até Maio 78, que a entregou. Por Thomas de Souza Sarg.<sup>to</sup> Mor do Regim.<sup>to</sup> de Cavalleria.

1804. **Carta geográfica da capitania de Minas Geraes.** Cópia tirada em 1811 por Albino Marianno dos Santos Pereira, alferes d'Infantaria de Linha no Rio de Janeiro.

SGL – Sociedade Geográfica de Lisboa. Lisboa.

1820. **Mapa Geral de Toda Capitania de Vila Boa de Goiás.**

## MAPAS IMPRESSOS

LOUKOTKA, Čestmír.

1967. Ehtno-Linguistic Distribution of South American Indians. *In*. **Annals of The Association of American Geographers**, vol. 57, n° 2, jun, map supplement n° 8. Joseph E. Spencer & Norman J. W. Thrower (*editors*). 1 mapa, color, escala 1:8.500.000. Washington-DC: AAG.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von.

1867a. **Die Ehemalige Verbreitung und die Muthmasslichen Wanderungen der Tupis:** Die jetzigen Haupt-Sprachengruppen. 1 mapa, color. Leipzig. Disponível em <[http://www.archive.org/download/martius\\_mapa/Martius.jpg](http://www.archive.org/download/martius_mapa/Martius.jpg)> acesso em 21 Fev. 2013.

NIMUENDAJU, Curt

1946. The tribes of eastern Brazil. *In* Steward, Julian H. (*org.*) **Handbook of South American Indians**, vol. 1 – The Marginal Tribes. p. 382. Washington-DC: US Gov. Printing Office. Disponível em <<http://archive.org/stream/bulletin14311946smit#page/n491/mode/2up>> acesso em 26 Fev. 2013.

2002a [1944]. Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes. *In* **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Edição fac-similar, [encarte]. 1 mapa, color, 79 cm X 95 cm. Escala 1:5.000.000. Rio de Janeiro: IBGE; Brasília: Min. da Educação. Edição de 1981 disponível em <[http://biblio.etnolinguistica.org/local--files/nimuendaju-1981-mapa/nimuendaju\\_1981\\_mapa.jpg](http://biblio.etnolinguistica.org/local--files/nimuendaju-1981-mapa/nimuendaju_1981_mapa.jpg)> acesso em 21 Fev. 2013.

STEWART, Julian Haynes; MASON, John Alden

1950. Tribal and linguistic distribution of South America. *In*. Stewart, Julian H. (*Org.*) **Handbook of South American Indians, vol. 6** – Physical anthropology, linguistics and cultural geography of South American Indians. [encarte], 1 mapa, color, 114 cm x 82 cm. Escala: 1: 7.900.000. Washington-DC: US Gov. Printing Office.

TAUNAY, Affonso D'Escragnolle Taunay (*org.*)

1922. **Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas: séculos XVI-XVII-XVIII**, desenhado por Gregorio Colás e José Domingues dos Santos Filho. 1 mapa, color, escala 1:5.500.000. São Paulo: Museu Paulista.

#### **BASE CARTOGRÁFICA DIGITAL E BANCOS DE DADOS**

BRASIL – Ministério do Meio Ambiente (MMA).

2007. **Banco de Dados de Vegetação do Projeto PROBIO**. Escala 1:250.000. Brasília: MMA.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1992. **Vegetação original do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE.

2010. **Base digital Brasil ao milionésimo**. Cartas Topográficas SB22, SB23, SC22, SC23, SD22, SD23, SE22, SE23. Escala 1:1.000.000. Rio de Janeiro: IBGE.

2012. **Cidades: História**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em:

<<http://ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> acesso em 21 set. 2012.

SFB – Serviço Florestal Brasileiro

2013. **Base de Dados do Cadastro Nacional de Florestas Públicas**. Brasília: SFB-MMA.

## **ENTREVISTAS, AULAS, PALESTRAS E ORIENTAÇÕES.**

- As referências das entrevistas junto a comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas etc.) estão citadas diretamente no texto.

ANGELO, Francisca Navantino Pinto de.

2013. [banca examinadora] Curso de mestrado profissional em desenvolvimento sustentável junto a povos e terras indígenas, Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. **Banca examinadora da presente dissertação.** Brasília: 08 Fev. 2013.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos.

2013. [banca examinadora] Curso de mestrado profissional em desenvolvimento sustentável junto a povos e terras indígenas, Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. **Banca examinadora da presente dissertação.** Brasília: 08 Fev. 2013.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade.

2011. [aula] Curso de mestrado profissional em desenvolvimento sustentável junto a povos e terras indígenas, Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. **Disciplina Território e Diversidade Indígena.** Brasília: Maio e Jun. 2013.

2013. [banca examinadora] Curso de mestrado profissional em desenvolvimento sustentável junto a povos e terras indígenas, Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. **Banca examinadora da presente dissertação.** Brasília: 08 Fev. 2013.

ELOY, Ludivine.

2013. [orientação individual] **Apontamentos apresentados em seções de orientação para o desenvolvimento da presente pesquisa de mestrado e redação desta dissertação.** Brasília: CDS-UnB.

LIMA, Maria Osmarina da Silva Vaz de.

2009. [aula-palestra] Disciplina Seminários Interdisciplinares – Quartas Sustentáveis, Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. **Desenvolvimento sustentável do Brasil: uma esquina civilizatória.** Brasília: 16 Set. 2009.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna.

2013. [entrevista] Laboratório de Língua Indígenas da Universidade de Brasília. **Entrevista concedida ao pesquisador autor da presente dissertação.** Brasília: 16 Jan. 2013.

SAWYER, Donald Rolfe.

2010. [aula-palestra] Disciplina Seminários Interdisciplinares – Quartas Sustentáveis, Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. **Expansão e Retração de Fronteiras de Colonização na Amazônia: Passado e Futuro.** Brasília: 05 Ago. 2010.

## BIBLIOGRAFIA

AB'SÁBER. Aziz Nacib.

1964. O relevo brasileiro e seus problemas. *In*. Azevedo, Aroldo. **Brasil** – a terra e o homem. São Paulo: Comp. Ed. Nacional.

1967. Domínios morfoclimáticos e províncias fitogeográficas do Brasil. *In* **Revista Orientação n.º 3**, p. 45-48, Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo: IGEOG/USP.

1977. Os Domínios Morfoclimáticos na América do Sul: primeira aproximação. *In* **Geomorfologia, n.º 52**, p. 1-22. São Paulo: Instituto de Geografia da USP.

1989. Paleoclimas quaternários e pré-história da América Tropical. *In*. **Dedalo: Revista de Arqueologia e Etnologia, n.º 1**, p. 9-25. São Paulo.

2003a [1962]. “Mares e Morros”, Cerrados e Caatinga: Geomorfologia Comparada. *In*. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. p. 27-33. São Paulo: Ateliê Editorial.

2003b [1977]. Potencialidades Paisagísticas Brasileiras. *In*. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. p. 9-26. São Paulo: Ateliê Editorial.

2003c [1983]. O Domínio dos Cerrados. *In*. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. p. 115-135. São Paulo: Ateliê Editorial.

2003d [1992]. Nos Vastos Espaços dos Cerrados. *In*. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. p. 35-43. São Paulo: Ateliê Editorial.

2003e [2002]. Relictos, Redutos e Refúgios: os caprichos da natureza e a capacidade evocadora da terminologia científica. *In*. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. p. 145-146. São Paulo: Ateliê Editorial.

2003f. Domínios de Natureza e Famílias de Ecossistemas. *In*. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. p. 137-142. São Paulo: Ateliê Editorial.

2003g [1992]. Caatingas: O Domínio dos Sertões Secos. *In*. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. p. 83-100. São Paulo: Ateliê Editorial.

AB'SÁBER, Aziz Nacib; BROWN JR., Keith S.

1979. Ice age forest refuges and evolution in the neotropics: correlation of paleoclimatological, geomorphological and pedological data with modern biological endemism. *In*. **Paleoclimas, n.º 5**, p. 1-30, 1979. Sao Paulo: IGEOG-USP.

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos.  
1999. **Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil**: primeira configuração espacial. Brasília: Edição do autor, 1999.
2005. **Coleção África-Brasil**: cartografia para o ensino-aprendizagem. Vol. I. 2.<sup>a</sup> ed. Brasília: Mapas & Consultoria.
2009. **Quilombos**: Geografia Africana – Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte.  
2005. **Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão**: As práticas das políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – século XVIII. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE. 269 p. Disponível em [http://www.etnolinguistica.org/local--files/tese:apolinario-2005/apolinario\\_2005\\_akroa.pdf](http://www.etnolinguistica.org/local--files/tese:apolinario-2005/apolinario_2005_akroa.pdf)> acesso em 08 Nov. 2012.
- ARRUDA, Moacir Bueno.  
2003. **Representatividade ecológica com base na biogeografia de biomas e ecorregiões continentais do Brasil**: o caso do bioma cerrado. Tese de doutorado em Ecologia. Brasília: UnB.
- BALDUS, Herbert.  
1970. **Tapirapé**: Tribo tupi no Brasil Central. Coleção Brasileira, vol. 17. São Paulo: Nacional e USP.
- BANDEIRA, Arkley Marques.  
2008. O povoamento da América visto a partir dos sambaquis do Litoral Equatorial Amazônico do Brasil. In. **FUMDHAMENTOS, VII**: Publicação da Fundação Museu do Homem Americano, nº 7. São Raimundo Nonato-PI: FMHA/Centro Cultural Sérgio Mota. Disponível em <http://www.fumdam.org.br/fumdhamentos7/artigos/21%20Arkley.pdf>> acesso em 07 Nov. 2012.
- BARBOSA, Altair Sales.  
2002. **Andarilhos da Claridade**: Os primeiros habitantes do Cerrado. Goiânia: PUC-GO.
- BARBOSA, Rodolfo Pinto.  
2002 (1981). A Cartografia do Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju. In **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE; Brasília: Min. da Educação.
- BARRETTO FILHO, Henyo Trindade.  
2000. Identidades emergentes, soluções heterodoxas: O caso da (não) demarcação da Terra Indígenas Tapeba. In. ESPÍRITO SANTO, Marco Antonio do. **Política Indigenista**: Leste e Nordeste Brasileiros, p. 27-39. Brasília: FUNAI/DEDOC.

- BERTRAND, Paulo.  
1999. **História da Terra e do Homem do Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal, do indígena ao colonizador.** Brasília: Paidéia. Disponível em <[http://www.paulobertran.com.br/bertran/historia\\_da\\_terra.zip](http://www.paulobertran.com.br/bertran/historia_da_terra.zip)> acesso em 07 Nov. 2012.
- BERTRAND, Paulo; FLEURY, Graça.  
2004. **Memorial das idades do Brasil.** Brasília: Verano editora. Disponível em <[http://www.paulobertran.com.br/bertran/Memorial\\_das\\_Idades\\_do\\_Brasil.zip](http://www.paulobertran.com.br/bertran/Memorial_das_Idades_do_Brasil.zip)> acesso em 28 Fev. 2013.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.).  
1982. **Pesquisa Participante.** 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense.
- BROCHADO, José Joaquim Justiniano Proenza.  
1984. **An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South America.** Doctor of Philosophy in Anthropology. Urbana: Univ. of Illinois.
- BUARQUE, Cristóvam.  
2002. Ignacy Sachs: o professor humanista para o século XXI. *In* Sachs, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Org. Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond.
- CÂMARA JR. Joaquim Matoso.  
1977. **Introdução às línguas indígenas brasileiras.** 3<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico; Brasília: INL.
- CAPISTRANO DE ABREU, João.  
1963 [1924]. **Capítulos de história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.** 5.<sup>a</sup> ed. revista, prefaciada e anotada por José Honório Rodrigues. Brasília: Ed. UnB.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela.  
1998a [1992]. **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras.  
  
1998b [1992]. Introdução a uma história indígena. *In*. Carneiro da Cunha, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**, p. 9-24. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARVALHO, Maria Rosário.  
2012. Pataxó Hã-Hã-Hãe. *In* Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil.** Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo-ha-ha-hae>> acesso em 14 Nov. 2012.
- CASTRO FARIA, Luís de.  
2002 (1981). Curt Nimuendaju. *In* **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju.** Edição fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE; Brasília: Min. da Educação.

- CHAIM, Marivone Matos.  
1983 [1974]. **Aldeamentos Indígenas: Goiás 1749-1811**. 2.<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Nobel; Brasília, INL.
- CINTRA, Jorge Pimentel.  
2010. A cartografia digital como ferramenta para a Cartografia histórica. *In. Anais do 3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia*. Parati-RJ: [s.e].
- COCHRANE, T. T.; SÁNCHEZ, L. G.; PORRAS, J. A.; AZEVEDO, L. G. de; JONES, P. G.  
1985. **A terra na América Tropical**: um guia de climas, paisagens e solos para agrônomos na Amazônia, Piemonte Andino, Brasil Central e Orinoco. 3 vol. Inclui 1 mapa, color. Cali: CIAT; Brasília: Embrapa.
- CONTI, José Bueno; ANGELO FURLAN, Sueli.  
2005. Geocologia: O Clima, os Solos e a Biota. *In. ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. (org.) Geografia do Brasil*. 5<sup>a</sup> ed. São Paulo: EdUSP.
- CORRÊA, Iran Carlos Stalliviere.  
2012. **Glaciações**. Tradução, ampliação e ilustração do texto original em Wikipedia, la enciclopedia livre. Porto Alegre: Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe, Departamento de Geodésia, IG-UFRGS. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/museudetopografia/Artigos/Glacia%C3%A7%C3%B5es.pdf>> acesso em 13 Dez. 2012.
- CORRÊA-DA-SILVA, Beatriz Carretta.  
2010a. Etnolinguística e etno-história Tupí: Desfragmentando o olhar. *In. Rev. de Estudos da Linguagem*, v. 18, n.1, p. 61-86. Belo Horizonte: UFMG. Disponível em <<http://relin.letras.ufmg.br/revista/upload/Relin18-04-BeatrizSilva.pdf>> acesso em 27 Nov. 2012.
- 2010b. **Mawé/Awetí/Tupí-Guaraní**: Relações Linguísticas e Implicações Históricas. Tese de doutorado em Linguística. Brasília: UnB. Disponível em <[http://www.etnolinguistica.org/local--files/tese:correa-da-silva-2011/correa-da-silva\\_2011.pdf](http://www.etnolinguistica.org/local--files/tese:correa-da-silva-2011/correa-da-silva_2011.pdf)> acesso em 23 Nov. 2012.
- CORRÊA FILHO, Virgílio.  
2002 (1951). Curt Nimuendaju. *In Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE; Brasília: Min. da Educação.
- D'ÉVREUX, Yves.  
2009 [1615]. **História das coisas mais memoráveis ocorridas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614**. Trad. Marcella Mortara. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro,

- D'ORNELAS, Stephanie.  
2012. **De onde viemos: a fabulosa árvore genealógica humana.** Hype Science.  
Disponível em <<http://hypescience.com/de-onde-viemos-veja-a-arvore-genealogica-humana>> acesso em 21 Jan. 2013.
- DAVIS, Irvine.  
1968. Some Macro-Jê relationships. *In*. **International Journal of American linguistics**, vol. 34, n.º 1. Chicago: Univ. of Chicago Press. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/1263709>> acesso em 14 Nov. 2012.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Anna.  
2001. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 2001.
- DONAHUE JR., George Rodney.  
1982. **A contribution to the Ethnography of the Karajá Indians of Central Brazil.** Dissertation of Doctor of Philosophy (Department of Anthropology). Fairfax: Univ. Virginia.
- DURKHEIM, Émile.  
1899. Friedrich Ratzel, Anthropogéographie. *In* **l'Année sociologique, 3e année, 1898-1899**, Paris: [s.e]. Disponível em <[http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim\\_emile/ratzel\\_anthro\\_geographie/durkheim\\_ratzel\\_anthro\\_geo.pdf](http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/ratzel_anthro_geographie/durkheim_ratzel_anthro_geo.pdf)> acesso em 10 Jan. 2013.
- EMMERICH, Charlotte; LEITE, Yonne de Freitas.  
2002 (1981). A Ortografia dos Nomes Tribais do Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju. *In* **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE; Brasília: Min. da Educação.
- FERNANDES, Florestan.  
1975a [1949]. Um balanço crítico da contribuição etnográfica dos cronistas. *In*. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. Petrópolis-RJ: Vozes.  
1975b [1956]. Tendências teóricas da moderna investigação etnológica no Brasil. *In*. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. Petrópolis-RJ: Vozes.
- FELFILI, Jeanine Maria; SILVA JÚNIOR, Manoel Cláudio (org.).  
2001. **Biogeografia do bioma cerrado: estudo fitofisionômico da Chapada do Espigão Mestre do São Francisco**. Brasília: Depto. Eng. Florestal da UnB.
- FELIPPE, Miguel F.; SOUZA, Tatiana Aparecida R.  
2006. A biogeografia do cerrado em concomitância com sua história econômica e suas perspectivas para o futuro. *In* **Enciclopédia Biosfera, n.º 1**. [S.L]: [s.e]. Disponível em <[http://www.researchgate.net/publication/228424258\\_A\\_Biogeografia\\_do\\_Cerrado\\_e\\_m\\_concomitancia\\_com\\_sua\\_Histria\\_Economica\\_e\\_suas\\_Perspectivas\\_para\\_o\\_Futuro](http://www.researchgate.net/publication/228424258_A_Biogeografia_do_Cerrado_e_m_concomitancia_com_sua_Histria_Economica_e_suas_Perspectivas_para_o_Futuro)> acesso em 03 Jan. 2013.

- FERRI, Mário Guimarães.  
1980. **Vegetação brasileira**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EdUSP.
- FOLADORI, Guillermo.  
2001. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas-SP: EdUnicamp; São Paulo: Imp. Oficial.
- FREYRE, Gilberto.  
2003 [1933]. **Casa-Grande & Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª ed. São Paulo: Global.
- FURTADO, Celso.  
2003 [1958]. **Formação econômica do Brasil**. 32.ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GIRALDIN, Odair.  
2000. Renascendo das cinzas: um histórico da presença dos Cayapó-Panará em Goiás e no Triângulo Mineiro. *In. Sociedade e Cultura*, v. 3, n. 1, p. 161-184. Goiânia: UFG. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/462/445> acesso em 07 Nov. 2012.
- GREENBERG, Joseph H.  
1987. **Language in the Americas**. Stanford-CA: Stanford University Press.
- GREENBERG, Joseph H.; RUHLEN, Merritt.  
1992. Linguistic Origins of Native Americans. *In Scientific American*, November 1992. p. 94-99. Disponível em <http://www.merrittruhlen.com/files/Greenberg-Ruhlen.pdf> acesso em 07 Nov. 2012.
- GUIDON, Niéde.  
1998 [1992]. As ocupações pré-históricas no Brasil (excetuando a Amazônia). In Carneiro da Cunha, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**, 2.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- GUIMARÃES ROSA, João.  
2001. **Grande Sertão**: Veredas. 20ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- HANAZAKI, Natalia.  
2006. Resenha do livro *Colapso: como as sociedades escolhem o sucesso ou o fracasso* de Jared Diamond. *In. Ambiente & Sociedade*, vol. IX, nº 2, jul./dez. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n2/v9n2a10.pdf> acesso em 21 Fev. 2013.

- HUMBOLDT, Alexander von.  
1849. **Cosmos**: A Sketch of a physical description of the universe. Vol. I. London: Henry G. Bohn, Work Street, Covent Garden. Disponível em <[http://books.google.com.br/books?id=PIFIAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=PIFIAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)> acesso em 17 Dez. 2012.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
2009. **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras**: Sertões Brasileiros I, vol. 2. Rio de Janeiro, IBGE.
- JOFILLY, Bernardo.  
1998. **Isto é Brasil, 500 anos**: atlas histórico. São Paulo: Três.
- JOLKESKY, Marcelo Pinho de Valhery.  
2010. **Reconstrução fonológica e lexical do Proto-Jê Meridional**. Dissertação de mestrado em Linguística. Campinas-SP: UNICAMP. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000781372>> acesso em 09 Nov. 2012.
- KAXINAWÁ, Joaquim Paulo Maná *et. al.*  
2002. **Índio do Acre**: História e Organização. Rio Branco-AC: Comissão Pró-Índio.
- KOK, Glória.  
2009. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. *In. Anais do Museu Paulista*, vol. 17, n.º 2, jul.-dez., p 91-109. São Paulo: MP-USP.
- KUPER, Adam.  
2008. **A reinvenção da sociedade primitiva**: transformações de um mito. Tradução de Simone Miziara Frangella, revisão Aécio Amaral. Recife: Ed.UFPE. Disponível em <<http://books.google.com.br/books?id=smvPthrLnMC&pg=PA112&lpg=PA112&dq=morgan+sete+est%C3%A1gios+da+civiliza%C3%A7%C3%A3o&source=bl&ots=WeyMwHemte&sig=BAuLSnJSQPGeojn0wXbP0TDGPC4&hl=pt-BR&sa=X&ei=OeDoUKKsOieG8QSo4oFQ&ved=0CEAQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false>> acesso em 06 Jan. 2013.
- LAPLANE, Adriana Lia Friszman; PRIETO, Rosângela Gavioli.  
2011. Inclusão, Diversidade e Igualdade na CONAE 2010: Perspectivas para o novo Plano Nacional de Educação. *In. Educação & Sociedade*, v. 31, n. 112, p. 919-938, jul.-set. 201. Campinas. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/14.pdf>> acesso em 19 Abr. 2012.
- LE GOFF, J.  
1990. **História e Memória**. Trad. B. Leitão *et al.* Campinas: EdUnicamp.

- LIBAULT, André.  
1975. **Geocartografia**. São Paulo: Nacional, Ed. USP.
- LIPKIND, Willian.  
1948. The Carajá. In Steward, Julian H. (org.) **Handbook of South American Indians, vol. 3** – The Tropical Forest Tribes, p. 179-191. Washington-DC: US Gov. Printing Office. Disponível em <[http://www.etnolinguistica.org/local--files/hsai:vol3p179-191/vol3p179-191\\_caraja.pdf](http://www.etnolinguistica.org/local--files/hsai:vol3p179-191/vol3p179-191_caraja.pdf)> acesso em 14 Nov. 2012.
- LOPES DA SILVA, Aracy.  
1998 [1992]. Dois séculos e meio de história Xavante. In Carneiro da Cunha, Manuela. **História dos Índios no Brasil**. 2.<sup>a</sup> ed, p. 357-378. São Paulo: Companhia das Letras.
- LOUKOTKA, Čestmír.  
1968. **Classification of South American Indian Languages**. References Series, vol. 7, Johannes Wilbert (editor). [inclui encarte com 1 mapa, color, escala 1:8.500.000.]. Los Angeles: Univ. of Califórnia.
- LOWIE, Robert H.  
1946a. Eastern Brazil: an Introduction. In Steward, Julian H. (org.) **Handbook of South American Indians, vol. 1** – The Marginal Tribes. p. 381-397. Washington-DC: US Gov. Printing Office. Disponível em <<http://archive.org/stream/bulletin14311946smit#page/380/mode/2up>> acesso em 07 Nov. 2012.
- 1946b. The Bororo. In Steward, Julian H. (org.) **Handbook of South American Indians, vol. 1** – The Marginal Tribes. p. 419-434. Washington-DC: US Gov. Printing Office. Disponível em <<http://archive.org/stream/bulletin14311946smit#page/419/mode/2up>> acesso em 07 Nov. 2012.
- 1946c. The Northwestern and Central Ge. In Steward, Julian H. (org.) **Handbook of South American Indians, vol. 1** – The Marginal Tribes. p. 477-518. Washington-DC: US Gov. Printing Office. Disponível em <<http://archive.org/stream/bulletin14311946smit#page/477/mode/2up>> acesso em 07 Nov. 2012.
- 1946d. The Cariri. In Steward, Julian H. (org.) **Handbook of South American Indians, vol. 1** – The Marginal Tribes. p. 557-559. Washington-DC: US Gov. Printing Office. Disponível em <<http://archive.org/stream/bulletin14311946smit#page/569/mode/2up>> acesso em 07 Nov. 2012.

1946e. The Pancararú. *In* Steward, Julian H. (*org.*) **Handbook of South American Indians, vol. 1** – The Marginal Tribes. p. 561. Washington-DC: US Gov. Printing Office. Disponível em <http://archive.org/stream/bulletin14311946smit#page/561/mode/2up>> acesso em 07 Nov. 2012.

1946f. The Jeicó. *In* Steward, Julian H. (*org.*) **Handbook of South American Indians, vol. 1** – The Marginal Tribes. p. 567. Washington-DC: US Gov. Printing Office. Disponível em <http://archive.org/stream/bulletin14311946smit#page/567/mode/2up>> acesso em 07 Nov. 2012.

1946g. The Guck. *In* Steward, Julian H. (*org.*) **Handbook of South American Indians, vol. 1** – The Marginal Tribes. p. 569. Washington-DC: US Gov. Printing Office. Disponível em <http://archive.org/stream/bulletin14311946smit#page/569/mode/2up>> acesso em 07 Nov. 2012.

MARTINELLI, Marcelo.

1991. **Curso de Cartografia Temática**. São Paulo: Contexto.

MARTINS, Andérbio Márcio Silva.

2007. **Revisão da família lingüística Kamakã proposta por Chestmir Loukotka**. Dissertação de Mestrado em Linguística. Brasília: UnB. Disponível em [http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1954](http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1954)> acesso em 13 Nov. 2012.

2011. **Uma avaliação da hipótese de relações genéticas entre o Guató e o tronco Macro-Jê**. Tese de Doutorado em Linguística. Brasília: UnB. Disponível em [http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/9886/1/2011\\_AnderbioMarcioSilvaMartins.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/9886/1/2011_AnderbioMarcioSilvaMartins.pdf)> acesso em 07 Nov. 2012.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von.

1867b. **Beiträge zur Ethnographie und Sprachen kunde Amerika's zumal Brasiliens: I. Zur Ethnographie**. Leipzig: Friedrich Fleischer. Disponível em [http://www.archive.org/download/martius\\_v1/martius\\_1867\\_beitrage\\_v1.pdf](http://www.archive.org/download/martius_v1/martius_1867_beitrage_v1.pdf)> acesso em 07 Nov.2012.

MASON, John Alden.

1950. The Languages of South American Indians. *In*. Steward, Julian H. (*Org.*) **Handbook of South American Indians, vol. 6** – Physical anthropology, linguistics and cultural geography of South American Indians. p. 157-317. Washington-DC: US Gov. Printing Office. Disponível em [http://www.etnolingustica.org/local--files/hsai:vol6p157-317/vol6p157-317\\_mason.pdf](http://www.etnolingustica.org/local--files/hsai:vol6p157-317/vol6p157-317_mason.pdf)> acesso em 09 Nov. 2012.

MELATTI, Julio Cezar.

1986 [1970]. **Índios do Brasil**. 5.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnB.

2011. **Áreas Etnográficas da América Latina**. Edição eletrônica. Brasília: UnB. Disponível em <<http://www.juliomelatti.pro.br/areas/00areas.htm>> acesso em 01 Fev. 2013.

2012. Timbira. *In*. Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/timbira>> acesso em 07 Nov. 2012.

MÈTRAUX, Alfred.

1946a. The Botocudo. *In*. Steward, Julian H. (Org.) **Handbook of South American Indians, vol. 1** – The Marginal Tribes. p. 531-540. Washington-DC: US Gov. Printing Office. Disponível em <<http://archive.org/stream/bulletin14311946smit#page/531/mode/2up>> acesso em 14 Nov. 2012.

1946b. The Teremembé. *In*. Steward, Julian H. (Org.) **Handbook of South American Indians, vol. 1** – The Marginal Tribes. p. 573-574. Washington-DC: US Gov. Printing Office. Disponível em <<http://archive.org/stream/bulletin14311946smit#page/573/mode/2up>> acesso em 14 Nov. 2012.

1948. The Tupinamba. *In*. Steward, Julian H. (Org.) **Handbook of South American Indians, vol. 3** – The tropical forest tribes. Washington-DC: US Gov. Printing Office. Disponível em <<http://archive.org/stream/bulletin14331948smit#page/n3/mode/2up>> acesso em 19 Nov. 2012.

MÈTRAUX, Alfred; NIMUENDAJÚ, Curt.

1946. The Camacan Linguistic Family. *In*. Steward, Julian H. (Org.) **Handbook of South American Indians, vol. 1** – The Marginal Tribes. p. 547-552. Washington-DC: US Gov. Printing Office. Disponível em <<http://archive.org/stream/bulletin14311946smit#page/546/mode/2up/search/547>> acesso em 13 Nov. 2012.

MODENESI-GAUTTIERI, May Christine; BARTORELLI, Andrea; MANTESSO-NETO, Virginio; CARNEIRO, Celso dal Ré; LISBOA, Matias Barbosa de Andrade Lima.

2010. **A Obra de Aziz Nacib Ab'Sáber**. Edição digital. São Paulo: Beca-BALL edições.

MONTI, Estevão Ribeiro.

2007. **As Veredas do Grande Sertão-Brasília**: ocupação, urbanização e resistência cultural. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável (Centro de Desenvolvimento Sustentável). Brasília: UnB. Disponível em <[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1911/1/Dissert\\_Estevao%20Monti.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1911/1/Dissert_Estevao%20Monti.pdf)> acesso em 21 Dez. 2012.

MORAES, Antônio Carlos Robert.

1990. A antropogeografia de Ratzel: indicações. *In* Moraes, Antônio Carlos Robert (org.) **Ratzel: Geografia**, p. 7-27. Col. grandes cientistas sociais, n.º 59. *Coord.* Florestan Fernandes. São Paulo: Ática.

MORIN, Edgar.

2000. **Saberes Globais e Saberes Locais: O olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond.

NEPSTAD, D.; SCHWARTZMAN, S.; BAMBERGER, B.; SANTILLI, M.; RAY, D.; SCHLESINGER, P.; LEFEBVRE, P.; ALENCAR, A.; PRINZ, E.; FISKE, Greg; ROLLA, Alicia.

2006. Inhibition of Amazon Deforestation and Fire by Parks and Indigenous Lands. *In*. **Conservation Biology**, vol. 20, Issue 1, p. 65-73, Feb. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1523-1739.2006.00351.x/abstract>> acesso em 25 Fev. 2013.

NEVES, Walter Alves; HUBBE, Mark.

2005. Cranial morphology of early Americans from Lagoa Santa, Brazil: Implications for the settlement of the New World. *In*. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, vol. 102, p. 18309-18314. [s.l]: PNAS. Disponível em <<http://www.pnas.org/content/102/51/18309>> acesso em 06 Nov. 2012.

NEVES, Walter Alves; PUCCIARELLI, Hector M.

1989. Extra-continental biological relationships of early South American human remain: A multivariate analysis. *In* **Ciência e Cultura**, 41(6), p 566-575. [s.l]: SBPC. Disponível em <<http://www.hectorpucciarelli.com.ar/pdf/31.%20Ciencia%20e%20Cultura-Neves,%20Pucciarelli%201989.pdf>> acesso em 06 Nov. 2012.

NIMUENDAJU, Curt.

2002b [1944]. Observações. *In* **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE; Brasília: Min. da Educação.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo.

2009. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. Tese de doutorado em antropologia. Brasília: UnB. Disponível em <[http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5456](http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5456)> acesso em 18 Jan. 2013.

NOGUEIRA, Salvador.

2012. **O fator humano: castanhais podem ser resultado da ação de populações indígenas antes da colonização europeia**. *In*. Revista FAPESP 198, p 57-59. Disponível em <[http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/08/15\\_castanhais\\_198.pdf](http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/08/15_castanhais_198.pdf)> acesso em 25 Jan. 2013.

- NUNES, Eduardo Soares.  
2012. **No asfalto não se pesca**: Parentesco, mistura e transformação entre os Karajá de Buridina (Aruanã-GO). Dissertação de Mestrado em Antropologia. Brasília: UnB. Disponível em  
<[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/10332/1/2012\\_EduardoSoaresNunes.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/10332/1/2012_EduardoSoaresNunes.pdf)> acesso em 14 Nov. 2012.
- ODUM, Eugène Pleasants.  
1983. **Ecologia**. São Paulo: Pioneira.
- OLIVEIRA, A. R.  
2008. **Política e políticos indígenas**: A experiência Xakriabá. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Brasília: UnB. Disponível em  
<[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1066/1/2008\\_AlessandroRobertoOliveira.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1066/1/2008_AlessandroRobertoOliveira.pdf)> acesso em 12 Nov. 2012.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco.  
1987. Elementos para uma sociologia dos viajantes. *In. Sociedades Indígenas & Indigenismo no Brasil*, p. 84-148. Rio de Janeiro: UFRJ e Ed. Marco Zero.
- PACHECO, Rosely Aparecida Stefanos.  
2006. **Sustentabilidade indígena**: desafios e possibilidades. Curitiba?: UFPR?
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro.  
2012. Krenak. *In* Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em  
<<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/krenak>> acesso em 14 Nov. 2012.
- PATRÍCIO, Carlos.  
2005. Globalização e espaços de referência identitária. *In Finisterra*, **XL**, **79**, p. 223-236. Lisboa: Univ. de Lisboa. Disponível em  
<[http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2005-79/79\\_17.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2005-79/79_17.pdf)> acesso em 21 Fev. 2013.
- PIVETTA, Marcos; ZORZETTO, Ricardo.  
2012. Entrevista Walter Neves – O pai de Luzia: Arqueólogo e antropólogo da USP conta como formulou uma teoria sobre a chegada do homem às Américas. *In Pesquisa FAPESP*, 195. São Paulo: FAPESP. Disponível em  
<[http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/05/Pesquisa\\_195-14.pdf](http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/05/Pesquisa_195-14.pdf)> acesso em 06 Nov. 2012.
- PORTELA, Cristiane de Assis.  
2012. **Reflexões sobre um percurso metodológico**: notas sobre pesquisa histórica e documental. Brasília: CDS-UnB.
- PORTO editora.  
2012. **Dicionário mobile da Língua Portuguesa**. Porto: Ed. Porto.

- PORTO-GONÇALVES, Calos Walter  
1998. **Nos varadouros do mundo**: da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira. Tese de doutorado em Geografia. Rio de Janeiro: UFRJ.
- POSEY, Darrell A.  
1985. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). *In* RIBEIRO, Darcy (editor). **Suma etnológica brasileira, vol. 1**. Etnobiologia, coord. Berta Ribeiro. Petrópolis-RJ: Vozes.
- PREZIA, Benedito; HOORNAERT, Eduardo.  
2000. **Brasil indígena**: 500 anos de resistência. São Paulo: FTD.
- PROUS, André.  
2006. **O Brasil antes dos brasileiros**: a pré-história do nosso país. Ilustrações Adriano Carvalho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- PROUS, André; NEVES, Walter  
2000. A primeira descoberta da América. *In*. Aguilar, Nelson (org) **Mostra do redescobrimento**, p. 76-101. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais. Disponível em <<http://www.edemarcidferreira.com.br/livros/arte-evolucao-ou-revolucao/b/>> acesso em 01 Mar. 2013.
- RATZEL, Friedrich.  
1990a [1885]. As raças humanas. *Trad.* Fátima Murad. *In*: Moraes, Antônio Carlos Robert (org.) **Ratzel**: Geografia. p. 108-150. Col. grandes cientistas sociais, n.º 59. *Coord.* Florestan Fernandes. São Paulo: Ática.  
  
1990b [1891]. Antropogeografia. *Trad.* Fátima Murad. *In*: Moraes, Antônio Carlos Robert (org.) **Ratzel**: Geografia. p. 32-107. Col. grandes cientistas sociais, n.º 59. *Coord.* Florestan Fernandes. São Paulo: Ática.
- REICH, David. *et. al.*  
2012. Reconstructing Native American population history. *In* **Nature**, **488**, p. 370-374. [s/l]: Macmillan Publishers Ltd. Disponível em <<http://www.nature.com/nature/journal/v488/n7411/full/nature11258.html>> acesso em 05 Nov. 2012.
- RIBEIRO, Berta G.  
1995. A contribuição dos povos indígenas à cultura brasileira. *In*. Silva, Aracy Lopes da; Grupioni, Luís Donisete Benzi. **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1.º e 2.º graus, p 197-219. Brasília: MEC/MARI/UNESCO.
- RIBEIRO, Darcy.  
2009 [1970]. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 7.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.

2011 [1995]. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira.

2005. **Florestas Anãs do Sertão**: O Cerrado na História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica. 450 p.

RICARDO, Beto; RICARDO, Fany. (*editores*)

2011. **Povos indígenas no Brasil**: 2006-2010. São Paulo: Instituto Socioambiental.

RIVET, Paul.

1924. Les Indiens Canoeiros. *In*. **Journal de La Société des Américanistes de Paris**, n. s., tome XVI, p. 169-181. Paris. Disponível em <[http://biblio.etnolinguistica.org/local--files/rivet-1924-canoeiros/rivet\\_1924\\_canoeiros.pdf](http://biblio.etnolinguistica.org/local--files/rivet-1924-canoeiros/rivet_1924_canoeiros.pdf)> acesso em 07 Nov. 2012.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna.

1999a. Tupi. *In* Dixon, R. M. W.; Aikhenvald, Alexandra Y. **The Amazonian Languages**. Cambridge-UK: Cambridge University Press., p. 107-122. Disponível em <[http://books.google.com.br/books?id=EF7GueYuQt0C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=EF7GueYuQt0C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)> acesso em 08 Nov. 2012.

1999b. Macro-Jê. *In* Dixon, R. M. W.; Aikhenvald, Alexandra Y. **The Amazonian Languages**. Cambridge-UK: Cambridge University Press., p. 164-206. Disponível em <[http://books.google.com.br/books?id=EF7GueYuQt0C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=EF7GueYuQt0C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)> acesso em 08 Nov. 2012.

2004. Línguas do Centro-Oeste numa perspectiva histórica. *In* Silva, Denize Elena Garcia da. (*org.*) **Anais do II encontro nacional do grupo de estudos de linguagem do Centro-Oeste**: integração linguística, étnica e social. Goiânia, 2003. 3v, p. 69-72. Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras da UnB. Disponível em <<http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/site:gelco2003/rodrigues.pdf>> acesso em 07 Nov. 2012.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna; DOURADO, Luciana Gonçalves.

1993. Panará: Identificação Linguística dos Kren-Akarore com os Cayapó do Sul. *In* **Anais da 45ª Reunião Anual da SBPC** (Recife, PE), vol. 2, p. 505. Recife, SBPC. Disponível em <[http://biblio.etnolinguistica.org/local--files/rodrigues-dourado-1993-panara/rodrigues\\_dourado\\_1993\\_panara.pdf](http://biblio.etnolinguistica.org/local--files/rodrigues-dourado-1993-panara/rodrigues_dourado_1993_panara.pdf)> acesso em 08 Nov. 2012.

RUHLEN, Merritt.

1991 [1987]. **A Guide to the World's Languages**. Vol. 1: Classification. Stanford: Stanford Univ. Press. Disponível em <http://books.google.com.br/books?id=mYwmDE3f6wUC&pg=PA470&dq=A+Guide+to+the+World's+Languages&hl=pt-BR&sa=X&ei=Sr64UN6jFibC9gTmvYC4CA&ved=0CC8Q6AEwAA#v=onepage&q=tupi&f=false>> acesso em 30 Nov. 2012.

RUSSELL, Bertrand.

1968 [1946]. **História da filosofia ocidental**. 3.<sup>a</sup> ed. Col. Obras Filosóficas, vol. 3 São Paulo: Codil.

SACHS, Ignacy.

2002. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Org. Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond.

SAINT-HILAIRE, Auguste de.

1850. **Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais**. Tome Second. Paris: Grimbert et Dorez. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k98748p/f4.image>> acesso em 26 Nov. 2012.

1937 [1847]. **Viagem às nascentes do rio S. Francisco e pela província de Goyaz**. Tomo segundo. Trad. Clado Ribeiro de Lessa. Coleção Brasileira, série 5<sup>a</sup>, vol. 78. São Paulo: Nacional. Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-as-nascentes-do-rio-sao-francisco-e-pela-provincia-de-goias-2-vol>> acesso em 26 Nov. 2012.

SALZANO, Francisco M.

1998 [1992]. O velho e o novo: antropologia física e história indígena. In. Carneiro da Cunha, Manuela. **História dos Índios no Brasil**. 2.<sup>a</sup> ed, p 27-36.. São Paulo: Companhia das Letras.

SAMPAIO, Theodoro.

1897. A nação Guayanã da Capitania de São Vicente. In Ihering, Hermann Friedrich Albrecht von (org.) **Revista do Museu Paulista**, vol. II, p. 115-128. São Paulo: Typ. a vapor de Hennies Irmãos. Disponível em [http://biblio.etnolinguistica.org/local--files/sampaio-1897-guayana/sampaio\\_1897\\_guayana.pdf](http://biblio.etnolinguistica.org/local--files/sampaio-1897-guayana/sampaio_1897_guayana.pdf)> acesso em 07 Nov. 2012.

1901. O Tupi na Geographia Nacional. In. **Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo**. São Paulo: Typ. da Casa Eclética. Disponível em [http://biblio.etnolinguistica.org/local--files/sampaio-1901-tupi/sampaio\\_1901\\_tupi.pdf](http://biblio.etnolinguistica.org/local--files/sampaio-1901-tupi/sampaio_1901_tupi.pdf)> acesso em 07 Nov. 2012.

1904. Os Guayanãs da Capital de S. Vicente. In. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, vol. VIII. São Paulo: Typ. do Diário Oficial. Disponível em [http://biblio.wdfiles.com/local--files/sampaio-1903-guayanas/sampaio\\_1903\\_guayanas.pdf](http://biblio.wdfiles.com/local--files/sampaio-1903-guayanas/sampaio_1903_guayanas.pdf)> acesso em 09 Nov. 2012.

- SANTOS, A. F. M.  
1997. **Do terreno dos caboclos de São João das Missões à Terra Indígena Xakriabá**: as circunstâncias da formação de um povo. 1997. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Brasília: UnB.
- SANTOS, Milton.  
2002a [1978]. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: EdUSP.  
  
2002b. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EdUSP.
- SANTOS, Rodrigo Martins dos.  
2005. Análise ambiental integrada: a teoria dos geossistemas. *In. Anais do 1.º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano Regional Integrado Sustentável – PLURIS2005*. São Carlos: USP, UNESP e UMINHO. Disponível em <[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4748/1/Mendes\\_ECI\\_2005.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4748/1/Mendes_ECI_2005.pdf)> acesso em 17 Dez. 2012.  
  
2013. **Reparación Étnico-Racial**: importância de los mapas etno-históricos en los programas escolares. *In. Anais do XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Lima-Peru.
- SANTOS, Rodrigo Martins dos; CURI, Melissa Volpato.  
2012. Indigenous policy review in Brazil: ideologies, rights and perspectives. *In Working papers of the Program on Human Rights*. Stanford: Center on Democracy, Development and the Rule of Law, Stanford University. Disponível em <[http://iis-db.stanford.edu/pubs/23775/SANTOS\\_Rodrigo\\_013.pdf](http://iis-db.stanford.edu/pubs/23775/SANTOS_Rodrigo_013.pdf)> acesso em 01 Jan. 2013.
- SANTOS, Rodrigo Martins dos; ELOY, Ludivine.  
2012. Etno-história na oralidade xakriabá: retomando o rio São Francisco em Minas Gerais, Brasil. *In Anais do II Congresso Ibero-Americano de Arqueologia, Etnologia e Etno-história*. Sociedades Tradicionais e Patrimônio Cultural em Iberoamérica. Dourados-MS: UFGD.
- SANTOS, Rodrigo Martins dos; BARBOSA, Santo Caetano.  
2012. Memória Xakriabá: migrações e mudanças alimentares. *In. Ateliê Geográfico, vol. 6, nº 3*. Goiânia: UFG. Disponível em <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/download/20518/12361>> acesso em 20 Nov. 2012.
- SEEGER, Anthony.  
1981. **Nature and society in Central Brazil**: The Suya Indians of Mato Grosso. Cambridge-MA: Harvard University Press.

SEKI, Lucy.

1989. Evidências de relações genéticas na família Jê. In **Estudos Linguísticos: XVIII** Anais de seminários do GEL (Grupo de Estudos Linguísticos), p. 604-611. Lorena: GEL-SP. Disponível em <[http://biblio.etnolinguistica.org/local--files/seki-1989-evidencias/seki\\_1989\\_evidencias.pdf](http://biblio.etnolinguistica.org/local--files/seki-1989-evidencias/seki_1989_evidencias.pdf)> acesso em 07 Nov. 2012.

SENNA, Nelson C. de.

1908. Os Índios do Brasil: Distribuição geográfica dos índios do Brasil – sua ethnogenia. In. **Memória do 3.º Congresso Científico Latino-Americano no Rio de Janeiro de 1905**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes.

SILVA, Cleube Alves.

2005. Guerra como estratégia: Contatos entre Akwen e luso-brasileiros na Capitania de Goiás (1749 – 1811). In. **XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: ANPUH.

2006. **Confrontando Mundos**: Os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da Capitânia de Goiás (1749-1851). Dissertação de Mestrado em História. Dourados-MS: UFGD. Disponível em <<http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-historia/dissertacoes/dissertacao-de-cleube-alves-da-silva>> acesso em 08Nov. 2012.

SILVA, Tabita Fernandes da.

2012. **História da língua Tenetehara**: contribuição aos estudos histórico-comparativos sobre a diversificação da família linguística Tupi-Guarani do tronco Tupi. Tese de Doutorado em Linguística. Brasília: UnB. Disponível em <[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/8947/3/2010\\_TabitaFernandesdaSilva.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/8947/3/2010_TabitaFernandesdaSilva.pdf)> acesso em 19 Nov. 2012.

SILVA NETO, Ambrósio Pereira da.

2007. **Revisão da classificação da família linguística Purí**. Dissertação de Mestrado em Linguística. Brasília: UnB. Disponível em <[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2328/1/2007\\_AmbrosioPereiradaSilvaNeto.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2328/1/2007_AmbrosioPereiradaSilvaNeto.pdf)> acesso em 07 Nov. 2012.

SIMONSEN, Roberto Cochrane.

1978 [1937]. **História econômica do Brasil**: 1500/1820 – curso professado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo pelo autor. 8.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ed. Nacional.

SORRE, Maximilien.

1984b [1955]. Migrações e mobilidade do ecúmeno. *Trad.* Januário F. Megale, M. Cecília França e Moacyr Marques. In Megale, Januário Francisco. **Max. Sorre**: Geografia. Col. grandes cientistas sociais, n.º 46. *Coord.* Florestan Fernandes. São Paulo: Ática

1984a [1952]. A noção de gênero de vida e sua evolução. *Trad.* Januário F. Megale, M. Cecília França e Moacyr Marques. *In* Megale, Januário Francisco. **Max. Sorre: Geografia**. Col. grandes cientistas sociais, n.º 46. *Coord.* Florestan Fernandes. São Paulo: Ática

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von.  
1938 [1823]. **Através da Bahia** – excertos da obra *Reise in Brasilien*. *Trad.* Pirajá da Silva e Paulo Wolf. Col. Brasiliana, Série 5ª, Bibliotheca Pedagógica Brasileira, vol. 118. São Paulo: Nacional. Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/obras/atraves-da-bahia-excertos-da-obra-reise-in-brasilien>> acesso em 13 Nov. 2012.

STROH, Paula Yone.  
2000. Introdução. *In* MORIN, Edgar. **Saberes Globais e Saberes Locais: O olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond.

VERSWIJVER, Gustaaf.  
2012. Kayapó. *In* Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kayapo>> acesso em 12 Nov. 2012.

VIGGIANO, Alan.  
1978. **Itinerário de Riobaldo Tatarana**. 2.ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL.

VILAS BOAS FILHO, Orlando.  
2003. **Os direitos indígenas no Brasil contemporâneo**. *In* BITTAR, Eduardo C. B. *História do direito brasileiro*. São Paulo: Atlas.

VILLAR, Mauro de Salles.  
2000. Tupinismo, africanismo, asiaticismos e o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. *In* FILHO, Leodegário A. de Azevedo (*org.*). **Brasil – 500 anos de Língua Portuguesa**, p. 303-316. Rio de Janeiro: Ed. Ágora da Ilha. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/2367855/00423-Brasil-500-Anos-de-Lingua-Portuguesa>> acesso em 07 Nov. 2012.

WELCH, James R.  
2009. **Age and social identity among the Xavante of central Brazil**. Dissertation of Doctor of Philosophy (Department of Anthropology). New Orleans: Tulane. Disponível em <http://search.proquest.com/docview/305009541/previewPDF?accountid=26646>> acesso em 13 Nov. 2012.

ZARUR, George de Cerqueira Leite.  
2002 (1981). Significado e efeito da publicação do Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju para a antropologia brasileira. *In* **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE; Brasília: Min. da Educação.

## Anexo I

**Dados constantes nos históricos municipais do IBGE (2012) utilizados nesta pesquisa.** Compilação Rodrigo Santos, 2013.

Os códigos IBGE iniciam com o Estado da seguinte forma: PA (15), TO (17), MA (21), PI (22), BA (29), MG (31), MS (50), MT (51) e GO (52).

CODIGO IBGE	Município	Nome histórico	Outro Nomes	Origem	Coloni-zação	Fun-dação	Dis-trito	1ª Eman-cipação	Índios	Obs.	FONTE
1500602	Altamira	Xingu		Sousel	1841	1880	1911	1911	Índigenas		
1501204	Baião	Tocantins	V. Nova de Santo Antônio do Tocantins			1758	1758	1833	Índios		
1506708	Santana do Araguaia	Stª Maria das Barreiras		Conceição do Araguaia	1892	1900	1937	1961	Caipó		
1507300	São Félix do Xingu			Altamira					Índios		
1507805	Senador José Porfírio	São Francisco Xavier		Sousel	1639	1700	1758	1961	Aldeamento		
1701903	Araguacema	Santa Maria do Araguaia	Couto Magalhães		1812	1870	1930	1931	Chavantes; Cherentes; Carajás		IBGE; MÁXIMO LEVI LEITE GOMES
1702109	Araguaína	Lontra	Lontra	Filadélfia	1876	1925	1953	1958	Carajás		IBGE
1702406	Arraias	N. S.ª dos Remédios de Arraias	Chapada dos Negros		1740	1740	1807	1833	Negros		Prefeitura Municipal de Arraias (TO); Halum, César Hanna. Municípios tocantinenses - suas origens, seus nomes. Palmas: Provisão, 2008. Apud. FERNANDO CÉZAR RODRIGUES PÓVOA.
1705102	Chapada da Natividade	Chapada			1730	1736	1798	1995	Quilombolas		Prefeitura Municipal de Chapada da Natividade (TO); Halum, César Hanna. Municípios tocantinenses - suas origens, seus nomes. Palmas: Provisão, 2008. Apud. FERNANDO CÉZAR RODRIGUES PÓVOA.
1706001	Couto de Magalhães	Porto Franco		Pedro Afonso	1812	1905	1907	1910	Xavantes; Carajás		IBGE
1706100	Cristalândia	Itaporá	Chapada	Porto Nacional	1938	1943	1953	1953	Índios		PREFEITURA MUNICIPAL/IBGE. Autor do Histórico: MARIA FRANCISCA PEREIRA DOS SANTOS PAOLINI
1707009	Dianópolis	Duro	São Francisco Xavier; São José	Conceição do Norte	1750	1751	1854	1884	Gueguês, Assus, Acroás, Xacribás; Xerentes; Naudez		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA ATM - Associação Tocantinense de Municípios. Autor do Histórico: FERNANDO CÉZAR RODRIGUES PÓVOA
1707306	Dueré	Dueré			1948	1948	1953	1958	Avá-Canoeiros		Prefeitura Municipal. Autor do Histórico: JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
1708205	Formoso do Araguaia	Formoso		Cristalândia	1750	1949	1963	1963	Javaé		www.cnm.org.br

CODIGO IBGE	Município	Nome histórico	Outro Nomes	Origem	Coloni-zação	Fun-dação	Dis-trito	1ªEman-cipação	Índios	Obs.	FONTE
1709500	Gurupi	Gurupi			1932	1946	1956	1958	Xerentes		IBGE. Autor do Histórico: JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
1710508	Itacajá	Porto do Vau			1938	1938	1938	1953	Kraás		Prefeitura Municipal. Autor do Histórico: ERILDO VICENTE DE OLIVEIRA
1713205	Miracema do Tocantins	Miracema	Miracema do Norte	Araguacema	1920	1940	1943	1948	Xerente		Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Autor do Histórico: MÁXIMO LEVI LEITE GOMES
1714203	Natividade	São Luiz			1734	1735	1832	1832	Xavante		Associação Tocantinense de Municípios - ATM Ana Elisete Motter. In: Jornal do Tocantins, jun. 2005. Halum, César Hanna. Municípios tocantinenses - suas origens, seus nomes. Palmas: Provisão, 2008. Autor do Histórico: FERNANDO CÉZAR RODRIGUES PÓVOA
1716307	Pau D'Arco			Araguacema	1890	1910	1955	1963	Guaiapós (Gorotira); Carajás		Prefeitura Municipal. Autor do Histórico: ERILDO VICENTE DE OLIVEIRA
1716505	São Pedro da Água Branca	Travessa dos Gentios	Vila de São Pedro Afonso		1845	1875	1875	1903	Chavantes		Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Autor do Histórico: MÁXIMO LEVI LEITE GOMES
1716604	Peixe	Itains	Santa Cruz das Itans; Espírito Santo do Peixe		1780	1825	1846	1895	Canoeiros		www.cnm.org.br
1718204	Porto Nacional	Porto Real	Porto Imperial		1780	1791	1791	1831	Tocantins		Porto Nacional-To, Agosto/2008. PREFEITURA MUNICIPAL/ IPHAN/IBGE. Autor do Histórico: MARIA FRANCISCA PEREIRA DOS SANTOS PAOLINI
1718659	Rio da Conceição	Rio da Conceição		Almas	1915	1915	1958	1991	Xerente		Prefeitura Municipal de Rio da Conceição (TO). Halum, César Hanna. Municípios tocantinenses - suas origens, seus nomes. Palmas: Provisão, 2008. Autor do Histórico: FERNANDO CÉZAR RODRIGUES PÓVOA
1721208	Tocantinópolis	Boa Vista			1818	1897	1936	1936	Apinajés		Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.vAutor do Histórico: ALDÉRCIO DINIZ GUSMÃO
1722107	Xambioá	Xambioazinho		Araguatins	1881	1868	1956	1958	Chambioá		www.xambioa.to.gov.br/2cidade_historia.htm
2100501	Alto Parnaíba	Vitória do Alto Parnaíba		Loreto	1850	1866	1871	1881	Tapuias		IBGE
2101202	Bacabal	Bacabal		São Luiz	1876	1880	1920	1920	Índios		IBGE
2101608	Barra do Corda	Santa Cruz da Barra do Corda		Grajaé	1835	1835	1854	1854	Canelas; Guajajaras	Índios massacram 200 brancos em 1901	IBGE

CODIGO IBGE	Município	Nome histórico	Outro Nomes	Origem	Coloni-zação	Fun-dação	Dis-trito	1ªEman-cipação	Índios	Obs.	FONTE
2103000	Caxias	Caxias das Aldeias Altas			1720	1730	1735	1811	Timbiras; Gamelas		Enciclopédia do Municípios Brasileiros. Rio de Jneiro: IBGE, 1959. v. XV
2103307	Codó	Urubu			1780	1790	1835	1838	Barbados; Guaranis		IBGE
2104800	Grajaú	Chapada		Pastos Bons	1811	1814	1835	1835	Timbiras; Piocobjés		IBGE
2105609	Joselândia			Pedreiras					Guajajaras		IBGE
2106904	Monção	Monção		Viana	1757	1757	1757	1859	Guajajaras		IBGE
2107407	Olho d'Água das Cunhãs								Índios		IBGE
2108009	Pastos Bons	Pastos Bons		Caxias	1764	1764	1779	1820	Amanajós		IBGE
2108454	Peritoró	Peritoró da Íria		Coroatá	1782	1889	1994	1994	Índios; Quilombolas		IBGE
2108504	Pindaré-Mirim	São Pedro		Monção	1839	1876	1892	1918	Guajajaras		IBGE
2108900	Poção de Pedras								Guajajaras		IBGE
2109106	Presidente Dutra	Curador		Barra do Corda		1850	1896	1943	Indígenas		IBGE
2110807	São Félix de Balsas	São Félix de Balsas		Loreto	1820	1830	1835	1959	Índios		IBGE
2112407	Turiaçãoçu	Tury-Assé		Bragança (PA)	1679	1750	1818	1818	Taramembeses	Missão. Índios exterminados em 1679	IBGE
2112803	Viana	Viana			1675	1757	1757	1757	Guajajaras (aldeamento)	aldeamento	IBGE
2200509	Amarante	São Gonçalo		Jerumenha	1699	1751	1801	1832	Acoroás	Depois foram aldeados em São José	IBGE
2200608	Angical do Piauí			Amarante					Pilões		IBGE
2200707	Anísio de Abreu			Caracol					Índigenas		IBGE
2200905	Aroazes	Aroazes		Valença do Piauí	1730	1740	1740	1962	Aroazes		IBGE
2201002	Arraial			Amarante					Acoroás; Guegueses	Enviados para atual cidade de Regeneração	IBGE
2202505	Caracol	Caracol		São Raimundo Nonato	1812	1816	1904	1912	Tapuios		IBGE
2202851	Santa Inês	Várzea Grande		São Raimundo Nonato	1775	1855	1962	1992	Índios		Autor do Histórico: CLERISTON DE CASTRO RAMOS
2205201	Jaicós	Cajueiro		Oeiras	1731	1750	1801	1832	Índios (aldeamento)	Aldeamento	IBGE

CODIGO IBGE	Município	Nome histórico	Outro Nomes	Origem	Coloni-zação	Fun-dação	Dis-trito	1ªEman-cipação	Índios	Obs.	FONTE
2205300	Jerumenha	Jerumenha			1676	1700	1740	1761	Índios (aldeamento)	Índios trazidos da Bahia	IBGE
2207009	Oeiras	Mocha		Cabrobó (PE)	1674	1667	1696	1712	Índios		IBGE
2207603	Parnaguá	Rodellas		São Franscico da Barra do Rio Grande do Sul (PE)	1676	1698	1755	1761	Pimenteiras; Cheréns; Acoroás; Mocoazes; Rodelleiros		IBGE
2208106	Pimenteiras	Pimenteiras		Valença do Piauí	1865	1894	1954	1954	Pimenteiras		IBGE
2208809	Regeneração	São Gonçalo de Regeneração		Oeiras	1772	1789	1871	1875	Guegezes; Acoroás	Foram expulsos do Rio Parnaíba e Uruçuí, onde moravam	IBGE
2209203	Santa Filomena	Santa Filomena		Parnaguá	1858	1856	1856	1865	Cheréns		www.cnm.org.br
2210607	São Raimundo Nonato	São Raimundo Nonato		Jaicós			1832	1850	Tapuias	Que migraram para as margens do Tocantins	IBGE
2211308	Valença do Piauí	Valença			1720	1740	1740	1761	Arozés		IBGE
2900405	Água Fria	São João Batista da Água Fria		Irara	1550	1673	1718	1962	Tapuias		
2901403	Angical	Sant'Ana do Sacramento do Angical		Cotegipe	1790	1800	1821	1890	Tupiniquins		Angical (BA). Prefeitura Municipal; IBGE
2906105	Canápolis	Alagoinha	Ibiagui	Santana	1925	1950	1953	1962	Tupiniquins (vindos de Angical)		Confederação Nacional de Municípios; IBGE
2906204	Canarana	Miranda		Morro do Chapéu	1825	1890	1890	1962	Pataxós		SALOBRO BAHIA - No Caminho da Idependência HISTÓRIA DE CANARANA BAHIA REGIÃO DE IRECE E CHAPADA DIAMANTINA.htm Autor do Histórico: EDIL DA SILVA DOURADO
2907400	Conceição do Lago-Açu	Santana	Catão	Barreiras	1850	1900	1911	1962	acróas		Confederação Nacional de Municípios; IBGE
2908101	Cocos	Cocos		Rio Alegre	1712	1750	1931	1958	Caiapós		Pesquisa e compilação de: Adenor Batista Mariano, Ex-Chefe da Agência e Joselino Rodrigues de Souza, Chefe da Agência do IBGE de Santa Maria da Vitória-Ba. Autor do Histórico: JOSELINO RODRIGUES DE SOUZA
2910701	Euclides da Cunha	Salitre	Cumbé	Monte Santo	1750	1800	1881	1898	Tupiniquim (Massacará, Caimbé)		IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Autor do Histórico: JOÃO CALDAS NETO

CODIGO IBGE	Município	Nome histórico	Outro Nomes	Origem	Coloni-zação	Fun-dação	Dis-trito	1ªEman-cipação	Índios	Obs.	FONTE
2910776	Feira da Mata	Da Mata		Carinhanha	1700	1800	1900	1989	caiapó		IBGE Autor do Histórico: ANA MARIA LOBO DE MELO
2911303	Gentio do Ouro	Assuruã	Gameleira do Assuruá	Xique-Xique	1604	1836	1890	1890	Tupi		IBGE
2918407	Juazeiro	Passagem do Juazeiro		Sento Sé	1596	1706	1766	1833	Cariri (Tamoqueus; Guaisquais; Galache)	Antes pertenceu a Jacobina	Prefeitura Municipal de Juazeiro da Bahia
2919801	Macaébas	Coité		Urubu (Paratinga)	1650	1750	1832	1840	Tupinambá (Tupinaé)	sítios arqueológicos	Prefeitura Municipal
2920205	Malhada	Malhada		Carinhanha	1712	1850	1911	1961	Caiapós		Prefeitura Municipal < www.malhada.ba.gov.br> Autor do Histórico: ABELARDO DA SILVA NORMANHA
2921609	Morpará	Paramirim	Rancho Velho	Brotas (Oliveira dos Brejinhos)	1812	1891	1934	1962	Índios		Prefeitura Municipal
2924405	Pilão Arcado	Santo Antônio do Pilão Arcado			1700	1750	1771	1810	Mocóases; Acoroases		IBGE
2926004	Remanso	N. Sª do Remanso de Pilão Arcado		Pilão Arcado	1770	1780	1810	1857	Acoroazes; Urucé; Sento-Sé; Golaches		IBGE
2926400	Riacho de Santana	Riacho de Santana		Monte Alto	1695	1758	1878	1878	Canindés		IBGE Autor do Histórico: ANA MARIA LOBO DE MELO
2928406	Santa Rita de Cássia	Santa Rita do Rio Preto		Barra do Rio Grande	1650	1700	1804	1840	Guerém		IBGE
2930154	Serra do Ramalho	Serra do Ramalho		Casa Nova	1951	1973	1989	1989	Pankareis		IBGE Autor do Histórico: ANA MARIA LOBO DE MELO
2930204	Sento Sé	São José da Barra	Manoel Vitorino	Juazeiro	1710	1719	1752	1832	Urucé; centossés		Prefeitura Municipal
2930303	Serra Dourada	São Gonçalo		Santana dos Brejos	1740	1770	1906	1962	Acróas; Pimenteiras		Prefeitura Municipal
2930774	Sobradinho	Tatuí		Sento Sé	1593	1625	1989	1989	Tamoquim; Moquim	Aldeia localizava-se aos pés da Cachoeira na Vila São Francisco	IBGE
2930907	Tabocas do Brejo Velho	Brejo Velho		Angical	1800	1850	1890	1962	Tupiniquim		Prefeitura Municipal
2931905	Tucano	Tucano		Itapicuru	1727	1754	1754	1837	Tucanos		Tucano. Prefeitura Municipal; IBGE Autor do Histórico: JOÃO CALDAS NETO
2933604	Xique-Xique	Chique-Chique		Sento Sé	1540	1575	1714	1832	Massacarás, pontás, aracajás e amoipiras		Prefeitura Municipal

CODIGO IBGE	Município	Nome histórico	Outro Nomes	Origem	Coloni-zação	Fun-dação	Dis-trito	1ªEman-cipação	Índios	Obs.	FONTE
3100203	Abaeté	Abaeté			1730	1737	1864	1870	Abaetés		IBGE
3100609	Água Boa	Água Boa		Minas Novas	1832	1835	1877	1953	Aranans		IBGE
3102407	Alvorada de Minas	Santo Antônio do Rio do Peixe		Serro	1870	1880	1891	1962	Botocudos; Outros		IBGE
3104007	Araxá	São Domingos do Araxá		Paracatu	1766	1770	1791	1831	Arachás (Cataguás)	Contactados em 1669	IBGE; Revista do Archivo Público Mineiro, da Secretaria de Cultura de Minas Gerais; Assembléia Legislativa de Minas Gerais e Fundação Cultural Calmon Barreto, de Araxá. Faça avaliação deste Histórico pelo número de
3104502	Arinos	Morrinhos		Paracatu	1743	1800	1891	1962	Índios		IBGE
3109303	Buritis	Buriti		Paracatu	1725	1739	1815	1962	Índios		IBGE
3109808	Cachoeira Dourada	Cachoeira Dourada		Ituiutaba	1824	1900	1953	1962	Caiapós		MONOGRAFIAS MUNICIPAIS - IBGE (ARQUIVO DO IBGE DE ITUIUTABA/MG) Autor do Histórico: LUIS PEDRO GUIMARÃES
3111507	Campos Altos	Urubu		Ibiá	1750	1913	1938	1943	Quilombo (do Ambrósio)		IBGE; Revista do Archivo Público Mineiro, da Secretaria de Cultura de Minas Gerais; Prefeitura Municipal de Campos Altos e Assembléia Legislativa de Minas Gerais.
3112307	Capelinha	Capelinha		Minas Novas	1809	1850	1858	1913	Índios		IBGE
3112505	Capim Branco	Capim Branco		Santa Luiza do Rio das Velhas	1880	1890	1890	1953	Indígenas		IBGE
3112604	Capinópolis	Capinópolis			1810	1927	1943	1953	Caiapós (Panariá)		MONOGRAFIA MUNICIPAL - NOTAS HISTÓRICAS - IBGE (arquivo Agência Ituiutaba) Autor do Histórico: LUIS PEDRO GUIMARÃES
3114303	Carmo do Paranaíba	São Francisco das Chagas do Campo Grande		Araxá	1820	1830	1840	1848	Araxás		IBGE
3115003	Cascalho Rico	Rio das Pedras (aldeamento)		Estrela do Sul (Bagagem)	1743	1750	1890	1948	Tapuios (Pissarão e Rio das Pedras)	Antigo aldeamento	IBGE
3116100	Chapada do Norte	Santa Cruz da Chapada		Minas Novas	1728	1743	1962	1962	Quilombos (Macuco, Bandeirinha e Bandeira Grande)		IBGE Autor do Histórico: EDERSON TADEU MOURÃO
3117504	Conceição do Mato Dentro	Conceição do Serro		Serro	1704	1713	1750	1840	Botocudos; Outros		IBGE

CODIGO IBGE	Município	Nome histórico	Outro Nomes	Origem	Coloni-zação	Fun-dação	Dis-trito	1ªEman-cipação	Índios	Obs.	FONTE
3123106	Dores de Guanhães	Dores		Guanhães	1817	1854	1870	1962	Botocudos		Autor do Histórico: GERALDO FONSECA PESSOA
3123205	Dores do Indaiá	N. Sª das Dores do Indaiá		Pitangui	1765	1796	1842	1850	Tapuia; Quilombos		IBGE - Monografias Municipais Autor do Histórico: JOSÉ CIRILO MAGALHÃES
3124807	Estrela do Sul	Bagagem		Patrocínio	1725	1818	1852	1856	Caiapós		www.estreladosul.mg.gov.br
3126703	Francisco Sá	São Gonçalo do Brejo das Almas		Montes Claros	1704	1750	1867	1923	Índios		IBGE
3128006	Guanhães				1714	1824	1828	1875	Guanhães; Caingangue		IBGE Autor do Histórico: GERALDO GOMES DE OLIVEIRA
3129103	Gurinhatã	Flor-de-Minas		Ituiutaba	1870	1874	1943	1963	Caiapós		MONOGRAFIA MUNICIPAL - IBGE (Arquivo Agência Ituiutaba) Autor do Histórico: LUIS PEDRO GUIMARÃES
3129509	Ibiá	São Pedro de Alcântara		Araxá	1870	1880	1882	1923	Araxás		IBGE
3130705	Indianópolis	Santana do Rio das Velhas (aldeamento)		Araguari	1750	1750	1840	1938	Caiapós; Bororós	Antigo aldeamento	www.citybrazil.com.br
3131406	Ipiaçu	Ypiau		Ituiutaba	1935	1935	1953	1962	Caiapós		Monografias municipais - IBGE (Arquivo agência Ituiutaba/MG) Autor do Histórico: LUIS PEDRO GUIMARÃES
3131703	Itabira	Itabira do Mato Dentro		Caeté	1698	1720	1827	1833	Índigenas; Bugre		IBGE
3132503	Itamarandiba	São João Batista		Minas Novas	1750	1780	1840	1862	Bororos		IBGE
3132800	Itambé do Mato Dentro	N. Sª das oliveiras de Imabém		Itabira	1718	1720	1841	1943	Tupi		Autor do Histórico: GERALDO FONSECA PESSOA
3134202	Ituiutaba	São José do Tijuco	Platina	Prata	1807	1832	1839	1901	Caiapós (Panariás)		IBGE
3135100	Janaéba	Gameleias		Francisco de Sá	1872	1900	1943	1948	Taupias; Cafuso; Caburé; Quilombos		www.janauba.mg.gov.br
3135209	Januária	Brejo do Amparo	Porto do Salgado; N. Sª do Amparo do Brejo do Salgado		1688	1700	1811	1833	Caiapós; quilombo		IBGE
3139300	Manga	São Caetano do Tapuré	Manga dos Cachorros; Manga do	Januária	1694	1700	1892	1924	Coroados; Vermelhos; tapuias;		IBGE

CODIGO IBGE	Município	Nome histórico	Outro Nomes	Origem	Coloni-zação	Fun-dação	Dis-trito	1ªEman-cipação	Índios	Obs.	FONTE
			Amador; Stº Antônio do Manga; Manga de St} Antônio						Chacriabás; Jamelas; Rodelas		
3141108	Matozinhos			Sabará	1750	1800	1823	1943	Indígenas		IBGE
3141207	Matutina	Matozinhos		Santa Luzia dos Rios das Velhas	1750	1800	1891	1943	Indígenas		IBGE
3143104	Monte Carmelo	N. Sª do Carmo da Bagagem			1840	1850	1870	1882	Caiapós; Araxás		www.montecarmelo.mg.gov.br
3147956	Patis			Montes Claros	1880	1885	1936	1995	Tapuias		IBGE Autor do Histórico: PAULO ILDÉCIO GONÇALVES
3148004	Patos de Minas	Santo Antônio dos Patos	Guaratinga	Patrocínio	1770	1826	1850	1866	Quilombo		IBGE
3148103	Patrocínio	Salitre		Araxá	1772	1773	1812	1829	Catiguá		Ferreira, J.P., 1959, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros; prefeitura municipal Autor do Histórico: ANTÔNIO SÉRGIO DE MELO QUEIROZ
3148608	Peçanha	Vila do Rio Doce		Serro	1752	1755	1758	1875	Botocudos		IBGE
3151206	Pirapora	São Gonçalo de Pirapora	São Gonçalo das Tabocas	Curvelo	1720	1790	1847	1911	Cariri	Os Cariris subiram o rio fugindo dos brancos e foram cercados pelos índios locais	IBGE Prefeitura Municipal de Pirapora/MG
3153301	Presidente Kubitschek	Pouso Alto		Diamantina	1850	1860	1866	1963	Índios		Prefeitura Municipal de Presidente Kubitschek. Autor do Histórico: MAURÍCIO DE MIRANDA CLEMENTINO
3155108	Rio do Prado	Barracão		Jequitinhonha	1870	1900	1938	1953	Botocudos		IBGE
3156809	Sabinópolis	Sabinópolis das Correntes		Serro	1805	1808	1840	1924	Quilombo		Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, volume XXVII, p. 102. Autor do Histórico: MAURÍCIO DE MIRANDA CLEMENTINO
3158201	Santa Maria do Suaçuí	Santa Maria do São Félix			1865	1865	1870	1923	Botocudos		Autor do Histórico: GERALDO GOMES DE OLIVEIRA
3159001	Santana do Riacho	Riacho Fundo		Conceição do Mato Dentro	1744	1759	1866	1962	Indígena		IBGE
3159803	Santa Vitória	Santa Vitória		Ituiutaba	1898	1898	1923	1948	Caiapós		IBGE. Enciclopedia do Municípios Brasileiros. v.XXVII. Autor do Histórico: LUIS PEDRO GUIMARÃES
3161106	São Francisco	Pedras de Cima	Pedras dos Angicos; S. José das Pedras dos Angicos; S.	Montes Claros	1700	1701	1866	1874	Caiapós (Gaíbas)		IBGE; Núcleo de Preservação do Patrimônio Histórico de São Francisco; ONG Preservar Autor do Histórico: PAULO ILDÉCIO GONÇALVES

CODIGO IBGE	Município	Nome histórico	Outro Nomes	Origem	Coloni-zação	Fun-dação	Dis-trito	1ªEman-cipação	Índios	Obs.	FONTE
			Francisco das Pedras; São José das Contendas								
3161700	São Gonçalo do Abaeté	São Gonçalo do Abaeté		Paracatu	1713	1825	1923	1943	Quilombos		Assembléia Legislativa Autor do Histórico: MARLICE DE MATOS DA SILVA
3162450	São João das Missões	São João dos Índios		Januária	1690	1720	1891	1995	Xacriabá		IBGE
3163508	São José do Jacuri				1840	1850	1852	1953	Malalis; Coropós		GERALDO GOMES DE OLIVEIRA
3164100	São Pedro do Suaçuí				1940	1950	1962	1962	Botocudos		GERALDO GOMES DE OLIVEIRA
3164209	São Romão	Vila Risonha de Santo Antônio da Manga de São Romão		Paracatu	1719	1736	1807	1831	Caiapó		Prefeitura Municipal de São Romão/MG Autor do Histórico: ADÍLIO ALVES LEAL
3166808	Serra do Salitre	São Sebastião da Serra do Salitre		Patrocínio	1800	1853	1861	1953	Araxá		Ferreira, J.P., 1959, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros; Arquivo da Agência Autor do Histórico: ANTÔNIO SÉRGIO DE MELO QUEIROZ
3168101	Tapira	Tapira		Araxá	1860	1870	1923	1962	Araxás		IBGE; Revista do Archivo Público Mineiro, da Secretaria de Cultura de Minas Gerais e Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Autor do Histórico: GISLENE MARIA F. RAMOS
3168903	Tiros			Abaeté	1850	1860	1867	1923	Araxás		Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. 1959. Autor do Histórico: HÉLIO SOARES PEREIRA
3169604	Tupaciguara	Abadia do Monte Alegre	Abadia do Bom Sucesso	Monte Alegre	1841	1842	1858	1911	Caiapós		IBGE
3170404	Unaí	Capim Branco	Rio Preto	Paracatu	1800	1850	1873	1943	Índios		Prefeitura Municipal; IBGE
3171808	Virginópolis	Patrocínio de Guanhães			1839	1858	1862	1925	Puris; Botocudos		IBGE; Prefeitura Municipal de Virginópolis (MG) Autor do Histórico: GERALDO GOMES DE OLIVEIRA
5006309	Paranaíba	Santana do Paranaíba			1830	1850	1835	1857	Caiapós		IBGE
5008305	Três Lagoas	Três Lagoas		Santana do Paranaíba	1829	1850	1914	1915	Caiapós		IBGE
5101803	Barra do Garças	Barra do Garça		Araguaiana	1871	1897	1935	1948	Bororó; Xavante		Prefeitura Municipal de Barra do Garças
5104203	Guiratinga	Stª Rita do Araguaia	Merure; Sagrado Coração de Jesus	Registro do Araguaia	1890	1894	1915	1921	Bororos		Prefeitura Municipal de Guiratinga
5201702	Aragarças	Deixado	Barra Goiana		1872	1891	1951	1951	Índios		OVÍDIO JOAQUIM DOS SANTOS

CODIGO IBGE	Município	Nome histórico	Outro Nomes	Origem	Coloni-zação	Fun-dação	Dis-trito	1ªEman-cipação	Índios	Obs.	FONTE
5202502	Aruanã	Leopoldina	Santa Leopoldina	Vila Boa de Goiás	1850	1850	1875	1958	Carajás		IBGE
5203401	Bom Jardim de Goiás	Buriti	Bom Jardim; Ibotim	Rio Bonito (Caipânia); Baliza	1850	1912	1924	1953	Bororós		IBGE
5204409	Caipânia	Torres do Rio Bonito		Rio Verde	1790	1845	1855	1873	Caiapós		IBGE
5208509	Goiandira	Campo Limpo		Catalão	1800	1800	1915	1931	Caiapós; Araxás; (até 1940!)		IBGE
5208905	Goiás	Vila Boa de Goiás	Santana de Goiás		1726	1726	1729	1736	Guaiases; Goiás	Em 1818 foi simplificado o nome para Goiás. Em 1937 perde o status de capital para Goiânia.	IBGE
5210901	Itapaci	Água Fria	Floresta; Itacê (Pilar de Goiás)	Pilar	1924	1935	1938	1945	Canoeiros; Curuxás	Os índios deixaram escritas não decifradas nas fraldas da Serra da Figura, a 20 km da sede municipal	IBGE
5212253	Lagoa Santa	Termas de Itajaí		Itajá	1880	1890	1988	1997	Índios	Colonos saíram para caçar dois nativos	IBGE
5213756	Montividiu								Índigenas		IBGE
5214804	Nova Aurora	Nova Aurora	Boa Vista do Quilombo	Ipameri (Entre-Rios)	1810	1845	1910	1954	Quilombo	Presença de Quilombo	<a href="http://www.novaaurora.go.gov.br/?secao=conteudo&amp;link=Historia">http://www.novaaurora.go.gov.br/?secao=conteudo&amp;link=Historia</a> (em 10/09/2008) Autor do Histórico: EZIMAR PEREIRA DA COSTA
5218003	Porangatu	Descoberto		Pilar	1760	1770	1911	1948	Índios	De 1933 a 1948 é anexado à Santana (Uruaçu). Colônia de Índios dos Jesuítas no séc. XVIII	IBGE
5219209	Santa Cruz de Goiás	Santa Cruz	Corumbalina		1730	1730	1759	1833	Índios	Habitada por índios, depois negros, aventureiros e garimpeiros. De 1934 a 1947 pertenceu a Pires do Rio.	IBGE

**Anexo II**

**Relação das etnias do *Planalto Central e adjacências* (entre os anos de 1700 e 1900)**

E correlacionamento de nomenclaturas étnicas das respectivas fontes.

Compilação Rodrigo Santos, 2013.

<b>NÍMUENDAJU (2002a [1944])</b>	<b>LOUKOTKA (1967)</b>	<b>ÍBGE (2012)</b>	<b>MAPAS HISTÓRICOS</b>
Abaeté	Abaeté	Abaeté	Akroá
Akroá	Akroá	Akroá	
Amanayé		Amanajó	
Amoipira	Amoipira	Amoipira	
	Ampanea		
	Anambé		
Anicum	Anicum		
	Anta		
Apányekra			
Apinayé	Apinajé	Apinajé	
	Aponegicran		
	Aracajó		
Araé	Arae		
Aranã	Aranaa	Aranã	Aricobé
Aranhi	Aranhí		
Arara	Arara		
	Arasuaí		
Arawine	Arawine		
Araxá	Araxó	Araxá	
	Araxué		
Aricobé	Aricobé		
Arua	Aruan		
Arupay			
Assuriní	Asurini		
		Assó	
	Aueiko		
Auetí	Auetí		
	Augutjé		
Barbados		Barbado	
	Batum		
	Bonitó		
Boróro	Boróro	Boróro	
		Botocudo	
Buritiguara			
	Caeté		
Cakamekra			
		Caingangue	
		Canela	
Canoeiro	Canoeiro	Canoeiro	

<b>NÍMUENDAJU (2002a [1944])</b>	<b>LOUKOTKA (1967)</b>	<b>ÍBGE (2012)</b>	<b>MAPAS HISTÓRICOS</b>
	Capiecran		
Carambu			
	Caraho		
	Carijó		
Cataguá		Cataguá	
	Catiguasó		
	Catolé		
Cayapó	Cayapó	Cayapó	Cayapó
		Centossé	
		Coroado	
Coroata			
		Coropó	
	Cradaho		
Crixá	Krixá	Crixá	Krixá
	Cumanaxo		
	Custenau		
	Dendi		
Dyore	Djore		
	Dokoro		
	Duri		
	Erema		
Etwét	Etwet		
Gamela	Gamela	Gamela	
	Goaña		
Gaviões			
		Golache	
Gorotire	Gorotiré	Gorotira	
Goyá	Goyá	Goyá	
	Guaiba	Gaíba	
Guajá	Guajá		
Guajajara	Guajajára	Guajajara	
Guanaré	Guanare		
Guanhão		Guanhão	
Guapindaye			
		Guarani	
Guarino	Guarino		
Guegué	Guegué	Guegué	
		Gueren	
	Ímaré		
Írã-amráire	Íraamráire		
Jacunda			
Jaicó	Jeicó		
Jauarí	Jauari		

NÍMUENDAJU (2002a [1944])	LOUKOTKA (1967)	ÍBGE (2012)	MAPAS HISTÓRICOS
		Jamela	
Javaé	Javaé	Javaé	
Jundiahy			
Juruna			
Kalapalu	Kalapalu		
Kamayurá	Kamayurá		
	Kanindé	Canindé	
Kapairé			
Kaposó	Kapoxo		
Karayá	Carajá	Karajá	
	Kariri	Cariri	
Karakateye	Caracatajé		
Kayapó	Kayapó	Kaiapó	
Kenkateye	Crencatajé		
Kenpokateyé	Kenpokatajé		
Krahè		Krahè	
Krahô	Craho		
Krepumkateye	Creapimcatajé		
Kreyé	Crejé		
Krikatí	Krikati		
Kruatire	Cruatire		
Kube-krã-kegn			
Kube-krã-noti			
Kuikuro	Kuikuro		
Kukoekamekra			
Kupe-rop			
	Kururu		
	Macamecran		
	Maconi		
Mahinaku			
Mákamekra			
Makoní			
Malali	Malali		
	Manayé		
	Mangaló		
	Manisauá		
Mapaxó	Mapoxo		
		Maracajá	
		Masakará	
Masakari			
	Meitajé		
	Mek-kran-noty		

<b>NÍMUENDAJU (2002a [1944])</b>	<b>LOUKOTKA (1967)</b>	<b>ÍBGE (2012)</b>	<b>MAPAS HISTÓRICOS</b>
	Metotíre		
	Minhana		
		Mocoá	
Monosó	Monoxo		
	Nacnanuc		
	Nacrehe		
Nahukuá	Nahuquá		
Naravute	Naravute		
		Naudez	
Nyurukwaye	Norocujé		
	Onoyoro		
	Orari		
	Panariá	Panariá	
Panyame	Panhame		
		Pankaré	
	Paracana		
Paraxim	Paraxim		
Paresí			
	Pariri		
	Patacho		
		Pilão	
Pimenteiras	Pimenteira	Pimenteira	
	Piocobje	Piocobjé	
	Piripiri		
Põrekamekra	Purecamecran		
Pobzé	Purucarú	Pobzé	
		Pontá	
Pukópye			
Purí		Purí	
Purukarod			
Puty	Puti		
Ramkó-kamekra	Remkokamecran		
		Rodela	
	Sacamecran		
Suyá	Suyá		
	Tacanapé		
Tacarijó	Tacarijó	Tacarijó	
Tacayuna	Tacayuna		
Takonyapé			
	Tajé		
Tamoyo	Tamoyo		
Tapacuá	Tapacuá		
Tapirapé	Tapirapé		

<b>NÍMUENDAJU (2002a [1944])</b>	<b>LOUKOTKA (1967)</b>	<b>ÍBGE (2012)</b>	<b>MAPAS HISTÓRICOS</b>
Tapiraua	Tapirauha		
Tembé			
	Tavóri		
Teremembé	Teremembé	Teremembé	
Timbira	Timbira	Timbira	
Timirém	Timirem		
	Tobajara		
	Tocoió		
Trumai	Trumai		
Tsuva			
	Tupi	Tupi	
Tupiná	Tupina	Tupinaé	
Tupinambá			
		Tupiniquim	
	Ushicrin		
	Uti		
		Urucé	
	Vanhereri		
		Vermelho	
	Vocoin		
	Waurá		
Sakriabá	Chikriabá	Xakriabá	Xakriabá
Xambioá	Xambioa	Xambioá	
Aken-Savante	Chavante	Xavante	
Serente	Xerente	Xerente	
	Xicri		
Xipayá			
	Xonin		
Yarumá	Yaruma		
Yawarapiti	Yaulapíti		
	Yuruna		
	Zumplan		



### III.a. Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências

Por volta de 1700 d.C.

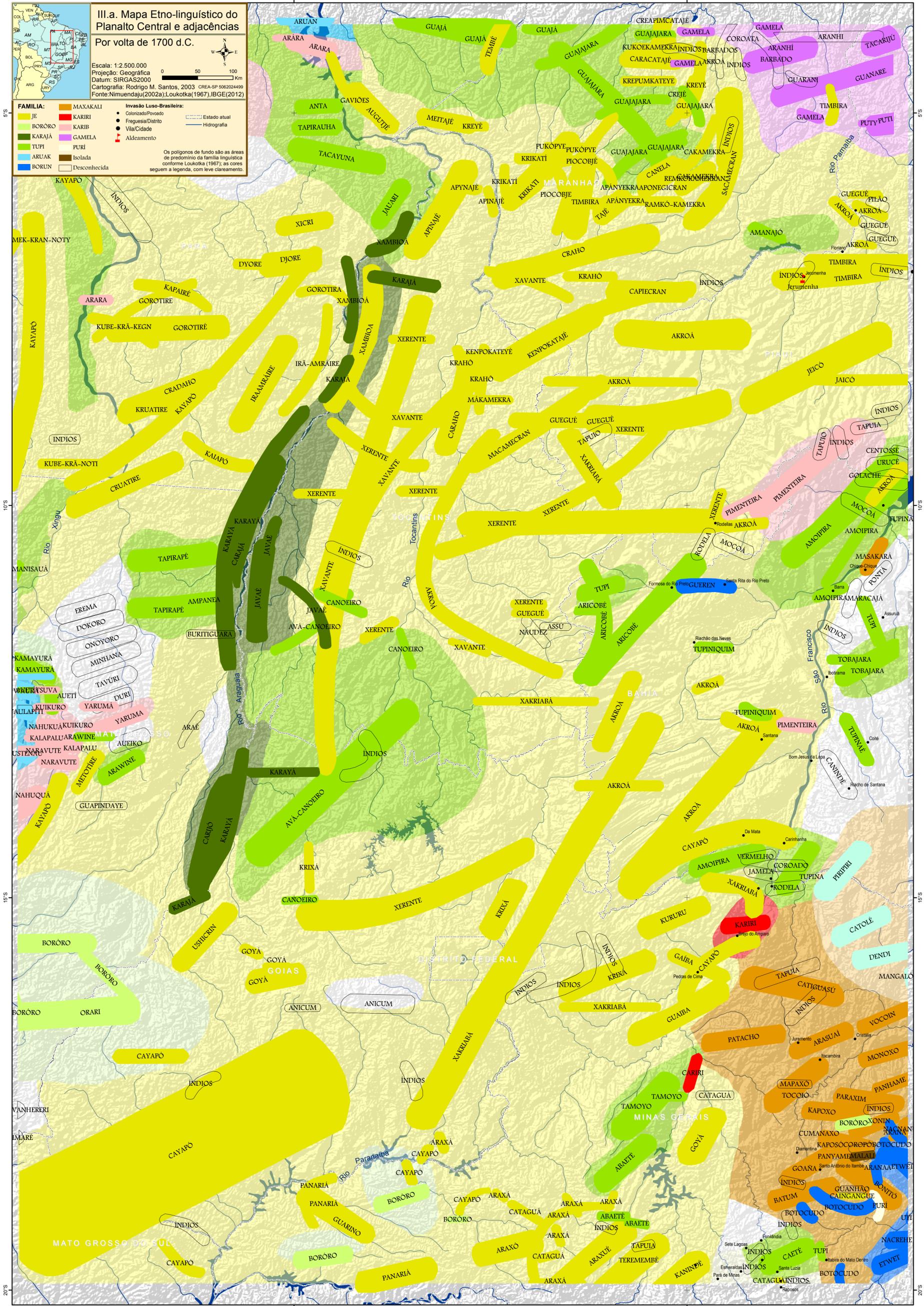
Escala: 1:2.500.000  
Projeção: Geográfica  
Datum: SIRGAS2000  
Cartografia: Rodrigo M. Santos, 2003. CREA-SP 5062024499  
Fonte: Nimuendajú (2002a), Loukotka (1967), IBGE (2012)

<b>FAMILIA:</b>	MAXAKALI	KARIB
JE	KARAJÁ	GAMELA
BORORO	TUPI	ARUAK
KARAJÁ	PURI	BORUN
TUPI	Desconhecida	

**Invasão Luso-Brasileira:**

- Colonizado/Povoado
- Freguesia/Distrito
- Vila/Cidade
- Aldeamento
- Estado atual
- Hidrografia

Os polígonos de fundo são as áreas de predominância da família linguística conforme Loukotka (1967); as cores seguem a legenda, com leve clareamento.









**III.c. Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências**  
**Entre 1751 e 1800 d.C.**

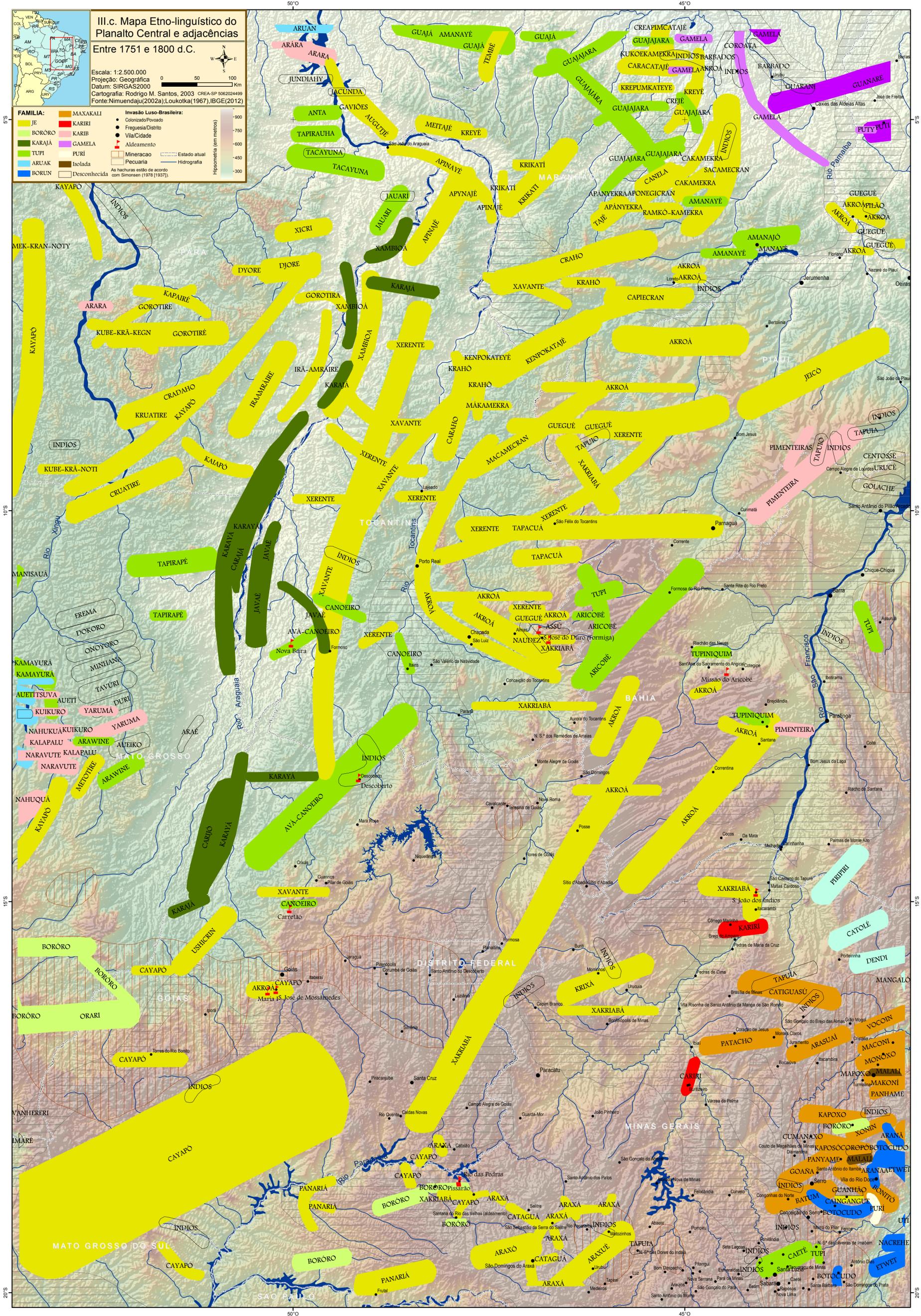
Escala: 1:2.500.000  
 Projeção: Geográfica  
 Datum: SIRGAS2000  
 Cartografia: Rodrigo M. Santos, 2003. CREA-SP 5062024499  
 Fonte: Nimuendaju (2002a); Loukotka (1967); IBGE (2012)

<b>FAMILIA:</b>	MAXAKALI	JE	BORORO	KARAJÁ	TUPI	ARUAK	BORUN
	KARIBI	KARIB	GAMELA	FURI	ISOLADA	DESCONHECIDA	

<b>Invasão Luso-Brasileira:</b>	Colonizado/Povoado	Freguesia/Distrito	Vila/Cidade	Aldeamento	Mineração	Pecuaría	Estado atual	Hidrografia
---------------------------------	--------------------	--------------------	-------------	------------	-----------	----------	--------------	-------------

As hachuras estão de acordo com Simonsen (1978 [1937]).

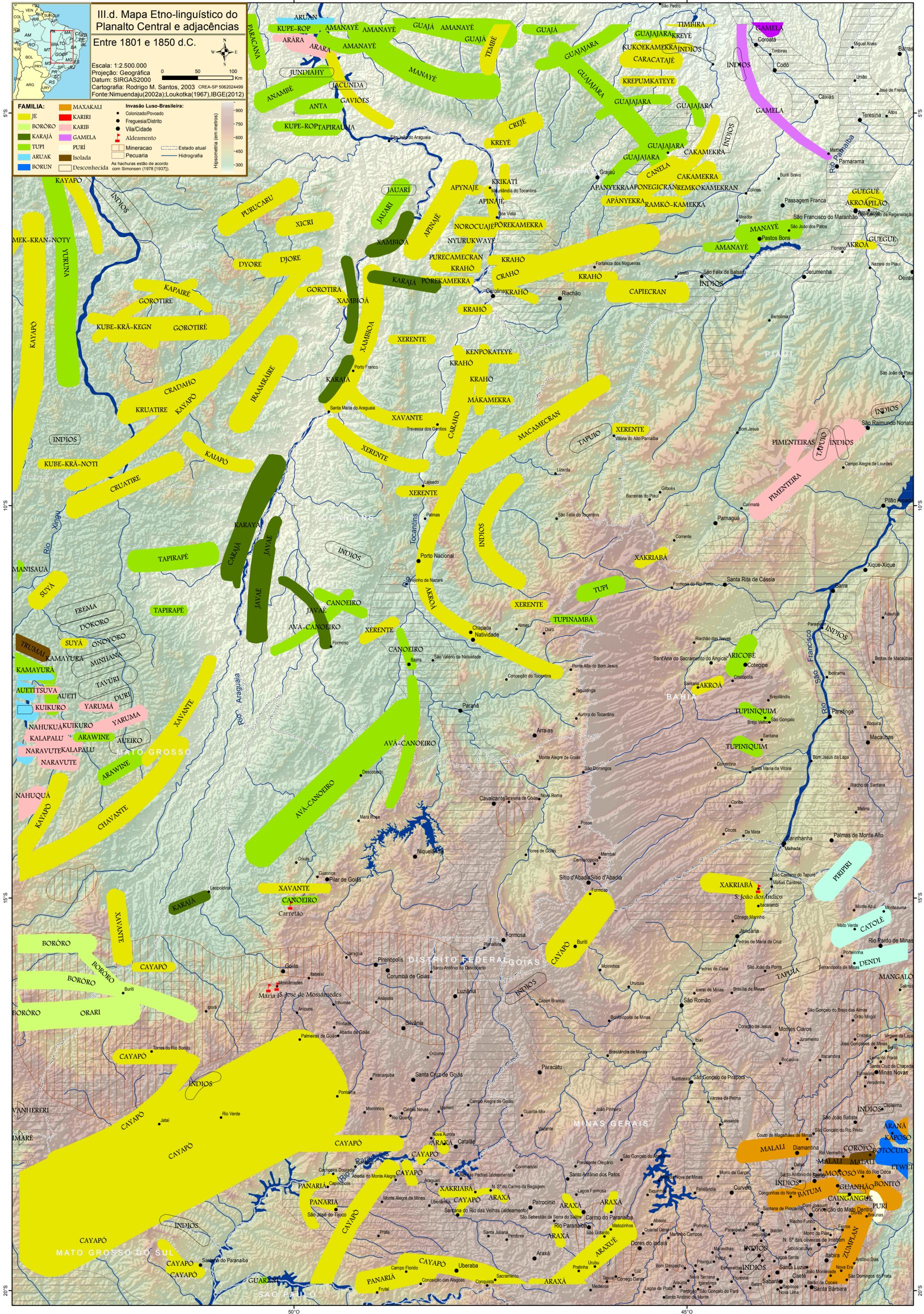




### III.d. Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências Entre 1801 e 1850 d.C.

Escala: 1:2.500.000  
 Projeção Geográfica  
 Datum: SIRGAS2000  
 Cartografia: Rodrigo M. Santos, 2003. CREA-SP 5062024499  
 Fonte: Nimuendaju (2002a), Loukotka (1967), IBGE (2012)

<b>FAMILIA:</b>	MAXAKALI	KARIB	INVASÃO LUSO-BRASILEIRA:	Colonizado/Povoado	Hipometria (em metros)
JE	KARIB	KARIB	Freguesia/Distrito	• Vila/Cidade	-900
BORORO	KARIB	KARIB	Aldeamento	•	-750
KARAJÁ	GAMELA	KARIB	Mineração	□	-600
TUPI	FURI	KARIB	Pecuária	□	-450
ARUAK	Isolada	KARIB	Estado atual	□	-300
BORUN	Desconhecida	KARIB	Hidrografia	—	





### III.e. Mapa Etno-linguístico do Planalto Central e adjacências

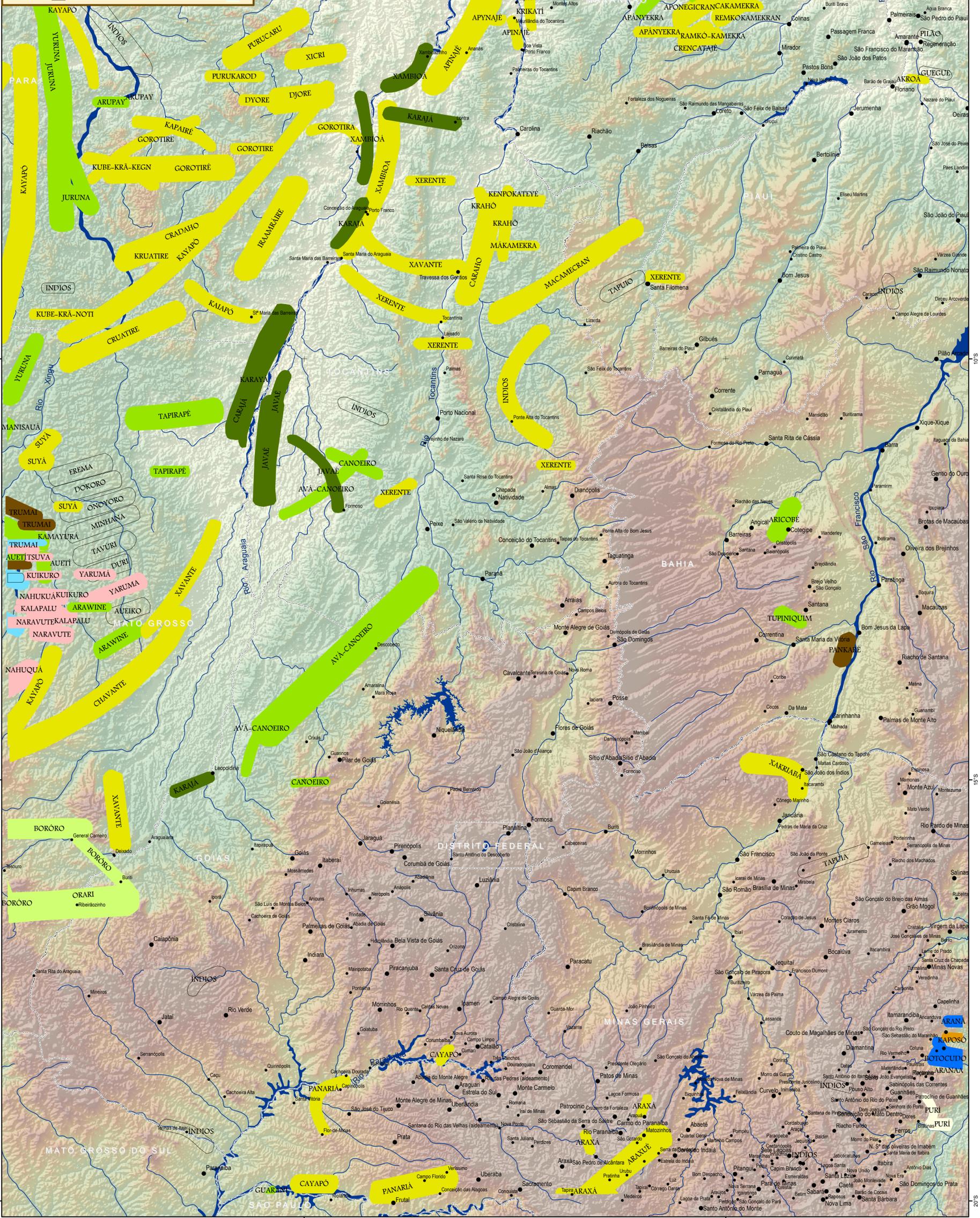
Entre 1851 e 1900 d.C.

Projeção: Geográfica  
Datum: SIRGAS2000  
Cartografia: Rodrigo M. Santos, 2003. CREA-SP 5062024499  
Fonte: Nimuendaju(2002a); Loukotka(1967); IBGE(2012)



FAMILIA:	
MAXAKALI	KARIBI
JE	KARIBI
BORORO	KARIBI
KARAJÁ	GAMELA
TUPI	FURI
ARUAK	Isolada
BORUN	Desconhecida

Invasão Luso-Brasileira:	
●	Colonizado/Povoado
○	Freguesia/Distrito
■	Vila/Cidade
□	Aldeamento





**ANEXO IV**  
**CD contendo esta dissertação e anexos**

**CONTATOS COM O AUTOR**

[\(61\)8150-2130](tel:(61)8150-2130)

[rodrigo.mapas@gmail.com](mailto:rodrigo.mapas@gmail.com)

<http://popygua.blogspot.com>

<http://lattes.cnpq.br/9867581824469995>